



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

USP

CELACC/ECA/USP
v. 17 n. 2. (jan. / jun. 2024)
e-ISSN: 2236-3467

Discursos na e sobre a América Latina

[EQUIPE EDITORIAL]

Diretor

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editor Científico

Prof. Dr. Bruno Romano Rodrigues

Editor Executivo

Luís Antonio da Silva Matos Filho

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Jonathan Leandro | Tikinet

Ilário Bortoloso Junior | Tikinet

Beatriz Luanni | Tikinet

Revisão de Textos

Giovanna Macedo | Tikinet

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Profª Drª Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Profª Drª Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Prof. Dr. Celso Luiz Prudente (UFMT)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Profª Drª Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Profª Drª Maria Ângela Pavan (UFRN)

Profª Drª Tatiana Gutiérrez Alarcón (UNIMINUTO), Bogotá, Colômbia.

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona) Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Júnior (Alterjor-USP)

Profª Drª Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Profª Drª Jaqueline Lemos Martins (USJT)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona) Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València) Espanha

Profª Drª Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Profª Drª Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London) Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC)



CELACC

**Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação**

**Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)**

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 - Cidade Universitária
Butantã - São Paulo - SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327
E-mail: celacc@usp.br



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XVII - n. 2 (jan. - jun. 2024)

**Catálogo na Publicação****Serviço de Biblioteca e Documentação**

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - v.17, n. 2. (jan./jun. 2024) - São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2024.

Título da capa: Discursos na e sobre a América Latina
Semestral
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-3467

1. Comunicação - América Latina 2. Cultura - América Latina I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação.

CDD 22.ed. - 302.2098
Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado
CRB-8/6194



AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

5

Discursos políticos na e sobre a América Latina

Bruno Romano Rodrigues

Dossiê

8

A imprensa e as relações com a sedimentação de identidades nacionais: estudo dos casos de Brasil e Paraguai no contexto de *La Gran Guerra*

Maira Delmondes Matos
Nilsângela Cardoso Lima

30

Palavra e poder: os discursos de Fidel Castro como fontes históricas (1959-1976)

Bruno Romano Rodrigues

57

As vozes femininas da revolução mexicana: uma perspectiva decolonial

Jaires Domingas Souza do Nascimento
Acassia dos Anjos Santos Rosa

77

“Somos hijas legítimas de la Península Ibérica”: quando as identidades são concebidas (1892)

Thaís Mendes Moura Carneiro

95

Impasses da internacionalização: artistas latino-americanas no circuito global

Ana Beatriz Mauá Nunes

118

“Questão de índios” e “questão de fronteiras”: relatos epistolares de Miguel Malarin a Julio Roca sobre a Campanha do Deserto

Ana Carollina Gutierrez Pompeu

139

Mulheres, povos indígenas e a luta por direitos na Constituinte colombiana (1991)

José Bento de Oliveira Camassa

Artigos

161

A população negra e o acesso à educação nas prisões

Andrea Alves Pinto
Roberto da Silva

182

Comunicação e ativismo social: breve contexto da luta de entidades que atuam na temática HIV/aids no Brasil

Oséas Batista dos Santos
Flávia de Almeida Moura

206

Difusão sustentável de culturas marginalizadas – o registro de passo a passo da casaca de Bate-Bola

Fernanda Morais
Nilton G. Gamba Junior

228

Direitos culturais territoriais: mínimo existencial e territorialidades

Marjorie Prado Junqueira de Faria
Silvia Helena Passarelli

249

Economistas e educação no
Banco Mundial: primórdios de uma
relação duradoura no Brasil

Hivy Damasio Araújo Mello

Entrevista

278

A comunicação em rede dos povos
indígenas e os desafios para a prática da
etnomídia no Brasil

Deyse Alini de Moura

Resenhas

292

Escrito por jornalistas latino-americanos,
Remolinos surpreende ao experimentar
narrativas jornalísticas sobre
migração e refúgio

Luciano Victor Barros Maluly

299

Esclarecendo 22 questões que confundem
as narrativas sobre migração

Enio Moraes Júnior

Apresentação

Discursos políticos na e sobre a América Latina

Desde a chegada dos europeus ao continente que passaram a chamar de América (O’Gorman, 1992), em 1492, com Cristóvão Colombo, esta parte do globo foi alvo de inúmeras interpretações que tinham como objetivo construir as especificidades dos povos, da flora e da fauna aqui existentes, sob a égide dos exploratórios sistemas coloniais a serviço das metrópoles europeias. Fundar a América era a questão.

A partir dos processos de independência ocorridos na América Latina ao longo do século XIX, tais especificidades foram repensadas pelas eurocêtricas elites *criollas* herdeiras dos valores e referenciais hispânicos tendo em vista a legitimação de seus poderes políticos, econômicos e sociais durante e após a formação de seus respectivos estados nacionais (Guerra, 2009). Fundar a nação era a questão. E ela foi fundada para poucos, excluindo, em grande parte, setores sociais historicamente marginalizados, tais como camponeses, indígenas, negros e mulheres.

Com a chegada do século XX, marcado por disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo, intensificadas durante a Guerra Fria, os países latino-americanos se viram forçados a reformular os pactos políticos responsáveis pela criação das “comunidades imaginadas” (Anderson, 2008) que haviam embasado, no século anterior, a construção dos nacionalismos locais como consequência direta da emancipação política conquistada diante

dos europeus. Refundar a nação passou a ser a questão. Para as esquerdas pacíficas ou armadas, aquela velha ideia de nação importada da Europa ainda no século XIX deveria ser cada vez mais ampliada para, enfim, abrigar os direitos sociais dos camponeses, dos indígenas, dos negros e das mulheres que não “couberam” no projeto nacional dos *criollos* de origem hispânica. A resposta, como todos sabem, foi a ditadura.

Acerca dos dilemas trazidos pelo século XXI, algumas perguntas permanecem sem respostas ou parcialmente respondidas. Nesse sentido, caberia questionar o que ainda resta da ideia de nacionalismo importada da Europa responsável pela criação das identidades latino-americanas? Essa ideia ainda faz sentido nos dias de hoje? Esse “velho” nacionalismo conseguiu ser refundado/reformado, ou, ao contrário, fracassou e, por isso, necessita ser definitivamente implodido? Por fim, como (re)pensar a América Latina e os seus discursos sobre si a partir do que nos é comum e diferente ao mesmo tempo?

Tendo em vista essas camadas temporais, acompanhadas de seus significados históricos/historiográficos, este Dossiê da Revista Extraprensa enfoca os discursos políticos concebidos pelos mais distintos agentes sociais, bem como suas respectivas estratégias de comunicação, em diferentes contextos históricos da América Latina, com ênfase em países como Cuba, México, Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e Brasil, este último em paralelo com as vizinhas nações hispano-americanas.

Para tanto, entende-se aqui o conceito de discurso político de forma abrangente, podendo envolver a atuação de lideranças revolucionárias, representantes de movimentos sociais e coletivos de grupos minoritários ligados aos direitos civis de mulheres, negros e indígenas, intelectuais e jornalistas que se manifestaram por meio da imprensa, artistas de diferentes áreas de formação, entre outros atores históricos individuais e coletivos que colaboraram para a formação de um ideário sobre a América Latina a partir dos contextos sociais em que viveram e atuaram politicamente.

Como o leitor perceberá a seguir, os artigos selecionados para este Dossiê oferecem possíveis caminhos para analisar

os distintos discursos políticos produzidos não apenas *na* como também *sobre* o complexo processo histórico que resultou na atual realidade latino-americana, ou melhor dizendo, *sobre* os (profundos) problemas sociais comuns aos países latino-americanos, os quais só podem ser entendidos e superados por meio de um exame crítico do passado da região.

Nesse espírito, convido o leitor a embarcar conosco nessa viagem rumo ao passado-presente-futuro da América Latina.

Boa leitura!

Prof. Dr. Bruno Romano Rodrigues
Editor Científico – Revista Extraprensa

Referências

O'GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

A IMPRENSA E AS
RELAÇÕES COM A
SEDIMENTAÇÃO
DE IDENTIDADES
NACIONAIS:
ESTUDO DOS
CASOS DE BRASIL
E PARAGUAI NO
CONTEXTO DE *LA*
GRAN GUERRA

[DOSSIÊ]

Maira Delmondes Matos

Universidade Federal do Piauí

Nilsângela Cardoso Lima

Universidade Federal do Piauí

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Esta pesquisa examina as mudanças na imprensa atreladas à ideia de sedimentação das identidades nacionais emergidas na segunda metade do século XIX, período no qual os países recém-independentes na América do Sul se consolidavam enquanto Estados-nações. Focamos nos casos do Brasil e do Paraguai para demonstrar como era preciso criar e difundir símbolos, a fim de firmar identidades e definir pertencimentos. Nesse sentido, entendemos a Guerra do Paraguai, ou *La Gran Guerra*, como motivação maior para fabricação dessas identidades. Nesse contexto, a imprensa cumpriu o importante papel de validar símbolos, forjando os limites das nacionalidades. Sobre essa perspectiva, analisamos a atuação dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*, respectivamente publicados no Brasil e no Paraguai, pontuando no estudo desses casos uma lógica maior de atuação da imprensa.

Palavras-chave: Identidades nacionais. Imprensa. Guerra.

This research examines the changes undergone by the press as a reflection of the sedimentation of national identities that emerged in the second half of the 19th century, a period in which the newly independent South American countries were consolidating themselves as nation states. We focus on the cases of Brazil and Paraguay to demonstrate that creating and disseminating national symbols was necessary to establish national identities and belonging. In this regard, we understand that the “Guerra do Paraguai,” or *La Gran Guerra*, acted as a major motivation for fabricating these national identities. In this context, the press fulfilled the important role of validating symbols, forging the limits of nationalities in both sides of the conflict. Within this perspective, we analyzed the action of the newspapers *A Imprensa* and *El centinela*, respectively published in Brazil and Paraguay, highlighting in the study of these cases a greater logic of press action.

Keywords: National identities. Press. War.

Esta investigación examina los cambios en la prensa vinculados a la idea de la sedimentación de las identidades nacionales surgidas en la segunda mitad del siglo XIX, período en el cual los países recién independizados en América del Sur se consolidaban como Estados Nacionales. Nos enfocamos en los casos de Brasil y Paraguay para demostrar cómo era necesario crear y difundir símbolos, con el fin de afianzar identidades y definir pertenencias. En este sentido, entendemos la “Guerra do Paraguai”, o “La Gran Guerra”, como la principal motivación para la fabricación de estas identidades. En este contexto, la prensa cumplió un papel importante al validar símbolos, forjando los

límites de las nacionalidades. Desde esta perspectiva, analizamos la actuación de los periódicos *A Imprensa* y *El Centinela*, respectivamente publicados en Brasil y Paraguay, destacando en el estudio de estos casos una lógica mayor de actuación de la prensa.

Palabras clave: Identidades nacionales. Prensa. Guerra.

Introdução

“então também percebi que, num país,
uma coisa é o governo,
outra coisa é o povo”.
(Ondjaki, *Bom dia, camaradas*, 2014)

Na segunda metade do século XIX, os países da América do Sul tornaram-se independentes do domínio das coroas europeias e começaram o processo de estabilização de seus Estados; para tanto, mais do que declarações de independência, cartas constitucionais e conflitos contra eventuais movimentos separatistas, era necessário criar e difundir símbolos nacionais, bem como uma linguagem fundamentando essas identidades nacionais em construção.

Nesse contexto, buscava-se definir os parâmetros de nacionalidade, pois a indefinição das fronteiras na região da Bacia Platina resultou no maior enfrentamento bélico da América do Sul. O conflito que, em terras brasileiras, ficou conhecido apenas como “Guerra do Paraguai” teve, além das nossas fronteiras, o nome de “Guerra da Tríplice Aliança” ou, mais devidamente, “*La Gran Guerra*”.

O enfrentamento envolvendo um pacto entre o Império do Brasil, Uruguai e Argentina contra a República do Paraguai teve no primeiro e no último seus protagonistas. Nas margens opostas do conflito, havia movimentos similares com intenção de moldar a opinião dos povos que derramavam sangue nas águas do Rio da Prata.

O poder destruidor da guerra seguiu alinhado com o potencial formador. Durante seis longos anos de duração do

conflito, tanto no Brasil quanto no Paraguai, estabeleceu-se a imprensa – mais especificamente nos periódicos oficiais – como dimensão de mediação entre Estado e sociedade, relações moldadas pela ideia contínua de opinião pública (Pires Junior, 2012).

A disputa ultrapassava o limite físico e se multiplicava nos discursos oficiais e extraoficiais, visando atribuir significado ao acontecimento da guerra para solidificar o sentimento de unidade que o conflito exigia. No entanto, somente era possível alcançar algum entendimento sobre os discursos produzidos a partir da guerra, considerando que, em meados do século XIX, os símbolos nacionais não tinham a força evocativa que o enfrentamento bélico precisava, pois, em muitos países, o processo de independência ocorreu no seio das elites políticas e econômicas, não tendo sentido para as massas¹.

Durante o conflito, as situações foram transformadas em acontecimentos jornalísticos, moldados na imprensa como reforço

¹ Johny Santana Araújo (2015a) investiga a contribuição dos jornais brasileiros para a criação e difusão da ideia de unidade nacional com foco na atividade periodista piauiense durante a Guerra do Paraguai. No livro, *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866*, o autor mostra os circuitos percorridos pelas notícias da Guerra e também como o conflito serviu de subsídio para encucar na população brasileira a noção de dever pátrio em um momento em que os símbolos nacionais ainda não possuíam a força evocativa que uma guerra requer. Johny Santana Araújo (2015a) ressalta ainda que essa ausência de identificação entre povo e bandeira não era particularidade do Brasil, nos demais países recém independentes da América do Sul ocorria o mesmo, posto que em muitos deles o processo de emancipação foi orquestrado pelas elites econômicas, logo, as massas permaneceriam distantes desses movimentos.

à noção simbólica de nacionalidade que a guerra reivindicava. “A produção exultante de discursos não pode ser separada do esforço bélico dos agentes” (Araújo, 2015a, p. 21), a batalha ocorria nos *fronts* e nos textos de forma latente, superando completamente as distâncias físicas.

Como exemplo dessa propriedade da imprensa, iremos explorar a dimensão discursiva do periódico *A Imprensa*² (1865-1889), órgão do Partido Liberal da distante província do Piauí que, mesmo longe das fronteiras do Sul do Império brasileiro, experimentou ativamente o impacto da guerra, divulgando notícias e propagando a causa da pátria.

Nossa pesquisa seguiu com a análise do periódico paraguaio *El Centinela*³ (1867-1868), também um órgão oficial, mas com a particularidade de ter sido publicado especificamente para divulgar as ações de Guerra do Paraguai e elevar a moral dos soldados no *front*. E, para entender a dimensão bélica da imprensa

durante *La Gran Guerra*, é necessário, ainda, traçar um panorama sobre a expansão da imprensa em ambos os países, pois, por meio dessa diferenciação, conseguiremos perceber as particularidades dos discursos estruturados durante o conflito, assim como as similaridades.

A expansão da imprensa: os casos de Brasil e de Paraguai

A expansão da atividade da imprensa ocorreu de maneira distinta no Brasil e no Paraguai. Enquanto o primeiro gozava de certa liberdade de expressão, o segundo controlava ao máximo a produção de discursos nos seus territórios, sendo o período da Guerra do Paraguai o momento de maior abertura para a imprensa no país (Johansson, 2011).

Em relação ao Brasil, o historiador Arnaldo Lucas Pires Junior (2012) apontou o processo de formação e consolidação de uma esfera pública nacional como característica do comportamento da imprensa na segunda metade XIX. A todo tempo, os eventos no país tinham, no traçado da imprensa, narrativas retratando ou conduzindo a situação política, e o jornalismo aprofundava cada vez mais a dimensão de opinião pública.

A atividade da imprensa foi marcada pela forte pressão governamental desde o surgimento. Com a Corte portuguesa, ainda na época de D. João VI, veio para o Brasil uma pequena tipografia, responsável pela publicação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*,

² Órgão do Partido Liberal da província do Piauí, tinha como principais redatores nomes importantes da política provincial, entre eles o jurista e deputado pelo Partido Liberal Deolino Moura; e o renomado jornalista piauiense David Caldas. O periódico *A Imprensa* circulou na capital da província do Piauí entre os anos de 1865 e 1889, se tornando o jornal piauiense de maior longevidade no século XIX (Matos, 2019).

³ De acordo com nossas leituras do periódico *El Centinela* constatamos que o jornal paraguaio era um órgão oficial do governo que foi lançado exclusivamente para propagandear sobre a Guerra, com a intenção de aumentar a autoestima da população, e principalmente a dos militares. Redigido pelo boliviano Roca Tristá, o periódico circulou na capital paraguaia Assunção entre os anos de 1867 e 1868. María Lucrecia Johansson (2011) classifica o jornal *El Centinela* como parte da revolução periodista que se deu no Paraguai ao longo da Guerra.

que inaugurou em setembro de 1808 e se manteve em circulação em moldes servis até dezembro de 1822. Este serviu para a difusão de informações oficiais e de notícias da Corte e de Portugal (Rêgo, 2001).

No entanto, das particularidades no trajeto da imprensa nacional, destaca-se que não foi *O Gazeta* o nosso primeiro jornal, mas sim o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa⁴, jurista formado pela escola de leis de Coimbra. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido em Sacramento, cresceu em Pelotas, no Rio Grande, e enxergou na mudança da Corte para terras brasileiras, uma possibilidade de desenvolvimento para as duas pátrias (Lopo, 2005, p.18).

Desde 1821, quando começaram a vigorar as políticas de liberdade de expressão para a imprensa é que textos carregados de convicções sobre quais os rumos a Monarquia deveria tomar foram publicados. Dessa forma, as folhas não escondiam a conotação política, como *O amigo do Rei e da Nação*, *O Reverbério Constitucional Fluminense*, *O Tamoio* e *Sentinela da Liberdade* (Barros, 2023). Aos poucos, a imprensa nacional alcançava uma característica que a acompanharia durante toda a expansão: o caráter político panfletário.

⁴ Sobre esse tema, existem controvérsias na historiografia, pois alguns autores apontaram que o primeiro periódico brasileiro surgiu em Pernambuco. A informação é contraditória diante da existência de uma Carta Régia datada de 1706, documento enviado pela Coroa portuguesa direcionada ao governador da província Francisco de Castro Moraes no Rio de Janeiro, e ordenava o sequestro de “letras impressas e quaisquer tipografias”. De qualquer modo, a imprensa somente foi expressiva no país com vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro.

De acordo com a historiadora Ana Regina Rêgo (2011), o fim da censura régia inflamou o debate político com um aspecto mais agressivo a partir do surgimento dos “pasquins”, folhas que retratavam a política com ares de sátira, usando o humor para se posicionar. O jornalismo, irremediavelmente, tornou-se o meio por onde os fios da política e do debate intelectual passavam para se legitimar.

Como exemplo dessa lógica de legitimação do discurso, podemos citar o periódico *O Espelho*, do mesmo editor de *A Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, no qual o próprio imperador escrevia com linguajar grosseiro a fim de defender sua posição (Ribeiro, 2007). No interior da atividade periodista a sociedade civil ampliou um espaço de atuação da força política, ao mesmo tempo em que figurava a principal ponte de comunicação entre Império e sociedade.

O historiador Nelson Werneck Sodré (1994) ressaltou que o país viveu uma fase de intensas agitações pausadas apenas na década de 1850 quando o Império teve ares de consolidação, mas, logo em seguida, é chegada a década de 1860 e, com ela, a guerra na região platina, que surgiu como um corte, expondo as contradições da sociedade. A imprensa acompanhava as transformações sociais, sendo, ao mesmo tempo, testemunha e agente dessas mudanças.

A instabilidade dos tempos estava vinculada ao processo de enraizamento social da Monarquia à legitimação da Coroa perante as forças dominantes no país. A consolidação do Império aconteceu à custa de

muito sangue derramado nas revoltas separatistas. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, entre 1832 e 1848 o Império de Dom Pedro II enfrentou revoltas em quase todo o território, onde o complexo cosmos social se chocava com a ordem imposta. Em Pernambuco e Alagoas, ocorreu a Guerra dos Cabanos (1832-1835)⁵; em Belém do Pará, a Cabanagem (1835-1840)⁶; no Maranhão, a Balaiada (1838-1841)⁷; na região do Rio Grande do Sul, a Farroupilha (1835-1845)⁸;

5 A Guerra dos Cabanos teve origem com a insatisfação de políticos conservadores de Pernambuco com as suas exonerações de cargos da administração imperial quando da abdicação de D. Pedro I em 1831. Em Pernambuco, a defesa do retorno de D. Pedro I transformou-se em revolta em alguns pontos da província, o movimento tomou corpo e vários proprietários de engenhos na Zona da Mata no sul pernambucano e norte de Alagoas, importante área de produção açucareira, uniram-se em nome da causa (Dantas, 2014).

6 A Cabanagem foi um movimento revolucionário que abrangeu boa parte do território amazônico e que dizimou a população da capital paraense, Belém, se destacando como um dos maiores confrontos internos que o Império brasileiro enfrentou em seu período regencial. Os cabanos, como eram conhecidos os revoltosos, se denominavam “patriotas”, assumindo uma identidade que unia negros africanos, mestiços, índios e pequenos proprietários contra qualquer expressão do mandonismo português, onde o ódio aos lusitanos serviu como amálgama que manteve o confronto (Ricci, 2007).

7 A Balaiada foi uma revolta popular que, iniciada no Maranhão, onde os revoltosos chegaram a tomar a capital Caxias, se estendeu até os territórios da província do Piauí. Os balaaios, grupo formado por sertanejos, artesãos, vaqueiros, lavradores, escravos e donos de pequenas porções de terra se revoltaram contra os grandes proprietários de terra e as forças legalistas, visto que a situação da província do Maranhão era de miséria ao final da década de 1830, devido à queda do valor do algodão maranhense no mercado internacional. A Balaiada, que começou com disputa pelo poder entre liberais e conservadores, se espalhou entre as classes populares (Luz, 2016).

8 A Guerra dos Farrapos, ou simplesmente Farroupilha, foi a insurreição mais duradoura que o

e as revoltas conhecidas como “brigas de brancos” (1842)⁹, por não envolverem a população pobre, estavam em disputas de interesses de fazendeiros e donos de escravizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Carvalho, 2022).

Os ecos dissonantes do Império em fratura refletiam na atividade da imprensa, pois ocorriam constantemente publicações em formato de panfletos e livretos de duração efêmera, com propaganda dos interesses civis. Nesses moldes, circularam na Corte o *Ação, reação, transação*, de Justiniano José da Rocha, e as *Cartas de Erasmo*, de José de Alencar. Para pensadores, como o jornalista conservador José da Rocha, “o trono ainda não tinha se enraizado no Brasil” (Sodré, 1994, p. 169), o que explicaria tanto as revoltas separatistas como o comportamento combatido da imprensa.

Essa instabilidade latente somente seria contornada na década seguinte. De acordo com Nelson Werneck Sodré

Império brasileiro enfrentou, contabilizando dez anos de confronto. A revolta, que nasceu na elite estancieira gaúcha, se devia em parte a frustração quanto à nacionalização da política imperial que não se concretizou com a abdicação de D. Pedro I, sendo explícita a continuidade da influência portuguesa nos braços do governo central. Além do mais, o aumento de juros sobre o charque rio-sul-grandense, em detrimento dos baixos impostos do charque oriental estrangeiro, alimentava ainda mais a insatisfação dos farrapos (Schmitt, 2018).

9 José Murilo de Carvalho (2022) chama de “brigas de brancos” as disputas políticas promovidas pela elite dos centros econômicos do Império brasileiro. As insurreições ocorridas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro tinham origem na cisão entre liberais e conservadores, sendo, portanto, financiadas por grandes proprietários de terra, comerciantes e políticos em busca de maior representatividade no jogo político que se constituía (Carvalho, 2022).

(1994), o Brasil experimentava a falsa calma do período de conciliação entre liberais e conservadores pela manutenção da unidade do Império. Os anos 1850 testemunharam, também, o avanço de tecnologias, o vapor e a construção de linhas férreas que melhoravam o funcionamento do comércio, o telégrafo e o surgimento de novas tecnologias tipográficas, as quais favoreciam a comunicação. O quadro de modificações possibilitou, ao meio urbano, uma relativa emancipação do ambiente rural – uma série de mudanças que o autor classificou como progressistas.

O Segundo Reinado iniciou sobre essa “aparente estabilidade, em que o poder moderador, na figura de Dom Pedro II, buscava equilibrar interesses de fazendeiros, traficantes de escravos e da igreja” (Rêgo, 2001, p. 46). De acordo com Ana Regina Regô, essa “calmaria” influenciou certo marasmo na imprensa, pois, somente se tornaria novamente panfletária e combativa com as crises provindas do fim do tráfico negreiro, e, posteriormente, com as tensões na região do Rio Prata, onde a imprecisão das fronteiras do Império culminaram no conflito com a república paraguaia.

Em um primeiro momento, o conflito foi encarado como uma “guerra justa” na imprensa, mas, posteriormente, passa a ser malvisto pela sociedade, tanto pela duração, que demandava o constante recrutamento de homens para o campo de batalha, como pela instabilidade econômica causada pelos imensuráveis gastos bélicos. O processo de desgaste da imagem do conflito foi documentado pela imprensa na Corte. Folhas como o *Opinião Liberal* e o *Correio Mercantil*, que criticavam abertamente o conflito, ressaltavam em tom alarmista

o crescimento da dívida externa proporcionada pela Guerra. A imprensa ilustrada, conquistando espaço na cena pública, teve, na Guerra, um momento de grande relevância, pois folhas e revistas utilizavam de imagens para atacar o inimigo e fomentar o nacionalismo formado no seio do conflito (Pires Junior, 2012).

O historiador Arnaldo Lucas Pires Junior (2012), na pesquisa sobre o jornalismo ilustrado durante a Guerra do Paraguai, destacou algumas dessas publicações, como *O Bazar Volante*, o *Semana Illustrada* e, ainda, o *Paraguai Ilustrado*, publicado exclusivamente para satirizar o considerado inimigo platino. A imprensa nacional brasileira era, e ainda é, esse cenário diverso no qual os indivíduos da elite figuram na cena pública, configurando-se uma extensão do debate político e também espaço de comunicação entre Estado e sociedade. Essa dimensão foi amplamente explorada durante a Guerra, justamente para sedimentar o ideário de nação que se pretendia construir, bem como fomentar o patriotismo necessário na realidade do conflito bélico que, no entanto, não tinha bases sólidas na sociedade.

Assim como no Brasil, a imprensa paraguaia nasceu sob o signo da oficialidade, cumprindo função de divulgar informações do governo e com uma linha de comunicação unilateral entre Estado e sociedade. O primeiro jornal do país data de 1845 e foi criado durante o governo do presidente vitalício Carlos Antonio López. O *El Paraguayo Independiente* tinha, no líder da nação, o principal redator, e, desde a publicação inaugural, um explícito objetivo norteador: fazer com que a república paraguaia tivesse a autonomia devidamente

reconhecida pelos vizinhos platinos, em específico a Argentina (Baratta, 2022).

As relações fronteiriças entre o Paraguai e os demais países platinos sempre foram tensas, porque o Rio da Prata era a única ligação do país com o exterior, e também pelo não reconhecimento da sua autonomia. A historiadora María Victoria Baratta (2022) ressaltou que a independência paraguaia, proclamada em 1813 pelo Congresso, era fruto, sobretudo, da instabilidade da Coroa espanhola com a necessidade do país de se desvencilhar do controle de Buenos Aires, quanto ao comércio de tabaco. Buenos Aires não reconheceu estas decisões.

Com a morte de dr. Gaspar Rodríguez de Francia, ditador supremo do Paraguai, a nova Ata de Indecência foi aprovada em 1842, na qual o país se declarava livre de toda influência exterior e do controle de Buenos Aires. Dois anos depois, Carlos Antonio López era declarado presidente vitalício da República. Mais uma vez o evento não teve validade aos olhos argentinos, cuja figura central do poder, Juan Manuel de Rosas, não enxergou no Paraguai nada mais do que uma província rebelde.

O desgaste das relações fronteiriças e comerciais era tanto que levou a república paraguaia a uma conduta de isolamento e vigilância constante, em 1844 “qualquer barco de Buenos Aires navegando em suas águas poderia ser considerado premissa de guerra”¹⁰ (Baratta, 2022, p. 60, tradução própria). Ironicamente, o Império brasileiro reconheceu a independência do Paraguai, e,

fazendo uso da influência diplomática, ajudou a estabelecer um acordo de navegação entre e Carlos Antonio López e o Governador da Província de Corrientes, Joaquín Madariaga, em uma aliança contra a Confederação Argentina.

Nesse contexto, o periódico *El Paraguay Independiente* surgiu como resultado da necessidade de reconhecimento que a república paraguaia carecia. Além do próprio presidente, o jornal contava com contribuição dos homens de confiança do governo, entre os quais o diplomata brasileiro José Pimenta Bueno. As publicações visavam defender a causa da independência e liberdade do Paraguai. Carlos Antonio López fez o esforço de destinar suprimentos e recursos para formação de tipografias, pois o considerado desenvolvimento da imprensa representaria mais um símbolo do progresso independente do Paraguai. Circulavam ainda pelo país publicações em formato de catecismos cívicos, distribuídos principalmente nas escolas paraguaias.

Quando do reconhecimento da autonomia do Paraguai pela Confederação Argentina em 1843, o presidente vitalício do Paraguai fez circular o catecismo político intitulado *Tratado de derechos y deberes del hombre social*¹¹. O documento divulgava valores republicanos e liberais, além da importância do respeito aos direitos individuais dos cidadãos (Baratta, 2022). Ressaltamos que a maioria da população paraguaia era analfabeta, ou se comunicava em guarani, mas suspeitamos que a dimensão teórica do governo chegasse ao povo

¹⁰ No original: “cualquier barco de Buenos Aires navegando en sus aguas podría considerar-se premissa de guerra”.

¹¹ Tratado de direitos e deveres do homem social.

pelas práticas de leitura pública. Durante a guerra contra a Tríplice Aliança, ocorreram assembleias organizadas por mulheres, na capital Assunção, para leitura de notícias e proclamação de discursos patrióticos; nos campos de batalha, a leitura dos periódicos costumava ser feita em alto e bom tom (Potthast, 2013).

A imprensa de catecismo político era um instrumento pedagógico para solidificar a identidade nacional paraguaia. Esse método de manipulação da opinião pública foi recorrente no Paraguai, pois tinha sido utilizado no governo do dr. Gaspar Rodríguez de Francia e no autoritarismo de Carlos Antonio López. A Igreja Católica Romana ocupou espaço central, uma vez que as obrigações patrióticas que se buscava implantar nos indivíduos eram, sobretudo, cristãs. Nos catecismos empregados na Escuela Normal del Paraguay, a pátria era descrita como uma grande família da qual todos deveriam se sentir responsáveis, na “*República cristiana*”¹² e católica do Paraguai as obrigações cívicas estavam explícitas: “Todo paraguayo debe amar a sua pátria, ser justo e benéfico, sujeitar-se às leis, obedecê-las e respeitar as autoridades estabelecidas”¹³ (Potthast, 2013, p. 11, tradução própria). O Estado paraguaio alicerçava as bases em simbologias que possuíam potência na cultura política da sociedade: a religiosidade e o patriarcado.

O próximo marco na imprensa paraguaia foi a guerra contra a Tríplice Aliança. Até o estopim do conflito, a reduzida atividade periodista do Paraguai era voltada apenas à panfletagem ideológica, com a finalidade de criar, entre os cidadãos, o sentimento de pertencimento tão necessário aos Estados, buscando se consolidar em meio às tensões na região platina. Apesar do rígido controle, a atividade periodista somente atingiu as metas patrióticas do governo com a Guerra, momento no qual surgiram os periódicos de trincheira – estes com retaliativa autonomia e a responsabilidade de manter os soldados empenhados. As publicações dessas folhas, produzidas na situação de guerra total em que o país se encontrava, eram carregadas dos sentimentos mais profundos e até mesmo contraditórios que a luta armada provocava.

Quando o conflito foi devidamente anunciado, em 1864, apenas o periódico *El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles* circulava no país. A folha que, desde 1853, cumpria somente de tarefa panfletar a ideologia da república e realizar comunicações oficiais, teve um aspecto combativo com a guerra, defendendo a liberdade da república e o patriotismo. Ao decorrer dos anos e com a circularidade de redatores, o periódico abordou grande variedade de temas, desde o debate da política internacional até artigos de sobre formas de cultivo da terra e apontamentos sobre medicina. A lógica discursiva buscava o progresso para o Paraguai (Campos; Florentín, 2017).

Com a Guerra, circularam, no país, os periódicos *El Centinela* (1867-1868), *Cabichuí* (1867-1868), *Cacique Lambaré* (1867-1868) e *Estrella* (1869), publicações

¹² “República cristã”.

¹³ No original: “*Todo paraguayo debe amar á su patria, ser justo y benéfico, sujetarse á las leyes, obedecerlas, y respetar las autoridades establecidas*”.

sintomáticas de uma ação política conjunta, cuja escrita e divulgação, bem como as práticas de leitura coletiva, revelavam a latente necessidade de moldar a opinião pública para os objetivos da guerra. Nos periódicos de trincheira, encontramos um sistema de oposição de identidades no qual a ideia de si era construída em antagonismo ao inimigo, conforme apontou a historiadora argentina María Lucrecia Johansson (2011, p. 197, tradução própria):

Nos jornais de trincheira, o discurso de mobilização veiculado pelas gravuras se baseou em um sistema de oposição nós/eles, que foi refletido através do contraste entre imagens negativas e positivas, utilizadas de duas maneiras. Por um lado, foi utilizada uma imagem negativa do adversário para revelar uma imagem positiva de si mesmos; assim, ao mesmo tempo em que se tentava convencer os paraguaios do caráter desumano dos inimigos, exaltava-se o caráter benevolente dos paraguaios. Por outro lado, realizou-se o procedimento contrário, ou seja, apresentou-se de forma positiva e idealizada o Paraguai, seus soldados e cidadãos, para revelar uma imagem negativa dos inimigos¹⁴.

14 No original: “En los periódicos de trinchera el discurso de movilización vehiculizado por los grabados reposó en un sistema de oposición nosotros/ellos, que se plasmó a través del contraste entre imágenes negativas y positivas, utilizadas de dos maneras. Por un lado, se usó una imagen negativa del adversario, para revelar una imagen positiva de sí mismos; así, a la vez que se trataba de convencer a los paraguayos del carácter inhumano de los enemigos se exaltaba el carácter benevolente de los paraguayos. Por otro lado, se realizó el procedimiento contrario, es decir, se presentó de forma positiva e idealizada al Paraguay, sus soldados y ciudadanos, para revelar una imagen negativa de los enemigos”.

O sistema de oposição *nosotros/ellos*, evidenciado por Johansson na imprensa de trincheira, era ampliado pelo uso da xilografia, que dava às representações do exército inimigo características ridículas na tentativa de desmoralizar a Tríplice Aliança. Nas imagens produzidas, muitas vezes pelos próprios soldados, o exército brasileiro era representado como uma orla de “macacos” nos periódicos paraguaios. No Brasil, o tráfico negreiro findou em 1853, mas o regime servil se arrastava na base das grandes propriedades. Pensar a existência da escravidão é um aspecto fundamental para entender os discursos da imprensa de Guerra, tanto a brasileira quanto a paraguaia, pois, durante o conflito, o Império usou a libertação de escravizados para servirem nos campos de batalha, posto que o exército deveria ser composto por homens livres. Logo, a prática se tornou recorrente diante da longa duração do movimento bélico.

A lógica de atuação imperial no recrutamento de ex-escravizados, que só atingiram a condição de homens livres para compor destacamentos de guerra, foi mal vista pela imprensa brasileira e também serviu de munição aos ataques retóricos do inimigo republicano. No periódico paraguaio *Cabichuí*, que, assim como outros, era distribuído gratuitamente entre civis e, principalmente, militares, eram frequentes chamadas do tipo “Assim se caçam os negros”, “Fogo aos negros”, “Exército de macacos jogando Canabal”¹⁵ (Toral, 1995, p. 288, tradução nossa).

15 “Así se cazan los negros”, “Fuego a los negros”, “Ejército macacuno jugando Canabal”.

De acordo com o historiador Johny Santana Araújo (2015), o Brasil, no começo do conflito, foi atravessado pela crença de que o exército aliado estava travando uma luta ganha, no entanto as forças formadas pela união de Império, Uruguai e Argentina depararam-se com a surpreendente resistência do exército paraguaio. Além disso, as guerras nas fronteiras platinas eram frequentes e não costumavam ter duração prolongada. Se no primeiro momento de campanha de alistamento para a Guerra a propaganda do discurso patriótico por periódicos oficiais e extraoficiais foi o suficiente, logo a demanda de efetivos para o conflito se tornou um problema.

A demora da Guerra expôs, de maneira visceral, o lado mais sombrio do recrutamento militar brasileiro. O Império havia herdado do período colonial português um modelo de recrutamento forçado, no qual a rigidez dos castigos físicos era prática comum das instituições militares “deixando marcas profundas nos setores mais pobres da sociedade” (Araújo, 2015, p. 213). No Estado imperial, o recrutamento cumpria, muitas vezes, o papel de limpar as urbes de corpos indesejados, dando-lhes como destino as baixas camadas do serviço militar.

A formação dos ditos destacamentos de voluntários da pátria fez o signo da vulgaridade. “De acordo com o Decreto 3.509 de 12 de setembro de 1865” (Araújo, 2005, p. 104), era possível que o cidadão comprasse a dispensa do serviço militar ou apresentasse substitutos de forma legal. Essa normativa fazia parte dos regulamentos do exército e da marinha e incidiram na ação de alforriar escravizados para servir

no *front*: partir para Guerra era considerado coisa de pobre ou escravizado.

Em 1866, o próprio Dom Pedro II dava exemplo ao escrever para o Ministro da Guerra: “Forças e mais forças a Caxias, o apresse a medida de compra de escravos e todos que possam aumentar o nosso exército”. Outra medida drástica do Imperador foi mandar alforriar todos os escravizados nas fazendas nacionais para compor contingentes na Guerra (Torral, 1995, p. 292).

Nesse cenário, atuavam, ainda, as forças dos destacamentos da Guarda Nacional, cujo recrutamento foi complexo desde o começo do conflito (Araújo, 2015). Essa instituição que, oficialmente, deveria ser um braço militar do Império mais próximo da realidade das províncias, acabou por se tornar refém dos patronados locais, não impedindo a formação de destacamentos, mas os hierarquizando. Grosso modo, os guardas nacionais enviados ao campo de batalha eram os que não desfrutavam da proteção de algum membro da elite local.

Dessa forma, os corpos compondo os *fronts* do exército brasileiro eram negros, pobres e excluídos socialmente sem nenhum tipo de treinamento militar e que se viam incumbidos de defender com própria vida uma pátria que sempre lhes fora ingrata. Todos esses contrastes alimentavam as sátiras da imprensa de xilogravura paraguaia, acompanhadas de chamadas do tipo: “*A los negros nalgas*”¹⁶, que foi publicada a edição de número 16 do periódico *El Centinela*.

¹⁶ “Para os negros, nádegas”.

Ao lado da chamada provocativa da décima sexta edição do periódico *El Centinela*, há uma xilogravura que representa soldados paraguaios mostrando as nádegas para um balão de espionagem brasileiro. O conjunto composto por imagem e texto evidencia o tamanho do desprezo que o povo paraguaio nutria pelo exército inimigo. Na dimensão discursiva dos periódicos brasileiros e paraguaios, encontramos verdadeiras *fronts* de guerra, e “quem está à testa dos exércitos é o sustentáculo do Estado” (Tzu, 2006, p. 39).

Uma guerra sem fronteiras: estudo dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*

No avesso do texto jornalístico, encombrem-se visões de mundo, contradições e interesses, e é com estas questões em perspectiva que analisamos os casos dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*, respectivamente no Brasil e no Paraguai. Ambos os órgãos oficiais do Estado em seus respectivos países, começaram a circular no contexto da Guerra, sendo, por esse motivo, importantes pontos de observação de quais os direcionamentos as nações em conflito pretendiam para a opinião pública de seus povos. No caso do *El Centinela*, a veiculação somente foi realizada para cumprir as demandas de propaganda que o estado de guerra total impunha ao Paraguai.

A Imprensa, periódico do Partido Liberal da província do Piauí, pertencia a um movimento de expansão no periodismo vinculado aos aspectos do fazer político

provincial e não diretamente ao conflito. Por se tratar de um órgão oficial do Partido Liberal, os discursos eram de cunho panfletário, com foco na divulgação dos ideais liberais. No entanto, por os liberais estarem no poder tanto no Império quanto na província do Piauí, o começo da Guerra fez do periódico palanque de propaganda, repasando as diretrizes do patriotismo que o Estado imperial brasileiro tentava construir.

Nossa pesquisa foi fundamentada nos discursos produzidos a partir da Guerra. Os periódicos citados são uma pequena parcela, visto a produção massificante de textos que o conflito proporcionou. Por meio deles, observamos as diferenças nas narrativas sobre a Guerra nos dois países, bem como as similaridades discursivas que esses textos apresentam.

A Guerra foi vivenciada de duas maneiras, ambas viscerais: nas batalhas e nos discursos. Focaremos os discursos. O conflito traçou, na América do Sul, um outro tipo de enfrentamento ainda não experimentado em tão larga escala e deixou marcas profundas na construção das identidades desses povos: a batalha discursiva para definir posições políticas e sociais.

Posto que os pormenores do conflito em si fogem da nossa alçada, é importante, ainda, destacar que os acontecimentos de 1862 deixaram pairar solto o espectro da Guerra cujo rondava a região platina. No Paraguai, Francisco Solano López assumiu o poder; na Argentina, houve a reunificação nacional comandada por Buenos Aires onde Corrientes voltou a responder ao poder central; e no Império brasileiro, o Partido Liberal substituiu o Conservador (Doratioto, 2002). Estas situações, aliadas à

interferência do Império na guerra civil do Uruguai, país que se arrastava em uma disputa sangrenta pelo poder entre as facções *Colorados* e *Blancos*, deram estopim à Guerra.

Em abril de 1864, o Governo Imperial mandou, em missão especial, o conselheiro José Antônio Saraiva às tensas terras uruguaias a fim de garantir os direitos de brasileiros residentes no país. Na ocasião, o chanceler Juan José Herrera acusou o Império brasileiro e a Argentina de incentivarem a guerra civil, posto que muitos estrangeiros tomavam lados na batalha próximos às fronteiras (Doratioto, 2002).

O Império brasileiro representado por Saraiva, e a Argentina, pelo conselheiro de Estado Elizalde, passaram a cooperar pela paz uruguiaia, unindo forças contra o líder *Blanco* e então Presidente do Uruguai Atanasio Aguirre. Os *Blancos*, frente à constante interferência diplomática do Império, buscavam apoio em Solano López, enquanto os rebeldes *Colorado*, representados por Venancio Flores, receberam apoio diplomático e, posteriormente, militar do Império brasileiro e de infraestrutura naval por parte do presidente argentino Bartolomé Mitre Martinez. Estavam então dados os contornos da “*La Gran Guerra*”.

A presença de representantes diplomáticos e das tropas do Governo Imperial na política uruguiaia pode ser interpretada como uma questão-chave, visto que as influências brasileiras no país oriental prejudicavam, diretamente, o interesse paraguaio por uma possível unificação. Em 10 de novembro de 1864, em um explícito ato de guerra, o governo paraguaio captura o vapor brasileiro Marques de Olinda em resposta à intervenção militar brasileira na

república oriental (Doratioto, 2002). Todos os tripulantes da embarcação morreram em prisões paraguaias.

Em janeiro de 1865, Solano López solicitou ao governo argentino permissão para forças paraguaias atravessarem as províncias de Corrientes e Entre Rios para atacar o Rio Grande do Sul e, diante da negativa, declarou guerra também à Confederação Argentina. A união entre Argentina, Uruguai e Brasil contra a república ocorreu quase de forma intuitiva.

Por ocasião do início da Guerra, o ministro brasileiro em Assunção, Cezar Suavan Viana Lima, escreveu para o Almirante Tamandaré, informando que uma “tropa de 10 mil homens seria suficiente para derrotar, sem esforço, o exército de Solano López” (Doratioto, 2002, p. 62). Essa visão equivocada e otimista logo caiu por terra. A complexidade das relações no entorno da Bacia do Prata não possibilita apontar um motivo isolado para a Guerra, mas sucessivas premissas provocando o conflito.

Esse cenário variado alimentou os tortuosos discursos da batalha simbólica traçada na imprensa. A Guerra surgia como uma possibilidade de autoafirmação por meio de uma linguagem beligerante construída principalmente no jornalismo. Devido à necessidade de alimentar o conflito com corpos para a luta armada e a circularidade das notícias da Guerra, províncias distantes das fronteiras do Sul, como a do Piauí, passaram a ter imagens da guerra dentro do cotidiano.

Os movimentos da Guerra, o número de homens nas batalhas, as armas disponíveis e as ações tanto do exército aliado quanto do inimigo eram repassados ao

público leitor pela imprensa brasileira. O periódico piauiense *A Imprensa* é um exemplo valioso dessa lógica. Na publicação inaugural, contou com a transcrição de notícias de jornais da Corte e dos países aliados com relatos dos acontecimentos na fronteira.

O governo argentino tem multiplicado esforços e concentrado forças numerosas no teatro da guerra. *A Nacion Argentina* faz a seguinte reseña dellas; Infantaria a ordem do general Paunero 5,000 homens/Correntinos 7,000/ Entrerianos 7,000/ Infantaria brasileira na esquadra 2,000. Total de 21,000. A estes 21,000 homens devem reunir-se em poucos dias mais 4,000 guardas nacionais (*A Imprensa*, 27 jul. 1865).

A mobilidade das narrativas sobre a Guerra ultrapassava as distâncias. O texto citado anteriormente foi publicado na edição número um do periódico *A Imprensa*, tratando-se de uma transcrição do periódico argentino *A Nacion Argentina*. O próprio caminho percorrido pelas notícias era repassado aos leitores. Ainda na publicação inaugural, *A Imprensa* elucidou ao público algumas dessas rotas:

Os jornais de Montevideo só reproduzem o que noticiam os de Buenos Ayres. *A Epocha*, escrevem por intermedio de um navio italiano vindo do Paraguay que esta republica conta com as seguintes forças: 50,000 de terra; 19 vapores; com suas tripulações; 6 chatas com peças de grosso calibre, achando-se 7 vapores em Corrientes e os mais dispersos nos rios paraguayos (*A Imprensa*, 27 jul. 1865).

Nesse trecho, ocorreu a transcrição do periódico uruguaio *A Epocha*. Nota-se

o cuidado de revelar quais as fontes da notícia, bem como o caminho percorrido pelas informações até o momento da publicação no *A Imprensa*. Todos esses aspectos tinham a intenção de conferir veracidade à narrativa do periódico. Por se tratar de um órgão oficial do Estado, *A Imprensa* dedicava muitas páginas à correspondência oficial dos gabinetes da Província. Nessas transcrições, percebemos quais os ideais de patriotismo almejados pelo Império. Na parte destinada à comunicação oficial da folha, eram expostos relatórios, editais, nomeações e as comunicações entre a Assembleia Provincial, a Corte e a presidência da província do Piauí.

A invasão de nossas províncias pelos paraguayos exige dos brasileiros maiores sacrifícios, a fim de que se assegure a integridade do Imperio e se salve a honra e a integridade nacional [...] Faz-se necessário reforçar nosso exército. [...] Quando o Imperador vai ao teatro da guerra, ninguém pode recusar-se de acompanhar (*A Imprensa*, 28 ago. 1865).

Esta citação é um trecho da Ata da Presidência do Conselho de Ministros de julho de 1865. Passados quase um ano de conflito, acumularam-se muitas baixas, pois, no campo de batalha, a Guerra não cessava de consumir corpos. Aliado aos discursos de ampla circulação transcritos pelo periódico havia, ainda, os artigos e poemas dos redatores do *A Imprensa* mostrando como a classe intelectual piauiense entendia o conflito.

Monarca
excelso! Pedro idolatrado,
La mesmo nesses campos de peleja
Cercado do esplendor de tua gloria

De um verdadeiro heróe!
Não é por despedirco' o glandio em punho
A morte do inimigo que combates;
Depois armada a hoste de sassinos
Que antepoz escravos a soldados,
E lhes diz: "degolai por minha conta e
roubai pela vossa!
(A Imprensa, 9 dez. 1865).

No poema "Ao herói do Uruguaiana", publicado na edição de número 20 do periódico, observamos a lógica dualista atravessando os discursos sobre a Guerra. De um lado estava "Pedro idolatrado", a representação do Imperador se personificava às qualidades destinadas à nação, enquanto o inimigo platino era descrito como um "covarde", "assassino" e "escravo".

De acordo com Koselleck (2006), uma unidade de ação política e social se constitui por meio de conceitos pelos quais se delimita enquanto excluem outras. Nesse sentido, a citada Guerra se tornou subsídio para produção de símbolos e imagens, pretendendo construir a noção de unidade necessariamente em oposição ao outro, no caso a República do Paraguai.

No "Theatro da guerra", a construção da identidade nacional em oposição ao inimigo ocorreu dos dois lados da encenação. A palavra imprensa era utilizada como arma e escudo, justificando as ações dos governos e definindo as fronteiras do pertencimento. O periódico paraguaio *El Centinela*, que começou a circular em abril de 1867, quase quatro anos depois de deflagrado o conflito, tinha a missão de elevar a moral do povo paraguaio violentado pelo estado de guerra total no país.

El Centinela era editado pelo boliviano Roca Tristá, intelectual exilado no Paraguai por ser considerado perigoso à ordem na Bolívia, uma figura que articulava artigos, imagens e poemas, fazendo do periódico uma frente valorosa durante a Guerra (Silva, 2020). A imprensa paraguaia tinha noção que a identidade do país era utilizada em um jogo de oposição entre a suposta civilização e a barbárie pelas demais nações envolvidas na Guerra e fazia uso do mesmo sistema para se referir ao inimigo imperial.

Na Biblioteca Nacional do Paraguai, o arquivo digitalizado do *El Centinela* foi cedido pela editora paraguaia *Tiempo e Historia*, contando com uma longa dissertação na introdução assinada por José Antonio Vazquez. No texto, o autor justificou as decisões de Solano López como sendo a reação para barbárie dos aliados, movidos pela inveja da independência e solidez da república paraguaia. Ao país, haveria restado apenas a opção de defender-se do horror de uma guerra imposta, e seguiu a argumentação enaltecendo a honradez do passado paraguaio:

Se a leitura, como Descartes tão belamente pensava, é uma conversa com as pessoas honradas dos séculos passados, hoje folhear este pequeno semanário, passageiro mas intenso, nascido no outono de 1867 com o trágico veneno de uma guerra implacável saturando ao redor da luz e do ar, proporcionará o encanto de conversar com uma coletividade mais independente, corajosa, que no século anterior conheceu a América Latina: o Paraguai de Francia e os López

(Vazquez, 1964 apud *El Centinela*, mayo 1867, tradução própria)¹⁷.

Se, para os aliados, o exército paraguaio era composto por um povo bárbaro, cruel e sem saída, o *El Centinela* evocava os mesmos símbolos, justamente para se opor à imagem construída pelos inimigos. Usando do sistema de oposição que Lucrécia Johansson (2011) nomeou apenas de *nosotros/ellos*, consistia-se basicamente em compor a imagem de si em detrimento à do outro, no caso, o rival de guerra.

Por que eles estão deitados amamentando por dois anos sem poder distrair nossas trincheiras? A dificuldade do inimigo não está apenas nos terrenos, nem nas posições; está calçada no soldado sem valor, nos velhos que mantêm o Brasil (*El Centinela*, mayo 1867, tradução própria)¹⁸.

No trecho citado, a duração das trincheiras foi associada ao baixo valor que o soldado brasileiro tinha, devido ao fato de o Império seguir o conflito alforriando escravizados para compor o exército, uma questão amplamente explorada pela imprensa paraguaia. Nos textos do *El Centinela*, o brasileiro era o bárbaro, inculto e não livre. Como os escravizados defenderiam a pátria com amor?

¹⁷ No original: “Si la lectura, como tan bellamente pensaba Descartes es una conversación con las gentes honradas de los siglos pasados, hojar este pequeño semario asun año, efimero pero intenso, nacido em el otoño de 1867 con el trágico veneno de una guerra implacable saturando alrededor da luz y el aire, dará el sortilegio de platicar con colectividade más independiente, valerosa, que em la centuria anterior conoció la America Latina: el Paraguay de Francia y los López”.

¹⁸ No original: “¿Por qué yacen amantandos dos años sin poder distrair nuestra trincheras? La dificultad del enemigo no esta esta solo en los terrenos, ni en las posiciones; está califa el soldado sin valor, vejeles que mantiene al Brasil”.

Apesar dos apontamentos quanto à qualidade do exército imperial, o Paraguai também contava com batalhões formados exclusivamente por escravizados, ressaltando que o país não havia abolido definitivamente a escravidão negra. O que existia era uma Lei do Ventre Livre, criada no governo de Carlos López em 1842 (Toral, 2011).

A guerra exige uma lógica própria de suspensão de símbolos, que não precisavam estar necessariamente vinculados às situações, mas sim a um ideal. Os discursos beligerantes de construção de identidade se alimentavam de emoções e dores reais, no entanto eram manipulados racionalmente. Então, por mais que os dois países convivessem com o sistema servil, todavia, em ambos os casos, somente o outro era apontado como escravizado. O poema publicado na edição de 18 de agosto de 1867 do *El Centinela* foi exemplo dessa lógica:

Do alto se viu Napoleão que, sem segundo/
Quis dominar o mundo/E o mundo o dominou/
Deste exemplo esqueceu-se/O Brasil,
como vemos/A decisão esperemos/
Do renhido desafio/Que com brio, fogo e sangue/A pátria defenderemos
(*El Centinela*, ago. 1867, tradução própria)¹⁹.

Além do sistema *nosotros/ellos*, o *El Centinela* trazia características próprias da realidade paraguaia, pois o país estava imerso na Guerra, então o periódico exaltava, de forma exacerbada, as vitórias e chorava as dores com poesia. No Brasil, de outra

¹⁹ No original: “Em gran altura se vió/Napoleon que sin segundo/Quizo dominar al mundo/Y el mundo lo dominó/De este ejemplo se olvido/El Brasil, segun lo vemos/La decision esperemos/Del renido desafio/Que á fuego y sangre con brió/La patria defenderemos”.

forma, periódicos oficiais, como *A Imprensa*, apresentavam informações mais específicas do conflito. O *El Centinela* mantinha uma narrativa mais preocupada com a estética, já que o foco era o convencimento do povo de que toda aquela luta não era em vão.

O principal editor do *El Centinela*, Roca Tristán, foi assinado em 22 de agosto 1868, fuzilado a mando de Solano López. Não nos cabe o julgamento moral sobre o desenrolar das situações, nem tampouco apontar os “verdadeiros” culpados por essas manchas de sangue. Apenas discutimos as possibilidades de um estudo comparativo para a temática da chamada Guerra do Paraguai, posto que são escassas as pesquisas nesse sentido.

Considerações finais

Ao longo desse estudo de caso, não pretendemos encerrar nenhuma das discursões propostas, mas antes estarmos atentos às possibilidades para a historiografia que merece atenção. Ao pensar as narrativas jornalísticas e históricas, emanadas da Guerra do Paraguai como parte fundamental do processo pós-independência em países na América Sul, onde as identidades nacionais estavam sendo moldadas, percebemos a ausência de pesquisas comparativas relacionadas àquele conflito.

Sendo sintomático em vários sentidos, o mais latente foi perceber que o Brasil virou as costas para o continente ainda no período colonial e nunca mais soube voltar o olhar. A falta de leituras sul-americanas

na academia contribui para o isolamento de nosso país continental, mesmo estando presente na história dos vizinhos de fronteiras, mantendo-se completamente distante em questões teóricas, inclusive de si mesmo.

Pensar-se enquanto sul-americano e entender-se latino é resgatar parte importante da nossa identidade. Neste estudo, onde focamos nos casos de Brasil e Paraguai, nos esforçamos em pensar a História em uma perspectiva comparativa tanto para entender as identidades nacionais quanto para nos enxergarmos melhor enquanto indivíduos, percebendo quais narrativas nos atravessam e de quais silêncios somos herdeiros.

Somos descendentes, e isso o espelho não nega, dos combatentes negros e indígenas, assim como dos Terenas²⁰ do Mato Grosso do Sul em *La Gran Guerra*. Somos latino-americanos da América do Sul, portanto é importante refletirmos sobre a história que produzimos para não perpetuar o isolamento ocorrido com a historiografia brasileira em relação à produção sul-americana. Admitir uma perspectiva comparada para produzir História no Brasil é enxergar-se de maneira mais consciente, e foi isso que tentamos fazer neste texto. ■

²⁰ Etnia indígena originária da região que atualmente pertence ao Mato Grosso do Sul. Ao longo da Guerra do Paraguai os Terenas passaram a contribuir com o Exército brasileiro como forma de interagir com a política imperial e garantir a integridade das terras que lhes restaram. Por meio de sua participação naquela referida guerra, prestando serviços para as autoridades imperiais, os povos Terenas mantiveram parte de seu território, que posteriormente se tornariam Reservas Indígenas destinadas aos descendentes dos *fronts* Terenas que combateram no conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai (Vargas, 2003).

[MAIRA DELMONDES MATOS]

Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestranda em História do Brasil pela mesma instituição.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: mairamatos18@gmail.com

[NILSÂNGELA CARDOSO LIMA]

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestra e bacharel em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (FPI). Docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFPI, campus Petrônio Portella e docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.

E-mail: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br

Referências

ARAÚJO, Johny Santana. **“Um grande dever nos chama”**: a arregimentação de voluntários para guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos**. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

BARATTA, María Victoria. Representaciones en torno al concepto Independencia en los inicios de la prensa paraguaya (1845-1852). **Memoria y Historia**, Tunja, n.24, p.55-77, 2022. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/204597>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BARROS, José D’ Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n.1, 27 jul. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=1>. Acesso em: 24 out. 2024.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n.5, 28 ago. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=17>. Acesso em: 24 out. 2024.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n. 20, 9 dez. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=73>. Acesso em: 24 out. 2024.

CAMPOS, Herib Caballero; FLORENTÍN, Carlos Gómez. “Ciudadanos amantes de una buena causa”: La campaña política de “El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles” durante la Guerra contra la Triple Alianza (1865-1868)”. **História em Reflexão**, Dourados, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/325548606_Ciudadanos_amantes_de_una_buena_causa_la_campana_politica_de_El_Semanario_de_Avisos_y_Conocimientos_Utiles_durante_la_Guerra_contra_la_Triple_Alianza_1865-1868. Acesso em: 5 jan. 2023.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e teatro das sombras**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe

(Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). **Mundos do trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n12p107>.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EL CENTINELA. Asunción, n. 2, mayo 1867. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>. Acesso em: 10 jan. 2024

EL CENTINELA. Asunción, n. 18, ago. 1867. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JOHANSSON, María Lucrecia. Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870). **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”**, Córdoba, v. 10, n. 10, p. 189-210, 2011. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuarioceh/article/view/23154/22891>. Acesso em: 6 jan. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LOPO, Renata Campos. **Jornalismo da independência**: a influência política da imprensa nacional no processo de Independência do Brasil. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LUZ, Gerlândia da. **A Revolta da Balaiada no Maranhão**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pinheiro, 2016. Disponível: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/880/1/GERLANDIALUZ.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MATOS, Maira Delmondes de. **A palavra e o conceito**: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político A Imprensa (1865-1889). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019. Disponível: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2019/Hist%C3%B3ria_2019/Maira_Delmondes_de_Matos.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

ONDJAKI. **Bom dia, camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. **Imagens em guerra**: imprensa, nacionalismo e formação do estado brasileiro na Guerra do Paraguai. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

POTTHAST, Barbara. Súbditos, ciudadanos y conciudadanas: ciudadanía y género en Paraguay (1810-1870). **Kompetenznetz Lateinamerika**, Colonia, n. 5, p. 1-37, 2013. Disponível: https://kompetenzla.uni-koeln.de/sites/kompetenzla/home/salbiez/Working_Paper/WP_einzelneTexte/WP-5-2013_PotthastBarbara.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. p. 1-9.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 358-377, 2018. DOI: 10.5007/2175-7976.2018v25n40p358.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

TORAL, André de Amaral. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, 1995. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8880>. Acesso em: 7 jan. 2023.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Conrad, 2006.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966)**: uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003. Disponível: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-9252.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PALAVRA E PODER: OS DISCURSOS DE FIDEL CASTRO COMO FONTES HISTÓRICAS (1959-1976)

[DOSSIÊ]

Bruno Romano Rodrigues

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo reflete sobre o uso dos discursos do líder revolucionário Fidel Castro como fontes históricas relacionadas à Revolução Cubana. Por se tratarem de documentos controlados pelo Estado, no que diz respeito à sua produção e circulação social, atentaremos para as características destes que foram registros históricos elaborados com o objetivo de perpetuar uma narrativa sobre o passado insular a partir da luta armada de Sierra Maestra. Para tanto, aqui se propõe uma compreensão dos discursos castristas por meio do conceito de fala pública, que abrange diferentes dimensões responsáveis pela construção e transmissão da memória social concebida pelo Estado socialista cubano, tais como pronunciar, registrar, publicar e rememorar. Por fim, como parte indissociável desse tipo de fonte no contexto revolucionário, serão analisadas as estratégias de comunicação empregadas por Fidel Castro nos palanques, enfocando como os aspectos retóricos ajudaram a estruturar seus discursos como chefe de Estado.

Palavras-chave: Fidel Castro. Revolução cubana. Discursos. Fala pública. Fontes históricas.

This study reflects on the use of revolutionary leader Fidel Castro's speeches as historical sources related to the Cuban Revolution. As the State control these documents regarding their production and social circulation, we will pay attention to their characteristics, which were historical records created to perpetuate a narrative about the island past based on the armed struggle in Sierra Maestra. For this, we propose understanding Fidel Castro's speeches by the concept of public speech, which encompasses different dimensions responsible for constructing and transmitting the social memory the socialist Cuban State conceived, such as pronouncing, recording, publishing, and remembering. Finally, as an inseparable part of this type of source in the revolutionary context, we will analyze the communication strategies Fidel Castro used on platforms, focusing on how their rhetorical aspects helped to structure his speeches as head of state.

Keywords: Fidel Castro. Cuban revolution. Speeches. Public speaking. Historical sources.

Este artículo reflexiona sobre el uso de los discursos del líder revolucionario Fidel Castro como fuentes históricas relacionadas con la Revolución Cubana. Al tratarse de documentos controlados por el Estado, en cuanto a su producción y circulación social, prestaremos atención a las características de estos, que fueron registros históricos creados con el objetivo de perpetuar una narrativa sobre el pasado insular basada en la lucha armada de Sierra Maestra. Para ello, proponemos una comprensión de los discursos castristas a través del concepto de discurso público, que abarca diferentes

dimensiones responsables de la construcción y transmisión de la memoria social concebida por el Estado socialista, como pronunciar, registrar, publicar y recordar. Finalmente, como parte inseparable de este tipo de fuentes en el contexto revolucionario, analizaremos las estrategias comunicativas utilizadas por Fidel Castro en las plataformas, centrándonos en cómo los aspectos retóricos ayudaron a estructurar sus discursos como jefe de Estado.

Palabras-clave: Fidel Castro. Revolución cubana. Discursos. Hablar en público. Fuentes históricas.

Introdução

No poder, Fidel Castro falou muito, Fidel Castro falou sempre, Fidel Castro falou sobre quase tudo. Tais afirmações expressam aquele que talvez tenha se tornado, ao longo do tempo, o único consenso envolvendo a Revolução Cubana. Pode-se afirmar que os discursos do líder revolucionário se confundem com a própria história contemporânea de Cuba, sendo um elemento central para a compreensão das diferentes etapas do regime socialista insular (Alcázar; Rivero, 2013).

Dos detratores mais ferrenhos aos fiéis apoiadores do governo liderado pelo *comandante en jefe*, teóricos, pensadores e demais observadores de diferentes nacionalidades e espectros político-ideológicos parecem unânimes quanto ao fato de que o líder guerrilheiro de Sierra Maestra foi um personagem prolífico na arte da oratória. Falar em público talvez tenha sido a principal ação praticada por ele ao longo de seus 90 anos de vida, mesmo após a sua saída provisória do poder em razão de problemas de saúde, em julho de 2006.

Procurando tomar distância das distintas opiniões individuais e, sobretudo, do aspecto valorativo que perpassa um tema tão complexo e mobilizador das paixões políticas, foi considerado que a alta produtividade discursiva do estadista deve ser considerada um objeto histórico concreto, isto é, uma constatação objetiva para a historiografia que se debruça sobre as quase cinco décadas em que ele esteve à frente do Estado e do Partido Comunista de Cuba (PCC).

Segundo a lista disponibilizada pelo portal on-line¹ criado pelo governo cubano, Fidel Castro teria proferido 1.050 discursos entre 1959 e 2006. Contudo, tal número pode sofrer variações dependendo da fonte de informação consultada. De acordo com os dados coletados pelo historiador cubano Pedro Álvarez Tabío, organizador de uma coletânea contendo os 25 “maiores” discursos do líder revolucionário (Castro, 2008), Castro teria realizado mais de 1.150 intervenções orais ao longo de seus consecutivos mandatos como primeiro ministro e presidente da República. Comparando as informações levantadas por Tabío com as do portal oficial on-line, nota-se uma discrepância de pelo menos 100 discursos entre as duas contabilizações.

Disso depreende-se, em primeiro lugar, que mesmo dentro de Cuba, onde esse tipo de informação é controlado pelo aparato estatal-partidário, há divergência quanto ao número total de alocações realizadas pelo estadista². Assim sendo, pode-se aventar a possibilidade de que o referido portal mantido pelo Estado tenha realizado uma seleção prévia dos pronunciamentos que fariam parte da lista divulgada na internet, excluindo também, como consequência

¹ Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

² Segundo Carlos Franqui (1988), integrante do M 26-7 e, inicialmente, entusiasta da Revolução Cubana, uma grande quantidade de discursos castristas permaneceram “clandestinos” ao longo da história. Sem oferecer provas e nomes dos envolvidos, o autor, que em fins dos anos 1960 se exilaria por conta de divergências quanto aos rumos do regime socialista, afirmou que os responsáveis pela publicação desses discursos dentro de Cuba teriam sido duramente reprimidos, alguns inclusive fuzilados.

desse processo de seleção, aqueles que não fariam parte da lista final por alguma razão não especificada.

Levando em consideração os números fornecidos pelo portal estatal e por Pedro Álvarez Tabío, o estadista teria realizado entre 22 e 24 discursos ao ano, respectivamente. Isso significa uma média de 1,8 a 2 discursos por mês ao longo dos 47 anos em que ocupou cargos de liderança na estrutura estatal-partidária em Cuba. A despeito dessas médias, que representam uma distribuição anual e mensal de suas falas públicas, entre 1959 e 2006 não se nota uma recorrência homogênea das fontes. No que se refere ao período de 1959 a 1976, nota-se que esses anos concentraram quase a metade de todas as alocações realizadas por Castro durante os quase 50 em que esteve no poder, contabilizando 48,3% de sua produção discursiva.

Ainda a partir dos dados do portal on-line, nota-se que a primeira década (1959-1968) apresentou a maior concentração entre todas, com 30,3% do volume total, o que aponta para uma intensa utilização da “palavra” do mandatário como forma de interação com as massas, bem como de legitimação política e ideológica do regime instituído após a deposição de Fulgêncio Batista. Isso evidencia como as aparições públicas do estadista e, em particular, sua oratória, serviram como uma das principais formas de comunicação adotadas por seu governo logo após o triunfo guerrilheiro (Rodrigues, 2021).

Já o terceiro decênio (1979-1988), marcado pela institucionalização do regime socialista, apresentou o menor índice da série histórica, contabilizando 10,1% dos discursos de Fidel Castro. Com ocorrências semelhantes entre si aparecem a segunda

década (1969-1978), com 21,5%, a quarta década (1989-1998), com 18,4%, e o quinto e último período³ (1999-2006), com 19,4%.

Ainda com relação aos dados compulsados no portal estatal disponível na internet, constatou-se que 1959 foi o ano em que Fidel mais falou em público, com 69 alocações ou cerca de 6,5% de todos os seus discursos como estadista. Durante o primeiro ano da Revolução no poder a quantidade de falas públicas, tanto em números absolutos quanto proporcionais, não chegou a ser igualada em nenhum dos anos posteriores. Apenas em 1972, quando o mandatário realizou uma visita oficial à União Soviética (URSS), o principal aliado internacional de Cuba, é que o número de pronunciamentos se aproximou de sua produção discursiva em 1959, contabilizando 61 discursos ou 5,8% do volume total.

Se tomarmos os três primeiros anos após o triunfo da Revolução Cubana (1959-1961) como referência, quando o governo encabeçado por Castro ainda não havia assumido o caráter socialista de suas políticas, nota-se a expressiva ocorrência de 158 discursos ou 15% do montante integral. Entre outras possíveis conclusões, isso evidencia como, desde o início do governo revolucionário até, praticamente, a saída de Fidel Castro do poder, a figura do então jovem guerrilheiro recém-saído de Sierra

³ Vale lembrar que o quinto período faz referência a um universo temporal de oito anos, e não de dez, razão pela qual chamamos esse recorte cronológico de período e não de década. Tal diminuição se deve ao fato de Fidel Castro ter saído do poder, ainda de forma provisória, em julho de 2006, em função de problemas de saúde, não tendo depois disso voltado a ocupar os cargos de presidente da República e de presidente do conselho de Estado da República de Cuba.

Maestra e, sobretudo, as palavras proferidas por ele nas tribunas instaladas pelo território cubano serviram como peça central da propaganda político-ideológica construída pelo novo regime que se instaurou na ilha após a derrocada da ditadura batistiana.

Entre 1959 e 1976, um levantamento realizado junto aos anuários da biblioteca José Martí aponta a existência de uma grande quantidade de impressões e reimpressões dos discursos de Fidel dentro e fora de Cuba, contando não menos que 380 edições, o que equivale a uma média de pouco mais de 21 discursos publicados ao ano (Biblioteca José Martí, 1959-1976). No universo editorial cubano, tendo em vista a massa documental que pode variar entre 1.050 e 1.150 discursos, conforme acima apontado, foram consultados os seguintes volumes temáticos, organizados a partir de excertos ou de discursos integrais, realizados entre 1959 e 2010: história da América e de Cuba, batalha de Playa Girón, Comitês de Defesa da Revolução, mulheres, transporte público, esportes, meio ambiente, relações internacionais, infância e juventude, política e ideologia, ciência e tecnologia, direitos humanos, economia, história e memória, viagens oficiais ao estrangeiro e cúpulas de chefes de Estado.

Além dos volumes temáticos e de um dicionário (Safarti, 2008), constatou-se uma grande quantidade de edições de discursos de Fidel Castro veiculadas fora de Cuba, com destaque para as publicações produzidas na Europa, América e Oceania, em países como França, Espanha, Itália, Portugal, Bulgária, Uruguai, Colômbia, Venezuela, México, Brasil, Estados Unidos, Argentina e Austrália. Paralelamente aos discursos publicados dentro e fora da ilha, observou-se

um grande número de edições realizadas a partir de entrevistas concedidas pelo mandatário a jornalistas locais e estrangeiros.

Mais do que uma simples quantificação dos discursos de Fidel Castro no poder, realizada por meio da consulta a diferentes fontes de informação, este artigo tem por objetivo refletir sobre a natureza dessas fontes, problematizando o seu caráter oficial e dialogando com referências teórico-metodológicas que possibilitarão aprofundar o debate sobre as funções de seus discursos na memória criada pelo regime socialista e, no limite, sobre o papel da “palavra” de Castro na política cubana.

Nesse sentido, entendemos aqui o conceito de discurso fundamentado na história da fala pública, área de estudo a partir da qual serão abordadas as diferentes dimensões que compõem os pronunciamentos do líder cubano, demonstrando como eles se tornaram mecanismos de construção e transmissão de memórias ao empregarem recursos retóricos que visavam estabelecer vínculos emotivos e racionais com as plateias. Em suma, neste artigo será analisado o processo responsável pela “fabricação” das fontes.

Construção e transmissão de memórias nos discursos de Fidel Castro

Para compreender as funções da “palavra” de Fidel Castro em Cuba, após 1959, é necessário, em primeiro lugar, explicitar o conceito utilizado para fazer referência aos seus discursos neste artigo. Para tanto,

optou-se pela mobilização do conceito de fala pública, cunhado pelos intelectuais Carlos Piovezani e Jean-Jacques Courtine, que o definiram da seguinte forma:

A história da fala pública deve ser mais ampla do que uma história da retórica, que pretendesse considerar apenas e abstratamente a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *actio* e a memória, ou do que uma restritiva análise dos discursos, que buscasse identificar propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas dos enunciados: trata-se antes aqui de uma história dos dispositivos materiais que produzem, transmitem e registram o exercício da fala pública; é também uma história do corpo, da voz e dos gestos dos oradores de distintos campos, épocas e lugares; consiste, ainda, numa história que trata tanto das falas quanto dos diferentes silêncios que as atravessam, frequentam e constituem (Piovezani; Courtine, 2015, p. 15).

A fim de compreender, no contexto cubano posterior a 1959, o que Piovezani e Courtine chamam de “dispositivos materiais” que se encontram na base da comunicação política entre líder e sociedade, a seguir será pormenorizado, segundo nossa análise das fontes, o ciclo “discursivo” que começa na enunciação e termina na rememoração das falas públicas de Fidel Castro em Cuba, com ênfase nos registros textuais, posto que são os vestígios materiais com os quais esta pesquisa trabalha primordialmente.

Trata-se de um esforço interpretativo no sentido de problematizar aquilo que a literatura em geral, incluindo a acadêmica, vem chamando genericamente de “discursos”, sem que se encontre nessa produção intelectual uma ou mais definições claras a respeito

do que se entende por isso, abrindo espaço para imprecisões teóricas e metodológicas a respeito de como as fontes se organizaram desde a sua confecção, passando pela sua circulação social, até a sua rememoração.

Na perspectiva de preencher tais lacunas, julga-se que um estudo realizado a partir das falas públicas de Fidel Castro deve, necessariamente, apresentar uma compreensão clara a respeito de fontes tão complexas quanto volumosas, definindo-as por meio de critérios que possam fundamentar análises aprofundadas da memória oficial construída pelo regime socialista insular. Para fins didáticos, o complexo processo de comunicação política que, em Cuba, a partir de 1959, permeou as relações simbólicas entre líder e liderados foi dividido em quatro etapas:

1. Realização da fala pública pelo orador e visão/audição simultânea do público, interação que pode ocorrer de forma presencial (por meio da presença física dos ouvintes) ou remota (pelos meios de comunicação, tais como televisão e rádio). Nessa etapa da comunicação política, líder e liderados vivenciam experiências de intercâmbio e negociações simbólicas expressas por meio da relação falar-ver/ouvir, legitimando-se mutuamente no espaço público como agentes políticos “autorizados”;
2. Registro da fala pública pronunciada-vista/ouvida por meio da taquigrafia⁴ e total, responsável pela transposição

4 Taquigrafia (do grego *tachys*, rápido, e *grafia*, escrita) é um método abreviado ou simbólico de escrita, feito à mão, que tem por objetivo aumentar a velocidade do registro da oralidade. O sistema taquigráfico trabalha com símbolos ou abreviaturas para as palavras

do universo oral para o escrito. Além do registro textual, nessa etapa podem ocorrer também, paralelamente, outros tipos de registro, tais como a captação de áudio (fonográfico) e de imagens (fotografias e filmes). No âmbito textual, as palavras pronunciadas pelo orador na tribuna são codificadas por profissionais especializados, que fazem uso de um alfabeto e de um idioma⁵ para tanto, por meio do suporte papel;

3. Divulgação da fala pública pronunciada-vista/ouvida-registrada, integralmente ou em partes, dentro e fora Cuba, pelos mais variados meios de comunicação (tais como jornais, revistas, livros, cinema, televisão, fotografia, entre outros). Nessa etapa da comunicação política, as palavras pronunciadas pelo orador na tribuna ganham outro tipo de materialidade, não ficando restritas apenas ao suporte papel usado pela taquigrafia estatal. No âmbito textual, os conteúdos dos discursos são difundidos por diferentes formatos de publicações, que podem envolver volumes temáticos avulsos ou coletivos, apresentando autoria individual ou coautoria;

e frases, permitindo que um indivíduo transcreva simultaneamente um discurso. Nos discursos de Fidel Castro, encontramos apenas uma menção ao registro taquigráfico, feita no dia 1º de maio de 1962, na Praça da Revolução José Martí, em Havana. Na ocasião, o mandatário afirmou que “[...] Um grupo de meninas, que há poucos meses trabalhavam no serviço doméstico, hoje taquigrafam este discurso desta tribuna!” (Castro, 1962a, tradução própria). No original: “[...] un grupo de muchachas, que trabajan hace apenas unos meses en el servicio doméstico, hoy están tomando taquígraficamente este discurso desde esta tribuna!”.

⁵ Nesse caso o espanhol, idioma oficial de Cuba. Tudo indica que somente após esse primeiro registro escrito é que as traduções para outros idiomas foram realizadas.

4. Rememoração da fala pública pronunciada-vista/ouvida-registrada-divulgada em momentos posteriores ao ato de fala original, seja por meio de um novo discurso seja por outros meios de comunicação de grande circulação social. Semelhante a uma metalinguagem, nessa última etapa da comunicação política as palavras pronunciadas anteriormente pelo orador na tribuna são lembradas pelo próprio autor em ocasiões futuras, configurando uma constante atualização dos conteúdos abordados originalmente a fim de legitimar as teses, narrativas e opiniões históricas, políticas e ideológicas que visavam justificar a existência e a manutenção do regime socialista cubano.

À luz da história da fala pública, proposta por Piovezani e Courtine (2015), a identificação das quatro etapas do processo de comunicação política acima expostas (falar-ver/ouvir, registrar, divulgar e rememorar)⁶ visa aprofundar a compreensão dos discursos de Fidel Castro. Dentro dessa teia comunicativa de alta complexidade seria equivocado pensar que apenas o acesso às transcrições das falas castristas pela taquigrafia estatal possibilita uma via de acesso “direta” ao evento em si, às experiências coletivas da fala e da audição em espaços públicos, à dimensão do vivido e do compartilhado ou às percepções e conclusões tanto do orador quanto dos seus interlocutores, menos ainda da memória criada em torno das mensagens veiculadas pelo estadista cubano.

⁶ Complementar a estas quatro etapas, uma outra dimensão deve abarcar a recepção dos discursos de Fidel Castro pela opinião pública cubana. Tal tarefa necessita de outros tipos de fontes, conceitos e instrumentos de pesquisa, não sendo, portanto, o objetivo deste artigo.

Assim, as fontes escritas não permitem acessar todas as instâncias das relações entre líder e liderados, mas apenas a leitura de registros considerados fidedignos e merecedores de fé pública daquilo que originalmente foram palavras ditas e ouvidas em ambientes coletivos, inscritas no universo efêmero da oralidade e da visualidade. Metodologicamente, seria mais apropriado afirmar que neste artigo se analisam, prioritariamente, os conteúdos dos discursos, aqui entendidos como os registros textuais das falas públicas de Fidel Castro, produzidos pelo Estado cubano (uma das dimensões inscritas na etapa 2), e não propriamente os discursos enquanto um evento em si, em todos os seus âmbitos e dimensões, o que envolveria uma série de fatores que não se limitam apenas aos registros escritos legados pelo passado.

A etapa 1, relativa à “fala”⁷, revela a construção e a transmissão oral de quais

(e de como) eventos e personagens históricos inscritos no passado nacional deveriam ser lembrados pelos cubanos. Revela ainda uma dimensão da experiência coletiva entre orador e ouvintes, potencializada pela aglomeração de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo espaço público, a fim de expressar uma mensagem político-ideológica unificada, gerando assim a sensação de que orador e interlocutores eram “parte” de um “todo”. Nessa etapa, o emissor busca se qualificar como uma testemunha ocular da história (Giraud, 2010, p. 190), emitindo relatos que são divulgados à opinião pública como a única expressão da verdade, pois produzidos pelo protagonista dos acontecimentos narrados, isto é, por alguém que soube interpretar “seu tempo e conduzir a nação ao seu destino” (Rojas, 2012, p. 131, tradução própria)⁸.

No âmbito da autorrepresentação⁹, a memória de Sierra Maestra visava

⁷ Em entrevista concedida aos jornalistas norte-americanos Mervin Dymally e Jeffrey Elliot, em 1985, Fidel Castro abordou as diferenças entre o discurso “falado” e “escrito”, uma das raras vezes em que falou publicamente sobre este assunto: “Ficamos nos perguntando se um discurso incluiu todos os elementos, todos os dados e a ordem mais correta de apresentação [...] Muitas vezes acontece outra coisa comigo: eu faço um discurso, às vezes tenho que falar de forma extensa, porque minha tarefa é tentar persuadir, argumentar, às vezes insistir, reiterar, e quando termino geralmente fico insatisfeito; depois, quando eu o vejo transcrito, não são discursos escritos previamente, geralmente fico com uma impressão melhor do que quando termino de fazer o discurso [...] é preciso estar constantemente analisando cada palavra que se fala, cada coisa que se expõe, a forma como se expõe, o momento em que se expõe, porque é preciso estar analisando incessantemente o que se faz” (Castro, 2007, p. 32, tradução própria). No original: “Uno se queda pensando si en un discurso incluyó todos los elementos, todos los datos y el orden más correcto de la exposición. [...] Muchas veces me ocurre algo más: hago un discurso, en ocasiones tengo que hablar

con determinada extensión, porque mi tarea es tratar de persuadir, de argumentar, a veces insistir, reiterar, y por lo general cuando concluyo me quedo insatisfecho; después lo veo ya transcripto, no son discursos escritos previamente, suelo tener entonces una mejor impresión que cuando termino de hacer el discurso. [...] uno tiene que estar constantemente analizando cada palabra que diga, cada cosa que plantea, la forma en que la plantea, el momento en que la plantea, porque uno debe estar incesantemente analizando lo que hace”.

⁸ No original: “las claves de su tempo y conducir a la nación a su destino”.

⁹ Ao longo de seu governo, foram raras as vezes em que Fidel Castro discorreu especificamente sobre o seu papel na Revolução Cubana. Pouco tempo após o triunfo revolucionário, ao discursar na Plenária dos Trabalhadores Açucareiros, ocorrida em Havana, em 9 de fevereiro de 1959, o então primeiro ministro lançou mão de outra autorrepresentação que não a de testemunha ocular da história para justificar sua liderança, dizendo-se “obrigado a opinar sobre distintas questões” em virtude da “moral” que havia acumulado como “defensor do povo”. Ao melhor estilo Jean-Paul Marat,

produzir na plateia a sensação de estar escutando histórias da boca de quem esteve “lá”, “viu” e, por isso, podia “falar” com propriedade sobre o que aconteceu. Em 1999, durante a cerimônia oficial do 40º aniversário do triunfo da Revolução Cubana, Castro afirmou que ainda era capaz de “viver” e “perceber” os detalhes do 1º de janeiro de 1959, sobretudo do momento em que dirigiu as primeiras palavras aos cubanos após a fuga de Fulgêncio Batista. Falando do “mesmo lugar”, a cidade de Santiago, o mandatário representou o fato original como um “milagre militar e político” (Castro, 1999) produzido pelos guerrilheiros em pouco mais de dois anos de batalhas contra as tropas batistianas.

Nas etapas 2 e 3, relativas ao registro e publicação, os discursos castristas são veiculados pelos meios de comunicação controlados pelo Estado cubano (tais como televisão, livros, livretos, periódicos, revistas, jornais, outdoors, panfletos, cartazes, entre outros)¹⁰. Ao ultrapassar o universo

revolucionário francês conhecido como o “amigo do povo”, naquela ocasião Castro disse se considerar o “melhor amigo” dos trabalhadores, explorados, humildes, camponeses e das crianças descalças e famintas. Em outra ocasião, no início do século XXI, Castro abordou o tema da auto representação no documentário produzido por Oliver Stone, quando indagado pelo diretor sobre a natureza de seu poder. Na ocasião, rechaçou o uso do termo *caudilho* empregado por Stone, afirmando-se “chefe espiritual” e “moral” da Revolução. Seu poder, segundo ele, estava resguardado e, ao mesmo tempo, limitado pela constituição vigente em Cuba. O mandatário também se autorretratou como um “ativista político”, e não um teórico, no sentido de que não era seu objetivo conceber ideias e teses, mas executá-las a partir do que chamou de “posto de combate”, em referência aos cargos ocupados por ele de 1959 até 2004, quando o documentário *Looking for Fidel* foi lançado.

¹⁰ Nessa seara, destacam-se as publicações cubanas *Obra Revolucionária* e *El Orientador Revolucionário*,

efêmero da palavra falada-ouvida, capaz de gerar, inicialmente, uma sensação de “proximidade” entre líder e liderados, os impressos transformaram as alocações de Fidel Castro em conteúdos de fácil acesso à população após a realização dos respectivos atos de fala, conseguindo socializar suas mensagens por meio da “estocagem de informações” contidas em suportes físicos, e disponibilizando-a em situações que exigissem argumentos de autoridade para cancelar determinados posicionamentos político-ideológicos.

A reprodução das falas públicas de Castro através da escrita, seja na íntegra ou em partes, colaborou de maneira decisiva para a ampliação do alcance dessas mensagens junto ao povo cubano. A repetição massiva de tais conteúdos tinha como objetivo disseminar no imaginário popular uma memória oficial do processo revolucionário pautada na luta armada, transmitindo-a de modo “mediatizado”, isto é, por meio de suportes materiais capazes de colocar em circulação, de forma rápida, versões didáticas dos temas abordados pelo estadista nos palanques. No âmbito editorial, o fato de seus discursos terem ganhado títulos¹¹ evidencia a intenção do regime socialista de

que circularam na ilha durante as décadas de 1960 e 1970. Ana Corrarello (2019) destacou que, internamente, a circulação dos discursos esteve a cargo das publicações autorizadas pelo Departamento de Estado através, sobretudo, da editora estatal intitulada *Política*.

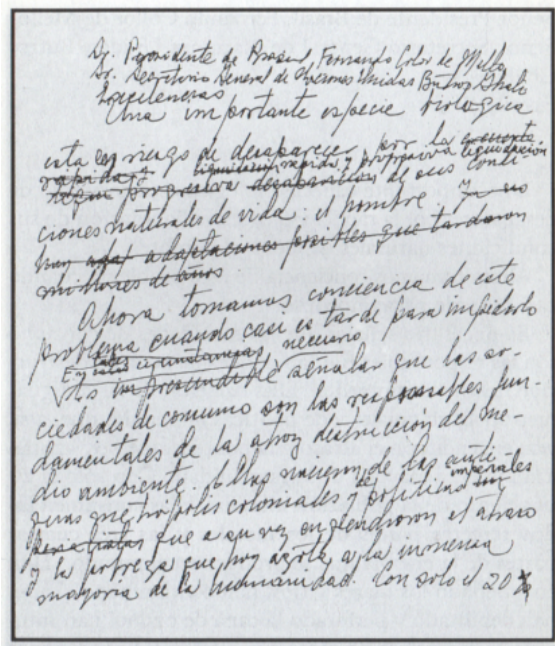
¹¹ A seguir listamos, em ordem cronológica, alguns exemplos dessa prática: *La historia me absolverá* (1953), *Primera Declaración de La Habana* (1960), *Palabra a los intelectuales* (1961), *Autocritica* (1970), *Ni Cuba puede exportar la Revolución, ni Estados Unidos puede impedirle* (1984), *Socialismo: ciencia del ejemplo* (1989), *Esta es la guerra de David contra Goliath* (1990), *Independientes hasta siempre* (1991), *Una revolución solo puede ser hija de la cultura y las ideas* (1999), *La conducta diferente* (2005).

transformá-los em “referência visual” capaz de orientar “as memórias individuais em uma mesma direção”, dotando-as de “significações particulares” que terão “grandes possibilidades de serem compartilhadas” (Candau, 2019, p. 108, 110).

Ainda na etapa relativa ao “publicar”, é possível encontrar outro tipo de registro de discursos em um volume temático que compilou as intervenções orais de Fidel Castro em cúpulas multilaterais ocorridas entre 1991 e 1996 (Castro, 1996). O organizador da edição, Pedro Álvarez Tabío, salientou que pela primeira vez um livro dedicado às falas do mandatário trazia em anexo reproduções fac-símiles dos manuscritos lidos por Castro nas tribunas (Figuras 1, 2 e 3).

[Figura 1]

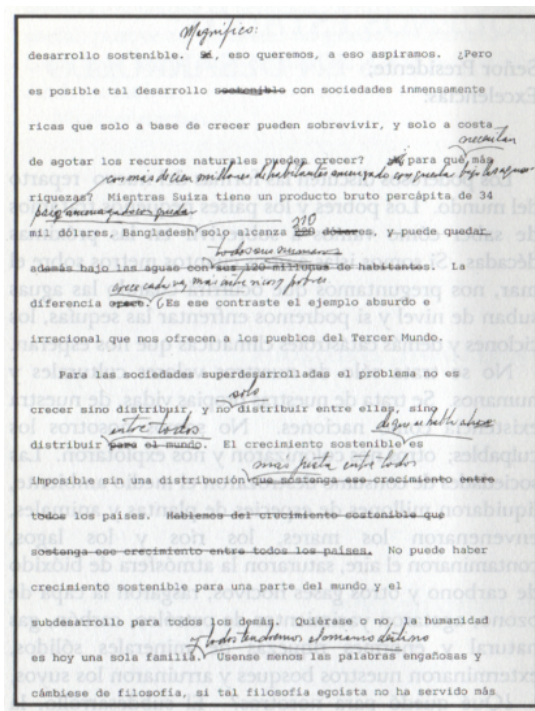
Discurso de Fidel Castro na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento



Fonte: Castro (1996, p. 20)

[Figura 2]

Discurso de Fidel Castro na Cúpula de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento



Fonte: Castro (1996, p. 42)

Segundo Tabío, o ineditismo do material possibilitaria ao leitor entrar em contato com o processo “criativo” que resultou na confecção dos discursos, permitindo acessar o universo da composição discursiva que nem Fidel Castro nem o alto escalão estatal da ilha haviam divulgado até aquele momento. O volume temático intitulado “Por un mundo de paz, justicia y dignidade” talvez seja o único documento a apresentar as anotações de próprio punho realizadas por Castro antes de sua participação em eventos internacionais. Nas reproduções fac-símiles divulgadas é possível encontrar anotações marginais, riscos, rabiscos, rasuras, setas, inserções, acréscimos, antecipações de frases, preferências por algumas palavras em

detrimento de outras, ou seja, uma série de indícios de que, ao menos quando lia seus pronunciamentos, Castro burilava suas palavras a fim de adequá-las às mais variadas circunstâncias e plateias, o que não se pode assegurar em relação aos discursos tidos como improvisados.

Na etapa 4, relativa ao “rememorar”, algumas falas públicas revelam que Fidel Castro se representou como uma referência para a compreensão da Revolução Cubana, assim como para assegurar a manutenção do regime socialista em seu país. Em 1984, durante a comemoração da efeméride de 1º de janeiro, que naquele ano relembrava o 25º aniversário do triunfo guerrilheiro, o mandatário leu um extenso trecho do discurso pronunciado por ele em 1959, logo após a fuga de Fulgêncio Batista de Cuba. Antes de proceder à leitura, logo no início de sua fala, compartilhou a seguinte reflexão:

Santiagueros; compatriotas de toda Cuba: há 25 anos nos reunimos neste mesmo lugar, quase ao mesmo tempo, para falar pela primeira vez ao povo desta mesma varanda. Não será inútil recordar, pela sua validade permanente, pelo seu valor moral e pelo seu carácter histórico, algumas palavras pronunciadas naquela noite em que os acontecimentos transcendentais do momento exigiram considerável atenção, as quais também expressaram, de forma categórica e definitiva, qual seria a linha fundamental da nossa conduta revolucionária (Castro, 1984, tradução própria)¹².

No excerto acima reproduzido, chama a atenção o uso reiterado que Castro fez da palavra “mesmo”, indicando uma conexão entre a data original, a vitória sobre Batista, e a rememoração desse fato. A alusão ao lugar em que ambos os discursos foram realizados, o Parque Céspedes, localizado no centro de Santiago, à hora em que ocorreram, segundo ele semelhante, e na edificação na qual falou aos seus compatriotas, a sacada do antigo Ayuntamiento da cidade, demonstram como ele tentou criar uma narrativa que conectava o “passado do triunfo” ao “presente da continuidade”, sugerindo que em 1984 todos estavam ali reunidos para reiterar a “vigência” e o “valor moral” do “transcendental acontecimento” que teria inaugurado uma ruptura nunca antes vista na história de Cuba.

Castro voltava ao antigo Ayuntamiento de Santiago com o propósito de reencenar o ato que simbolizou a vitória sobre Fulgêncio Batista, mimetizando-a a fim de atualizar uma determinada visão sobre o passado, a qual deveria ser permanentemente resgatada para que a opinião pública continuasse a celebrar o papel histórico dos guerrilheiros de Sierra Maestra. A menção ao discurso original, o de 1959, buscava corroborar o protagonismo do então líder do M 26-7, atribuindo-lhe um papel de relevância na inauguração do que a propaganda oficial julgava ser uma nova era. Sobre o tempo presente de 1984, a fala pública de Fidel reforçava a sua liderança política, enaltecendo a si mesmo em ambos os contextos.

¹² No original: “Santiagueros; compatriotas de toda Cuba: hace 25 años nos reunimos en este mismo parque, casi a la misma hora, para hablar por primera vez al pueblo desde este mismo balcón. No será inútil recordar, por su permanente vigencia, por su valor moral y por

su carácter histórico, algunas palabras pronunciadas aquella noche en que los trascendentales acontecimientos del momento exigían considerable atención, pero en que se expresaba también, de modo categórico y definitivo, lo que sería la línea fundamental de nuestra conducta revolucionaria”.

Além da massiva divulgação dos discursos castristas por meio dos mais variados mecanismos de difusão social, na etapa 4, relativa ao “rememorar”, destacam-se também as iniciativas governamentais no âmbito do que o antropólogo Joel Candau chamou de “iconorreia” (Candau, 2013, p. 72), isto é, uma produção intencional de imagens em larga escala, divulgadas por diferentes meios de comunicação, com o objetivo de corroborar uma determinada mensagem a ser assimilada pela opinião pública.

No caso de Cuba, onde se observa a centralidade do Estado nessa área, a “iconorreia” se expressou através de meios de comunicação como televisão, cinema, internet, livros, revistas, jornais, banners, outdoors (Pedreschi, 2018), cartazes (Castro, 2006) e materiais de cunho político-ideológico em geral, como calendários, selos, emblemas, condecorações, moedas comemorativas e notas de dinheiro, suportes materiais que visavam divulgar as “palavras” ditas por Fidel Castro em cerimônias e eventos oficiais, colaborando tanto para o registro quanto para a circulação delas na sociedade cubana¹³, e até mesmo fora da ilha.

¹³ Um dos suportes materiais que expressam o fenômeno da “iconorreia” em Cuba, após 1959, consiste no registro e na divulgação de gravações fonográficas patrocinadas por instituições estatais, no formato *long play*, dos seguintes discursos de Fidel Castro: *Primera Declaración de La Habana* (1960), *Segunda Declaración de La Habana* (1962), *Carta del ‘Che’ leída por Fidel* (1965), *Fragmentos del discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro en la velada solemne en memoria del Comandante Ernesto ‘Che’ Guevara* (1967), *Clausura del Segundo Congreso de la Federación de las Mujeres Cubanas* (1974), *Concentración popular efectuada en la Plaza de la Revolución ‘José Martí’, en honor del compañero Leonid Ilich Brezhnev, Secretario General del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética, y la delegación que lo acompaña* (1974)

Um exemplo das práticas estatais pode ser visto no bilhete de 10 pesos (Figura 3) que circulou em Cuba entre 1961 e 1989.

[Figura 3]
Cédula de dinheiro no valor de 10 pesos cubanos



Fonte: Triay (2020).

Inspirada em fotografias que retratam um ângulo semelhante, a cena reproduzida no verso da nota de dinheiro representa Fidel Castro de costas, com o rosto ligeiramente inclinado para a direita e o dedo em riste, em sinal de fala pública, se dirigindo a uma multidão reunida na Praça da Revolução, em Havana, em discurso conhecido como *Declaración de La Habana*¹⁴, ocorrido em 2 de setembro de 1960. Nesse caso, o enaltecimento do líder cubano se baseou em sua oratória, criando uma espécie de personalismo “falado” a partir do qual Castro se tornou sinônimo de discurso e vice-versa.

e *Acto de masas en apoyo a los acuerdos y resoluciones del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba* (1975).

¹⁴ Segundo Ana Corrairello (2019, p. 267), as relações políticas entre Cuba e América Latina após 1959 se expressaram através de um tipo específico de discurso de Fidel Castro, batizado pela propaganda política socialista como “Declaração”, e chamada pela autora de “acontecimento discursivo”. São eles: a “Primeira Declaração de Havana” (2/9/1960), a “Segunda Declaração de Havana” (4/2/1960) e a “Declaração de Santiago de Cuba” (26/9/1964).

De baixo valor monetário e, por isso, alta circulação, o referido papel-moeda exemplifica uma das estratégias de comunicação criadas pelo regime socialista a fim de difundir a “palavra” do mandatário e consolidar uma memória dos seus atos de fala. Tal intenção também pode ser atestada, entre outras evidências, pelo curto intervalo de tempo compreendido entre a realização do pronunciamento e a impressão do bilhete, apenas um ano. Por meio desse exemplo, é possível notar como a disseminação das ideias castristas ocorreu não apenas por meio dos seus discursos propriamente ditos, quando falar e ouvir aconteciam de forma simultânea, ou de suas versões editadas e massivamente publicadas dentro de Cuba, mas também por meio de suportes materiais de alta circulação social, que ajudaram a criar uma memória “discursiva” em torno do mandatário.

Após esmiuçarmos as diferentes dimensões das falas públicas do estadista cubano, entendemos que, sob o governo revolucionário, seus pronunciamentos se tornaram a um só tempo mecanismos de construção e transmissão de memórias, sobretudo as que se referiam à guerrilha de Sierra Maestra. A memória oficial criada e difundida pelo regime socialista, que genericamente se imputa ao Estado, como se o conceito fosse portador de uma “vontade” autônoma ou extra-humana e, portanto, apartada da realidade social, se expressou através do uso dos palanques por uma liderança política que a todo momento fez uso da palavra em público, sem permissão ao contraditório, no intuito de reafirmar uma visão de mundo voltada à legitimação da luta armada como um instrumento legítimo de tomada do poder.

Nesse sentido, os discursos do comandante oferecem uma via de acesso às dimensões material e simbólica que constituíram novas formas de representar o poder a partir de 1959, associando-o ao protagonismo de Castro e dos guerrilheiros de Sierra Maestra que haviam lutado contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Em suma, entendemos que as falas públicas do governante cumprem a função de, em primeiro lugar, construir e, em seguida, difundir as memórias que mais convinham à narrativa que visava explicar as “origens”, a “apoteose” e a “continuidade” da Revolução Cubana, tendo como principal fonte de legitimidade a “palavra” de Fidel.

Segundo Joel Candau, o reconhecimento social de uma voz dotada de legitimidade para criar e transmitir memórias à opinião pública estaria diretamente relacionado à construção de “memórias fortes”, ideia resumida por ele da seguinte forma:

A eficácia [...] de uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, supõe a existência de ‘produtores autorizados’ da memória a transmitir: família, ancestrais, chefe, mestre, preceptor, clero etc. Na medida em que estes serão reconhecidos pelos ‘receptores’ como os depositários da ‘verdadeira’ e legítima memória, a transmissão social assegurará a reprodução de memórias fortes. Ao contrário, quando os guardiões e os lugares de memórias tornam-se muito numerosos, quando as mensagens transmitidas são inúmeras, o que é transmitido torna-se vago, indefinido, pouco estruturante, e os ‘receptores’ possuem uma margem de manobra muito maior que lhes irá permitir lembrar ou esquecer à sua maneira (Candau, 2019, p. 124-125).

A se pensar pela chave analítica de Candau, Fidel Castro se comportou como um “produtor autorizado” de memória, o que não significa dizer que todos os cubanos tenham aceitado passivamente tal comportamento. No que se refere à maneira de se representar em público, Castro procurou se legitimar enquanto fonte oral da “verdade da Revolução”, isto é, alguém que podia ser considerado um legítimo porta-voz da mensagem política a ser assimilada pela população. Assim, a propaganda estatal buscou transformá-lo em alguém capaz de simbolizar os significados que o regime socialista desejava incutir no povo cubano¹⁵.

Tendo a luta armada e, especificamente, a guerrilha de Sierra Maestra como pilar de sua “visão de mundo”, “princípio de ordem” e modo de “inteligibilidade da vida social”, para tomarmos de empréstimo alguns dos termos usados por Candau no trecho acima citado, o líder revolucionário se investiu de uma aura ao mesmo tempo civil e militar, se comportando como chefe em ambas as dimensões do poder. Desde o

triumfo da Revolução, o governo liderado por Fidel Castro percebeu que o controle, e, no limite, o monopólio, da palavra em público equivalia a centralizar o poder em torno de uma nova liderança, negando aos seus adversários um direito garantido apenas aos defensores da ordem socialista personificada em uma espécie de “homem-estado”.

Se para Fidel Castro e a esfera estatal o ciclo falar-registrar-publicar-rememorar¹⁶ (etapas 1 a 4) visava legitimar e preservar o regime socialista, para os seus interlocutores, o processo de persuasão sugere outra dinâmica, que pode ser resumida pela sequência ouvir/ver-ler/ver-replicar.

Inscrita no campo da oralidade, a primeira dimensão representa o contato entre líder e liderados nos mais variados espaços públicos, facultando à plateia a possibilidade de ver e ouvir o seu líder e, de forma concomitante, do líder se legitimar politicamente através das multidões que saíam às ruas e praças para vê-lo e ouvi-lo.

A segunda dimensão representa o contato massivo da população com os registros escritos e imagéticos produzidos pelos canais de comunicação controlados pelo Estado a partir dos discursos castristas. A edição e publicação destes discursos na forma de textos ou imagens buscava manter viva na memória dos cubanos não apenas os conteúdos abordados por Fidel Castro nos palanques, mas também a lembrança dos atos de fala como um evento digno de rememoração.

¹⁵ Representado o ponto de vista defendido pela propaganda governamental, o intelectual cubano Rafael Hernández defendeu que Fidel Castro simboliza a produção do consenso, posto que “se a política tem a ver com a arte de obter apoio interno e externo, ampliar e unificar a base social, fazer alianças, preservar a estabilidade do regime, enfraquecer ao máximo a oposição e as ameaças externas, obter o respeito até dos inimigos, e até saber ganhar uma certa aura de invencibilidade, são poucos os líderes vivos com a capacidade política de Fidel Castro” (Hernández, 1999, p. 31, tradução própria). No original: “*si la política tiene que ver con el arte de conseguir apoyo interno y externo, ampliar y unificar la base social, concertar alianzas, preservar la estabilidad del régimen, debilitar al máximo la oposición y las amenazas externas, obtener el respecto incluso de los enemigos, y hasta saber ganarse un cierto halo de invencibilidad, hay pocos líderes vivos con la capacidad política de Fidel Castro*”.

¹⁶ Tal sequência se assemelha aos três primeiros mecanismos de transmissão social da memória apontados por Peter Burke, a saber: tradição oral, relato escrito e imagens (Burke, 2006, p. 73-75).

A última dimensão diz respeito à intenção do emissor de que as “verdades da Revolução” contidas em seus discursos fossem compartilhadas socialmente pelos cubanos após terem tomado contato com elas por meio de uma voz autorizada, o que não significa que isso tenha ocorrido na prática. Em suma, tais dimensões explicitam o modo pelo qual forma, conteúdo e difusão das palavras de Fidel Castro se encontram na base da teia de comunicação política criada pelo regime socialista.

Estratégias retóricas nos discursos de Fidel Castro

Entre os recursos retóricos utilizados por Fidel Castro para estabelecer vínculos com suas audiências, um deles pode ser entendido como a tentativa de simular diálogos entre líder e liderados. Em linhas gerais, tal estratégia consistia na realização de perguntas e votações presenciais, organizadas com o objetivo de demonstrar que a experiência revolucionária insular fora capaz de estabelecer uma “democracia direta”¹⁷ protagonizada pelas “massas exploradas”.

Segundo Rufo López-Fresquet, ministro da Fazenda de Cuba entre janeiro de 1959 e março de 1960, que renunciou ao

cargo por divergir dos rumos do governo, motivo pelo qual se tornou um opositor do regime socialista insular, a ideia de comunicação política “direta” entre o dirigente e as massas populares através do rádio, televisão e praças públicas consistia em uma estratégia que visava corroer as instituições políticas construídas antes de 1959 a fim de centralizar o poder na figura do então primeiro ministro. Para Fresquet, Castro adequava suas mensagens ideológicas às circunstâncias do tempo presente no qual se comunicava com uma ideia genérica de “povo”, isto é, um “elemento amorfo” representado retoricamente como uma instância legitimadora do “novo” regime (López-Fresquet, 1969, p. 230, 248).

Já para o escritor colombiano Gabriel García Márquez, apoiador da Revolução Cubana, a “pedagogia oratória” de Castro se caracterizava por uma grande capacidade de interação com o público, pela flexibilidade de temas e abordagens e por diálogos inusitados com a plateia.

Na verdade, e especialmente fora de Havana, não é incomum que alguém o interogue no meio de uma manifestação pública e que se inicie um diálogo aos gritos. Tem uma linguagem para cada ocasião e uma forma de persuasão distinta de acordo com os diferentes interlocutores, sejam eles trabalhadores, camponeses, estudantes, cientistas, políticos, escritores ou visitantes estrangeiros. Sabe colocar-se ao nível de todos e possui vastas e variadas informações que lhe permitem movimentar-se com facilidade em qualquer ambiente. Mas sua personalidade é tão complexa e imprevisível que cada pessoa pode formar uma imagem diferente

¹⁷ Segundo Nancy Berthier (2010, p. 53, 64), o discurso de Castro conhecido como *Primera Declaración de La Habana*, feito em 2 de setembro de 1960, evidencia a sua intenção de construir um “modelo de governança” baseado em simulações de democracia direta e na “relação dialética” entre líder e povo.

dele no mesmo encontro (Márquez, 1988, p. 18, tradução própria)¹⁸.

Para Fidel Castro, através da democracia direta as pessoas conseguiriam manifestar suas opiniões políticas ainda no calor dos acontecimentos, podendo assim participar de forma ativa das “votações” realizadas publicamente, e sem a necessidade de representantes ou intermediários, tais como partidos políticos, sindicatos e instituições.

As simulações de votações em espaços abertos (Berthier, 2010, p. 95), como se as praças, ruas e avenidas das principais cidades cubanas exercessem a função de uma ágora ateniense, lugar que abrigava os debates e as deliberações políticas durante a antiguidade grega, diziam respeito a diferentes temas, podendo envolver decisões de caráter político-ideológico, como a “escolha” do nome do Partido Comunista de Cuba (Castro, 1965b) ou a “ratificação” das decisões tomadas no primeiro congresso partidário comunista (Castro, 1975).

Em determinados momentos, as simulações também serviram para defender a pena de morte por fuzilamento a ser aplicada pelos tribunais revolucionários contra os opositores do regime, sendo um deles

¹⁸ No original: “De hecho, y sobre todo fuera de La Habana, no es raro que alguien lo interpele entre la muchedumbre de una manifestación pública, y que se entable un diálogo a gritos. Tiene un idioma para cada ocasión, y un modo distinto de persuasión según los distintos interlocutores, ya sean obreros, campesinos, estudiantes, científicos, políticos, escritores o visitantes extranjeros. Sabe situarse en el nivel de cada uno, y dispone de una información vasta y variada que le permite moverse con facilidad en cualquier medio. Pero su personalidad es tan compleja e imprevisible, que cada quien puede formarse una imagen distinta de él en un mismo encuentro”.

o dissidente Hubert Matos (Castro, 1959), ou ainda para batizar instituições que funcionavam como peças de propaganda do governo socialista, como a fábrica têxtil da cidade de Santa Clara, intitulada Desembarco del Granma através de uma “votação” popular ocorrida durante o discurso realizado por Fidel Castro na comemoração do 23º aniversário da chegada dos guerrilheiros do M 26-7 à costa cubana, vindos do México (Castro, 1979).

Em Cuba, como nas sociedades contemporâneas em geral, as falas públicas de Fidel Castro ocorreram em meio a grandes distâncias físicas entre orador e público, mas ainda assim configuraram um “meio audiovisual quente” (Piovezani, 2009, p. 230), que remonta à democracia direta praticada em Atenas durante a Antiguidade, organizada em assembleias nas quais a emissão e a recepção dos discursos políticos aconteciam de modo simultâneo.

Em virtude desse canal de comunicação “quente”, marcado pela reação imediata da audiência diante da mensagem do orador, em diferentes ocasiões, as palavras do estadista deixaram entrever tensões, imprevistos, desconfortos e eventuais descontentamentos tanto do emissor das alocações quanto dos ouvintes. Um exemplo disso pode ser encontrado no trecho em que Fidel Castro, aparentemente irritado com o comportamento de parte da plateia, constrangeu alguns populares a responderem uma pergunta feita por ele sobre o trabalho voluntário defendido pela Revolução Cubana.

Quem fez trabalho voluntário aqui levante a mão (a maior parte do público levanta a mão). Bem. Agora levante a

mão os que ainda não fizeram trabalhos voluntários (ninguém levanta a mão). Eu disse que levantassem a mão aqueles que ainda não haviam feito trabalhos voluntários; vamos. Ah, mas quão pouco sinceros vocês são! Vamos, devemos ser honestos com a Revolução. Que levanten a mão aqueles que não fizeram trabalhos voluntários (alguns levantam a mão). Não, não, ainda são muito poucos; não, não, há mais pessoas aqui que não fizeram um único dia de trabalho voluntário (EXCLAMAÇÕES: “Não dá para ouvir”, “Repita, repita”). Eu disse que quem não fez trabalho voluntário deveria levantar a mão (ninguém levanta a mão). Bem, que levanten a mão aqueles que o fizeram (a maior parte do público levanta a mão).

Que levanten a mão aqueles que ainda não o fizeram... (o Comandante se dirige a uma pessoa na plateia.) Ei, por que você fica de boca fechada e não levanta a mão nenhuma das duas vezes...? Sim, e você também. Tem muitos que não mentem para dizer... Vai ter quem levante e não fez nada, sabe, mas há uns mais honestos que esses, que a levantam sem terem feito nada, tem quem quando dizemos para levantá-la, eles também não a levantam. Quando se diz: levante a mão quem ainda não o fez, não levanta. Isso é desonestidade revolucionária.

Pois bem, levante a mão quem ainda não fez trabalhos voluntários, sejam sinceros! Aqueles que não fizeram trabalho voluntário deveriam levantar a mão (GRITOS DE: “Não se ouve”) Sim, e como me ouvem quando digo que aqueles que fizeram devem levantar a mão? (EXCLAMAÇÕES) Como...? Não, mas não

vou dizer nada agora (GRITOS DE: “Fidel, Fidel!”) (Castro, 1961b, tradução própria)¹⁹.

Ao se descontentar pelo fato de ninguém assumir que ainda não havia realizado trabalhos voluntários, Fidel Castro desconfiou de seus interlocutores ao frisar que havia mais gente em “dívida” com o governo socialista. É digno de nota o fato de o mandatário reclamar tão enfaticamente do que chamou de falta de “sinceridade” e de “honradez revolucionária” por parte da plateia, queixas que inclusive o fizeram subir o tom

¹⁹ No original: “Que levanten la mano los que han hecho trabajo voluntario aquí (La mayor parte del público levanta las manos). Bien, ya. Ahora, que levanten la mano los que no han hecho todavía trabajos voluntarios (Nadie levanta las manos). Dije que levantarán la mano los que no habían hecho trabajos voluntarios todavía; vamos. ¡Ah, pero qué poco sinceros son ustedes! Vamos, hay que ser honrados con la Revolución. Que levanten la mano los que no han hecho trabajos voluntarios (Unos cuantos levantan las manos). No, no, todavía son muy pocos; no, no, aquí hay más que no han hecho un solo día de trabajo voluntario (EXCLAMACIONES DE: ‘No se oye’, ‘Que lo repita, que lo repita’). Yo decía que levantarán la mano los que no habían hecho trabajo voluntario (Nadie levanta las manos). Bueno, que levanten la mano los que lo han hecho (La mayor parte del público levanta las manos). Que levanten la mano los que no lo han hecho... (El Comandante se dirige a una persona del público.) Oye, ¿por qué tú te quedas callado la boca y no la levantas ninguna de las dos veces...? Sí, y tú también. Hay muchos que no mienten para decir... Habrá algunos que la levanten y no haya hecho nada, saben, pero hay algunos más honrados que esos, que esos que la levantan sin haber hecho nada, hay algunos que cuando decimos que la levanten, tampoco la levantan. Cuando se dice: levanten la mano los que no lo han hecho, no la levantan. Eso es una falta de honradez revolucionaria.

Bueno, levanten la mano los que no han hecho trabajos voluntarios, ¡sean honrados! Los que no han hecho trabajos voluntarios que levanten la mano (EXCLAMACIONES DE: ‘No se oye’) Sí, ¿y cómo me oyen cuando digo que la levanten los que lo han hecho? (EXCLAMACIONES) ¿Cómo...? No, pero si no estoy diciendo nada ahora (EXCLAMACIONES DE: ‘¡Fidel, Fidel!’)”.

das críticas a ponto de acusar dois de seus interlocutores de displicência por terem permanecido calados e não terem levantado a mão para nenhuma das indagações feitas por ele. Além desses constrangimentos individualizados, o governante também acusou outros participantes de estarem mentindo publicamente sobre a sua pergunta.

Ampliando a tensão entre audiência e emissor, terminou acusando a plateia de escutar somente aquilo que desejava, deixando de responder as perguntas consideradas inconvenientes. Mentindo ou simplesmente se recusando a participar das dinâmicas propostas por Fidel Castro no mesmo lugar em que três meses antes seus milicianos saíram vitoriosos da batalha de Playa Girón, o trecho acima citado pode ser considerado um dos raros momentos nos quais vieram à tona, ainda que timidamente, uma possível resistência silenciosa da plateia, revelando que os eventos oficiais nos quais Castro discursava não contavam sempre com uma audiência engajada ou ávida por ouvi-lo, ou que pacificamente realizava todas as suas vontades, independentemente do tema em questão e do que fosse solicitado.

Nesse sentido, as fontes não revelam apenas as reflexões de Fidel Castro sobre os mais diferentes assuntos, reverberadas em Cuba pelos meios de comunicação controlados pelo Estado, mas também as condições materiais a partir das quais ele discursou para as multidões. Em certas ocasiões, o próprio mandatário fez menção a alguns dos fatores que estariam atrapalhando a realização ou a plena compreensão de suas falas públicas.

Entre as motivações que foram compulsadas, destacam-se as dores de garganta (Castro, 1961a) e a perda da voz

(Castro, 1965a), os problemas com o sistema de som dos alto-falantes instalados em espaços a céu aberto (Castro, 1965a) e os distúrbios causados pelo eco (Castro, 1967a), as intempéries como excesso de chuva (Castro, 1967a) ou de calor (Castro, 1968), além das reclamações relativas à grande distância que separava a tribuna do público, circunstância em que Fidel Castro se queixou de falar para uma “multidão abstrata” (Castro, 1967b).

Através da leitura das fontes também é possível descobrir informações sobre o comportamento do público²⁰ e a organização dos eventos, tanto no que se refere às vestimentas, indumentárias e apetrechos levados ou distribuídos aos populares, tais como “machetes” (facões, em português) e tochas (Castro, 1966), passando pela presença de convidados ilustres na tribuna de honra, tais como a militante do movimento negro norte-americano Ângela Davis (Castro, 1972) e o astronauta soviético Iuri Gagarin (Castro, 1961a), quanto no que se refere à decoração das cerimônias e dos rituais cívicos, tais como marchas, desfiles e discursos prévios, estes quase sempre feitos por líderes das organizações de massas e instituições criadas ou diretamente vinculadas ao governo revolucionário (Castro, 1964).

Em algumas ocasiões, a interação entre orador e audiência pareceu inusual. Uma dessas situações pode ser encontrada no discurso em que Castro mostrava-se

²⁰ Observado por meio dos slogans entoados pelo público durante as falas públicas do mandatário (*Fidel p'a lo que sea; Fidel, amigo, el pueblo esta contigo*), que apesar de demonstrarem interações entre líder e liderados, não devem ser tomados acriticamente como reações espontâneas dos receptores do discurso.

orgulhoso dos últimos resultados da economia cubana, que ele afirmava estar vivendo a era do pleno emprego. Todavia, no auge de sua reflexão triunfalista, foi interrompido por alguém da plateia que alegava estar desempregado, expressando um claro contraponto às suas ideias. Sem titubear, o comandante pediu que todos os desocupados se dirigissem imediatamente à tribuna, pois ao término do evento seriam disponibilizados postos de trabalho aos interessados, desde que se dispusessem a trabalhar no setor produtivo, e não na burocracia estatal (Castro, 1967c).

Além das surpresas vindas da plateia, certas passagens revelaram comentários inesperados feitos pelo próprio Fidel Castro, a exemplo de quando repercutiu o resultado parcial de um jogo de baseball da seleção cubana, realizado simultaneamente ao seu discurso, e que estaria distraíndo seus ouvintes (Castro, 1967b), ou ainda a tentativa de recuperar a atenção da plateia após a passagem de aviões pelos céus de Havana (Castro, 1962b). Descontraídas, certas situações abriram espaço para piadas contadas pelo estadista. Segundo uma delas, Fidel falava durante tanto tempo na tribuna que Iuri Gagarin, convidado para os festejos do 8º aniversário do assalto ao quartel Moncada, já teria conseguido dar duas voltas completas na terra, ocasião em que o astronauta soviético teria dito que até aquele momento pelo menos uma volta e meia já teria sido possível realizar (Castro, 1961a).

Além das cenas descontraídas e inusitadas acima elencadas, as quais revelam aspectos não programados previamente nem por Fidel Castro nem pela alta cúpula estatal-partidária, outras práticas discursivas buscaram conferir novas camadas de significados a antigos hábitos e costumes da

vida social cubana. Em 1965, por exemplo, o estadista se apropriou da tradição cristã com o objetivo de ampliar a abrangência e o significado das comemorações governamentais criadas para rememorar a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana e da vitória militar na batalha de Playa Girón, ocorridas nos dias 16 e 19 de abril de 1961, respectivamente. Nessa ocasião, ele sugeriu que os festejos relacionados aos dois acontecimentos ocorressem não apenas em dois dias, mas ao longo de uma “semana de glória”, também chamada de “semana proletária”.

E no açúcar já temos a meta de 5.100.000 para o 1º de maio; a colocamos mais alta (APLAUSOS). E aqui, por exemplo, alguns dados desta semana de homenagem aos heróis de Girón; semana que coincidiu com o período em que ocorre a maior diminuição, por coincidir com as tradicionais férias da Páscoa. Porque, realmente, os burgueses estabeleceram esse costume; eles eram muito católicos, mas quando chegava a Semana Santa faziam passeios, férias e festas. Pois nós teremos a nossa semana de Girón, e será uma semana proletária, será uma semana de trabalho (APLAUSOS); e sem que isso tenha qualquer espírito antirreligioso, contrariaremos o costume burguês também com a nossa semana de glória, que é a semana de Girón. E a faremos coincidir com aquela tradicional data da Semana Santa; então a data mudará de acordo com as disposições do Santo Padre de Roma (APLAUSOS) (Castro, 2001, p. 207-208, tradução própria)²¹.

²¹ No original: “Y en el azúcar ya tenemos para el Primero de Mayo la meta de 5.100.000; la pusimos más alta (APLAUSOS). Y aquí, por ejemplo, algunos datos en esta semana de homenaje a los héroes de Girón;

Em 1965, o período que na tradição católica é chamado de Semana Santa abrangeu os dias 16 a 18 de abril, intervalo compreendido entre a Sexta-feira da Paixão e o Domingo de Páscoa. Desde 1962, quando se comemorou a efeméride de Playa Girón pela primeira vez, o recém instaurado regime socialista utilizou essa época do ano para rememorar a vitória obtida diante dos grupos exilados financiados pela CIA. Contudo, três anos depois, em 1965, Castro ressignificou a coexistência dos festejos religioso e laico vinculados ao cristianismo e à Revolução, respectivamente.

De um lado, os religiosos representados pelo “santo padre de Roma”, tidos como aliados da antiga burguesia cubana e seus “costumes”; grupos que o dirigente acusou de terem usado o feriado, antes de 1959, para “passear” e “festejar”. Do outro lado, os trabalhadores cubanos, instados a apoiarem o governo e seu líder para assim sepultarem uma religiosidade entendida como resquício da ordem burguesa.

No contexto econômico marcado pela safra de cana-de-açúcar, o comandante aproveitou a ocasião para comunicar ao povo cubano o aumento da meta estipulada

pelo Estado para a colheita daquele ano, o que sugere uma cobrança implícita para o aumento da produtividade dos trabalhadores do campo. Temendo a diminuição da produtividade do principal produto de exportação de Cuba em virtude do descanso dos trabalhadores durante a Semana Santa, a memória de Playa Girón motivou o estímulo moral que seria capaz de impulsionar a atividade laboral nos engenhos espalhados pela ilha.

Diante do quadro apresentado, é possível apontar algumas conclusões relativas às estratégias discursivas adotadas por Fidel Castro²².

Primeiramente, entendemos que as fontes não devem ser concebidas como o produto, mas como uma comunicação política em curso, isto é, que transcorre à medida que se lê o registro escrito do que originalmente pertence ao campo da oralidade. Na leitura das fontes tivemos contato com o “fazer-se” da relação entre orador e receptores, isto é, com a construção das relações simbólicas que mediarão o contato entre enunciador e interlocutores.

Em segundo lugar, destacamos o uso da ideia de democracia “direta” como forma de legitimar o governo instaurado logo após a queda de Fulgêncio Batista, quando seu

semana que coincidió con la época en que se produce la mayor baja, porque coincide con el tradicional descanso de Semana Santa. Porque, realmente, los burgueses establecieron esa costumbre; ellos eran muy católicos, pero cuando llegaba la Semana Santa se iban a pasear, de vacaciones y a parrandear. Pues nosotros tendremos nuestra semana de Girón, y será una semana proletaria, será una semana de trabajo (APLAUSOS); y sin que esto tenga ningún espíritu antirreligioso, nosotros contrarrestaremos la costumbre burguesa con nuestra semana de gloria también, que es la semana de Girón. Y la haremos coincidir con esa fecha tradicional de la Semana Santa; así que cambiará de fecha según las disposiciones del Santo Padre de Roma (APLAUSOS)”.

²² Sobre tais estratégias, Silvia Giraudo (2010, p. 212-215) aponta que a ideia de “verossimilhança” empregada por Fidel Castro em seus discursos consistia em menções a uma grande quantidade de cifras e estatísticas, citações *ipsis litteris* de trechos de documentos, tais como livros, revistas, jornais e afins, além de descrições detalhadas de fatos, personagens e contextos históricos. Ana Corrarello (2019, p. 215, 227) acrescentou que Castro usava a “interrogação retórica” como forma de reforçar seus argumentos e persuadir sua plateia quanto aos conteúdos abordados por ele na tribuna.

líder divulgava à opinião pública a tese de que a Revolução Cubana havia conferido protagonismo às massas exploradas, as quais começaram a participar ativamente dos debates e decisões políticas, diferentemente das democracias burguesas.

Em terceiro lugar, transmitia-se a sensação de que a democracia “direta” constituía uma relação “próxima” entre líder e liderados, permitindo que ambos os atores sociais (individual e coletivo) se legitimassem mutuamente em espaços públicos como os únicos agentes capazes de construir uma nova forma de soberania. Por fim, ressaltamos que as fontes analisadas revelam tensões e imprevistos que, a princípio, em razão de seu caráter oficial, não se supunha capazes de revelar. Mesmo “senhor da palavra”, nem tudo o que Fidel Castro desejava saía conforme o esperado.

Em suma, sustentamos neste artigo que a produção discursiva de Fidel Castro enquanto mandatário deve ser entendida como um objeto histórico relevante para a compreensão das relações entre Estado e sociedade em Cuba após 1º de janeiro de 1959. A premissa de que as falas públicas castristas devem ser encaradas como fontes históricas passa pela percepção de que tais registros evidenciam as intencionalidades político-ideológicas de seu enunciador. Para além de intencionalidades individuais, as quais se expressam por meio dos argumentos mobilizados durante a fala pública, os discursos do líder da Revolução Cubana revelam também narrativas diretamente ligadas às estruturas de Estado criadas pelo regime socialista insular, consolidando assim a “palavra” de Fidel Castro como um campo de estudos à espera de novas contribuições. ■

Considerações finais

Tendo em vista as reflexões acima realizadas sobre a construção e a transmissão de memórias relativas à Revolução Cubana nos discursos de Fidel Castro, bem como sobre os recursos retóricos empregados por ele ao longo de sua atuação como chefe de Estado, este artigo analisou as distintas etapas de produção e disseminação de fontes históricas resultantes do processo que vai da oralidade à escrita, atentando também para as estratégias comunicativas que lhe dotaram de grande poder de persuasão após o triunfo da Revolução Cubana.

[BRUNO ROMANO RODRIGUES]

Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), estuda os usos políticos da memória da luta armada pela Revolução Cubana, com ênfase nos discursos proferidos por Fidel Castro. E-mail: romanorodrigues@hotmail.com

Referências

ALCÁZAR, Joan del; RIVERO, Sergio López. Fidel Castro, cuatro fases de un liderazgo inacabado. **Araucaria**, v. 15, n. 30, p. 3-24, 2013. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/2199>. Acesso em: 22 out. 2024.

BERTHIER, Nancy. **Fidel Castro**: arrêts sur images. Paris: Ophrys, 2010.

BIBLIOTECA JOSÉ MARTÍ. **Anuário Bibliográfico Cubano**. Havana: Consejo Nacional de Cultura, 1959-1976.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67-89.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTRO, Claudia Gomes de. **Imagens da Revolução Cubana**: os cartazes de propaganda política do Estado socialista (1960-1986). 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, ante el pueblo congregado en el Palacio Presidencial para reafirmar su apoyo al Gobierno Revolucionario y como protesta contra la cobarde agresión perpetrada contra el pacifico pueblo de La Habana por aviones procedentes de territorio extranjero, el 26 de octubre de 1959. **Portal Cuba**, 1959. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f261059e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la conmemoración del VIII aniversario del ataque al cuartel Moncada, en la Plaza de la Revolución “José Martí”, en La Habana, el 26 de julio de 1961. **Portal Cuba**, 1961a. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f260761e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la clausura de los actos celebrados en Playa Girón, Península de Zapata, el 27 de julio de 1961. **Portal Cuba**, 1961b. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f270761e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, en el acto conmemorativo del Primero de mayo, en la Plaza de la Revolución, el 1º de mayo de 1962. **Portal Cuba**, 1962a. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f010562e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario General de las ORI y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, en la concentración celebrada con motivo de conmemorarse el noveno aniversario del 26 de julio, en Santiago de Cuba, el 26 de julio de 1962. **Portal Cuba**, 1962b. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f260762e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Secretario General del PURSC y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en conmemoración al Día Internacional de los Trabajadores, celebrada en la Plaza de la Revolución “José Martí”, el 1º de mayo de 1964. **Portal Cuba**, 1964. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1964/esp/f010564e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, resumiendo los actos del V aniversario de los CDR, en la concentración efectuada en la Plaza de la Revolución, el 28 de septiembre de 1965. **Portal Cuba**, 1965a. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f280965e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto de presentación del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, efectuado en el Teatro “Chaplin”, el 3 de octubre de 1965. **Portal Cuba**, 1965b. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f031065e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la conmemoración del VI aniversario de los CDR. Plaza de la Revolución, 28 de septiembre de 1966. **Portal Cuba**, 1966. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f280966e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el desfile militar y concentración efectuados en la Plaza de la Revolución, con motivo del VIII aniversario de la Revolución, el 2 de enero de 1967. **Portal Cuba**, 1967a. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f020167e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la conmemoración del XIV aniversario del asalto al cuartel Moncada, en Santiago de Cuba, el 26 de julio de 1967. **Portal Cuba**, 1967b. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f260767e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la conmemoración del VII aniversario de la fundación de los CDR. Plaza de la Revolución, 28 de septiembre de 1967. **Portal Cuba**, 1967c. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f280967e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la concentración en conmemoración del decimoquinto aniversario del heroico ataque al cuartel Moncada, en la Plaza de la Revolución de Santa Clara, Las Villas, el 26 de julio de 1968. **Portal Cuba**, 1968. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f260768e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la Republica de Cuba, en el resumen de la concentración popular por el XII aniversario de la creación de los Comités de Defensa de la Revolución, efectuada en la Plaza de la Revolución, el 28 de setiembre de 1972, “Año de la Emulación Socialista”. **Portal Cuba**, 1972. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1972/esp/f280972e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto de masas con motivo de la clausura del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. Plaza de la Revolución, 22 de diciembre de 1975, “Año del Primer Congreso”. **Portal Cuba**, 1975. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/c221275e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en la inauguración del Combinado Textil de Santa Clara, celebrada el 2 de diciembre de 1979, “Año 20 de la victoria”. **Portal Cuba**, 1979. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1979/esp/f021279e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la velada solemne con motivo del XXV aniversario del triunfo de la Revolución y la entrega del titulo honorifico de “Heroe de la Republica de Cuba” y la orden “Antonio Maceo” a la ciudad de Santiago de Cuba, en el antiguo ayuntamiento de esa ciudad, el 1ro. de enero de 1984, “Año del XXV aniversario del

triunfo de la Revolución”. **Portal Cuba**, 1984. Disponível: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1984/esp/f010184e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. **Por un mundo de paz, justicia y dignidad**: discursos en conferencias cumbre (1991-1996). Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1996.

CASTRO, Fidel. **Discurso del Presidente de la República de Cuba, Fidel Castro, en el acto central por el 40º aniversario del triunfo de la Revolución, efectuado en el Parque Céspedes, Santiago de Cuba, el día 1º de enero de 1999**. **Portal Cuba**, 1999. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1999/esp/f010199e.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, Fidel. **Fidel Castro habla de Playa Girón**. Havana: Ocean Press; Política, 2001.

CASTRO, Fidel. **Fidel Castro y la historia como ciencia**: selección temática 1959-2003. Havana: Centro de Estudio Martiano, 2007. v. 1.

CASTRO, Fidel; Tabío, Pedro Álvarez. **Habla Fidel**: 25 discursos en la Revolución. Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2008.

CORRARELLO, Ana. **Fidel Castro**: de la etapa fundacional al proyecto socialista soviético (1963-1989): Adecuación estratégica del discurso. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2019.

FRANQUI, Carlos. **Vida, aventuras y desastres de un hombre llamado Castro**. Barcelona: Planeta, 1988.

GIRAUDO, Silvia. **Revolución es más que una palabra**: Fidel Castro en la tribuna. Buenos Aires: Biblos, 2010.

HERNÁNDEZ, Rafael. **Mirar a Cuba**: ensayos sobre cultura y sociedad civil. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

LÓPEZ-FRESQUET, Rufo. **Fui ministro de Fidel**. Rio de Janeiro: Laudes, 1969.

MÁRQUEZ, Gabriel García. Fidel Castro: El oficio de la palabra hablada. In: MINA, Gianni. **Habla Fidel**. Buenos Aires: Sudamericana, 1988. p. 11-28.

PEDRESCHI, Guilherme Barbosa. **Na estrada com Fidel**: o outdoor na Revolução Cubana. São Paulo: Contradanza, 2018.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade do discurso político. São Paulo: Unesp, 2009.

PIOVEZANI, Carlos; COURTINE, Jean-Jacques (org.). **História da fala pública:** uma arqueologia dos poderes dos discursos. Petrópolis: Vozes, 2015.

RODRIGUES, Bruno Romano. ¡Habla Comandante! Estratégias de memória nos discursos de Fidel Castro (1959-2006). In: CALEGARI, Ana Paula Cecon; GENEROSO, Lúdia M. de Abreu (org.). **Revolução Cubana:** perspectivas históricas e desafios atuais. Belo Horizonte: Initia Via, 2021. p. 411-431.

ROJAS, Rafael. **La maquina del olvido:** mito, historia y poder en Cuba. Cidade do México: Taurus, 2012.

SAFARTI, Salomón Susi. **Diccionario del pensamiento de Fidel Castro.** Havana: Política, 2008.

TRIAY, Alina Martínez. Aprobación de la Primera Declaración de La Habana: Una votación inédita en el mundo. **Trabajadores**, Havana, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://www.trabajadores.cu/20200830/aprobacion-de-la-primera-declaracion-de-la-habana-una-votacion-inedita-en-el-mundo/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

AS VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO MEXICANA: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[DOSSIÊ]

Jaires Domingas Souza do Nascimento

Universidade Federal de Sergipe

Acassia dos Anjos Santos Rosa

Universidade Federal de Sergipe

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho, inserido no campo da linguística aplicada, tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva decolonial, a construção da identidade feminina e do discurso patriarcalista da Revolução Mexicana, a partir do estudo interpretativista do documentário intitulado *Mujeres de la Revolución*. A investigação se dedica à representação do papel da mulher no conflito armado, na tentativa de (re)conhecer os rostos ocultos pelos discursos coloniais, geralmente criados e concretizados por homens. A partir da análise, percebemos a participação ativa e significativa das mulheres nos conflitos armados, atuando, inclusive, como *coronelas* durante a revolução, e identificamos a importância dessa atuação para o sucesso da batalha.

Palavras-chave: Mulheridades. Revolução Mexicana. Decolonialidade.

This applied linguistics work analyzes, from a decolonial perspective, the construction of female identity and the patriarchal discourse of the Mexican Revolution through an interpretative analysis of the documentary *Mujeres de la Revolución*. The research focuses on the representation of women's roles in the armed conflict, attempting to recognize the faces hidden by colonial discourses, usually created and reinforced by men. Analysis reveals the active and significant participation of women in the armed conflicts, even acting as colonels during the revolution, and identifies the importance of their involvement for the success of the battle.

Keywords: Womanhood. Mexican Revolution. Decoloniality.

Este trabajo está situado en el campo de la lingüística aplicada y tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva decolonial, la construcción de la identidad femenina y del discurso patriarcal de la Revolución Mexicana mediante un análisis interpretativo del documental titulado *Mujeres de la Revolución*. La investigación se dedica a la representación del papel de la mujer en el conflicto armado, en el intento de (re)conocer los rostros ocultos por los discursos coloniales, generalmente creados y concretizados por hombres. A partir del análisis, percibimos la participación activa y significativa de las mujeres en los conflictos armados, actuando incluso como *coronelas* durante la revolución, e identificamos la importancia de esa actuación para el éxito de la batalla.

Palabras clave: Condición de mujer. Revolución Mexicana. Decolonialidad.

Introdução

A chegada dos europeus às Américas marca um período de combate e contradições entre as culturas dos diversos povos. Houve invasão de terras e imposição do modo de trabalho, criando formas de domínio político e financeiro no nosso território que se estende por séculos. Difunde-se, assim, a ideia de superioridade e inferioridade das raças, na qual a superioridade da raça branca é imposta às outras. Dessa maneira, a coisificação do outro serviu como ponto de partida do colonizador para dominar e oprimir o colonizado. Apesar de o período colonial ter chegado ao fim, a identidade inferiorizada pelo discurso colonialista ainda é uma prática que atinge vários contextos nos dias de hoje.

Esses discursos sustentam práticas e condições materiais de subalternização do outro, apresentando como principal centralização de opressão a população negra por meio da articulação das colonialidades do poder e seus desdobramentos (Lugones, 2008; Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005). Sendo assim, surgiram, ao longo da história, levantes populares, como a Revolução Mexicana, que, de acordo com Barbosa (2010), foi um levante contra o governo ditatorial de Porfírio Díaz que lutou contra as desigualdades sociais e a favor de uma política indigenista.

Percebe-se que tais movimentos apresentam vieses decoloniais, uma vez que buscam enfrentar os padrões europeus, sobretudo o político e o econômico, e implementar bases que se alinhem à percepção dos povos originários latino-americanos.

Destacamos que a Revolução Mexicana, mas não apenas ela, ganhou visibilidade a partir de figuras masculinas, sobretudo Pancho Villa e Emiliano Zapata. Conforme afirma Tosi (2016, p. 142): “As histórias contadas pela História guardam em si uma dupla colonialidade: a de um povo colonizado sob o imperialismo da modernidade europeia e a das mulheres sob a subordinação patriarcal do sujeito feminino”, assim, as figuras masculinas ganham o cerne das discussões.

Dessa forma, apesar de a Revolução lutar contra algumas esferas coloniais, por exemplo, a revalorização da cultura indígena, o patriarcalismo continua imperando nos desdobramentos e manutenção da memória popular acerca do movimento. Com isso, partindo da invisibilidade feminina, este trabalho tem a finalidade de analisar, a partir de uma perspectiva decolonial, a construção da identidade feminina e do discurso patriarcalista na Revolução Mexicana, por meio do documentário intitulado *Mujeres de la Revolución*, produzido e transmitido pela televisão mexicana chamada Canal Catorce, disponibilizado no YouTube (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020).

O interesse em trabalhar a temática da representação feminina a partir de uma perspectiva decolonial surgiu por meio da realização de um projeto de extensão, desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe (Pibix/UFS), intitulado “Educação linguística em espanhol: um olhar para a representação feminina na produção audiovisual latino-americana”, no qual objetivou-se estudar sobre a construção da identidade da mulher, especificamente subalternizada, nas produções midiáticas latino-americanas com diferentes perspectivas.

A partir disso, notou-se não apenas a necessidade do estudo sobre a temática da mulher em todos seus pormenores, como também a investigação de como esse tema é abordado, visto que por muito tempo a ideia de inferioridade e fragilidade do sexo feminino perdurou enraizada na sociedade. Essa estrutura hegemônica, na qual os papéis nas relações sociais estavam intimamente ligados à sexualidade, está relacionada com o sentimento de superioridade de gênero, raça e classe a partir das estruturas de poder estabelecidas desde o período colonial, como apresentam Quijano (2005), Lugones (2008) e Maldonado-Torres (2007). Dessa forma, verifica-se que, criadas para cumprirem funções de governar a casa, rotuladas pela sociedade patriarcal, a família e o lar eram o destino tradicional da mulher.

Nessa narrativa, a construção do ser feminino como sexo frágil e submisso ao homem caracterizou, culturalmente, a dependência à figura masculina. Durante um longo período, assumindo papéis sociais totalmente diferentes e caracterizados sob a sombra do homem, a construção do papel ativo da mulher sofreu grandes marginalizações nos episódios históricos mais relevantes. No que se refere às guerras e aos impactos gerados por elas, nota-se o forte contraste entre a construção do protagonismo designados aos papéis assumidos por homens e a secundarização, ou até mesmo exclusão, das contribuições e dos papéis assumidos por mulheres.

Partindo desse ponto, percebe-se que as narrativas contadas pela história da Revolução Mexicana são marcadas pela falta de estudos direcionados às atividades executadas por mulheres. Durante o período revolucionário que a sociedade mexicana viveu,

inquestionavelmente, as mulheres tiveram participação ativa em todo processo (Tosi, 2016). No entanto, apesar da presença, tanto nos campos de batalhas como fora deles, a construção da mulher como sujeito histórico, social e político com intervenções na vida pública, sofreu apagamento. Assim, por meio das narrativas histórico-sociais e a partir de uma imagem estabelecida sob um modelo de submissão patriarcal, objetificação e impotência, manifesta-se a necessidade de estudos e análises da representatividade feminina latino-americana na Revolução Mexicana, bem como da investigação dos perfis dessas mulheres a partir de uma perspectiva decolonial.

Para melhor compreensão da temática, faremos uma breve discussão sobre o conceito de Colonialidade, para, então, partir para a análise e compreensão da marginalização que a história oficial apresenta do protagonismo da mulher na Revolução Mexicana, tendo em vista que as representações das principais personagens deste acontecimento estão ligadas à figura do homem. Analisamos a construção da identidade feminina e o discurso patriarcalista na construção do papel feminino na Revolução Mexicana.

Colonialidade: conceitos e práticas hegemônicas na América Latina

De acordo com Rezende e Gomes (2020, p. 233), “O colonialismo foi a invasão com a violação dos territórios e dos povos pela invenção simultânea de tudo que veio a ser como se nunca tivesse sido:

Novo Mundo/América/América Latina; índio, indígena, ameríndio, selvagem, silvícola, gentio, pagão”. Entendemos, assim, que tudo no novo mundo era submetido ao domínio dos colonizadores que se consideravam civilizados e racionais.

Dessa forma, o período histórico colonial criou uma estrutura social que não se limitou apenas à designação dos sujeitos enquanto colonizadores e colonizados, houve uma distinção colonial naturalizada de superioridade e inferioridade que serviu como arma do colonizador para dominar, oprimir e coisificar aquilo, ou aqueles, que se diferem da identidade hegemônica.

Essa concepção de humanidade, na América, se estabeleceu a partir de dois eixos que definiram a matriz do novo padrão de poder. O primeiro eixo diz respeito à ideia de raça, que, de acordo com Quijano (2005, p.118), “foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. A ideia de raça codificou as diferenças entre conquistadores e conquistados, seguindo uma situação de subalternidade de uns em relação aos outros, a partir das estruturas fenotípicas distintas entre esses povos. O segundo eixo, que o mesmo autor apresenta, refere-se ao controle de trabalho e dos seus recursos e produtos. Desde esse momento foi construída uma hierarquização que tinha como referências as imaginárias estruturas biológicas distintas entre esses grupos.

Quijano salienta que, por mais que o período da colonização tenha sido concluído, os seus efeitos permanecem presentes nas mais diversas formas de expressões, chamadas colonialidades, manifestando-se em três campos: do poder, do saber e do ser.

A colonialidade do poder se expressa, principalmente, no campo do domínio territorial, político e nos formatos históricos de controle de trabalho. Faz, desse modo, “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 117). A colonialidade do saber está diretamente ligada às questões epistemológicas, inferiorizando as culturas e saberes não eurocêtricos com a imposição de uma ciência universal. Por sua vez, a colonialidade do ser – ligada ao gênero e à sexualidade – se manifesta na linguagem colonizadora e nas epistemologias reducionistas, afetando a subjetividade do ser em uma posição subalternizada, invisibilizada e desumanizada (Maldonado-Torres, 2007).

A partir desse último campo, denominado “colonialidade do ser”, Lugones (2008) apresenta reflexões sobre raça e gênero, construindo o que denominou como “colonialidade de gênero” que, para ela, envolve questões sobre o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero (Akotirene, 2019). Alinhado a esse viés, a autora critica a heteronormatividade e o eurocentrismo utilizados por alguns estudiosos no conceito de gênero, configurando-se, somente, em uma perspectiva biológica.

A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como constituído e constituindo a colonialidade do poder. [...] Mas o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero [...] há uma descrição do gênero que não é questionada e que é muito estreita e hiperbiologizada porque pressupõe o dimorfismo, a sexualidade, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder

e outras suposições desse tipo (Lugones, 2008, p. 62, tradução nossa)¹.

De acordo com o que a autora apresenta, percebemos que a conceitualização de gênero, assim como em outras categorias, abrange grupos distintos. No entanto, ainda que gênero seja uma construção de viés sociocultural, as mulheres fazem parte de um grupo socialmente subalternizado.

Essa análise capitalista, eurocentrada, global e heteropatriarcal de gênero oculta “as maneiras pelas quais as mulheres não brancas e colonizadas eram subservientes e desempoderadas”² (Lugones, 2008, p. 58-59, tradução nossa). A partir dessa observação de Lugones, é possível confirmar que a construção histórica de submissão feminina está estreitamente vinculada às questões coloniais. Analisar esses pontos atrelados à ideia de raça e poder torna-se um aspecto essencial para os estudos/pensamentos da interseccionalidade e decolonialidade. Lugones (2008, p. 61, tradução nossa) salienta que a interseccionalidade “revela o que não é visto quando categorias como gênero e raça são conceituadas como

separadas umas das outras”³. Nesse sentido, como grupo, as mulheres, especificamente as não brancas, foram as que mais sofreram nesse processo de colonização, dado que o controle não foi apenas territorial e econômico, mas também um domínio corporal, sexual e racial.

Esse sistema tem todo o controle do trabalho, da autoridade, do gênero e da subjetividade. Dessa forma, “os povos colonizados são relegados a uma posição inferior, pois os sistemas coloniais são a base da construção das nossas estruturas sociais e, consequentemente, do entendimento de mundo e de quem tem a permissão de protagonizá-lo” (Silva Júnior; Matos, 2019, p. 106). Essa prática é uma forma de quem sempre teve o poder de expressar sua superioridade, em uma tentativa de internalizar, nos corpos que designaram como subalternos, um sentimento de inferioridade para eles não se sentirem ameaçados.

Mulheres na história: do patriarcado à perspectiva decolonial

O patriarcalismo se expressa na organização social seguindo os princípios de um sistema em que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e estabeleceu-se em relações de domínio em que se privilegia o gênero masculino

¹ No original: “La lógica de los ejes estructurales muestra al género como constituido por y constituyendo a la colonialidad del poder. [...] Pero el eje de colonialidad no es suficiente para dar cuenta de todos los aspectos del género [...] existe una descripción de género que no se coloca bajo interrogación y que es demasiado estrecha e hiper-biologizada ya que presupone el dimorfismo sexual, la heterosexualidad, la distribución patriarcal del poder y otras presuposiciones de este tipo”. Todas as traduções dos originais em espanhol foram feitas livremente pelas autoras do artigo.

² No original: “las maneras en que las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder”.

³ No original: “revela lo que no se ve cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otra”.

enquanto categoria social. Todo esse sistema de submissão faz parte da cultura de organizações da sociedade, solidificada no período colonial e ainda presente nos dias de hoje.

No que se refere à cultura, compreendemos que ela exprime, apesar da sua vasta forma de definição, um padrão de comportamento em que os indivíduos apresentam suas crenças, valores e saberes em um determinado período histórico, sendo um resultado das ideias e práticas que circulam socialmente. Todo esse conjunto de costumes, hábitos e conhecimentos expõe as transformações econômicas, políticas, históricas e sociais que a sociedade sofre. Nesse contexto, de acordo com Araújo e Lima (2021, p.19-20), toda a cultura que instiga a inferiorização e invisibilidade do feminino foi sendo construída ao longo dos anos “na medida em que é imposto às mulheres comportamentos e expectativas que reduzem a sua existência, exclusivamente, para satisfazer as necessidades do homem, assim, suas ambições, desejos e vozes são silenciadas e descartadas”.

Nesse cenário, percebemos que a construção da inferioridade e objetificação do corpo feminino é um reflexo histórico-cultural da sociedade patriarcal, tendo em vista que o homem se colocava no direito de controlar a vida da mulher em todos os âmbitos. Em meio a essas imposições, o homem assumia a função de ocupar papéis tidos como próprios do sexo, desempenhando a responsabilidade de provedor da família. Nesse caso, a diferença sexual justificava a posição das pessoas na sociedade. Enquanto o homem ocupava a figura central do núcleo, a mulher assumia a função de reprodutora e dona do lar, dedicando-se, exclusivamente, às tarefas domésticas, aos filhos e a satisfazer o seu cônjuge.

Ressaltamos que, ao longo dos anos, a mulher vem conquistando espaço por meio de muitas lutas, porém, os princípios patriarcais permanecem presentes de forma estruturante na organização social, sobretudo relacionados aos feminismos subalternos (negras, trans, indígenas, entre outros), conforme apresentam Adichie (2019) e Cumes (2014) e hooks (2015) e Akotirene (2019). Dessa maneira, a delimitação dos espaços em que uma mulher pode ocupar ainda é um exercício presente nos dias de hoje. Uma práxis que silencia vozes e controla corpos.

O exercício de imposição da superioridade masculina é uma ação violenta impregnada na vivência feminina de forma sutil, ao ponto de soar como algo natural. Assim, à medida em que essa dominação é executada de maneira imperceptível, desencadeia uma proliferação a enraíza na nossa sociedade sob um aspecto naturalizado. Nessa visão, “os homens enquanto sujeitos dominantes, são educados para que suas características estejam ligadas às competências e habilidades; ao mesmo tempo em que, as mulheres são condicionadas ao papel de inferiorização, docilidade e fragilidade” (Araújo; Lima, 2021, p. 2).

A partir disso, percebemos que as origens patriarcais se revelam sob uma configuração de poderes e saberes entre os membros da sociedade. “São construções sociais que nascem como forma dominante de identidade em nossa sociedade hierárquica com a função de desvalorizar, subjugar e controlar”⁴ (García, 2014, p. 213,

⁴ No original: “Estas son construcciones sociales que nacen como una forma dominante de identidad

tradução nossa). Esse modelo de hegemonia foi trazido e imposto pelos colonizadores, sendo adaptado às condições socioculturais e servindo como mais um ponto de partida das relações de poder.

A total e incontestável superioridade masculina seguida pelos valores constituídos pelo patriarcado tornou secundária as atividades realizadas por mulheres e atribuiu importância às atividades masculinas, as quais criam estereótipos sobre lugares, cultura e pessoas a partir das ações de subordinação e dominação

O estereótipo é a concepção, a ideia, o rótulo que se atribui a um grupo a partir da avaliação negativa de uma diferença. O preconceito refere-se às atitudes afetivas que refletem o estereótipo de um grupo e se materializam através do tratamento de inferioridade que é dispensado à pessoa ou ao grupo social (García, 2014, p. 217, tradução nossa)⁵.

Percebemos essa inferiorização nas descrições e representações históricas da mulher que tinham como objetivo naturalizar a ideia de que o lugar dessa personagem não passava do campo doméstico e familiar. Essa ocupação limitada da mulher não passou de uma marca dos princípios heteropatriarcais que dominavam as ciências, as histórias e os corpos. De acordo com Chimamanda

Adichie (2019, p. 26), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Em outras palavras, uma única história se constrói quando um povo é representado de maneira reduzida a um só aspecto, ou seja, é apresentar um povo repetidamente como uma só coisa e é exatamente isso que esse povo se torna. Na mesma proporção em que os homens são tratados como sujeitos ativos, as mulheres ocupam o lugar de objeto e seus corpos são frequentemente objetificados. Nesse sentido, os valores patriarcais criam e reproduzem, na sociedade, uma imagem de submissão feminina.

No decorrer do tempo as mulheres foram instruídas para contribuírem com sua própria opressão. Notamos que a relações desiguais entre homens e mulheres fazem parte do sistema dominador-dominado, tendo em vista que, para sair da posição de objeto as mulheres teriam que ocupar a posição de sujeito, posicionamento que colocaria o homem em um plano de pouca – ou nenhuma – dominação sobre o feminino, acontecimento inexistente em uma sociedade patriarcal.

Assim, pode-se afirmar que fatores como classe, preferência sexual, religião e raça têm grande influência na forma opressiva de cada mulher. Nessa perspectiva, percebemos que o gênero feminino, marcado pelas interseccionalidades (Akotirene, 2019), segue sendo estereotipado, oprimido, reduzido e dizimado. Em termos gerais, as mulheres negras, por serem mulheres e negras, estão em uma posição atípica na sociedade sofrendo dupla discriminação, “pois não só estamos coletivamente na parte

en nuestra sociedad jerarquizada con la función de devaluar, someter y controlar”.

⁵ No original: “El estereotipo es la concepción, la idea, la etiqueta que se le coloca a un grupo en función de la valoración negativa de una diferencia. El prejuicio se refiere a las actitudes afectivas que reflejan el estereotipo sobre un grupo y se concretan a través del trato de inferioridad que se da a la persona o al grupo social”.

inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista” (hooks, 2015, p. 207). Partindo desse ponto, notamos que, apesar da dor ser semelhante, os sofrimentos das mulheres são diferentes e não ocorrem pelo mesmo motivo.

Embora as mulheres como gênero se vejam subordinadas, [de formas diferentes], diante do patriarcado, [...] mulheres brancas e mestiças tiveram privilégios nos contextos de colonização e escravidão. Justamente esses privilégios permitem mostrar que elas vivenciaram o patriarcado de maneira diferente das mulheres indígenas e afrodescendentes (Cumes, 2014, p. 239-240, tradução nossa)⁶.

Como aponta Cumes, existem disparidades na forma de ser mulher e seria lamentável ocultar essas assimetrias por meio de um discurso de universalidade. À vista disso, compreendemos que, embora muitos casos sejam semelhantes, a luta das mulheres não ocorre pelo mesmo motivo.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a

excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade (Akotirene, 2019, p. 20).

Nesse cenário, a interseccionalidade nos permite entender as diversas desigualdades, enxergar as distintas formas de opressões presentes na sociedade e compreender os diferentes impactos em diferentes pessoas.

Caminhos percorridos na análise da produção audiovisual

Essa é uma pesquisa qualitativa interpretativista que se situa no campo da linguística aplicada (LA), centrando-se em temáticas como: colonialidade; decolonialidade, gênero; mulheridades e patriarcalismo. Por métodos qualitativos, entende-se que são aqueles que “trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos” (Neves, 1996, p. 2).

A abordagem desta pesquisa segue uma perspectiva que estuda o comportamento humano e os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais, considerando o contexto que o objeto de estudo está inserido e a qualidade, e não quantidade, dos fatos, problematizando questões sobre a vida social em sua multiplicidade. Assim, de acordo com Neves (1996, p. 2), os pesquisadores qualitativos “buscam valorizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objetivo de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno”. Sob esse viés que

⁶ No original: “Si bien las mujeres como género nos vemos subordinadas, [de diferentes maneras], frente al patriarcado, [...] las mujeres blancas y mestizas han tenido privilegios en los contextos de colonización y esclavitud. Precisamente esos privilegios permiten evidenciar que ellas han vivido el patriarcado de una forma diferente que las mujeres indígenas y afrodescendientes”.

busca qualidade nas pesquisas e, juntamente com o paradigma interpretativista, que “apresenta uma visão subjetiva, a partir da crença de que a realidade é socialmente construída por meio das interações pessoais” (Rocha-Pinto; Freitas; Maisonnave, 2008, p. 3), se desenvolveu a natureza da pesquisa.

Neste trabalho, analisamos o documentário organizado pelo Canal Catorce intitulado *Mujeres de la Revolución*, que fez parte de uma mostra de extensão universitária intitulada: “Mulheridades: as vozes da revolução”, desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre os anos 2021 e 2022. O foco da mostra se centrou em dois momentos: Revolução Mexicana e cangaço. Assim, foram apresentados depoimentos, videoclipes, imagens e representações de mulheres que tenham vivido por esses dois momentos históricos, como também foi salientado como tais lutas reverberam e inspiram mulheres até hoje.

Para este artigo, o caminho metodológico percorrido iniciou com o estudo de textos teóricos sobre colonialidades, mulheres e a própria Revolução Mexicana. Na sequência, partimos para a análise das narrativas expostas no documentário *Mujeres de la Revolución*, que possui duração de 23 minutos e 54 segundos e foi ao ar no canal do YouTube em 19 de novembro de 2020 (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020). Nela são apresentados os estudos de investigadoras que utilizam músicas, fotos e documentos históricos sobre a Revolução Mexicana e a marginalização que a história oficial apresenta do protagonismo da mulher, tendo em vista que as representações dos principais personagens desse acontecimento histórico estão ligadas à figura do homem. A análise do material partiu de dois pontos:

a construção da identidade feminina e o discurso patriarcalista na construção do papel feminino na Revolução Mexicana.

Mulher na guerra? **A participação feminina no** **processo armado mexicano**

A guerra da independência mexicana, ocorrida entre 1810 e 1821, não foi suficiente para a resolução dos problemas sociais da população. Mesmo livre do período de colonização europeia, a colonialidade seguia imperante, provocando inúmeros problemas sociais e econômicos, sob o regime de governos ditatoriais. Destacamos que o governo ditatorial Porfírio Díaz (1876-1911) favoreceu a concentração de terras nas mãos dos latifundiários e fez alargar as desigualdades sociais. Nesse cenário, surgiu a organização de revolucionários para derrubá-lo da presidência, sendo conhecida como Revolução Mexicana, que se caracteriza como um grande movimento armado, iniciado em 1910, organizado por uma variedade de líderes, tornando-se uma das primeiras grandes revoluções do século XX. De acordo com Barbosa (2010, p. 17), a Revolução Mexicana foi a primeira com nítido cunho social na América Latina no século XX.

Num primeiro momento, a Revolução foi enaltecida como redentora, popular e vista como uma ruptura social com o “antigo regime”. Posteriormente, seu caráter revolucionário foi negado e criticado, e seus estudiosos passaram a destacar mais as continuidades entre o porfiriato e o regime pós-revolucionário. Afirmavam que não

se tratou de uma revolução, mas de uma grande rebelião ou um conjunto de várias rebeliões regionais que só posteriormente, numa reiteração de identidade histórica comum, voltaram a ser englobadas sob o conceito de a Revolução.

Essa revolução foi uma ocorrência complexa e bastante discutida. Entre outras questões, lutou por justiça social, por meio da reforma agrária e valorização da cultura indígena. Assim, os revolucionários lutavam contra colonialidades que permaneciam após o período de colonização, especialmente a do poder (Quijano, 2005) que se constitui como um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. A população mexicana seguia sendo tratada como selvagem e inferiorizada pela política vigente.

No entanto, apesar da ampla discussão sobre esse acontecimento e a visibilidade que ganhou o movimento, a história oficial marginalizou o ser feminino, invisibilizando e distorcendo sua identidade como sujeito histórico, e se tratando de um conflito armado, o imaginário coletivo acaba excluindo a presença feminina da narrativa. Nesse processo revolucionário, é observado que as principais representações de liderança são de figuras masculinas, conforme explicita o documentário aqui analisado:

Todo dia 20 de novembro, nosso país comemora o início da Revolução Mexicana. Quando perguntado sobre esse episódio da história, com qual imagem ou personagem você se identifica imediatamente? Certamente Francisco I. Madero, Pancho Villa, Emiliano Zapata,

Venustiano Carranza, Álvaro Obregón, e se falamos daqueles que estiveram em batalha, talvez pensem em homens do campo, de chapéu, botas de cano alto, cabelos cruzados e rifles ao lado deles. Porém, nesta e em outras revoluções sempre estiveram presentes outros personagens que defenderam seus ideais e aos quais não foi feita justiça (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 0 min 17 s - 0 min 59 s, tradução nossa)⁷.

Nesse sentido, percebemos que o silêncio em torno das ações cria a imagem totalmente estereotipada, de pouco, ou nenhum, interesse por questões políticas, econômicas, históricas e culturais por parte das mulheres, promovendo o apagamento da representatividade do papel feminino no movimento, o que Adichie (2009) chama de história única. Assim, os homens são a única história de liderança e força motriz da revolução. Essas práticas de reforçar histórias únicas criaram retratos de que elas não estavam interessadas ou envolvidas nos processos dos conflitos armados durante a história do México.

De acordo com Tosi (2016), a imagem difundida das mulheres na revolução são as conhecidas *soldaderas*, que tinham como função dar suporte em diferentes atividades

⁷ No original: "A cada veinte de noviembre nuestro país conmemora el inicio de la Revolución Mexicana. Se le pregunta a usted sobre este episodio de la historia ¿que imagen o personaje relaciona de manera inmediata? Seguramente a Francisco I. Madero, Pancho Villa, Emiliano Zapata, Venustiano Carranza, Álvaro Obregón, y se hablamos de quienes estuvieron en batalla, tal vez piensen en hombres de campo, de sombrero, con botas altas, cabelleras cruzadas y rifles costados. Sin embargo, en está y en demás revoluciones siempre han estado presente otros personajes que defendieron sus ideales y a quién no se les ha hecho justicia".

durante os conflitos. Percebemos marcas machistas no termo, visto que remetia à ideia de mulheres dos soldados, conforme relata Martha Islas, pesquisadora e diretora do instituto histórico do México (Inah), no trecho do documentário aqui analisado: “Esse movimento armado trouxe justamente mulheres do campo... e dos setores urbanos mais pobres, para cenas de guerra como soldaderas... soldaderas no sentido de... significa a esposa do soldado mexicano”⁸ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 2 min 53 s – 3 min 15 s, tradução nossa).

As soldaderas são representadas, noticiadas e estudadas na cultura popular, no entanto, nota-se uma romantização e idealização na forma como foram retratadas, sendo apresentadas como mulheres dos soldados. Logo, a dinâmica dos cuidados domésticos designados e tidos como “lugar natural” feminino, contribuem para criações de rótulo e redução do lugar da mulher (Cumes, 2014). Ressaltamos como a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) reverbera nas histórias sociais, uma vez que reduz as mulheres a esposas dos soldados, sendo necessário a figura masculina para a definição do feminino.

Em muitos casos, as soldaderas eram mulheres mestiças, indígenas e camponesas que acabaram sendo ocultadas pelo mito da “Adelita”, ou seja, uma mulher representada como submissa e dócil que, por amar um soldado, foi à guerra. Como expõe Chimamanda Adichie (2009), a história passada é capaz

de criar verdades absolutas, desenhando narrativas inquestionáveis e estereotipadas. A imaginação romantizada das Adelitas como um símbolo de feminilidade idealizada, na qual a mulher é entendida como submissa, é um reflexo desse discurso unicamente absoluto e distorcido. Assim, fica perceptível a necessidade da presença de outros discursos para desconstruir as narrativas únicas que são apresentadas, notamos essa necessidade realçada no trecho a seguir:

A história como disciplina se encarregou de reivindicar esse pensamento talvez romântico que em algum momento tivemos sobre as Adelitas e poder entendê-las como um sujeito histórico no qual ela já está... no qual a mulher não se reflete mais apenas como... como companheira, não? Em vez disso, podemos entender que, sem as mulheres, a revolução não teria tido o sucesso final que teve (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 22 min 23 s – 22 min 30 s, tradução nossa)⁹.

Entendemos que expor uma mulher forte que luta por seus direitos não condiz com a ideologia patriarcal. Ser uma soldadera, e ser minuciosamente retratada como tal, poderia desencadear a possibilidade de uma provável igualdade de direito com relação aos homens, ação que não poderia ocorrer numa sociedade machista e sexista. Exercendo diferentes funções, as soldaderas

⁸ No original: “Este movimiento armado precisamente llevó a las mujeres del campo... y de los sectores urbanos más pobres a los escenarios bélicos como soldaderas... soldaderas en el sentido de que... significa la mujer del soldado mexicano”.

⁹ No original: “La historia como disciplina se ha encargado de reivindicar este pensamiento tal vez romántico que en algún momento tuvimos sobre las Adelitas y poder entenderlas como sujeto histórico en el que ella ya... en el que la mujer ya no se ve reflejada únicamente como... como una acompañante ¿no? Sino que podemos entender que las mujeres... que sin las mujeres, la revolución no hubiera tenido el éxito final que tuvo”.

não se limitaram apenas nos cuidados com os suprimentos, os feridos, os equipamentos e com os seus filhos, elas atuaram, também, como contrabandistas de armas, informantes, espiãs, propagandistas políticas.

A história popular atribui às soldaderas diversos trabalhos para o bom funcionamento do exército e o sucesso dos conflitos, em ambos os lados da Revolução. De acordo com Tosi (2016, p. 150), a classe social a que pertencia, influenciava a participação feminina no conflito. “Uma mulher indígena ou mestiça cuja subsistência dependia da agricultura era mais propensa a apoiar Zapata e lutar contra Díaz ou outros aspirantes presidenciais que não abraçaram a reforma agrária”. Percebemos, assim, um recorte de raça e classe, na qual mulheres mestiças e pobres tendem a lutar contra o governo ditatorial, que favoreceu a distribuição de terras aos mais abastados. A autora segue seu pensamento e afirma que “uma mulher cuja situação econômica melhorou sob o governo no poder, provavelmente, estava lutando em nome do Exército Federal” (Tosi, 2016, p. 151). Assim, a interseccionalidade apontada por Cumes (2014), hooks (2015) e Akotirene (2019) se manifesta, revelando papéis sociais diferentes, com diversas manifestações de mulheridades.

Apesar de as designações serem marcadas fortemente por limitações domésticas, as mulheres não limitaram a sua participação a essas tarefas. Dessa maneira, apesar de não ser um papel difundido na memória popular, as mulheres pegaram as armas e lutaram na guerra, participando de forma ativa dos conflitos, sendo denominadas soldados, conforme explicita o documentário: “As soldaderas eram as que realizavam as atividades domésticas para seu homem,

ou como se diz coloquialmente, para seu Juan, enquanto as soldados participavam ativamente das batalhas”¹⁰ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 3 min 16 s – 3 min 29 s, tradução nossa). Aqui encontramos a imagem da mulher soldado, que lutava nos campos de batalha, sem necessariamente haver a imagem de um homem atrelada a ela. Martha Islas detalha, no documentário, o modo de atuação das soldados nas batalhas e afirma que as mulheres pegavam nas armas, chegando a comandar tropas: “essas soldados, sim, elas se envolviam mesmo e pegavam em armas, mantinham cargos soldados que mais tarde foram desconhecidos, e alguns deles tinham comando de tropa”¹¹ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 3 min 16 s – 4 min 19 s, tradução nossa).

A violação sexual também era uma prática presente nesse contexto, e muitas vezes as soldaderas não se rebelavam contra seu agressor, por questões de sobrevivência durante a revolução, conforme afirma Ana Jaiven, pesquisadora da Universidade Autônoma de Madri (UAM): “Caso precisassem comer, elas iam e roubavam a comida e entregavam ao homem, eles também faziam sexo com elas”¹² (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 8 min 27 s – 8 min 42 s, tradução nossa). Esse fragmento chama

10 No original: “Las soldaderas eran las que llevaban las actividades domésticas para con su hombre, o como se dice coloquialmente, para su Juan, mientras que las mujeres soldados se sumaban activamente a las batallas”.

11 No original: “estas soldados, sí, realmente se involucraron y tomaron las armas, ostentaron cargos militares que después fue desconocidos, y, algunas de ellas tuvieron mando de tropa”.

12 No original: “En caso de necesitar comer, ellas iban y robaban la comida y se la hacían a su hombre, este, además, tenía sexo con ellas”.

atenção sobre a sexualização da mulher nesse espaço, pois apresenta uma possível relação entre o papel da mulher na revolução e suas vidas íntimas.

Além das funções apresentadas anteriormente, destacamos que algumas mulheres também desempenharam papéis de liderança. Como podemos perceber no caso de Rosa Padilla, relatado pela pesquisadora do Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), Angélica Pérez, no documentário analisado:

Temos casos como o de Rosa Padilla que foi nomeada coronela, até pelo próprio Emiliano Zapata... ela tem sua nomeação. E tem um caso muito particular que é o da Rosa Bobadilla, também coronela, certificaram para ela cento e setenta e oito ações de guerra, começou sua tropa com 50 homens e chegou a comandar 1.500 homens (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 4 min 54 s - 5 min 39 s, tradução nossa)¹³.

Frequentemente a mulher se vê sujeita à necessidade de comprovar suas capacidades, entre elas, a de governar. Os casos das coronelas Rosa Bobadilla e Rosa Padilla salientam papéis de liderança exercidos por mulheres nas tropas da revolução. Porém, nem todas as mulheres puderam viver a guerra mostrando sua própria identidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que, para

alcançarem a participação nas tropas, serem respeitadas e, também, para se defenderem da violência sexual, algumas delas tiveram que mudar de identidade, adotando aparência masculina em uma tentativa de masculinizar-se para sobreviver

Muitas delas tiveram que recorrer ao que a historiadora Gabriela Canon chama de “travestimento estratégico”, que é ter que mudar de identidade. [...] Elas mudavam de identidade e se fizeram passar por homens! Temos o caso, por exemplo, um pouco fora da zona zapatista, de Petra Herrera, bem, não foi Petra Herrera, foi Pedro Herrera, Ángela Giménez, não foi Ángela Giménez, este Ángel Giménez. Então... elas procuraram mudar essa identidade (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 5 min 54 s - 6 min 39 s, tradução nossa)¹⁴.

O fragmento retirado do vídeo apresenta a problemática do questionamento à identidade feminina. Baseado em estratégias de guerra e de sobrevivência, criou-se o “travestismo estratégico” como uma maneira de as mulheres passarem despercebidas na guerra, ocultando sua identidade de gênero, tal qual Petra Herrera e Ángela Giménez. Assim, percebe-se a colonialidade de gênero (Lugones, 2008), uma vez que a adesão da feição masculina seja para alcançar cargos militares e se proteger da violência sexual. Nesse viés, destacamos o caso de Amelia

¹³ No original: “Tenemos casos como el de Rosa Padilla que fue nombrada coronela, incluso por el propio Milenio Zapata...tiene su nombramiento. Y hay un caso muy particular que es el de Rosa Bobadilla, también coronela, ella se le... certificaron ciento setenta y ocho acciones de guerra, inició sus tropas con 50 hombres y llegó a comandar 1.500 hombres”.

¹⁴ No original: “Muchas de ellas tenían que recurrir a lo que la historiadora Gabriela Canon llama de “Travestismo estratégico” que es tener que cambiar de identidad ¡Cambiaban de identidad y se hacían pasar por varones! Tenemos el caso, por ejemplo, saliendo un poco de la zona zapatista, de Petra Herrera pues no era Petra Herrera, era Pedro Herrera, Ángela Giménez no era Ángela Giménez este Ángel Giménez. Entonces... buscaban cambiar esta identidad”.

Robles que, durante a revolução, adotou uma imagem de masculinização de sua figura feminina e talvez isso tenha contribuído para a adoção de sua identidade de homem trans, permanecendo como Amelio Robles, mesmo com o final da revolução.

Talvez um dos exemplos mais reconhecidos e considerados por alguns como o primeiro caso transgênero no México, seja o de Amelia Robles, que decidiu atuar e ser reconhecida como Amelio, mesmo após o fim da revolução. Foi o secretário de defesa nacional quem endossou a identidade de gênero de Amelio Malaquias Robles Ávila, e o condecorou em 1974 como veterano da Revolução Mexicana e não como veterana (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 6 min 48 s – 7 min 2 s, tradução nossa)¹⁵.

O caso e o aprofundamento no estudo de Amelio Robles põem em questionamento as classificações normativas de gênero possibilitando novos modelos de identificação que vão além das ideologias culturais convencionais. Amelio Robles, ao assumir sua identidade de gênero, desencadeia a problematização sobre a heterossexualidade normativa e a categorias de homem e mulher, na qual apresenta a narrativa de que esses sujeitos fazem parte de grupos estritamente definidos e invariáveis. Os questionamentos

a partir dessa problemática alteram a lógica de que a identidade de gênero se expressa pela anatomia das pessoas.

É importante ressaltar que a masculinização de Amelio se diferencia do travestismo estratégico, visto que o seu desejo aparentava ser de negação da sua anatomia sexual de nascimento, ou seja, ia além de apenas querer desfrutar dos mesmos direitos e deveres sociais dos homens, sendo inteiramente respeitado, como buscavam muitas mulheres. Amelio conseguiu viver a sua sexualidade, inclusive no período pós-revolução. Como exemplo da falta de respeito, destacamos o caso de María Arias Bernal:

Quando Obregón entra na Cidade do México, pede para ir ver a tumba de Madero e encontra María Arias Bernal [...] Obregón lhe presenteia uma arma. Algo que deveria ser uma honra para uma mulher [...] custou-lhe as piadas mais horríveis, porque a chamavam de “María pistolas”. Em vez de respeitá-la, zombavam dela, coisa que as mulheres sofrem com muita frequência (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 16 min 53 s – 18 min 3 s, tradução nossa)¹⁶.

Igual María Arias, que foi constantemente diminuída por sua condição de mulher, várias outras mulheres tiveram que esconder suas verdadeiras identidades para se manter

¹⁵ No original: “Quizá uno de los ejemplos más reconocidos y considerados por algunos como el primero e caso transgénero de México, se es el de Amelia Robles, quem decidió actuar y ser reconocido como Amelio, incluso después de terminar la revolución. Fue la secretaria de la defensa nacional quién avaló la identidad de género de Amelio Malaquias Robles Ávila, y lo condecoró en mil novecientos setenta y cuatro como veterano de la Revolución Mexicana y no como veterana”.

¹⁶ No original: “ cuando entra Obregón a la Ciudad de México, piden ir a ver la tumba de Madero y se encuentra a está... a María Arias Bernal [...] lo que hace... Obregón es regalarle una pistola. Algo que debería de ser un honor para una mujer [...] le costó a María Arias, le costó los chistes más horribles, porque le pusieron ‘María pistolas’... en lugar de respetarla, se burlaron de ella, cosa que a las mujeres... nos hacen muy seguido”.

na revolução, como modo de sobrevivência, respeito e preservação física. Essa condição de inferiorização, subjugação e controle dos corpos femininos é apontado por García (2014), assim, fica evidente como as amarras sociais, que envolvem o gênero, acabavam afastando várias mulheres de papéis de destaque na revolução e quando o faziam, nem sempre entravam para os livros oficiais.

Com a análise aqui realizada, percebe-se que a construção da identidade feminina na Revolução Mexicana é marcada pelo discurso patriarcalista que invisibiliza as múltiplas formas que as mulheres viveram a revolução, as diminuindo como “soldaderas”, vinculadas à figura masculina do soldado, como também vinculando-as à imagem das “adelitas”, mulheres doces e calmas, que cuidavam dos soldados na guerra. Porém, percebe-se que as mulheres não se limitavam a esses papéis, uma vez que também atuavam como soldados e coronelas, controlando tropas. Destacamos figuras como Rosa Padilla, Rosa Bobadilla e Amelio Robles, que tiveram atuações diretas na batalha. Também destacamos Petra Herrera, Ángela Giménez e María Árias Bernal, que sofreram violências sistêmicas apenas por serem mulheres, mas que não deixaram de atuar na linha de frente da Revolução, porém, tem suas trajetórias e nomes apagados da história.

Nesse sentido, com esta análise, percebemos a importância da visibilidade às histórias que estão invisíveis e da popularização dos rostos anônimos da revolução para a compreensão da forma como as mulheres têm se constituído como sujeitos por meio da história. A história oficial marginalizou a mulher, rotulando com apenas uma possibilidade de atuação na revolução, em uma

tentativa de apresentar sua história de forma domesticada para servirem de modelo a ser seguido. Compreendemos que reconhecer as mulheridades como sujeitos fundamentais na Revolução Mexicana põe em xeque os silêncios ideológicos patriarcais que instauraram a ideia de que o conflito armado é um campo de dominação masculina.

Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto, abriu-se um leque de possibilidades de análise das identidades femininas, em diferentes aspectos ao longo da análise. Uma das questões levantadas foi a importância da escuta de outras narrativas na construção de novas perspectivas epistêmicas, desconstruindo o discurso reduzido e estereotipado da mulher em uma tentativa de romper com a colonialidade que insiste em domesticar suas histórias para servirem como modelo a ser seguido. Esse ponto lançou margem para outro questionamento que se limitou a saber como as próprias mulheres se enxergavam na época e de qual forma elas fariam suas próprias representações, levando em consideração que o discurso sempre foi contado e legitimado por quem sempre dominou.

Uma possibilidade de continuidade de estudos é investigar se, de alguma forma, elas deixaram registros, mesmo que seja nas raras memórias de tradição oral. Outra questão levantada partiu do caso de Amelio Robles, que nos faz questionar: será que não tiveram casos de mulheres trans? Será que no contexto da revolução assumir sua identidade de gênero como mulher trans

seria mais difícil do que como homem trans? Apesar desses questionamentos terem se mostrado muito atraentes para análise, esses não foram um dos objetivos traçados no trabalho da pesquisa.

No que se refere aos objetivos que direcionaram este trabalho, pode-se afirmar que foram alcançados, visto que a partir da análise do documentário percebemos que a construção da identidade feminina é reduzida às soldaderas, revelando uma única história (Adichie, 2009) para as mulheres que participaram da revolução, assim, as subjetividades das mulheridades são apagadas em discursos patriarcalistas imperantes na história da Revolução Mexicana, que controlava os corpos e definia quem podia exercer qual papel social. A prática da análise, além de visibilizar a temática da mulher, possibilitou uma compreensão mais ampla do lugar das mulheridades na Revolução Mexicana, destacando as relações interseccionais de gênero, classe e raça (Akotirene, 2019; hooks, 2015). Não limitou a mulheres e a homens cis e abastados, tampouco que performam papéis de gêneros impostos pela sociedade.

O documentário comprova, por meio de relatos de pesquisadores que utilizam músicas, fotos e documentos históricos, a atuação das mulheres em todos os campos na revolução; o discurso patriarcalista se encarregou de prescrever seus papéis limitando-as a uma participação doméstica, tendo em vista que a atuação feminina como agentes nos campos armados desafia e desconstrói as limitações impostas ao gênero feminino, conforme afirma Lugones (2008). É necessário expor a história que tem sido invisibilizada, revelando os rostos ocultos da Revolução Mexicana para a

melhor compreensão de como as mulheres têm se formado como sujeito social por meio da história.

A partir da análise do material, percebemos a participação ativa e significativa das figuras invisibilizadas nos conflitos armados, tais quais: Rosa Padilla, Rosa Bobadilla, Petra Herrera, Ángela Giménez, María Árias Bernal e Amelia/Amelio Robles. Além disso, conseguimos identificar a importância dessa atuação para o sucesso da batalha, controlando tropas e atuando na linha de frente. Assim, compreendemos que a Revolução Mexicana não pode ser entendida sem a relevância das mulheridades, das mais múltiplas ocupações e origens existentes nesse processo. ■

[ACASSIA DOS ANJOS SANTOS ROSA]

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Letras e graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora adjunta de Língua Espanhola (DLES/PPGED/UFS). Pesquisadora no grupo de pesquisa DinterLin. Interesses: identidades, subjetividades, decolonialidade, formação de professores e América latina. E-mail: acassiaanjos@academico.ufs.br

[JAIREs DOMINGAS SOUZA DO NASCIMENTO]

Graduada em Letras Português/Espanhol e mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com bolsa Capes (2024). Participou como bolsista do Prolice/UFS e como voluntária do PRP (Capes/UFS) e em projetos de extensão. Atua como membra do grupo de pesquisa DinterLin- Diálogos Interculturais e Linguísticos. E-mail: jairesdomingas@gmail.com

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Ana Terra S.; LIMA, Elizabeth Gonzaga. Da submissão à transgressão: implicações dos papéis sociais na escrita feminina. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 27-30 jul. 2021, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2021.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUMES, Aura E. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 237-252.

GARCÍA, Emma Delfina C. Subjetividad y racismo: la mirada de las/los otros y sus efectos. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 211-222.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, 2015.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

REPORTAJE 14 | MUJERES de la Revolución. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (23 min). Publicado pelo canal Catorce. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5R4uyaMMtGw&t=518s>. Acesso em: 31 maio 2024.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2. sem. 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REZENDE, Tânia Ferreira; GOMES, Letícia S. Uma canção pela vida: a decolonialidade está no seio da mãe terra. In: SILVA, Cleidmar Aparecida Medonça. **América Latina e língua espanhola**: discussões decoloniais. Campinas: Phontes Editores, 2020. p. 229-254.

ROCHA-PINTO, S. R.; FREITAS, A. S.; MAISONNAVE, P. R. M. Métodos interpretativistas em Administração: as implicações para o(a) pesquisador(a). In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 6-10 dez. 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Maringá: ANPAD, 2008.

SILVA JÚNIOR, Antônio Carlos; MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. Linguística Aplicada e o SULear: práticas decoloniais na educação linguística em espanhol. **Revista Interdisciplinar SULear**, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, set. 2019.

TOSI, Marcela Castro. Las soldaderas: mulheres na revolução mexicana de 1910. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/184>. Acesso em: 1 nov. 2024.

“SOMOS HIJAS
LEGÍTIMAS DE
LA PENÍNSULA
IBÉRICA”:
QUANDO AS
IDENTIDADES SÃO
CONCEBIDAS (1892)

[DOSSIÊ]

Thaís Mendes Moura Carneiro
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O objetivo deste artigo é analisar a jornada da viajante colombiana Soledad Acosta de Samper como convidada das ditas “comemorações” do IV Centenário de Conquista da América, empreendidas pela Coroa Espanhola, em 1892, em meio a uma defesa de discursos que se sobrepõem, hispano-americanista e de um nacionalismo colombiano. A partir da obra *Viaje a España* (1892), lançamos mão do aporte teórico da História Intelectual, História das Relações de Gênero e os mecanismos relacionados ao *travel writing*, que permitem uma produção intelectual híbrida, marcada por meandros da ficção e não ficção.

Palavras-chave: História das relações de gênero. Relatos de viagem. Escritas de si.

“SOMOS HIJAS LEGÍTIMAS DE LA PENÍNSULA IBÉRICA”: WHEN IDENTITIES ARE CONCEIVED

This study aims to analyze the journey of Colombian traveler Soledad Acosta de Samper as a guest at the “celebrations” of the IV Centenary of the Conquest of America undertaken by the Spanish Crown in 1892, amidst a defense of overlapping discourses, Spanish-Americanism, and Colombian nationalism. From the work *Viaje a España* (1892), we use the theoretical contribution of Intellectual History, History of Gender Relations, and the mechanisms related to travel writing, which enable a hybrid intellectual production, marked by intricacies of fiction and non-fiction.

Keywords: History of gender relations. Travel writing. Self-writing.

El objetivo de este artículo es analizar el viaje de la viajera colombiana Soledad Acosta de Samper, como invitada a las pequeñas “celebraciones” del IV Centenario de la Conquista de América, celebradas en la Corona española, en 1892, en medio de una defensa de discursos superpuestos, del nacionalismo hispanoamericano y colombiano. A partir de la obra *Viaje a España* (1892), lanzamos nuestro aporte teórico a la Historia Intelectual, la Historia de las Relaciones de Género y los mecanismos relacionados con la escritura de viajes, que permiten una producción intelectual híbrida, marcada por entresijos de ficción y no ficción.

Palabras-clave: Historia de las relaciones de género. Informes de viaje. Autoescritura.

Introdução

Ao nos debruçarmos sobre os relatos de viagem da escritora colombiana Soledad Acosta de Samper, compilados em *Viaje a España*, publicados em 1893 e 1894, devemos levar em consideração que o gênero literário já havia sido adotado pela autora em outros contextos. Por conta de suas constantes viagens, ora devido às mudanças de seus pais, ora para acompanhar a carreira do marido (o literato e diplomata José María Samper), e também por lazer, a autora produziu interessantes publicações. Entre esses registros, destacamos relatos como "Peregrinaciones en Francia" (1861-1874) e "Recuerdos de Suiza" (1862), posteriormente publicados em sua revista quinzenal *La Mujer* (1879-1881). Isto posto, em seus escritos, a colombiana construiu uma narrativa a partir do que percebeu sobre essas experiências de viagem.

Levanta-se algumas questões neste artigo, tendo como eixo a obra em que a escritora, durante sua jornada de dois meses e meio pela Espanha, conta ao leitor sobre os bastidores de sua participação em congressos que integraram as comemorações do IV Centenário da Conquista da América, além de suas atividades de lazer em cidades como Santiago de Compostela, Granada e Sevilha.

Afinal, qual é a percepção de Acosta de Samper sobre a nação espanhola a partir de sua experiência como mulher viajante? Qual é sua opinião sobre a sociedade espanhola? Ela estabelece comparações com sua terra natal? Buscamos responder a esses questionamentos neste artigo. Sendo assim, tomamos por hipótese o entendimento de

que Soledad Acosta de Samper defende uma postura hispano-americanista, afastando-se, em certos termos, do eurocentrismo em voga. Para tanto, a autora se valeu do discurso de civilização e barbárie como metáfora para o atraso e o progresso, porém, invertendo-o. Se, em geral, ele foi usado para valorizar os países europeus e diminuir os latino-americanos, aqui ela deslocou a Espanha do posto de nação europeia civilizada, reforçando sua adesão ao hispanismo.

Porém, estabelece-se a ressalva de que, por mais que a autora colombiana criticasse o eurocentrismo, muitas de suas falas operam pela própria lógica que criticou. Isto posto, Acosta de Samper exerceu uma inversão parcial dessa dicotomia, pois seu discurso foi pautado em uma série de ambiguidades, como será demonstrado.

A fim de sustentar a hipótese deste artigo, o texto começa situando a Espanha no contexto europeu e a forma com que os viajantes construíram um imaginário sobre esse território e sua cultura. Segue-se, então, elencando passagens que nos auxiliam a compreender a defesa de uma identidade hispano-americana por parte de Soledad, em que se nota a sobreposição da defesa de duas frentes: o hispano-americanismo e o nacionalismo colombiano. Assim, devemos atentar para a adoção do termo "América Latina" na construção de uma identidade subcontinental, que surge nos escritos do chileno Francisco Bilbao, em 1850, em sua obra *El peligro norteamericano*. Na terceira seção deste artigo, damos continuidade à discussão, traçando diálogos com seus contemporâneos, que também estiveram engajados em discursos de identidade, buscando entender as razões pelas quais a autora defendeu o hispano-americanismo. Tomamos aqui,

como ponto de partida, a nossa hipótese de que o contexto de formação de identidade hispano-americana, no qual muitos intelectuais e literatos estavam envolvidos, a ponto de posteriormente serem categorizados como "Geração de 98", foi elemento importante para a consolidação do hispano-americanismo para Acosta de Samper. Por fim, refletimos sobre as ressalvas trazidas por Soledad em seu discurso hispano-americanista, apontando ao leitor quais aspectos a fazia admirar a Espanha e, paralelamente, quais a decepcionam tanto na Colômbia quanto na América, bem como a razão pela qual expôs essas ressalvas.

A Espanha romântica de Soledad e de outros viajantes

A escritora colombiana demonstra uma necessidade de se afirmar enquanto viajante, em um contexto no qual as viagens começam a se popularizar por questões de prazer e lazer. Se esse turismo de massa lhe incomoda, os viajantes precursores que encabeçavam os chamados "Grand Tours", a partir do século XVIII, lhe interessam. Sónia Serrano, em seu livro *Mulheres Viajantes*, levanta uma diferenciação interessante que dialoga com esse incômodo de Acosta de Samper, "cada explorador, viajante e turista realiza efetivamente uma viagem, mas enquanto o explorador buscava o desconhecido, o viajante procura o que já foi descoberto pela história e o turista aquilo que foi descoberto pela indústria e especialmente preparado pela publicidade" (Serrano, 2014, p. 24). Sendo assim, a ideia de ser uma viajante legítima é cara, para Soledad,

como uma força para legitimar seu interesse e suas buscas pelo mundo, justificando-os com embasamento científico.

Como coloca Valéria Salgueiro, em seu artigo "Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura" (2002), os primeiros fluxos de viagens do século XVIII por puro prazer, precursores dos movimentos de turismo cultural e de lazer que vemos hoje, eram organizados sob a égide da categoria do Grand Tour. Esse movimento veio como um grande divisor de águas, pois trouxe uma conotação de viagens em busca de deleite e emoção, aprimoramento pessoal e apreciação estética. O Tratado de Paz de Utrecht, em 1715, contribuiu para esse processo, pondo fim aos conflitos sobre a sucessão do trono espanhol, que envolveu outras nações europeias. Por conseguinte, há um objetivo a ser perseguido no Grand Tour, "ampliar o conhecimento sobre a história a arte dos antigos, um hábito aristocrático altamente em moda, pressupunha a elaboração de um diário de viagem, e, se possível, a ilustração dos monumentos observados" (Salgueiro, 2002, p. 10). Em meio à construção de registros pessoais, a busca pela publicização de suas aventuras torna-se uma incumbência. A viagem se constrói, dessa forma, como uma busca por inspiração e uma espécie de aprendizado moral, invertendo a lógica do ócio como algo negativo e tornando-o uma virtude, ao passo que lhe atribui uma funcionalidade (Carrera, 2006).

O prazer encontra-se ligado a novos horizontes físicos e culturais. Em paralelo, elas

começaram a acontecer em escala crescente exatamente quando o centro irradiador do desenvolvimento

capitalista – a Europa – acelerou seu curso de desenvolvimento baseado na indústria e na racionalização do trabalho, ao qual estiveram sempre ligados os conceitos de tempo livre e de ócio, em oposição ao tempo do trabalho (Salgueiro, 2002, p. 2).

Dessa maneira, as viagens de prazer, aristocráticas por natureza, acabam ligadas ao que buscam se opor: o mundo do trabalho. O *grand tourist* é um novo tipo de viajante que surge no século XVIII, em meio às transformações do Iluminismo e da Revolução Industrial na Europa Ocidental. Ele tem como diferencial dispor de tempo e recursos financeiros para viajar por puro prazer e amor à cultura. É com essa categoria que Soledad se identifica, ela quer ser considerada uma grande viajante, não apenas uma passante de turismo de massa.

É importante pensar que a nossa viajante lança seu olhar sobre o passado, sobre esses viajantes com os quais teve contato por meio de seus escritos, mas que percorreram a Europa do século XVIII, enquanto ela vivenciava outra Europa, a do final do século XIX. Esse grupo de viajantes, por sua vez, volta-se ao passado, e sua apreciação estética é tamanha sob as ruínas como sinais visíveis de outrora que o entusiasmo chega a produzir intencionalmente essas ruínas em fachadas de prédios e jardins, como coloca Valéria Salgueiro. O ato de viajar adquire um caráter educativo, à medida em que o próprio planejamento permite o início da experiência de viagem. De acordo com Elena Carrera,

a experiência da viagem não se inicia noutro país, mas no próprio país, com os estereótipos, preconceitos e locais comuns que ajudam a planejá-lo e poderíamos dizer que especialmente no caso

destas mulheres vitorianas, ao fazer referência a clichês e lugares comuns sobre a Espanha, derivados de leituras lhes permitiam demonstrar conhecimentos e participar na tradição cultural escrita, que não era fácil de acessar (Carrera, 2006, p. 122, tradução própria)¹.

Nesse sentido, as pesquisas para o planejamento de viagem permitiam não só o início desta no sentido de refletir sobre as práticas culturais de outro país, como também a construção de um repertório para as mulheres viajantes, que necessitavam da experiência vivida para desenvolverem autoridade sobre sua própria fala, diferentemente da jornada masculina, que trazia mais as opiniões do próprio "homem de letras" a partir de alguns estudos.

O início do século XIX foi permeado na literatura de viagem por uma visão da Espanha povoada por um imaginário romântico, que a aproximava de releituras da Idade Média espanhola, das desventuras de Dom Quixote e de uma busca pela cigana Esmeralda da obra *Corcunda de Notre Dame*, a partir das experiências dos ciganos ao sul do país. Tal imaginário é mais acentuado pelos viajantes na região da Andaluzia, que sofre uma orientalização por parte de escritos que refletem uma leitura imperialista, na qual as perspectivas do fantástico e do exótico são reforçadas.

1 No original: "la experiencia del viaje no se inicia en otro país sino en el propio, con los estereotipos, prejuicios y lugares comunes que ayudan a planearlo y podríamos decir que especialmente en el caso de estas mujeres vitorianas el hacer referència a clichés y lugares comunes sobre España derivados de lecturas les permitía demostrar conocimientos y participar en la tradición cultural escrita, a lo que no era fácil acceder".

A Espanha exerceu um poderoso apelo à imaginação romântica. Apesar de estar mergulhado num profundo atraso econômico e cultural, este território oferecia aos viajantes pós-ilustrados o exótico de um passado oriental, medieval e imperial. Uma viagem à Espanha significava não só entrar num percurso geográfico, mas também, do ponto de vista figurativo, deslocar-se através dos diferentes períodos culturais e históricos do país, tais como a dominação árabe e a reconquista cristã, O Século de Ouro e as recentes guerras peninsulares, épocas e incidentes todos eles de grande fascínio tanto para os norte-americanos como para os europeus (Cifra-Adroher apud Ferrús-Antón, 2011, p. 83, tradução própria)².

Isto posto, entendia-se que a Espanha resistiria à modernidade, permanecendo como

espaço de vestígios do passado em meio ao continente europeu. O que seria um elemento atrativo para os viajantes. Por outro lado, está em jogo a ideia de que essa Espanha arcaica não soube aproveitar seu passado colonial, tornando-se alheia a seu "esplendor cultural", como coloca o argentino Domingos Sarmiento: "Destino estranho que parece ter sido governado

em todos os tempos a Espanha, que não consiste em andar a reboque das outras nações, mas fora de tempo, dando as doze quando todos os relógios marcam as cinco e vice-versa" (Sarmiento apud Ferrús-Antón, 2011, p. 85, tradução própria)³. Essa perspectiva de uma "historia a destiempo", na qual o tempo caminha no sentido inverso, reforça a noção de uma Espanha como um espaço de atraso em oposição ao progresso, em diálogo com a dicotomia civilização e barbárie, conceitos estes trazidos pelo próprio Sarmiento em sua obra *Facundo*, que aqui trazemos de modo metafórico.

Os próprios viajantes construíram uma imagem da Espanha como um universo poético, literário e imagético. De acordo com Richard Ford, "[...] aqueles que aspiram ao romântico, ao poético, ao sentimental, ao antiquário, ao clássico, enfim, a qualquer um dos versos sublimes e belos, encontrarão tanto no estado passado como no presente da Espanha assunto suficiente" (apud Durand, 2005, p. 58, tradução própria)⁴. Tal subjetivação da Espanha nos permite lançar olhar para uma imagem feminina do país, que, para Ford, seria um terreno exótico, orientalista e feminino. Essa perspectiva se constrói a partir do país como uma incógnita, uma terra virgem a ser apropriada e explorada.

2 No original: "España ejerció un poderoso atractivo para la imaginación romántica. A pesar de hallarse sumido en un profundo atraso económico y cultural, este territorio ofrecía a los viajeros post-ilustrados lo exótico de un pasado oriental, medieval e imperial. Un viaje a España no sólo significaba adentrarse en un recorrido geográfico sino también, desde el punto de vista figurativo, desplazarse a través de los diferentes períodos culturales e históricos del país, tales como la dominación árabe y la reconquista cristiana, el Siglo de Oro y las recientes guerras peninsulares, épocas e incidentes todos ellos de gran fascinación tanto para los norteamericanos como para los europeos".

3 No original: "Destino extraño que parece haber regido en todos los tiempos a la España, que no consiste en andar a remolque de las otras naciones, sino a destiempo, dando las doce cuando todos los relojes marcan las cinco y viceversa".

4 No original: "[...] those who aspire to the romantic, the poetical, the sentimental, the antiquarian, the classical, in short, to any of the sublime and beautiful lines, will find both in the past and present state of Spain subject enough".

É necessário observar que a recor-rência imagética sobre a Espanha aponta a influência de relatos de viagens anteriores, que corroboram para uma viagem sacralizada, fugindo do espectro de análise individual. Como coloca Esther Durand, "os viajantes românticos se deslocaram à Espanha para viajar ao mesmo tempo no espaço e no tempo, para engolfar-se em um território que os convidava a passear pelo Oriente sem abandonar a Europa e que, ao mesmo tempo, lhes permitia aspirar o ambiente da Idade Média cristã" (Durand, 2005, p. 78, tradução própria)⁵. Diante disso, em uma jornada de viagem ficcionalizada e carregada de estereótipos, Alhambra emerge como a própria metáfora do imbricamento entre o Romantismo e o Orientalismo, articulando percepções entre o belo e o sublime.

A historiadora Edméia Aparecida Ribeiro analisou como a construção imagética da Espanha consta também na coleção *Las Mujeres Españolas, Portuguesas y Americanas*, produzida nos anos 1870, com edição de Don Miguel Guijarro. Publicada em quatro volumes, sua narrativa aborda a Espanha do ponto de vista cultural, fortalecendo o discurso nacional.

De acordo com Ribeiro, na coleção *Las Mujeres Españolas*:

Percebem-se destacadas, nos artigos que referenciam a Espanha, mulheres representadas pelos atributos físicos – beleza, formosura, graça –,

morais – maternidade, educação, altruísmo – e vinculadas ao progresso, honra da família e da pátria. Nas gravuras espanholas, foram litografadas imagens de mulheres comuns, revelando ambientes, lugares, funções, atividades e a singularidade dos trajes femininos (Ribeiro, 2009, p. 83).

Tal construção imagética destoa do discurso reverberado por distintos viajantes, que construíram a imagem da mulher espanhola como desvinculada da imagem do progresso e da honra familiar, narrando-a como imersa em um ambiente exótico e, por vezes, imoral, ao associarem a figura feminina às ciganas, que eram alvo de críticas culturais.

Em meio ao retalho de sonhos e personagens que povoam a Espanha, Soledad Acosta de Samper não destoa dessa visão romântica do país, por mais que seus escritos sejam de fins do século XIX. Suas descrições ao pisar no sul do país, se deparar com Alhambra em uma visita privada com o restaurador do complexo de palácios, ter contato com populações ciganas, são repletas das construções sociais trazidas por viajantes anteriores a ela, às quais nos deteremos a seguir com maior cuidado.

Afinal, a literatura de viagens é recheada de reprodução de códigos de conduta e moral que extrapolam a jornada individual. Em seus comentários e descrições, o viajante traz uma visão específica sobre o lugar visitado impregnada por imagens prévias. Joaquín Barriendos levanta uma tese importante para pensarmos a circulação de saberes e apreciação estética nesse mundo marcado por viagens e viajantes: a colonialidade do ver ou o olhar colonizado, evidenciando como a lógica etnocêntrica constitui os regimes de visualidade. Em diálogo com Aníbal Quijano, o autor coloca que

⁵ No original: "Los viajeros románticos se desplazaron a España para viajar a la vez en el espacio y en el tiempo, para engolfarse en un territorio que les invitaba a pasear por Oriente sin abandonar Europa y que, a la vez, les permitía aspirar el ambiente de la Edad Media cristiana".

Expandindo e extrapolando as argumentações do teórico peruano [...], relativas à necessidade de reconhecer a heterogeneidade do conceito de totalidade, e à urgência de descolonizar os universalismos que gravitam em torno da racionalidade moderna ocidental, este texto adverte para a necessidade de construir um novo acordo visual transmoderno, ao qual se poderia definir como um diálogo visual interepistêmico entre aqueles regimes visuais canonizados pela modernidade eurocentrada e aquelas culturas visuais outras que foram racializadas e hierarquizadas pelo projeto da modernidade/colonialidade (Barriendos, 2011, p. 14, tradução própria)⁶.

Desenvolvendo a questão do chamado diálogo visual interepistêmico, Barriendos coloca como esses regimes visuais racializados participam da invenção do chamado Novo Mundo, produzindo uma série de "imagens-arquivo" a partir do encontro de dois mundos.

Sendo assim, a colonialidade do ver estaria caminhando lado a lado com a matriz da colonialidade, hierarquizando e inferiorizando sujeitos por meio de um regime visual. Para o autor, à colonialidade do ver

soma-se a do poder, do ser e saber em prol da construção da modernidade. Opera-se, portanto, em uma matriz histórica de poder, que mobiliza o racismo epistemológico e a atualidade da colonialidade do ver.

Ao nos depararmos com a perspectiva da Espanha como lugar de atraso pelos viajantes, vale uma reflexão sobre as formas de viajar possibilitadas pelo contexto. Acosta de Samper nos conta em *Viaje a España* que faz uso do trem e das diligências para se locomover. Temos os registros de outros viajantes, que se referem às formas de locomoção no país, reforçando a ideia de uma Espanha atrasada. Richard Ford, por sua vez, prefere andar a cavalo, o que aponta não ser adequado para damas e cavalheiros delicados. Porém, aos demais, Ford aconselha a prática como uma espécie de exercício de escola moral. Sendo assim, os meios de transporte utilizados no país tornam-se fonte de anedotas e aventuras, ao que a viajante Louisa Tenison colocou que "[...] os espanhóis suspiram pela ferrovia e outros sinais da civilização do século XIX e deixam que desapareçam de sua terra as pegadas do passado" (Carrera, 2006, p. 118, tradução própria)⁷. Os incômodos com a ausência de traços de modernidade no país não param por aí. A viajante Sophia Dunbar criticou a falta de instalações de água corrente em um hotel de Barcelona no qual estava hospedada com sua família. Outra viajante, Frances Minto Elliot, por sua vez, critica a falta de saneamento básico na cidade de Málaga (Carrera, 2006, p. 117-120).

⁶ No original: "expandiendo y extrapolando las argumentaciones del teórico peruano [...], relativas a la necesidad de reconocer la heterogeneidad del concepto de totalidad, y a la urgencia de descolonizar los universalismos que gravitan en torno a la racionalidad moderna occidental, este texto advierte la necesidad de construir un nuevo acuerdo visual transmoderno, al cual se le podría definir como un diálogo visual interepistémico entre aquellos regímenes visuales canonizados por la modernidad eurocentrada y aquellas culturas visuales otras que han sido racializadas y jerarquizadas por el proyecto de la modernidad/colonialidad".

⁷ No original: "los españoles suspiran por el ferrocarril y otras señales de la civilización del siglo XIX y dejan que desaparezcan de su tierra las huellas del pasado".

A Espanha como o Outro: a construção de um identidade hispano-americana

Para compreender a narrativa construída por Soledad Acosta de Samper em sua obra *Viaje a España en 1892*, é preciso situar a autora contextualmente como uma literata colombiana que é convidada pela Espanha para as comemorações do quarto centenário de conquista da América. Vale lembrar sua condição de mulher viúva, letrada, burguesa, branca, que aos 59 anos empreendeu essa viagem na companhia de sua filha, Blanca Leonor.

A fim de fundamentar a nossa hipótese de que a escritora critica o discurso eurocentrista, por meio do engajamento em duas frentes de identidade – o hispano-americanismo e o nacionalismo colombiano –, valemo-nos da análise de três discussões presentes em seu diário de viagem: a metáfora da Espanha como uma mulher velha para discutir a concepção de modernidade, a prática da mendicância, da corrupção e a sujeira das cidades visitadas como marcas da “barbárie” espanhola e a mimetização do ser francês como um meio de alcançar o status de civilização.

Começamos por analisar sua chegada à Espanha, quando Acosta de Samper contou uma situação marcada por constrangimento e corrupção. A escritora narrou sua chegada à Espanha movida por percalços na fronteira com a França. Diante do temor de contágio pela epidemia de cólera que se desenvolvia em território francês, Soledad descreveu uma série de procedimentos aos quais foi submetida na aduana espanhola. Dentre eles, exames médicos realizados pela comissão de saúde e higiene aos viajantes e

uma inspeção em suas bagagens. A fim de evitar que os vestidos usados tanto por ela quanto por Blanca ficassem sob o regime de quarentena, a autora resolveu o assunto, “[...] misericórdia de certas moedas que deslizamos entre os dedos de um empregado mais fissura do que o necessário” (Acosta de Samper, 1893, p. 5, tradução própria).⁸ Porém, ela se viu envolta por questionamentos dos funcionários, que, ao observarem as roupas limpas e objetos, começaram a ameaçar a cobrança de mercadorias novas para a entrada. Enfim, segundo Soledad, “[...] amaciaram seu zelo patriótico por idênticos meios de corrupção, finalmente nos permitiram tirar os baús daquele lugar fatídico” (Acosta de Samper, 1893, p. 6, tradução própria).⁹ Seu comentário irônico nos revela uma amostra da rotina do viajante dentro desse contexto. Ela transparece seu incômodo diante das práticas da aduana espanhola, argumentando que sob a fachada de um “zelo patriótico”, os fiscais insistiram em seus procedimentos até que elas cedessem à extorsão e acabassem por pagá-los para que as deixassem passar. Isso já nos aponta a forma como ela teceu sua argumentação de uma Espanha decadente.

Em sua visita à cidade de Bilbao, Soledad descreve os transeuntes burgueses em um domingo da seguinte maneira, em sua obra: “Todos são trabalhadores industriais e carecem daquele caráter inerte e preguiçoso que impede em outras partes que as populações avancem e sigam pelas veredas que

8 No original: “merced à ciertas monedas que deslizamos entre los dedos de un empleado más fisgón de lo necesario”.

9 No original: “ablandado su celo patriótico por idénticos medios de corrupción, al fin nos permitieron hacer sacar los baúles de aquel fatídico lugar”.

lhes indica a atual civilização". Colocando-os na esteira da dita civilização, a autora complementa, "hoje quem se detém na via do progresso retrógrado e com dificuldade a Espanha, que anda sempre devagar, poderá alcançar as outras nações que lhe tomaram a dianteira" (Acosta de Samper, 1893, p. 31, tradução própria)¹⁰. Isto posto, a Espanha surge nessa reflexão como uma nação marcada pela lentidão de progresso, retomando a interpretação discutida outrora acerca deste Estado fora da concepção totalizante de nação europeia civilizada. Por mais que a nação seja composta de trabalhadores e industriais produtivos, segundo a citação acima da autora, a Espanha "se detém na via do progresso retrógrado e com dificuldade"¹¹. Assim, a escritora aventa a hipótese de que a Espanha alcançaria as demais nações em seu desenvolvimento, por mais que realizasse progressos lentamente. De acordo com Soledad, essa possibilidade a permitiria alcançar o status de civilização das nações vizinhas.

Na esteira do discurso da modernidade, chamaram a atenção da autora os acontecimentos históricos vivenciados na cidade de Burgos, "grandes y notabilísimos", durante a Idade Média e o Renascimento. A fim de afirmar sua perspectiva de uma Espanha atrasada, Soledad faz referência à Idade Média como o auge dessa nação, que sobreviveria de suas glórias passadas.

¹⁰ No original: "todos son trabajadores é industriosos y carecen de aquel carácter inerte y pero que impede en otras partes que las poblaciones adelanten y sigan por las veredas que les señala la actual civilización [...] hoy el que se detiene en la vía del progreso retrógrada y con dificultad España, que anda siempre despacio, podrá alcanzar á las otras naciones que le han tomado la delantera".

¹¹ No original: "se detiene en la vía del progreso retrógrada y con dificultad".

Assim, o adjetivo medieval é colocado como uma marca desse atraso espanhol. A autora destacou que, "[...] entre outros, nos interessou saber que se guardam nos arquivos desta cidade as relações das festas que se fizeram a Cristóvão Colombo a seu retorno da primeira viagem à América, quando chegou ali com uma multidão de índios que levava da 'Espanhola'" (Acosta de Samper, 1893, p. 71, tradução própria)¹². Acosta de Samper, a priori, não nos deu mais informações acerca de sua perspectiva sobre a figura de Colombo. Ademais, a escritora referiu-se à conquista como um processo de "invasão" dos europeus. Por outro lado, certos trechos de seu relato trazem uma valorização do navegador e um tratamento oposto destinado aos indígenas.

A escritora colombiana recorreu com frequência a comparações entre a Idade Média e o Renascimento, estabelecendo uma oposição hierarquizada na qual o movimento renascentista é valorizado como progresso. A Espanha é enxergada aqui dentro de uma lógica medieval:

E o final do século XIX não sai tão bem como o público pensa! Esta época é a da mediocridade; a última foi da perfeição, de uns poucos. Parece como se no mundo não pudesse caber senão certa quantidade de gênio: antigamente este se encarnava em uns poucos cérebros que produziam maravilhas; hoje as facilidades que existem para a instrução de todos tem dado por resultado um desenvolvimento

¹² No original: "entre otros, nos interesó saber que se guardan en los archivos de esta ciudad las relaciones de las fiestas que se hicieron á Cristóbal Colón á su regreso del primer viaje á América, cuando llegó allí con una multitud de indios que llevaba de la Española".

geral de todos os espíritos, e o gênio já não é privilégio de pequeno número de cérebros mas da maioria dos homens, os quais não alcançam receberá senão uma quantidade diluída de faculdades intelectuais (Acosta de Samper, 1894, p. 222, tradução própria)¹³.

Para Soledad, o medievo é entendido como uma época marcada pela mediocridade, na qual poucos se destacaram pela genialidade, diante de um ambiente hostil. Por sua vez, o século XIX foi caracterizado como um tempo fértil para o desenvolvimento dos espíritos, devido à facilidade do acesso à instrução. Apesar disso, poucos homens desenvolveram suas faculdades intelectuais, tornando "esta época es de la medianía". Porém, o que tornaria a época medíocre e hostil? Não só a ausência de cérebros dotados de genialidade, mas a ausência de inovações tecnológicas que permitiram o progresso. O século XIX, de acordo com a autora, "no sale tan bien parado como el vulgo lo piensa", por uma ausência de dedicação desses cérebros em se desenvolverem enquanto sociedade. A ênfase em tratar do período medieval ao pisar na Espanha é uma forma de recuperar os escritos de outros viajantes que pensaram o país a partir do imaginário de Dom Quixote de Miguel de Cervantes.

¹³ No original: "Y por cierto que el del fin del siglo XIX no sale tan bien parado como el vulgo lo piensa! Esta época es la de la medianía; la pasada fue de la perfección de unos pocos. Parece como si en el mundo no pudiese haber sino cierta cantidad de gênio: antiguamente éste se encarnaba en unos pocos cerebros que producían maravillas; hoy las facilidades que existen para la instrucción de todos ha dado por resultado un desenvolvimiento general de todos los espíritus, y el gênio yá no es privilegio de corto número de cerebros sino de la mayoría de los hombres, los cuales no alcanzan a recibir sino una cantidad deluída de facultades intelectuales".

Acosta de Samper dá continuidade a sua análise da Espanha por meio de uma metáfora, na qual expõe o problema que encontra naquele território, a partir da ideia da nação personificada na figura de uma mulher velha, vestindo roupas rotas. Vejamos:

O novo, o moderno, se encaixa na Espanha como um vestido de dança de ópera sobre o corpo mumificado de uma velha abadessa, de um convento. Se virmos esta com a sua touca, o seu véu e a sua roupa comprida, inclinamo-nos com respeito; mas, se ela se apresentar envolta em gazes e metade vestida, desviamos os olhos com repugnância (Acosta de Samper, 1893, p. 197, tradução própria)¹⁴.

Ao construir a imagem de uma Espanha envelhecida, trajando roupas de luxo para esconder seu corpo mumificado, Soledad lança a compreensão de uma nação perdida em seu passado, símbolo do atraso, estabilizando-se por meio de aparências, como a metáfora já citada "um vestido de dança de ópera sobre o corpo mumificado de uma velha abadessa". Pois, como ela coloca, na ausência de suas vestimentas, a velha abadessa causaria repugnância. O apego ao passado heróico e a falta de uma política nacional que olhe o futuro, valendo-se do discurso do progresso tão em voga no século XIX, são apontados como elementos problemáticos pela escritora. Sendo assim, o novo e o moderno não se encaixavam na

¹⁴ No original: "Lo nuevo, lo moderno, cuadra á España como un vestido de baile de la ópera sobre el cuerpo momificado de una vieja Abadesa de un convento. Si vemos á ésta con su toca, su velo y su vestido largo, nos inclinaremos con respeto; pero si se nos presentase envuelta en gasas y á medio vestir, apartaríamos la vista con repugnância".

sociedade espanhola, apegada a sua história. Por outro lado, para Soledad, a modernidade não caberia em território espanhol, sendo essa a incapacidade que fortalecia o imaginário do país.

Diante dessa questão, em sua passagem por Santiago de Compostela, a autora decide

direcionar-se ao leitor mostrando uma escolha de narradora consciente, que já planejava publicar o relato de viagem. Sua reflexão traz à baila novamente a diferenciação entre um Eu

e um Outro, identidades que se constituem concomitantemente, em que a Espanha é tida como o Outro e a Colômbia como o Eu.

Assim, pois as repetimos, nestas lembranças da Espanha o leitor encontrará poucas vezes relatos do moderno que foi enxertado nesse país, quase a seu pesar; não encontrará se não quadros de tudo o mais velho que eu encontrei no repouso de meus antepassados, aqueles que carregaram América e deixaram lá ao tempo de se aposentar. Coisa curiosa! Apesar de ser da mesma raça, pois a parte indígena das Repúblicas sul-americanas não tem influência [...] Enquanto nós, pelo menos na Colômbia, estamos muito mais adiantados, e imitamos a civilização francesa e inglesa, que mantemos as tradições dos mais velhos (Acosta de Samper, 1893, p. 198, tradução própria)¹⁵.

Acosta de Samper trouxe ao leitor a perspectiva de que a Espanha não ocupa o espaço

da modernidade. Classifica a situação como "curiosa" por não encontrar traços culturais de desenvolvimento após a conquista da América. A autora reforçou a ideia da nação espanhola como o oposto do moderno, o lugar de conexão com suas origens e seus antepassados. Isto posto, estabeleceu uma comparação com a Colômbia, sua terra natal, por meio da qual esta empreenderia uma busca por "imitar" o progresso a fim de alcançá-lo. Afinal, a ideia de estarem mais adiantados do que a Espanha seria porque teriam imitado melhor a civilização francesa e inglesa. Essa referência à França e à Inglaterra marca sua compreensão desses dois países como modelos de processo civilizatório e culturais, marcados pelo progresso de sua nação. Portanto, notamos como Soledad inverteu parcialmente a dicotomia civilização versus barbárie em uma narrativa na qual a autora opera dentro dos códigos citados, reforçando uma visão que valoriza a Europa Ocidental como civilizada. Há o receio da influência da secularização democrática empreendida na França e na Inglaterra sobre as repúblicas hispano-americanas, que a escritora entende como uma contaminação moral pelo consumo excessivo de modelos culturais e mercadorias europeias.

¹⁵ No original: "Así, pues los repetimos, en estos recuerdos de España el lector hallará pocas veces relatos de lo moderno que se ha injertado en ese país, casi á su pesar; no encontrará sino cuadros de todo lo más viejo que he encontrado en el hogar de mis antepasados de que ello que llevaron á América y dejaron allí al

tiempo de retirarse. ¡Cosa curiosa! Apesar de ser de la misma raza, pues la parte indígena de las Repúblicas sud-americanas no tiene influencia [...] mientras que nosotros, al menos en Colombia, estamos mucho más adelantados, y hemos imitado más bien la civilización francesa é inglesa, que hemos guardado las tradiciones de nuestros mayores".

Acosta de Samper valoriza a Colômbia como um Estado-nação rumo ao progresso, em processo de civilizar-se por imitar, de certo modo, as práticas das ditas civilizações inglesa e francesa, ainda que mantendo certas tradições espanholas. O uso do verbo "imitar" conota a percepção de que a civilização não é algo inerente à Colômbia, mas que está imersa em um processo para conquistar tal condição. Ao longo de seu diário de viagem, notamos uma constante valorização da Inglaterra e da França como modelos sociais e culturais, materializações do progresso.

Para aprofundarmos a compreensão de Soledad sobre a Espanha como lugar de atraso, tomamos os exemplos da mendicância e da sujeira relatadas em sua visita à cidade de Santiago de Compostela. A autora descreveu um incômodo com os costumes locais e problemas sociais na cidade, que, segundo ela, chocaram os viajantes.

Mas há em Santiago costumes que chocam o estrangeiro e que danificam os formosos monumentos artísticos que ali se encontram, e a espessa camada de pó que tudo cobre, o lixo e imundície que impede passagem, o hábito arraigado de não varrer jamais, e a multidão de mendigos, que são ainda mais numerosos do que em Castelas. Estes assediam o viajante a cada passo, o interrompem, o importunam, o assediam, o interpelam, o apertam, lhe estendem as mãos, lhe dão vozes e se interpõem entre ele e cada objeto que quer contemplar; o seguem e o rodeiam, o chamam por toda parte, será apresentado ao redor de cada esquina, impedir-lhe a entrada das igrejas e tirar-lhe o prazer que lhe faz percorrer aquela

curiosíssima cidade (Acosta de Samper, 1893, p. 154, tradução própria)¹⁶.

Acosta de Samper destacou a sujeira encontrada na cidade, que enfeitava os monumentos históricos e artísticos, devido à falta de recolhimento do lixo e de varrimento das ruas. Outro ponto de incômodo é a multidão de pessoas em situação de rua que assediavam os transeuntes, interpelando-os e pedindo doações. O recurso de comparação é feito em relação a uma região mais castiça da Espanha, "las Castillas", correspondendo a Castilha La Mancha e Castilla La Vieja, ambas como símbolo da hispanidade. Os momentos de assédio pela rua lhe tiram o prazer de percorrer a cidade e de investigá-la enquanto viajante.

O incômodo da autora é tamanho que Soledad dedicou um capítulo de *Viaje a España* a discutir a mendicância e a preguiça em território espanhol, ao que argumentou que encontrou por todos os lados instituições de caridade destinadas a idosos, mendigos e mulheres pobres. Porém, mesmo com a existência desses institutos, a autora colocou que havia uma multidão de pedintes nas portas das igrejas e nas ruas,

16 No original: "Pero hay en Santiago costumbres que chocan al extranjero y que afean los hermosos monumentos artísticos que allí se encuentran, y es la espesa capa de polvo que todo lo cubre, la basura e inmundicia que impide paso, el hábito arraigado de no barrer jamás, y la multitud de mendigos, que son más numerosos aún que en las Castillas. Estos asaltan al viajero á cada paso, le interrumpen, le importunan, le asedian, le interpelan, le apremian, le tienden las manos, le dan voces y se interponen entre él y cada objeto que quiere contemplar; le siguen y rodean, le llaman por todas partes, se presentan á la vuelta de cada esquina, le impiden la entrada de las iglesias y le quitan el placer que le causa recorrer aquella curiosísima ciudad".

dependentes da caridade popular. Isso frustra suas expectativas, tal como expressa nesta passagem: "[...] nos disseram, aqui a vida é barata, o trabalho bem remunerado, o clima saudável e pouquíssimas as doenças epidêmicas; por que, pois, se encontra por toda parte esta turba de ociosos e mendigos?" (Acosta de Samper, 1893, p. 200, tradução própria)¹⁷. Ela nos descreveu um país dos sonhos, uma sociedade ideal, que é vendida dessa forma pelos próprios espanhóis. Ao levantar a questão de que o discurso não se traduz em realidade, fala em "ociosos" percorrendo as ruas e vivendo dependentes de caridade. Por que separar mendigos de ociosos? A autora complementou que

A preguiça, a inação... esta é a chaga oculta de que todos sofrem na Espanha, mais velhos e mais novos, ilustrados e ignorantes. A preguiça inveterada, deixar tudo para o dia seguinte, a informalidade, o desperdiçar o tempo como se a vida fosse interminável: isto é o que forma os costumes, com poucas exceções, de todas as hierarquias sociais. E quem o poderá remediar? Ninguém. Há nos hábitos da Espanha uma liberdade ilimitada que não pode restringir os governantes com a melhor vontade do mundo. A polícia, melhor organizada, tem que cruzar os braços e permitir que as ruas e as praças estejam povoadas de mendigos, de ociosos que não querem trabalhar; de doentes que preferem pedir a caridade nos portais, ao invés de ir um hospital" (Acosta de Samper, 1893, p. 201, tradução própria)¹⁸.

¹⁷ No original: "[...] nos dijeron, aquí la vida es barata, el trabajo bien remunerado, el clima sano y poquísimas las enfermedades epidémicas; por qué, pues, se encuentra por todas partes esta turba de ociosos y mendigos?"

¹⁸ No original: "La pereza, la inacción... ésta es la llaga oculta de que sufren en España todos, grandes

Sendo assim, sua crítica reside na ideia de que a prática da mendicância, tanto por pessoas em situação de rua quanto por doentes, estava associada à preguiça, que os deixava em um estado inerte, à espera de boas ações. Mais do que esses grupos sociais, Soledad pontuou que todos sofrem com uma espécie de preguiça estrutural, propiciada pela liberdade ilimitada, que seria concedida pelos governantes, impedindo até mesmo o trabalho dos policiais. Como uma "chaga", a preguiça faria parte desse corpo-nação. Tal prática não condizia com o ideal de civilização partilhado naquele contexto social, apontando para as falhas inerentes à Espanha.

Tal reflexão não se restringe a uma visão de Acosta de Samper, faz parte de outros relatos de viagem que se dedicam a analisar a Espanha, trazendo consigo uma narrativa de determinismo histórico e racial, que "[...] provoca o aparecimento de outro dos traços determinantes da idiosincrasia andaluza, da preguiça e da indolência" (Fernández Navarro, 2001, p. 271, tradução própria)¹⁹. Reflexões sobre a preguiça espanhola surgem nos escritos de Richard Ford, F. Herán, J. de Brinckman, Merimée, entre outros.

y pequeños, ilustrados é ignorantes. La pereza inveterada, el dejarlo todo para el día siguiente, la informalidad, el desperdiciar el tiempo como si la vida fuese interminable: esto es lo que forma las costumbres, con pocas excepciones, de todas las jerarquías sociales. Y quién lo podrá remediar? Nadie. Hay en los hábitos de España una libertad ilimitada que no pueden restringir los gobernantes con la mejor voluntad del mundo. La policía, mejor organizada, tiene que cruzarse de brazos y permitir que las calles y las plazas estén pobladas de mendigos, de ociosos que no quieren trabajar; de enfermos que prefieren pedir la caridad en los portales, más bien que acogerse a un hospital".

¹⁹ No original: "provoca la aparición de otro de los rasgos determinantes de la idiosincrasia andaluza, la pereza y la indolencia".

Em outro momento, a escritora colombiana interpela um "caballero español en Madrid" sobre a aplicação das leis para impedir esse fluxo de pessoas. A esse respeito, ela questiona: "[...] mas não há leis para que os transeuntes gozem também de liberdade de mover-se a suas custas?" (Acosta de Samper, 1893, p. 202, tradução própria)²⁰. Ao que ele responde que, apesar de haver leis, elas não se cumpriam. A própria reflexão de Soledad está alinhada a sua moral católica. O seu incômodo reside no fato de que os mendigos não estão submetidos à caridade nem institucional católica nem da Coroa espanhola, gozando de autonomia e desamparo que são compreendidos como retratos de um desvio da ordem.

Não há em seu discurso menção à necessidade da prática de caridade, mas ela colocou que os mendicantes seriam tão preguiçosos a ponto de não buscarem as instituições sociais que poderiam lhes assistir. Ela hierarquizou esses indivíduos como distintos dela, inferiorizados. Tal visão corrobora uma perspectiva desses indivíduos dentro da lógica da barbárie.

Considerações finais

Em *Viaje a España*, Acosta de Samper seleciona elementos da cultura espanhola que marcam sua tradição, os quais valoriza na construção da modernidade da Colômbia. Perante as contestações de Soledad sobre a Espanha, apontando ressalvas para seu lugar

de atraso, à margem dos países europeus, celebrados pela modernidade como França e Inglaterra, notamos seu esforço em atenuar as críticas feitas ao país. Seria uma afirmação rasa determinar que a moderação em seu discurso tenha sido tão somente pela viagem à Espanha ter sido realizada a convite da Coroa espanhola. Levantamos como hipótese a compreensão de que o exercício de negar a Espanha, no limite, acabaria por ser uma rejeição da própria Colômbia e de suas "irmãs" hispano-americanas. Isto posto, uma crítica ferrenha à Espanha representaria a própria contradição de seu discurso americanista. Afinal, o que restaria a ser defendido? O que poderia ser valorizado em território americano? Há um jogo discursivo de defesa de si a partir do momento em que as críticas à Espanha sofrem ressalvas.

Sua forma de enxergar o mundo, encontrando modelos nacionais e sociais a serem seguidos e dialogando com eles, se deveu muito a sua circulação entre mundos, como a Colômbia, Espanha e França, em suas viagens. A trajetória de Acosta de Samper nos permitiu levantar a questão da circulação de ideias. Entre o local e o global, o conhecimento se estrutura em rede ao lado dos lugares do saber. Como coloca Ricardo Salvatore (2007, p. 16-17, tradução própria):

É que as relações entre contextos locais e fluxos transnacionais de saberes não eram totalmente explicitadas no momento do 'encontro' entre locais e visitantes. Tratava-se antes de um conjunto de situações que envolviam atividades e dispositivos muito variados: da tradução para as agências culturais dos impérios; das peregrinações acadêmicas de jovens cientistas ao uso dos desenhos coloniais

²⁰ No original: "pero no hay leyes para que los transeúntes gocen también de libertad de moverse a sus anchas?".

ou terceiro-mundistas; de contestações de humanistas locais ao intelectual europeu à circulação de representações geográficas e de fósseis²¹.

A circulação de ideias, segundo Salvatore, materializa-se mais em situações do cotidiano que em discursos escritos ou orais. Os encontros culturais permitem essa profusão de conhecimentos. Além de pensar a questão da circulação de saberes, para se entender os relatos de viagem, diante dos limites da representação, deve-se lançar mão de uma abordagem multidisciplinar (Borm, 2004). Os relatos de viagem captam elementos do cotidiano para além da experiência em si, apontando formas de representá-las. Eles acabam por se afastar da norma e trazer olhares distintos sobre as relações sociais e a possibilidade de enxergar desigualdades (Hoper; Youngs, 2004).

Nesse campo, o relato de viagem feminino é enquadrado como uma categoria fluida, que ultrapassa definições, dialogando com campos distintos, como a produção de memória e a ficção. Apesar de partirmos da premissa de que se trata de um material produzido em primeira pessoa, factual, sobre a jornada pela qual a autora passou. Além das fronteiras borradas da categoria, temos o jogo de forças e poderes em volta

da questão do papel da mulher enquanto escritora e sujeito histórico. Soledad Acosta de Samper é um exemplo desse campo fluido da escrita que perpassa a experiência pessoal em forma de relato em conjunto com informações históricas dos lugares por onde passa, legitimadas pela citação de historiadores e estudiosos. Por outro lado, ela borra as fronteiras de gênero ao atuar em espaços tidos como masculinos, reiterando, por outro lado, sua função social como mulher.

Enfim, este artigo teve como objetivo compreender o discurso americanista de Acosta de Samper, mediante o desenvolvimento de um nacionalismo colombiano, paralelamente à configuração da identidade hispano-americana. Procuramos explorar o fato de a escritora levantar a bandeira do americanismo como uma estratégia de defesa de seu trabalho intelectual e por uma necessidade de situar-se no mundo das letras. Diante do reconhecimento de sua trajetória na esfera pública, a adesão a esse discurso, que já se delineava em seu diário íntimo na juventude, ao narrar as guerras civis na Colômbia, foi um elemento importante na consolidação de si como colombiana. ■

[THAÍS MENDES MOURA CARNEIRO]

Doutoranda e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Laboratório de Pesquisa de História da América da USP (LEHA) e do Grupo de Pesquisa em História e Gênero da mesma universidade (GRUPEGH). Criadora do projeto Mulheres Viajantes, pesquisa a história das relações de gênero e mulheres viajantes, no século XIX, em contexto latino-americano, numa perspectiva de história intelectual. E-mail: thais.carneiro@usp.br

²¹ No original: "Es que las relaciones entre contextos locales y flujos transnacionales de saberes no resultaban totalmente explicitadas en el momento del "encuentro" entre locales y visitantes. Se trataba más bien de un conjunto de situaciones que involucran actividades y dispositivos muy variados: de la traducción a las agencias culturales de los imperios; de los peregrinajes académicos de jóvenes científicos al uso de los diseños coloniales o tercer-mundistas; de impugnaciones de humanistas locales al intelectual europeo a la circulación de representaciones geográficas y de fósiles".

Referências

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. **Viaje a España en 1892**. Bogotá: Imprenta Antonio María Silvestre, 1893. v. 1.

ACOSTA DE SAMPER, Soledad. **Viaje a España en 1892**. Bogotá: Imprenta de Antonio María Silvestre, 1894. v. 2.

BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver. Hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. **Nómadas**, Bogotá, n. 35, p. 13-29, 2011.

BORM, Jan. Defining travel: On the travel book, travel writing, and terminology. In: HOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (org.). **Perspectives on travel writing**. London: Routledge, 2004.

CARRERA, Elena. Escritura femenina y literatura de viajes: viajeras inglesas en la España del XIX, lugares comunes y visiones particulares. In: LUCENA GIRALDO, Manuel; PIMENTEL, Juan (org.). **Diez estudios sobre literatura de viajes**. Madrid: Instituto de Lengua Española; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006. p. 109-130

FERRÚS-ANTÓN, Beatriz. **Mujer y literatura de viajes en el siglo XIX**: entre España y las Américas. Valencia: Biblioteca Javier Coy d'estudis nord-americans, Universitat de Valencia, 2011.

DURAND, Esther. La España de los viajeros (1755-1846): imágenes reales, literaturizadas, soñadas. In: TOBAR, Leonardo Romero; ELDUAYEN, Patricia Almarcegui (org.). **Los libros de viaje**: realidad vivida y género literario. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía; AKAL, 2005.

FERNÁNDEZ NAVARRO, Antonio. **Sevilla, Teatro de los sueños**: reflejo de la ciudad en los textos de viajeros franceses del siglo XIX. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2001.

HOPER, Glenn; YOUNGS, Tim. Introduction. In: HOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (org.). **Perspectives on travel writing**. London: Routledge, 2004.

RIBEIRO, Edmeia Aparecida. Las mujeres españolas, portuguesas y americanas em sua historicidade. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 5, p. 89-106, 2009.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>

SALVATORE, Ricardo D. (org.). **Los lugares del saber**: contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Buenos Aires: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

SERRANO, Sónia. **Mulheres viajantes**. Lisboa: Tinta da China, 2014.

IMPASSES DA INTERNACIO- NALIZAÇÃO: ARTISTAS LATINO- AMERICANAS NO CIRCUITO GLOBAL

[DOSSIÊ]

Ana Beatriz Mauá Nunes
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Regina Vater, Marta Minujín e Lotty Rosenfeld são fundamentais para compreender a incursão de mulheres na esfera artística latino-americana do século XX. Entre as décadas de 1960 e 1980, elas vivenciaram um significativo processo de internacionalização, financiado por suas famílias ou por bolsas de instituições estrangeiras. Para as mulheres, a possibilidade de internacionalização foi crucial para seu reconhecimento artístico, pois permitiu contato com correntes estéticas de vanguarda, instituições prestigiadas e artistas proeminentes. Contudo, as interações entre latino-americanos, europeus e estadunidenses perpetuavam as relações de poder e hierarquias já presentes na esfera política e econômica. Este artigo busca refletir como Vater, Minujín e Rosenfeld problematizaram essas questões em seus espaços autobiográficos, posicionando-se de formas diversas em relação às suas origens latino-americanas e aos impactos de sua nacionalidade na inserção em um circuito artístico globalizado.

Palavras-chave: Internacionalização artística. Mulheres artistas. Escritas de si.

Regina Vater, Marta Minujín, and Lotty Rosenfeld are key figures for understanding the incursion of women into the Latin American art space in the 20th century. Between 1960 and 1980, they experienced a significant process of artistic internationalization financed by their families or via grants from foreign institutions. For these women, internationalization was crucial for their artistic recognition as it allowed contact with avant-garde aesthetic movements, prestigious institutions, and prominent artists. However, interactions between Latin Americans, Europeans, and North Americans reproduced the power relations and hierarchies characteristic of the political and economic spheres. This article reflects on how Vater, Minujín, and Rosenfeld addressed these issues in their autobiographical works, positioning themselves singularly regarding their Latin American origins and the impact of nationality on their integration into a globalized art circuit.

Keywords: Artistic internationalization. Women artists. Autobiographical writings.

Regina Vater, Marta Minujín y Lotty Rosenfeld son fundamentales para comprender la incursión de las mujeres en el campo artístico latinoamericano del siglo XX. Entre las décadas de 1960 y 1980, vivieron un significativo proceso de internacionalización, financiado por sus familias o por becas de instituciones extranjeras. Para las mujeres, la posibilidad de internacionalización fue crucial para su reconocimiento artístico, ya que les permitió el contacto con corrientes estéticas de vanguardia, instituciones prestigiosas y artistas prominentes. No obstante,

las interacciones entre latinoamericanos, europeos y estadounidenses perpetuaban las relaciones de poder y jerarquías ya presentes en el ámbito político y económico. Este artículo busca reflexionar sobre cómo Vater, Minujín y Rosenfeld problematizaron estas cuestiones en sus espacios autobiográficos, posicionándose de formas diversas con respecto a sus orígenes latinoamericanos y a los impactos de su nacionalidad en la inserción en un circuito artístico globalizado.

Palabras clave: Internacionalización artística. Mujeres artistas. Escritos autobiográficos.

Introdução

No contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, as viagens de latino-americanos para a Europa e para os Estados Unidos intensificaram-se após o hiato de quase seis anos causado pelo conflito. As motivações para tais estadias eram variadas, mas atestavam a formação de uma rede transnacional de circulação de bens culturais, influenciada pelas configurações geopolíticas do mundo polarizado. Por parte dos artistas, o interesse nas viagens podia ser justificado pela possibilidade de estabelecer conexões com profissionais de todas as partes do globo, além do aprimoramento de suas habilidades técnicas e formativas. Embora uma parcela desses viajantes tenha se mantido com recursos particulares, a maioria deles viajava a Paris ou a Nova York graças a bolsas de estudos concedidas pelos governos dos países de destino. O financiamento de um estágio no exterior abria portas para os latino-americanos em um competitivo sistema artístico internacional, além de atestar a qualidade de sua produção, pois haviam vencido premiações disputadas entre dezenas de profissionais.

Uma vez no exterior, os artistas latino-americanos poderiam traçar dois caminhos diferentes: defender sua identidade nacional e de seu continente de origem, ou buscar desprender-se de tais caracterizações e almejar uma posição alinhada aos preceitos universalistas. A postura adotada por essas figuras sinalizava a estratégia de inserção adotada para a sua internacionalização. Embora a origem latino-americana pudesse ser um atrativo inicial para as comunidades francesas e estadunidenses, interessadas nas representações sobre as Américas, o risco

de estar submetido a estereótipos sobre o continente era recorrente e, na maioria dos casos, limitante para o ímpeto criativo dos artistas.

Neste artigo, temos como objetivo investigar as dinâmicas de circulação de artistas latino-americanas em Paris e em Nova York entre as décadas de 1960 e 1980. Para o estudo, foram utilizadas as fontes de caráter autobiográfico Regina Vater (Rio de Janeiro, 1943), Marta Minujín (Buenos Aires, 1943) e Lotty Rosenfeld (Santiago, 1943). Suas produções integram o chamado “espaço autobiográfico”, composto por manifestações como cartas, correspondências e entrevistas. Esse corpus documental, quando analisado criticamente, oferece aos pesquisadores uma perspectiva analítica sobre a trajetória de figuras notáveis a partir da construção de suas próprias memórias. Nesse processo, essas artistas moldam uma determinada imagem de si mesmas, o que exige uma análise crítica dessas fontes.

Esta investigação busca entender como as artistas conceberam as dinâmicas de poder entre a Europa, os Estados Unidos e a América Latina, e como estas se reproduziram no campo artístico. Para isso, consideramos as intensas transformações políticas, econômicas e sociais – tanto em seus países de origem quanto nos de destino. Em particular, examinamos o papel da América Latina no imaginário europeu e norte-americano após a década de 1960, no contexto da intensificação da Guerra Fria, da Revolução Cubana e das ditaduras militares. O lugar da América Latina era paradoxal: embora despertasse curiosidade no imaginário europeu e norte-americano, raramente deixava de ser vista em uma posição de subordinação cultural.

A geração de artistas à qual Minujín, Rosenfeld e Vater pertencem foi fundamentalmente marcada por novos parâmetros de internacionalização. As viagens ao exterior não se restringiam ao acesso a títulos e conquistas formais, mas permitiam a sua inserção em um circuito artístico globalizado e competitivo. Em certa medida, a internacionalização de suas carreiras não dependeu exclusivamente de sua vontade pessoal, mas da pressão e de exigências advindas do mercado de arte, de instituições privadas e públicas e galerias transnacionais em voga no período.

O sucesso está em Paris: a internacionalização de Marta Minujín

Caso emblemático foi o de Marta Minujín. Ao longo de sua trajetória, a portenha viveu extensas temporadas no exterior. A primeira estadia em Paris, em 1963, foi narrada em seus *Diários Íntimos*, compilado de escritos autobiográficos em forma de diários. A obra reuniu reflexões sobre diversos assuntos, quais sejam as tentativas de internacionalização: a artista informou-nos sobre o empenho mobilizado desde os primeiros anos de sua carreira para construir uma projeção no exterior. Minujín foi bem-sucedida nessa empreitada, visto que hoje possui visibilidade internacional, manifestada pelo deslocamento constante entre a Argentina, os Estados Unidos e a Europa.

Paris foi o destino que ela tanto almejou. Na Cidade Luz, acreditava que teria a oportunidade de estabelecer contato com

artistas, *marchands* e galeristas de todo o mundo, pois, em sua visão, aqueles que faziam parte do cenário artístico parisiense haviam alcançado essa posição de destaque por mérito. Quando foi premiada com uma bolsa de estudos, sentiu-se merecedora do reconhecimento. Embora precisasse cometer certos sacrifícios, uma vez que estava longe de sua terra natal, viver na Europa representaria o sonho de qualquer artista latino-americano. Nos primeiros anos naquela cidade, Minujín afirmou o desejo dos artistas locais de conhecer *La Brigitte Bardot* argentina: “Percebi que já tinha aprendido tudo o que precisava de saber e que tinha de desaprender. Tive que esquecer todo o conhecimento técnico que adquiri e descobrir o que tinha para contribuir para a arte”¹ (Minujín, 2018, p. 11, tradução própria).

Em seu entendimento, “precisava romper com tudo para conseguir ser eu mesma” (Ibidem, p. 12, tradução própria). É nesse contexto em que a artista elaborou uma concepção crítica sobre o fazer artístico: para descobrir sua própria vocação, era necessário abandonar o conhecimento formal e acadêmico².

¹ No original: “Fue gracias a Greco que me di cuenta de que ya había aprendido todo lo que necesitaba saber y que tenía que desaprenderlo. Debía olvidar todo el conocimiento técnico que había adquirido y descubrir qué tenía para aportarle al arte”.

² Uma vez em Paris, Minujín candidatou-se para ser *étudiant patronné*, modalidade que permitiria a ela cursar o ano universitário de 1961-1962 na renomada instituição École Nationale Supérieure des Beaux-Arts. Nesse contexto, Paris ainda desfrutava da posição de “meca internacional” que incorporava jovens aspirantes a artistas na Escola de Belas Artes, cuja disponibilidade de vagas ainda era muito restrita. Minujín desiste de ser estudante, mesmo tendo seu processo deferido pela instituição. Como tentaremos demonstrar, sua decisão não é deslocada do momento em que vivia.

Depois de uma longa viagem, Minujín chegou a Paris, em novembro de 1961. Encantou-se com a pluralidade e diversidade das pessoas que circulavam pela cidade. Nos seus diários íntimos, o momento que se descortinava ali recebeu o nome de *La ciudad de la libertad*. O próprio título sinalizou suas expectativas em relação àquela experiência. Entretanto, antes mesmo de partir, manifestou em seus escritos a tensão entre o desejo de produzir arte contemporânea e a constante referência aos “grandes mestres”. De fato, é necessário questionar: em qual medida a artista estava efetivamente em vias de “desaprender tudo o que havia aprendido”? A artista relatava: “Meu caminho sem caminho. Sinto que devo apresentar minha tragédia, independentemente da forma em que se apresente. [...] A vitória que busco está distante, devo vê-la, devo ver o todo³” (Ibidem, p. 13, tradução própria).

Embora temesse a solidão, seu desejo de dialogar com os mestres da arte ocidental era mais instigante:

Medo da solidão! Vou para Paris, mais cedo ou mais tarde, nada me impedirá, e então, dirão: ela carregava a arte pictórica nos olhos e na mente! Mas não irei beber absinto, mas sim ficarei dias inteiros em longas conversas para filosofar com

Van Gogh, Gauguin, Cimabue, Giotto... Rirei com Leonardo da Vinci e lhe perguntarei se não me quer como modelo, enquanto interrogo Rodin sobre suas esculturas. Vou desgastar o chão do Louvre e passar a acreditar em Deus diante dos deuses do Olimpo de Michelangelo. Poderei me confessar aos Cristos medievais e pedirei ajuda a Bosch sobre minha prolixidade (Ibidem, p. 14, tradução própria)⁴.

Nos dois trechos citados acima, extraídos de uma breve passagem de seu diário intitulada “Antes de Partir”, a contradição entre almejar formas radicais do fazer artístico e o diálogo reiterado com figuras de grande renome, desde Giotto, passando por Bosch e chegando a Gauguin, é pulsante. De certa maneira, Minujín colocou-se em posição de aluna, disposta a aprender com os mestres, embora tenha afirmado o seu desejo de incorporar práticas disruptivas. Informou-nos de suas ambições, com quais tradições pictóricas e artísticas buscava dialogar – a dos grandes pintores europeus. Em nenhum momento foi manifestado o interesse de fazer arte como contemporâneos de origem latino-americana que viviam na Europa no período. Tampouco mencionou vontade de estabelecer contato com a efervescente comunidade de argentinos residentes em Paris, ainda que tenham sido

Ao mesmo tempo em que obter uma formação em nível superior na instituição a projetaria na cena cultural parisiense, poderia significar o distanciamento da efervescência das vanguardas, movimentos dos quais desejava se aproximar. A residência na Beaux-Arts, na ótica de Minujín, significaria o aprisionamento nos antigos moldes formativos da arte acadêmica.

3 No original: “Mi camino sin camino. Siento que debo presentar mi tragedia, exaltar la vida bajo cualquier forma que se presente [...] La victoria que busco está lejos, debo verla y verla todo”.

4 No original: “Miedo a la soledad! Me voy a París, ya o después, pero ni la ciencia en su cristal lo impedirá y entonces dirán: llevaba en sus ojos y mente la piedra pictórica! Pero iré no a tomar ajenjo sino que me sentaré los días enteros en largas charlas a filosofar con Van Gogh, Gauguin, Cimabue, Giotto.. Me reiré con Leonardo da Vinci y le preguntaré si no me quiere de modelo mientras interrogo a Rodin sobre sus esculturas. Gastaré los pisos del Louvre y llegaré a creer en Dios ante los dioses olímpicos de Miguel Ángel. Podré confesarme a los cristos medievales y le pediré ayuda a Bosch sobre mi prolijidad”.

tais artistas os responsáveis pela sua acolhida na cidade.

O diálogo incessante entre o cânone e a vanguarda, a tradição e a ruptura, marcou a vida da artista: embora Minujín desejasse aprender com os grandes mestres da tradição pictórica ocidental, acreditava ser fundamental “desaprender” sua instrução acadêmica, a qual se estabelecia nos mesmos moldes – europeu, masculino e ocidental – para que pudesse descobrir quem era. Por meio do movimento de incorporação e ruptura com os cânones, a artista construía para si uma linguagem que considerava autônoma.

Observamos nesse excerto certa tensão entre o reconhecimento e a legitimação adquiridos pelas instituições, de um lado, e o sucesso de mercado, de outro. Em certa medida, Minujín reconheceu-se enquanto artista “verdadeira” por vir de um país distante. Em seu entendimento, sua validação seria garantida pela qualidade de seu trabalho e não por sua inserção em determinada rede, sociabilidade ou contatos privilegiados com *marchands*. Para ela, o fato de ser argentina contaria a favor de sua carreira: afinal, seria percebida exclusivamente pelo seu talento. Essa expectativa seria revisitada ao longo de sua jornada, pois constatou que sua nacionalidade se tornaria um impeditivo para que fosse devidamente reconhecida internacionalmente. Existe, nesse sentido, a convivência entre duas narrativas autobiográficas diferentes. A primeira delas se refere ao desejo de construir certa imagem de si mesma como artista verdadeiramente talentosa, reconhecida apenas por suas habilidades. A segunda diz respeito da sua excepcionalidade não ter sido devidamente reconhecida por conta de sua nacionalidade.

Sua presença em exposições, museus e galerias seria frequentemente acompanhada ao adjetivo de “arte argentina”.

Com o decorrer dos anos, entretanto, Minujín reelaborou essas percepções: foi bastante contundente, em entrevistas concedidas ao longo de sua carreira, sobre o sentimento que não seria devidamente reconhecida por ser argentina. Ademais, acreditava que os circuitos artísticos europeus eram ensimesmados e pouco abertos à participação de estrangeiros. Por esse motivo, passou a afirmar a potencialidade de seu país, pois, ainda que fosse “periférico”, era composto por artistas e intelectuais de formações heterogêneas e que estavam interessados nas novidades do exterior.

A possibilidade de integrar o circuito artístico de vanguarda parisiense era um forte sinal de validação, um marco fundamental para sua reputação. Raymonde Moulin (1986, p. 38) nos advertiu a respeito da conformação do sistema artístico após a década de 1950: “os artistas não buscam legitimidade perante as instituições, exclusivamente, mas disputam entre si mesmos”. Ao reafirmar a existência de “bons” e “maus” pintores, Minujín reiterou em seu diário, de modo retrospectivo, como desde muito jovem teria sido distinguida por suas habilidades e, portanto, sua legitimidade seria exclusivamente fruto de seu talento, manifestado desde sua infância. Portanto, diferenciava-se dos pintores cujos louros advinham exclusivamente das sociabilidades construídas com *marchands* e críticos de arte.

A partir dos anos 1960, o perfil dos latino-americanos se modificou. Embora alguns deles – como Marta Minujín – tivessem escolhido Paris como destino de estudos, havia uma parcela significativa de exilados

políticos, principalmente dos países do Cone-Sul. As especificidades regionais, assim como as motivações que levavam os artistas a residirem na cidade, ainda que temporariamente, eram negligenciadas por uma parcela da cena artística parisiense. Essas figuras buscavam agrupar indistintamente os latino-americanos, a despeito de suas inclinações políticas e adesões estéticas.

Em certa ocasião, Marta Minujín foi convidada para assistir a um filme sobre a Revolução Cubana e os irmãos Castro. Em seguida, foi ao prédio da Bienal conversar acerca do tema. Em seus diários íntimos, a artista afirmou: “Ninguém entende o meu país, porque eu não estou representando a Argentina. Ninguém entende meu país”⁵ (Minujín, 2018, p. 98, tradução própria). A tensão manifestada pela artista em relação ao seu país de origem se adensou nos últimos excertos abordados: fosse pela raiva que sentia em relação aos seus conterrâneos, pois apenas sabiam reclamar das condições de vida em Paris, fosse pelo suposto sentimento de inveja que sentissem dela por conta de seu sucesso. Ainda assim, os parisienses seriam incapazes de compreender seu país. Além disso, Minujín parecia se sentir desconfortável com a possibilidade de representar a Argentina em Paris. Apesar dos inúmeros esforços para construir uma imagem de si enquanto artista internacional, desprendida das marcas regionais, era reconhecida por seus pares enquanto símbolo indissociável de sua terra natal.

5 No original: “Nadie comprende por qué no estoy yo representando a la Argentina. Nadie comprende mi país”.

Do outro lado do Atlântico, o contexto político, social e econômico era bastante desafiador. Enquanto a atmosfera em Paris era de relativo acolhimento da produção de latino-americanos, setores do mecenato público e privado na Argentina experimentaram um projeto coletivo de internacionalização da arte de vanguarda produzida no país. Minujín esteve diretamente integrada a esse esforço. De qualquer modo, é importante assinalar como os anos iniciais de sua carreira coincidem e, em certa medida, são impulsionados pelo momento político que, embora conturbado, foi marcado pelo ensejo de projetar a Argentina no cenário artístico internacional. Para tanto, era necessário que os artistas do país estivessem em consonância com as linguagens estéticas de vanguarda dos Estados Unidos e da Europa.

As mulheres dificilmente conseguiram escapar das marcas e das restrições atribuídas ao seu gênero, sendo constantemente associadas ao particular, ao específico e ao excepcional. Suas manifestações artísticas são frequentemente lidas como depoimentos incontestáveis de sua feminilidade, ainda que não abordem a temática em suas obras. Situação semelhante parece se aplicar às questões referentes à nacionalidade. Enquanto aos homens europeus e norte-americanos coube irrestritamente a alcunha da universalidade, os artistas latino-americanos nunca deixaram de ser reconhecidos como expoentes de uma arte nacional. Tal leitura foi atribuída, inclusive, para aquelas figuras que almejaram escapar das imediatas associações aos seus países de origem, como Marta Minujín. Ainda que a contragosto, sua produção atestaria as especificidades dos países longínquos de onde vieram e deveria corresponder às expectativas de certo circuito artístico que buscava

nos artistas de origem latino-americana atestado de seu engajamento político.

Essas preocupações têm sido renovadas ao longo dos anos. Nos últimos tempos, Marta Minujín tem experimentado uma significativa internacionalização de suas obras. Agora, a artista já desfruta de considerável sucesso artístico nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo. Em 2018, realizou uma versão de *La Menesuda*, no New Museum, em Nova York. Na ocasião da abertura da instalação, concedeu uma entrevista ao jornalista Luis Novaresio. Ao ser questionada sobre qual era o significado da Europa para ela, respondeu:

É uma fonte de problemas brutais, é conflito, é medo. É muito aterrorizante o que está acontecendo e vai piorar. É pior, cada vez pior, porque há quatro ou cinco anos atrás, eu estava aqui e não havia esse temor que pudesse acontecer algo, e todos sentem isso. Ao contrário, na Argentina, não acontece isso, alguém pode ser assaltado, mas você não será explodido. Então estar na Argentina é como estar no último país do mundo... E a Argentina tem seus interesses intelectuais, há muitos intelectuais, muitos pensadores e gosto muito disso. A Alemanha é muito fechada... a Alemanha me pareceu terrivelmente fechada. Por exemplo, ninguém fala inglês, aqui, em Kassel. E se você quiser conversar com os mais sofisticados, por exemplo, tive que falar em espanhol para uma grega e que respondia em alemão para o seu filho, e que falava com outra mulher em polonês, o alemão respondia em polonês.

Tivemos uma conversa em quatro idiomas (Minujín, 2017, tradução própria)⁶.

Em certa medida, o tom crítico de Minujín em relação à Europa – e à Alemanha, mais especificamente – manifestado na entrevista acima, distancia-se da euforia com a qual narrou sua primeira estadia em Paris. Se, por um lado, essa visão poderia indicar uma percepção mais madura a respeito das hierarquias e jogos de poder presentes no mundo artístico, por outro, pode assinalar como a artista, dispondo de uma posição relativamente estável neste campo, esteve apta para criticá-lo sem que enfrentasse os perigos da exclusão.

Podemos aferir, nesse sentido, como a percepção de Minujín a respeito de sua internacionalização, das relações entre latino-americanos e europeus e sua inserção no mercado de arte estrangeiro foram se modificando ao longo dos anos. Inicialmente, a artista acreditava na importância de viver no exterior para desfrutar de um ambiente

6 No original: “Es una fuente de problemas brutales, es conflicto, es miedo. Es muy aterrorizante lo que está pasando y yo creo que cada vez va a ser peor. Es peor, cada vez es peor, porque hace 5 años, no sé, 4 años, yo estaba ahí y todo eso pero no había ese miedo que hay que en cualquier momento te puede pasar algo, y todos los sienten. En cambio acá no nos pasa eso, nos puede asaltar otra persona pero no vas a explotar. Entonces estar en la Argentina, como es el último país del mundo... Y aparte Argentina tiene sus intereses intelectuales, hay mucha gente intelectual, mucha gente que piensa, eso me gusta. Alemania es muy cerrada, Alemania me pareció terriblemente cerrada, por ejemplo nadie habla inglés, ahí en Kassel nadie habla inglés. Y si vos le decís, yo me tenía que comunicar con los más sofisticados, por ejemplo la performance la tuve que hacer yo en español se lo decía a una griega, una griega se lo decía en alemán al hijo de la mujer y como la mujer era polaca, el alemán se lo decía en polaco. Entonces tuvimos un ensayo de cuatro idiomas así”.

cultural sofisticado. Contudo, conforme sua carreira se tornou mais consistente, a argentina passou a explicitar o olhar crítico sobre o campo artístico estrangeiro. Nesse sentido, a internalização tinha aspecto ambivalente. Por um lado, esse agrupamento involuntário sob o emblema de “arte latino-americana” ou “arte argentina” revelava certa perspectiva colonialista, pois compreendia a produção artística desses artistas por meio da ótica do utópico e do idealizado. Por outro, servia como possibilidade de fortalecer relações de sociabilidade e garantir projeção no campo artístico internacional.

Embora as estadias no exterior tenham se configurado como etapa fundamental para a profissionalização das artistas contemporâneas, deve-se pontuar como esse trânsito nem sempre era percebido como sinônimo de sucesso. Isso se deve ao fato de que as artistas precisaram, em várias ocasiões, defender sua autonomia e individualidade sem que fossem submetidas ao imaginário do que seria a América Latina e, portanto, como deveria ser a produção artística desses países. As disputas quanto aos símbolos e significados sobre as identidades latino-americanas não se restringiam aos aspectos políticos e ideológicos, mas estavam atrelados à construção de suas subjetividades

O desejo de romper com os estereótipos acerca do continente conviveu com a necessidade de buscar aspectos de diferenciação individual em meio aos artistas estrangeiros. Reivindicar a *latinoamericanidade* poderia servir para que os pares, críticos e o mercado observassem com mais cuidado a produção artística dessas figuras, ao mesmo tempo em que o intuito de se afastar das representações recorrentes sobre a América Latina poderia ser uma estratégia

mobilizada para os mesmos fins. Entre subjetividades e compromissos políticos, as identidades assumidas pelas artistas também se relacionam com a cultura política de seus países de origem e a existência/ausência de um projeto cultural internacionalizado.

Soy mujer, soy latina: o projeto de internacionalização de Regina Vater

A artista multidisciplinar carioca Regina Vater enfrentou desafios semelhantes aos de Minujín, embora seu projeto estético e político fosse diverso. Após deixar sua cidade natal em busca de oportunidades de trabalho em São Paulo no fim da década de 1960, a carioca construiu para si uma trajetória fundamentalmente itinerante: Buenos Aires, Paris, Nova York e Austin foram algumas das cidades onde viveu. A despeito do deslocamento constante, a artista explorou reiteradamente questões relacionadas à brasilidade e a uma identidade latino-americana como elemento estruturante de sua subjetividade. Entre os assuntos abordados por Vater, vale ressaltar a presença das religiões de matriz africanas no Brasil, o consumismo exacerbado e as representações de feminilidade no contexto latino-americano. Ainda nos anos iniciais de sua carreira, Vater investigou temáticas como subjetividades, questões de gênero, espiritualidade e ecologia. Para trabalhar essas questões, a artista transitou entre pinturas, instalações e performances, raramente definindo adesão a uma corrente estética específica, dedicando-se integralmente à radicalidade da experimentação.

Apesar da trajetória itinerante e a presença de suas obras em galerias e acervos no Brasil e no exterior, Vater nunca hesitou em se definir enquanto artista, mulher, de origem latino-americana. A aproximação entre Brasil e demais países do continente, permeada por tensões históricas, foi objeto de reflexão da carioca. Afinal, quais seriam as especificidades responsáveis por caracterizá-la enquanto “artista e latino-americana”? Em seu entendimento, a alcinha da identidade latino-americana seria atestada pela diversidade de seus ancestrais: alemães, bascos, afrodescendentes e indígenas.

Eu nasci no Rio e cresci na zona sul, em Copacabana e Ipanema. [...] Bom, embora eu tenha esse sobrenome alemão que vem do meu bisavô por parte de pai, que nasceu em Weimar e veio para o Pará na Amazônia para explorar a plantação de borracha, para fazer dinheiro com a borracha. E isso é interessante porque ele perdeu tudo e a família se integrou ao local e casou com descendentes de portugueses e, sabe, nem meu pai fala alemão. Existe esse eco de descendência alemã mas eu sou Basca, Portuguesa e Judia. Tudo é misturado em mim.

E é interessante como meu pai, eu estava perguntando a ele o que era aquilo que eu tinha no meu braço, um quelóide. E ele disse, isso é sangue negro, minha filha. É do sangue negro que temos em nossa linhagem. Os negros têm mais propensão a quelóides (Vater, 2004, p. 49).

Em 1972, foi a vencedora do prêmio de viagem ao exterior concedido pela União Nacional de Arte Moderna. A premiação colocou uma importante questão para

a artista, pois Vater precisava decidir qual seria o país de destino da sua residência. Inicialmente, havia escolhido ir para a França, por preferência e por afinidade com a língua. Mas, em conversa com um de seus namorados, repensou a decisão inicial:

Eu tinha um namorado que era escritor – inclusive, atualmente, ele é um escritor bastante conhecido no Brasil. E ele me disse: você precisa ir para Nova Iorque. É lá que as coisas estão acontecendo, e lá está Hélio Oiticica. Você precisa conhecê-lo e beber do cérebro dele (Vater, 2003, p. 59).

Dez anos antes, Minujín havia optado por Paris sem hesitação. A predileção da argentina pela Cidade-Luz não necessariamente evocaria os laços de afinidade entre o Rio de Prata e Paris. Em nosso entendimento, ela é mais sintomática do papel geopolítico ocupado pelas duas capitais em contextos distintos. São contornos que se desenham, sobretudo, no contexto da Guerra Fria. Ao longo de meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, Paris era destino fundamental para qualquer artista em formação. Contudo, foi durante o contexto posterior à Segunda Guerra Mundial que a consolidação do bloco capitalista em antagonismo ao socialista passou a redefinir esse sistema.

Por conta de tal contexto geopolítico, constatou-se a reorganização do sistema artístico. Em paralelo ao surgimento de museus e novos espaços de criação e circulação, a produção teórica e historiográfica sobre as instâncias de legitimação artística também se adensou e buscou definir quais seriam os motivos de tal transformações. Nestor Canclini reafirma como durante a Guerra Fria, a arte se tornou cada vez mais um instrumento de manifestação do

neocolonialismo dos Estados Unidos na América Latina. Por isso, o incentivo – material e simbólico – para que artistas oriundos da América do Sul vivessem na América do Norte⁷. Paulatinamente, observou-se a consolidação de um sistema artístico hegemônico em Nova York, e que em certa medida se sobrepôs à capital das artes, a meca de artistas do mundo todo até então: Paris. Tal deslocamento, investigado por uma série de autores, foi parte do processo de delimitação de uma política cultural dos Estados Unidos. Segundo Edward McCaughan (2003, p. 98), o acesso à arte latino-americana foi, frequentemente, “mediado pelas poderosas instituições de arte dos Estados Unidos, que têm os recursos para montar exposições itinerantes”. Tal intermédio, entretanto, contém uma série de prejuízos, já que os responsáveis não teriam, em seu entendimento, “o conhecimento, a sensibilidade, ou mesmo o interesse para selecionar e contextualizar de forma inteligente o trabalho realizado por mulheres nessas regiões” (Cockcroft, 1974).

7 Embora Nova York e Paris tenham sido os destinos preferidos de latino-americanos exilados, havia disputas simbolicamente estabelecidas entre as duas cidades, especialmente, no que diz respeito a qual delas se estabeleceria enquanto “capital mundial das artes”. Essas tensões foram investigadas por Carol Duncan e Alan Wallach (1980). Para os autores, o Louvre se impõe por sua majestuosidade, pelos corredores e pelas escadarias monumentais, pela ornamentação dos tetos, acúmulo de obras de diversas épocas e culturas, subordinadas à história da França, responsáveis por compor um “programa iconográfico” que dramatiza ritualmente o triunfo da civilização francesa, consagrando-a como herdeira dos valores da humanidade. Em compensação, o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) se alojou em um edifício frio, de ferro e vidro, com poucas janelas, como se a desconexão com o mundo exterior e a pluralidade de percursos dessem a sensação de livre opção individual de ir e vir.

A atividade de mediação cultural, a circulação dos artistas e das obras foram desafiadoras, especialmente quando temos em conta que nesse mesmo momento histórico países como Brasil, Argentina e Chile viviam sob regimes militares autoritários. Embora artistas que residissem no continente tenham encontrado variadas formas para driblar a censura e a opressão, é inegável que o panorama político, cultural e institucional era de extrema tensão. Houve uma pulverização de atos de resistência aos governos militares, manifestações também presentes em mostras, exposições e eventos. Na Europa e nos Estados Unidos, ocorria em paralelo um processo de valorização da América Latina enquanto símbolo de alteridade cultural e política, mas que se aproximava de forma cada vez mais latente. Em certa medida, isso se deve pelo fato de que houve um aumento significativo de residentes latino-americanos em Nova York e Paris, que organizaram associações – como a já mencionada *Association Latino-Americaine de Paris* –, criada em 1962. Essas associações tinham o papel fundamental de reunir e divulgar trabalho de artistas latino-americanos e suas produções realizadas em seus países de origem ou aquelas realizadas no exílio. Com o propósito de denunciar as intempéries vividas pelos países latino-americanos, essas associações também atuaram no sentido de desmistificar a imagem exótica do continente. Além disso, foi igualmente importante para denunciar a intervenção militar, a tortura perpetrada pelo Estado e a pungente presença do imperialismo norte-americano (Plante, 2013).

Se, por um lado a vida em Nova York proporcionava o contato a um mundo das artes até então pouco familiar para Vater, por outro, foi responsável por colocá-la em situações desafiadoras. Em seu espaço

autobiográfico, delimitam-se três eixos fundamentais. No primeiro deles, a tensão de desenvolver um projeto autoral e disruptivo, inspirado pela expectativa de que teria aceitação de seus pares quando chegasse em Nova York. Extremamente frustrada, a artista observou que sua proposta havia sido plagiada por outro artista. Esse momento é emblemático, sobretudo no que diz respeito à constatação de que a cidade estadunidense, entendida até então enquanto espaço privilegiado para a criação artística e berço de uma cultura “universal”, era também marcada por disputas e competições entre artistas de variadas origens, que buscavam ali sedimentar e consolidar suas carreiras. E, por vezes, estavam dispostos a adotar caminhos tortuosos para isso.

Além dos laços cultivados com certa *intelligentsia* no Brasil, Regina Vater parece ter desfrutado de certa inserção em meios artísticos nos Estados Unidos. Um desses indícios é a proximidade que estabelece com Hélio Oiticica logo ao chegar em Nova York. Figura fundamental para a arte brasileira, Oiticica foi constantemente lembrado por Vater enquanto um mentor, tanto no que diz respeito às reflexões sobre o fazer artístico, quanto pela possibilidade de mostrar a ela diferentes facetas da cidade. Há também outros aspectos mencionados pela carioca que nos ajudam a compreender a sua inserção nos Estados Unidos. Em determinado momento, mencionou que, antes de deixar Nova York, em 1974, seu tio, que era cônsul do Brasil em Boston, conseguiu que ela realizasse uma exposição na Galeria da Universidade de Loyola, em Nova Orleans. Desde então, seguiu para o sul, em direção aos países da América Latina: Guatemala, Colômbia, Peru e Argentina seriam alguns desses.

O que faz de mim uma mulher e artista latino-americana, se eu sou o resultado de sangue alemão, português, indígena, basco, judaico e suíço? O fato de eu falar um idioma latino e ter raízes culturais portuguesas, indígenas e negras misturadas com influências europeias e norte-americanas? Que eu cresci em contato com uma natureza selvagem, uma mitologia da natureza e um amplo espaço com menos “história”? Que eu sou um indivíduo com psico-organismo feminino preocupado com meu lar, meus sentimentos, meu jeito de amar, o jeito que eu estou sendo amada, a maneira como compartilho minhas dependências pessoais e independência como mulher nesta sociedade... e sobre as condições humanas, conhecimento e sabedoria, ética e estética, sensibilidade e “beleza”? Talvez minha arte seja a visualização dessa consciência (Vater, 2004, p. 37).

No trecho acima citado, destaca-se novamente como Vater incorporou em seu espaço autobiográfico a narrativa de que se identificava enquanto mulher, de origem latino-americana. Essa percepção era consequência de suas origens – de sua descendência, sobretudo – mas também do espaço em que cresceu: “uma natureza selvagem, uma mitologia da natureza e um amplo espaço com menos história” (Ibidem, 2004, p. 39). É interessante considerar como a artista entende que o Brasil se diferenciaria da Europa e dos Estados Unidos pela abundante natureza e por não possuir “tanta história”.

Assim, é interessante considerar como Vater não compartilha dessa visão quase hegemônica, que assinala enfaticamente as diferenças entre Brasil e América Latina e impediu que brasileiros compartilhassem

da identidade latino-americana. Em nosso entendimento, a percepção da artista pode ter sido acentuada durante suas experiências nos Estados Unidos e na Europa. Frequentemente, a carioca foi reconhecida pelos circuitos artísticos desses países enquanto pertencente à comunidade latino-americana. De todo modo, Vater não se distanciou dessa identificação, mas a incorporou, tanto em seus relatos autobiográficos quanto em sua poética. Talvez, por ter vivido no exterior, a artista elaborou criticamente sua identidade e constatou que havia certas limitações impostas a ela por conta de sua origem. Apesar dos obstáculos enfrentados, afirmou que não havia uma união significativa entre os artistas do continente latino-americano:

Eu não tinha conexões com a comunidade latino-americana naquela época. E não acredito que houvesse uma comunidade forte. Na minha opinião não havia. A arte latino-americana não era valorizada nos Estados Unidos naquela época (Vater, 2004).

Se, por um lado, a primeira estadia em Nova York pôde ser caracterizada pelas eletrizantes oportunidades de ter contato com certa cultura, entendida por ela enquanto universal, nos momentos seguintes, Vater constatou que a arte latino-americana, da qual ela se entendia enquanto expoente, era pouco valorizada. Além de manifestar o entendimento de que não houvesse uma comunidade de latino-americanos estabelecida na cidade, Vater afirmou que, de fato, havia muitas pessoas, especialmente chilenas, que souberam “manipular” os estadunidenses ao construir uma imagem de artistas exilados.

Bem, havia muita gente do Chile. Mas não significa que eram bons artistas, sabe? Havia pessoas como Paternostro, claro, e Omar Rayo, entre outros. Mas eu acho que eu não queria usar a simpatia dos americanos trazendo certa imagem de artista exilada, pois era muito fácil de manipulá-los com essa persona (Ibidem).

Adiante, Vater afirmou que de fato aconteciam coisas terríveis nas ditaduras latino-americanas, fator que gerou simpatia de norte-americanos mais liberais, os quais agiram de forma preocupada e colaborativa. Entretanto, em seu entendimento, era uma forma “muito fácil de entrar”. Tampouco servia como critério de qualidade. “Eu queria critérios em que pudesse ser avaliada por minha arte, sabe?” (Ibidem). Por isso, entende a si mesma enquanto uma *maverick*, isto é, uma dissidente, que permaneceu em trânsito por toda sua vida. E em suas palavras, não gostava de manifestar a questão do exílio para despertar interesse de latino-americanos. Ainda, afirma que era contra uma ideia de arte latino-americana, por ser uma arte “extremamente convencional”.

La herida americana: a chilena Lotty Rosenfeld e sua projeção internacional

O entendimento sobre a receptividade de estadunidenses e europeus aos latino-americanos é distinto para Lotty Rosenfeld. A chilena refletiu sobre o papel ocupado pelo continente no circuito internacional de arte ao longo de sua carreira, fosse em sua produção, fosse em entrevistas e demais

registros autobiográficos. No que diz respeito a esse assunto, são três os principais eixos de análise. O primeiro deles refere-se à construção de certa memória de si mesma, qual seja, ter permanecido no país a despeito do exílio voluntário de alguns colegas de profissão. O segundo diz respeito ao seu comprometimento com uma produção de arte crítica, contestatória e, por consequência, preterida pelo mercado internacional de arte, especialmente quando não reproduzia os ideais do que significava ser latino-americano. O terceiro, por sua vez, trata das hierarquias presentes entre a Europa, os Estados Unidos e a América Latina no que concerne o acesso a novas tecnologias e dispositivos de criação artística.

Enquanto elaborava essas questões em seu espaço autobiográfico, Rosenfeld problematizou o papel ocupado por ela no contexto artístico chileno. Segundo sua perspectiva, ocuparia um lugar intermediário: não teria obtido o devido reconhecimento em seu país de origem, pois não se submeteu aos apetites comerciais, e suas obras dificilmente poderiam ser armazenadas e reproduzidas por serem efêmeras. No exterior, haveria um interesse maior pelo seu trabalho, além da disponibilidade de recursos destinados às artes, mas eram igualmente problemáticos pois esperavam que ela cumprisse determinadas expectativas. Tais análises denotam a constatação da artista de que o Chile ainda não disporia de um circuito artístico suficientemente autônomo, já que pessoas como ela padeciam por recursos e reconhecimento. Entretanto, de acordo com a leitura da chilena, poderia ser explicado pela dependência econômica dos países da América Latina em relação aos Estados Unidos e à Europa.

O primeiro eixo narrativo de Rosenfeld a respeito das interações entre as Américas e a Europa pode ser observada ainda nos anos 1970 e 1980, no início de sua carreira. Em correspondência enviada em 14 de outubro de 1984, do Chile, Rosenfeld escreveu para Wolf Vostell, pintor e escultor alemão com quem manteve amizade por décadas, relatando a situação em que vivia: “O trabalho dos artistas torna-se cada vez mais difícil com obstáculos, devido à dramática situação sócio-política prevalecente no Chile. Há 13 anos eu poderia ter optado por sair do país em busca de um caminho mais confortável” (Rosenfeld, 1980, tradução própria)⁸.

Adiante, na mesma correspondência (Ibidem, tradução própria), continuou discorrendo sobre os motivos que a fizeram permanecer no Chile, mesmo durante a ditadura:

Optei por ficar e assim, através da arte, favorecer o terreno próprio à derrubada da ditadura. Uma tarefa que, depois de todos estes anos de horror, me roubou a ‘alegria de viver e fortaleceu-se dia após dia na minha convicção da importância do trabalho do artista, da necessidade de insistir no trabalho que comecei em 1979⁹.

8 No original: “La labor de los artistas se torna cada vez más difícil y obstaculizada, debido a la dramática situación sociopolítica imperante. Hace 13 años podría haber optado por salir fuera de la patria en busca de un camino más llavadero”.

9 No original: “Elegí quedarme y así desde el arte, favorecer el terreno propio al derrocamiento de la dictadura. Tarea que, después de todos estos años de horror me ha robado la ‘alegría de vivir junto con fortalecer junto día a día dentro de mi convicción de la importancia de la labor del artista, lo necesario que se va haciendo insistir en el trabajo que inicié en 1979”.

Essa correspondência permite dois caminhos de análise. É possível constatar como a artista retoma a ideia de sacrifício pessoal ao ter permanecido no Chile durante o regime militar a despeito da censura e da violência. Igualmente relevante é analisar a interação estabelecida em nível transacional com artistas e curadores estadunidenses e alemães. Em seguida, existe, de certa maneira, uma dualidade nas ações de Rosenfeld: enquanto a amizade com estrangeiros permitia o acesso a bolsas de pesquisa e a exposições, a chilena não via com bons olhos quem havia escolhido deixar o país por longos períodos. Nas correspondências, ademais, evoca-se essa **ficção de si** – a da artista que haveria competido um sacrifício pessoal em prol da sua produção artística.

Ao refletir acerca de sua permanência no Chile, Lotty rememorou a experiência de ter permanecido no Chile a despeito da ditadura. Existe, em certa medida, a noção de sacrifício pelo fazer artístico: embora pudesse ter saído do país como muito de seus compatriotas, acreditava que a arte seria uma forma de contestação do regime. Entretanto, seu engajamento face aos horrores da ditadura pinochetista haviam lhe “roubado a alegria de viver” e a convicção do trabalho do artista enquanto tarefa fundamental na resistência contra a ascensão de regimes autoritários. Ao mesmo tempo em que a chilena denuncia a situação política de seu país de origem, também se diferencia dos demais artistas do período ao reafirmar seu engajamento. Segundo sua leitura, haveria uma espécie de sacrifício pessoal quando escolheu residir no país a despeito da ditadura.

Há duas questões que necessitam ser matizadas. A primeira delas refere-se à ideia de que haveria escolha entre permanecer

no Chile e “*salir fuera*”. Tal entendimento desconsidera que para a vasta maioria dos expatriados do regime, o exílio impunha-se enquanto única alternativa além da prisão, tortura e morte. Entretanto, não se pode afirmar que os artistas e intelectuais exilados tenham se afastado da situação política de seus países de origem. Isso porque diversos deles se engajaram na produção de obras contestatórias à ditadura. Organizaram mostras, exposições e ciclos de debates e denunciaram a situação de seus países de origem pelos lugares por onde passavam.

O segundo argumento presente no depoimento de Lotty trata de sua convicção da arte como ferramenta incontornável de contestação do regime. Assim, ao decidir permanecer no país, a artista reiterava seu comprometimento com a prática artística, especialmente aquela engajada politicamente. Contudo, as atrocidades cometidas pelo regime haviam lhe roubado a alegria de viver e, em certa medida, o princípio da arte como forma de resistência. Tal percepção a haveria inspirado a buscar uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, financiada pela Guggenheim Foundation. Por isso, escrevia a London, na esperança de convencê-la a emitir um parecer positivo sobre seu trabalho, uma vez que sua proposta havia sido rejeitada, já que, segundo ela: “isso se deve, fundamentalmente, aos meus avaliadores. Todos eles com grande relevância no Chile, mas com pouca ou nenhuma relevância internacional” (Ibidem, tradução própria)¹⁰.

¹⁰ No original: “*esto se debió fundamentalmente a mis presentadores. Todos ellos de gran importancia en Chile, pero con poca o ninguna relevancia internacional*”.

Constata-se, então, um impasse: para os artistas que haviam sido exilados pelo regime ou optado pelo exílio voluntário, impunha-se a ideia de que teriam “fugido” ou “abandonado” seus países de origem, enquanto outras figuras haviam permanecido e “resistido” às atrocidades do regime. Evidentemente, essa percepção deve ser matizada, pois, afinal de contas, havia possibilidades de resistir à ditadura no exílio e, sobretudo, a necessidade de manterem a salvo a si mesmos e suas famílias. Para os artistas que escolheram ou puderam permanecer, estavam impostas as restrições do fazer artístico, principalmente aquele engajado. Quando tais figuras almejavam sair do país, havia a necessidade de costurar alianças para que recebessem financiamento. E, quando permaneciam no país, articulavam relações com outros artistas, tanto para propor intervenções estéticas como políticas.

A temática do exílio permeou os debates historiográficos de países que enfrentaram governos autoritários e totalitários. Essa produção crítica buscou investigar os contextos políticos e sociais que obrigaram cidadãos que viveram sob a égide de governos desses governos a buscar asilo em outros países. No caso da América Latina, esse debate se configurou a partir das experiências autoritárias que se espalharam pelo continente a partir da segunda metade do século XX. A despeito das especificidades de cada país, o exílio esteve direta ou indiretamente presente na trajetória daqueles que se opuseram aos regimes militares. Entretanto, à primeira vista, os estudos sobre exílio não tomaram significativas proporções até o início dos anos 2000.

De acordo com Loreto Rebolledo (2012, p. 28) “dentro do conjunto de violações aos direitos humanos, o exílio era bastante menor comparado com a execução, o desaparecimento, a tortura e a morte”. Entretanto, a historiadora defendeu a importância de se observar o fenômeno, pois, para além dos impactos psicológicos, sociais e familiares, havia também aqueles referentes às experiências coletivas das comunidades de exilados que se formaram no exterior. Nos países onde passaram a residir, os exilados viviam em sua experiência de alteridade e (re)criaram núcleos sociais com expatriados de seus países. A maior parte dos exilados, especialmente os chilenos, buscou refúgio na França, na Suécia ou no Canadá. Após novembro de 1975 com a formalização da operação Condor¹¹,

11 Uma sistemática rede de colaboração estabelecida entre Brasil, Argentina, Chile e Paraguai e formalizada em 1975 pela DINA, a Dirección de Inteligencia Nacional, em Santiago, dirigida no período pelo coronel Manuel Contreras. Segundo Quadrat (2002), o argumento utilizado para defender a criação da Condor seria a necessidade de articular uma defesa contra a organização internacional de militantes de esquerda dos países do Cone Sul. Apesar disso, as ações poderiam acontecer de forma autônoma, ou seja, sem o comando de um oficial de nível superior na hierarquia das forças armadas. Além disso, havia, também, um banco de dados contendo informações sobre organizações políticas e sociais de oposição às ditaduras na América do Sul. Os Estados Unidos desempenharam papel ambíguo nesse período. Embora tenham interferido diretamente na articulação dos instrumentos repressivos instaurados nas ditaduras do cone-sul, havia, também, a incorporação progressiva da defesa de direitos humanos na política externa estadunidense – especialmente em momentos estratégicos (Joffily, 2018). Ainda de acordo com Quadrat (2002), a Condor contou com a colaboração de diversos segmentos da sociedade civil. As companhias aéreas Lan Chile e Aerolíneas Argentinas foram empresas que colaboraram para o fortalecimento da operação. Além disso, havia também a colaboração de médicos e funcionários de Institutos Médicos Legais e de

tornava-se extremamente difícil que exilados latino-americanos buscassem refúgio em outros países do continente.

Tais figuras foram forçadas a buscar exílio na Europa e nos Estados Unidos. Os exilados que passaram a viver na Europa nesse período foram estigmatizados pela direita e pela esquerda. Ainda de acordo com Rebolledo (2012), os setores conservadores acusavam essas pessoas de serem responsáveis pela difusão do comunismo em nível internacional e que estariam manchando a imagem do Chile no exterior. Para alguns setores da esquerda, o exílio foi entendido como ato de covardia, já que seria um indício da incapacidade dessas pessoas em organizar resistência contra os setores golpistas. Em contrapartida, muitas comunidades de exilados foram fundadas e atuaram no sentido de denunciar as atrocidades cometidas em seus países de origem, aproveitando da liberdade que dispunham para fazê-lo no exterior.

De qualquer forma, trata-se de uma disputa sobre a memória da resistência ao regime militar. Para os artistas, intelectuais e militantes que continuaram a residir no Chile, tratava-se de uma escolha fundamental para o combate: sair do país significaria desistir e fugir de seus compromissos políticos e sociais. Em contrapartida, para aqueles que se autoexilaram ou foram compulsoriamente exilados, a estadia no exterior, ainda que forçada pelas condições políticas de seus países de origem, permitia a sua articulação política e a formulação de novas estratégias de resistência e denúncia, em escala global,

cemitérios para acobertar os crimes de tortura, desaparecimento e ocultação de cadáver cometidos pela polícia e forças armadas desses países.

às sistemáticas violações de direitos humanos que ocorriam na América Latina.

Nesse sentido, as memórias sobre a ditadura militar estão intrinsecamente conectadas às experiências do exílio. Para os artistas e militantes que foram exilados, o deslocamento provocado por essas estadias no exterior era permeado pela angústia e sofrimento ocasionados pela distância de suas origens. Para aqueles que residiram no Chile, as memórias do regime se detinham, sobretudo, às práticas repressivas do Estado, às perseguições, aos desaparecimentos e às torturas impostas aos opositores políticos. Assim, observa-se uma disputa sobre a memória da resistência política à ditadura de Pinochet, mas, em particular, aos exilados políticos do regime que, na visão de Rosenfeld, teriam “escolhido” sair do país (Hiner, 2016).

Parceira intelectual de Rosenfeld, a escritora Diamela Eltit refletiu de maneira semelhante em seu ensaio intitulado “A Máquina Pinochet”, de 1974. Nas palavras da escritora:

Haviam ido embora, seguiam saindo. Carlos, meu amigo de infância, já estava em Paris. Em Paris! Seguiam indo embora e, de uma forma que se poderia considerar injusta, instalou-se interiormente o rancor. Os fios deslocados do exílio teciam o ressentimento de um mapa antes insuspeitado. A travessia imperiosa de uma fronteira antes apenas entrevista começava a demarcar um cenário decisivo. Porque na verdade o que estava acontecendo era uma divisão contundente e irreversível: o dentro e o fora. Muitos de nós entendíamos vagamente que o destino de nossos corpos seria unicamente o de encher o dentro (Eltit, 2017, p. 27).

O sentimento de rancor e ressentimento em relação aos opositores do regime pinochetista que deixaram o país, manifestados na entrevista de Rosenfeld, também estão presentes no ensaio de Eltit. No entendimento da escritora, havia certo glamour nessas estadias no exterior. “Carlos, meu amigo de infância, já estava em Paris. Em Paris!” (Ibidem, p. 28). Embora reconheça que seus sentimentos possam ser injustos, Eltit atesta certa posição de privilégio daqueles que deixaram o Chile para viver no exterior, ainda mais em cidades com grande produção artística e intelectual. Tanto no relato de Eltit quanto no de Rosenfeld está presente a ideia de que os militantes e demais opositores políticos do regime que permaneceram no Chile foram relegados a uma espécie de esquecimento, já que as comunidades de expatriados no exterior acabavam por receber mais atenção da mídia e dos próprios militantes dos países nos quais eram recebidos. Nas palavras de Eltit, “Ficávamos para trás. Permanecíamos. Sem nomes para nossa estadia, de certo modo desprestigiados, carentes de reconhecimento épico, formávamos uma massa confusa, unicamente preparada para suportar” (Ibidem, p. 39).

A ausência de um substantivo capaz de conferir uma identidade comum aos militantes e artistas que viveram no Chile durante o período da ditadura militar seria o principal motivo para o seu “esquecimento”, na perspectiva de Eltit. Por conta do autoritarismo do governo, as denúncias às violações de Direitos Humanos, assim como das especificidades sociais, econômicas e políticas do país, circulavam com mais dificuldade. Além disso, o exílio ou autoexílio poderia conferir certa visibilidade aos artistas, pois, a depender dos circuitos em que transitavam, seriam

convidados para participar de seminários, rodas de conversa e exposições organizadas por latino-americanos residentes no exterior. Inclusive, militantes políticos de esquerda, responsáveis por acolher essas pessoas durante a sua estadia.

Considerações finais: os desafios da internacionalização

Rosenfeld, no escopo desta pesquisa, foi a artista cujo posicionamento sobre as hierarquias e relações de poder estabelecidas entre europeus, estadunidenses e latino-americanos era mais evidente. Não se pode desconsiderar, entretanto, como de modos diferentes, que Vater e Minujín foram obrigadas a negociar a construção de suas carreiras, bem como seu reconhecimento como artistas.

A mobilização de estratégias para sua profissionalização pode ser constatada no caso de Minujín. No início de sua trajetória, enxergava positivamente as viagens para o exterior. Em seu entendimento, atestariam seu sucesso artístico: fosse em Paris na década de 1960 ou em Nova York na década seguinte, sua presença significava a plena integração às produções de vanguarda. Entretanto, essa visão otimista se deteriorou na medida em que constatou como não obteve o mesmo reconhecimento de seus colegas estadunidenses e europeus. Embora estivesse presente nos circuitos de arte contemporânea, a institucionalização de sua carreira se desenvolveu de modo distinto, pois sua produção não fora incorporada no circuito artístico como fruto de

experiências universais, das quais acreditava ter feito parte. Ao contrário, sua produção seria atrelada à ideia de arte argentina, embora tenha atuado consistentemente no exterior. Embora não desejasse levar adiante o emblema de arte argentina, foi concebida como uma expoente da produção nacional. E ainda que não aprovasse essa interpretação de seu trabalho, não se absteve de refletir sobre aspectos políticos e econômicos característicos de seu país de origem em sua produção artística. Isto é, mesmo que não explorasse as interações entre a Argentina, os Estados Unidos e a Europa de maneira explícita em seu espaço autobiográfico, Minujín reconhecia as hierarquias e relações de poder intrínsecas a essas interações.

O caso de Regina Vater difere-se nesse aspecto. Para a artista carioca, sua identidade latino-americana era componente fundamental de sua produção artística e autobiográfica. Segundo ela, a sua origem seria determinante na conformação de sua perspectiva sobre o mundo, sobre as relações políticas e a sociais. Vater, entretanto, residiu grande parte de sua vida nos Estados Unidos, na cidade de Austin. Em nosso entendimento, essa experiência longeva no exterior contribuiu para uma percepção acentuada de seu pertencimento à América Latina. Nesse caso, a experiência vivendo fora de seu país de origem corroborou para que buscasse construir relações duradouras com artistas brasileiros e latino-americanos, talvez, como forma de abrandar a distância e reafirmar sua individualidade em um circuito artístico globalizado.

Tanto em seu espaço autobiográfico quanto em sua produção artística, Regina Vater ocupou-se de questões envolvendo sua identidade latino-americana. Em ambas

as esferas, a artista buscava em suas raízes as justificativas para sua produção. Assim, a identidade aparece mais como componente subjetivo, responsável por moldar sua sensibilidade e olhar sobre o mundo e não tanto como um compromisso político.

Rosenfeld, por sua vez, teve posicionamento diferente em relação a Vater e Minujín. Para a artista chilena, havia certo deslumbramento por parte de uma geração de artistas com a internacionalização, o que significaria, em seu entendimento, a submissão da arte aos ditames do mercado. Além disso, afirmou em certas ocasiões como não se sentia devidamente valorizada quando expôs no exterior. Entretanto, a chilena também afirmava como sentia que sua obra recebia mais destaque e despertava mais interesse de estrangeiros do que conterrâneos. E, não obstante, ressaltava como as condições materiais para o fazer artístico eram mais favoráveis na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

Nas três trajetórias, torna-se evidente como a internacionalização se tornou uma questão de primeira ordem para artistas latino-americanos. Independentemente se o propósito almejado por elas fosse a integração ou o distanciamento de um circuito artístico cosmopolita, Vater, Minujín e Rosenfeld foram obrigadas a se posicionar sobre o tema. Três percepções de mundo distintas entre si, mas que compartilham da ambiguidade e da indefinição diante de um circuito artístico fortemente globalizado, porém perpetrador de desigualdades. ■

[ANA BEATRIZ MAUÁ NUNES]

Graduada e mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEGH). Atualmente desenvolve pesquisa de doutoramento sobre as relações entre a produção de escritos autobiográficos de artistas latino-americanas entre as décadas de 1960 a 1980 e o seu reconhecimento profissional.
E-mail: biamauanunes@gmail.com

Referências

COCKCROFT, Eva. Abstract expressionism, weapon of the cold war. **Artforum**, New York, 1974. Disponível em: <https://www.artforum.com/features/abstract-expressionism-weapon-of-the-cold-war-214234/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

DUNCAN, Carol; WALLACH, Alan. The Universal Survey Museum. **Art History**, Oxford, v. 3, n. 4, 448-469, 1980.

ELEIT, Diamela. **A máquina Pinochet e outros ensaios**. Tradução de Pedro Meira Monteiro. [S. l.]: E-Galáxia, 2017.

HINER, Hilary. Mujeres resistentes, memorias disidentes: ex presas políticas, militancia e Historia Reciente en Chile. **Conversaciones del Cono Sur**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 4-8, 2016.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, 2018.

MCCAUGHAN, Edward. J. Navegando pelo labirinto do silêncio: artistas feministas no México. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 89-112, 2003.

MINUJÍN, Marta: “Yo soy Dalí, soy Van Gogh; en realidad, soy una genia extraterrestre”. [Entrevista cedida a] Luis Novaresio. **Infobae**, Buenos Aires, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://www.infobae.com/cultura/2017/07/13/marta-minujin-yo-soy-dali-soy-van-gogh-en-realidad-soy-una-genia-extraterrestre/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MINUJÍN, Marta. **Tres inviernos en Paris**: diários íntimos (1961-1963). Buenos Aires: Reservoir Books, 2018.

MOULIN, Raymonde. Le marché et le musée. La constitution des valeurs artistiques contemporaines. **Revue française de sociologie**, 1986, 27-3. Sociologie de l'art et de la littérature. p. 369-395.

PLANTE, Isabel. Amérique Latine non officielle o París como lugar para exhibir contrainformación. **Revista Contracorriente**, Raleigh, v. 10, n. 2, p. 58-84, 2013.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o ‘Mercosul’ do terror. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 167-182, 2002.

REBOLLEDO, Loreta. Memorias del desarraigo. In: SHAFIR, Isabel Piper; ROJAS, Belén. (Eds.). **Memorias, Historia y Derechos Humanos**. Santiago de Chile: Domeyko Sociedad y Equidad Vicerrectoría de Investigación y Desarrollo; Universidad de Chile, 2012. p. 13-31.

ROSENFELD, Lotty. [**Correspondência**] Destinatário: Barbara J. London. [S. l.], 1980. Archivo Fundación Lotty Rosenfeld. 1 carta.

VATER, Regina. Recuerdos Orales: Oral history interview with Regina Vater. [Entrevista cedida a] Cary Cordova. **Smithsonian Archives of American Art**, Nova York, 23 fev. 2004. Disponível em: <https://www.aaa.si.edu/collections/interviews/oral-history-interview-regina-vater-12290>. Acesso em: 13 nov. 2024.

“QUESTÃO
DE ÍNDIOS” E
“QUESTÃO DE
FRONTEIRAS”:
RELATOS
EPISTOLARES
DE MIGUEL
MALARIN A JULIO
ROCA SOBRE
A CAMPANHA
DO DESERTO

[DOSSIÊ]

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho tem por objetivo analisar dimensões de transnacionalidade contidas nos projetos sobre as fronteiras étnicas e nas ações contra as sociedades indígenas do Pampa argentino, utilizando correspondências militares e outras fontes que evidenciam tal correlação ao fundamentarem argumentos sobre a situação argentina, com base em projetos similares ocorridos nos Estados Unidos. Os relatos da viagem de um militar argentino, Miguel Malarin, para os Estados Unidos e para a Europa entre os anos de 1876 e 1879, serão analisados a fim de compreender suas percepções sobre esses ambientes. O objetivo é poder situar a Campanha do Deserto em um contexto social e internacional mais amplo, capaz de relacionar as opções escolhidas pelos personagens da cena política argentina com ações em curso em outros países, discutindo conceitos como "civilização", "barbárie" e "deserto", além do espaço ocupado pelos povos originários nos projetos identitários em curso no final do século XIX.

Palavras-chave: Fronteiras. Campanha do Deserto. Argentina.

This work aims to analyze dimensions of transnationality contained in projects concerning ethnic borders and actions against indigenous societies of the Argentine Pampas, using military correspondence and other sources that demonstrate such correlation by supporting arguments about the Argentine situation, based on similar projects that occurred in the United States. The accounts of the journey of an Argentine military officer, Miguel Malarin, to the United States and Europe between the years 1876 and 1879 will be analyzed to understand his perceptions of these environments. The objective is to place the Desert Campaign in a broader social and international context, capable of relating the choices made by the figures of the Argentine political scene with actions underway in other countries, discussing concepts such as 'civilization,' 'barbarism,' and 'desert,' as well as the space occupied by Indigenous peoples in the identity projects taking place at the end of the 19th century.

Keywords: Borders. Desert Campaign. Argentina.

Este trabajo tiene como objetivo analizar dimensiones de transnacionalidad contenidas en proyectos en fronteras étnicas y en acciones contra sociedades indígenas en la Pampa argentina, utilizando la correspondencia militar y otras fuentes que demuestran tal correlación a la hora de fundamentar argumentos sobre la situación argentina, a partir de proyectos similares ocurridos en los Estados Unidos. Se analizarán los relatos de viajes del soldado argentino, Miguel Malarín, a Estados Unidos y Europa entre 1876 y 1879, con el fin de comprender sus percepciones sobre estos ambientes. El objetivo

es poder ubicar la Campaña del Desierto en un contexto social e internacional más amplio, capaz de relacionar las opciones elegidas por los personajes del escenario político argentino con acciones en curso en otros países, discutiendo conceptos como "civilización", "barbarie" y "desierto", además del espacio que ocuparon los pueblos originarios en los proyectos identitarios en marcha a finales del siglo XIX.

Palabras-clave: Fronteras. Campañas en el Desierto. Argentina.

Introdução

A eliminação dos espaços de liberdade dos povos nômades foi um fenômeno recorrente da modernidade ocidental. Processos de incorporação violenta de populações autóctones em diferentes partes do globo foram legitimados por visões similares e que impunham a necessidade de "civilizar" sociedades que se encaixavam no estigma da "barbárie". Conceitos, práticas e discursos semelhantes, mas situados em diferentes localidades, relacionavam os espaços povoados por sociedades originárias como *res nullius* ou terra de ninguém, sujeitando-os à presença de colonizadores dos próprios territórios ou de estrangeiros.

Na América Latina, o longo processo de formação dos Estados contou com projetos de nação elaborados por elites intelectuais que definiram os componentes étnicos assumidos no corpo identitário dos novos países (Holt; Wade, 2003, p. 3). Nesse sentido, os grupos indígenas tiveram seus locais sociais redefinidos, principalmente em países onde persistiam sociedades organizadas de forma independente do Estado. Na Argentina, distintos grupos étnicos resistiram aos processos de submissão decorrentes da colonização espanhola e, posteriormente, da independência, coexistindo de forma autônoma em espaços ainda não ocupados pelos argentinos, até a década de 1870. Na região do Pampa, ao sul de cinco províncias argentinas atuais (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Mendoza e San Luiz), além da região da Patagônia, a presença *criolla* limitou-se a enclaves de fronteira (Nacuzzi, 2010, p. 11), a exemplo de fortes posicionados nas proximidades das populações indígenas, com o objetivo de demarcar

a jurisdição do país e tentar avançar sobre esses espaços.

O aumento da presença *criolla* nas proximidades desses enclaves, levou à formação de uma região de fronteira, definida no século XIX e em oposição às fronteiras internacionais, como "fronteira interna". Essa fronteira, no entanto, não correspondia a um limite entre duas sociedades opostas, conforme colocado por narrativas do período, a fim de justificar um avanço do espaço nacional sobre essas áreas. Estudos atuais consideram a área como um "espaço de fronteira", em alusão a categoria de "zona de contato" da canadense Mary Louise Pratt (2008, p. 8), para melhor explicar a dinâmica de interação dessas fronteiras étnicas como "um amplo território sujeito a múltiplas transferências" (Quijada, 2002, p. 108). A fronteira interna, portanto, era uma fronteira fluida, pois intercâmbios entre indígenas e argentinos ocorriam continuamente e assumiam diferentes formas como o comércio, a miscigenação e a guerra (Ratto, 2015, p. 145).

As áreas indígenas do Pampa e da Patagônia eram consideradas herdadas da colonização espanhola pelos argentinos, por pertencerem à jurisdição do vice-reinado do Rio da Prata. Assim, os fortes estabelecidos no espaço de fronteira visavam uma possível expansão que incorporasse definitivamente essas áreas. A primeira lei que representou a intenção de promover uma expansão nacional em direção aos territórios indígenas foi datada de 1867,¹ embora a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864-1870) tenha

¹ Lei n. 215 que colocava que a fronteira interna deveria ser estabelecida no Rio Negro, norte da Patagônia argentina.

impossibilitado o envio de tropas para a fronteira indígena no Pampa. Apenas com o governo do presidente Nicolás Avellaneda (1874-1879) que o Ministério de Guerra e Marinha adotou como primeiro objetivo colocar em vigor a lei de 1867, procurando fixar a fronteira interna no Rio Negro, avançando sobre as áreas indígenas do Pampa e iniciando a expansão para a Patagônia².

O intento de incluir os espaços indígenas dentro da jurisdição estatal advém da necessidade de fechar as fronteiras internacionais e impedir a ocupação por potências estrangeiras (Bandieri, 2009, p. 119-120). Além da questão de soberania implícita à ocupação territorial, o projeto de nação concebido pela intelectualidade argentina pressupunha modelos estéticos e simbólicos com origem na Europa, excluindo os elementos autóctones das representações de identidade. Ao construir a imagem dos indígenas como "bárbaros" e "selvagens", justificavam-se os discursos de destruição dessas sociedades e colocava-se a possibilidade de expansão territorial como uma dinâmica inerente à construção de um Estado "civilizado" (Sá, 2012, p. 41).

Os ministros da Guerra do governo Avellaneda, Adolfo Alsina e, posteriormente, Julio Argentino Roca foram responsáveis por operações militares no Pampa que enfrentaram a soberania do cacique Juan Calfulcurá, cujo cacicado³ ocupava a região de Salinas Grandes ao sul de Buenos Aires (chamados de *salineros* ou *chilenos*). Entre

as outras etnias do Pampa e do norte da Patagônia que foram alvos de políticas estatais na década de 1870 estavam os *ranqueles* e os *tehuelches* (Bechis, 2006, p. 7). Os primeiros habitavam a região central do espaço de fronteira, nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques eram Mariano Rosas e Manuel Baigorritá. Os *tehuelches* tinham como principal cacique Feliciano Purrán, e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos *manzaneros* na região que corresponde à província atual de Neuquén⁴. Outros grupos ligados aos caciques Juan Catriel e Cachul habitavam as reduções no interior dos espaços de fronteira e eram considerados "índios amigos"⁵.

A reorientação das políticas contra os indígenas pelo Ministério da Guerra durante a década de 1870 resultou em posicionamentos cada vez mais agressivos. O principal objetivo de expandir o território para fixar uma nova fronteira interna no Rio Negro levou o ministro Adolfo Alsina a dividir as áreas de fronteira para facilitar a ação dos grupos militares, ao mesmo tempo em que construiu uma trincheira na região dos fortes mais próximos a Buenos Aires, chamada de *zanja* (ou foço) Alsina (De Marco, 2010, p. 467). Essa trincheira tinha a função de impedir que os indígenas adentrassem o Pampa com animais das fazendas argentinas após as recorrentes invasões chamadas

² Sobre a conquista do Rio Negro como a "chave" para a conquista da Patagônia: Zeballos (2008, p. 29).

³ Forma de organização política dos grupos étnicos chefiada por um ou mais caciques.

⁴ É necessário lembrar que essas denominações não são precisas, já que se tratava de grupos mestiços, com nomenclaturas externas e atribuídas pela sociedade *criolla*. Ver: Nacuzzi (1998, p. 237) e Vezub (2009, p. 23).

⁵ Índios amigos eram os grupos submetidos aos *criollos*, que participavam de atividades no exército como a defesa da fronteira contra outros grupos indígenas. Ver: Jong (2011, p. 85).

de *malones*, enquanto o governo realizaria ataques às *tolderías*⁶ indígenas.

O posicionamento mais agressivo do Ministério da Guerra em relação aos indígenas também foi acompanhado de discussões sobre alternativas às ações do ministro Alsina, juntamente com os possíveis destinos que seriam dados a esses grupos após as operações militares (Passetti, 2012, p. 228). Julio Argentino Roca, que nesse momento era chefe de operações de uma das divisões da fronteira, se ocupou em analisar com intelectuais e outros militares, incluindo o próprio ministro Alsina, outras possibilidades para a condução dos conflitos com os indígenas do Pampa.

E foi nesse contexto que Miguel Malarin, militar de carreira, trocou uma série de correspondências com Roca, em que os principais assuntos comentados foram a resolução da "questão de índios" e a resolução da "questão de fronteiras"⁷. A documentação epistolar enviada de Malarin a Roca desde Washington e Paris, mostra interessantes temas de discussão, como: a questão indígena em uma perspectiva racial (de transculturação ou absorção dessa), a dificuldade de implementar apenas ações de destruição das sociedades indígenas, o que impunha a necessidade de pensar medidas para além dos conflitos militares e territoriais.

Analisar as cartas de Miguel Malarin para Julio A. Roca, entre os anos de 1876 e 1879, em suas viagens para os Estados Unidos e para a Europa, está entre o objeto

central deste trabalho. Entre os temas relatados pelo viajante, a organização das "questões" de índios e de fronteira nos Estados Unidos, levantam palpites sobre como eram pensados tais assuntos em seu país de origem, a Argentina. A existência de "desertos" em ambos os países, conectavam as experiências de expansão territorial para as áreas indígenas, com o objetivo de suprimir as fronteiras internas. Nesse contexto, como incorporar (ou não) as diversas sociedades indígenas que margeavam as cidades *criollas* surgiam a partir da leitura de Malarin sobre as situações que acompanhou nos Estados Unidos. Utilizando a perspectiva da história transnacional, sairemos dos limites nacionais para observar a discussão de situações-problema para esses países pela perspectiva de um viajante em trânsito. Duas experiências distintas e conflitivas entre o Estado e as comunidades indígenas locais foram conectadas pelo viajante, em um momento em que os projetos de expansão territorial para o sul da Argentina começavam a sair do papel.

Desde a "periferia para o centro", a viagem de Malarin teve um objetivo informativo, mas que após algum tempo no estrangeiro, ele recebeu a posição de adido militar. Sua função era enviar os resultados de suas observações sobre a maneira como os estadunidenses lidavam com seus indígenas e suas fronteiras internas para outro militar interessado na mesma questão, Julio A. Roca. Diferente das viagens desde o "centro" para a "periferia", com a finalidade de obter registros sobre a natureza e a sociedade de um "novo mundo", a partir de uma cultura imperial que formalizava essas relações entre o que era considerado centro e periferia, as viagens dos latino-americanos para a Europa e para os Estados Unidos fornecem outra perspectiva de observação,

⁶ Tolderías eram as habitações indígenas.

⁷ Cartas consultadas no Archivo General de la Nación (AGN), Argentina, Fondo Julio A. Roca (JAR), legajo 4 a 8.

funcionando como "relatos de contramão" (Franco, 2018, p. 27). O viajante selecionava os tipos de experiência que julgava útil ou não para seu local de origem, em uma operação de autodescobrimento que o levava a ressignificar sua própria identidade.

As situações escolhidas como importantes e que entraram na narrativa epistolar do viajante diziam mais sobre as questões e preocupações que encontrava em seu país de origem, do que sobre a situação visitada no estrangeiro. A partir da expectativa do outro como "civilizado" e capaz de lidar de melhor maneira com seus problemas internos, a experiência do viajante reconfigura essas expectativas, apontando aspectos que podem ser tomados como exemplos ou não. Em algumas situações, a realidade de seu país de origem foi apontada como mais "avançada" em relação ao observado, indicando uma clara seleção dos aspectos considerados ou não como informações úteis.

Iremos tratar os relatos de viagem de Malarin como narrativas construídas a partir de sua experiência individual, conectada com o momento histórico argentino que buscava respostas para situações sociais concretas. Não se trata de relatos sobre acontecimentos históricos, mas sim da visão individual desse personagem a partir de suas experiências como viajante e como militar. Sua escolha por determinados assuntos e sua forma de abordar os assuntos referentes aos indígenas e fronteira, dizem mais sobre como essas questões poderiam estar sendo discutidas na Argentina do que no país observado, já que as cartas trocadas enviadas tinham por objetivo buscar "respostas" para determinadas questões. A "cultura imperial" norteia a operação imaginativa sobre o outro norte-americano e

européu, a partir dos latino-americanos. Imagina-se um mundo "civilizado" e capaz de funcionar como "modelo" para a América Latina. No entanto, esse modelo tem seus limites, o que fica evidente com a operação de seletividade que foi realizada pelo viajante latino-americano, em que nem tudo era considerado útil para seu país de origem (Said, 1993, p. 123).

As cartas analisadas foram escritas entre 1876 e 1879, terminando com o regresso de Malarin para participar das últimas operações da Campanha do Deserto, previstas para maio. Transitou entre os Estados Unidos e a Europa, escrevendo das cidades de Washington (DC), onde teve residência oficial como adido militar, e Paris. Escreveu principalmente sobre indígenas, fronteiras internas e exércitos. Narrou o que observou sobre as formas norte-americanas de lidar com seus indígenas e suas fronteiras e manifestou suas observações sobre os "desertos" norte-americanos e argentinos, temática muito comum em seu país de origem, desde meados do século XIX.

Duas questões: índios e fronteira

O ponto mais relevante da argumentação de Malarin era o entendimento da situação de fronteiras internas na Argentina em duas questões distintas: a "de índios" e a de "fronteiras". Sobre "questão de índios"⁸, Malarin colocou a necessidade de planificar as ações de inserção dos grupos indígenas à

8 Termos encontrados nas fontes.

sociedade argentina, pois considerava que apenas o enfrentamento militar não seria a melhor forma de acabar com a existência soberana dessas comunidades. No final de 1876, Malarin iniciou sua temporada nos Estados Unidos e, no ano seguinte, foi nomeado agregado militar da legação argentina em Washington. Um dos objetivos de sua missão foi encaminhar informações sobre as ações dos norte-americanos contra suas sociedades indígenas, já que esse país se ocupava dessas iniciativas desde a década de 1840. As correspondências entre Malarin e Roca ocorreram de forma constante durante os anos de 1878 e 1879, sendo que a partir de janeiro de 1879, Malarin escreveu de Paris como agregado da legação argentina na França⁹.

Na Argentina, o interlocutor de Malarin, o futuro presidente Julio A. Roca, atuava como diretamente na defesa da fronteira interna e manifestava opiniões que por vezes divergiam dos principais nomes da época. Entre 1876 e 1877, foi comandante da posição cordobesa da fronteira interna, atuando no enfrentamento com a etnia Ranquele. A partir de 1878, assumiu o comando geral das ações nas fronteiras, ao substituir Adolfo Alsina no Ministério da Guerra e Marinha. A entrada de Roca no ministério, coincidiu com posturas mais agressivas em relação aos indígenas, mas sem diminuir a violência nas ações de seu antecessor. Junto com sua entrada no ministério, foi iniciado no Congresso Nacional um projeto de lei para mover definitivamente a fronteira interna até o Rio Negro, no norte da Patagônia argentina, o que foi aclamado

como "Campanha do Deserto". Juntamente aos projetos de lei e as discussões de ordem interna sobre como proceder militarmente na ocupação dos "desertos" e no enfrentamento de seus habitantes, Malarin encaminhava a Roca uma série de diretrizes que acreditava eficazes para a resolução do que chamava "problema de índios e de fronteira".

Malarin expunha diversos exemplos de ações dos Estados Unidos para com suas populações indígenas, a fim de embasar seu argumento sobre a necessidade de políticas específicas para solucionar a "questão de índios", como pode ser verificado na citação adiante: "segundo o sistema que se coloque em prática a **questão de índios** será resolvida em 20 anos ou ainda durará séculos; e sobre isso não se deve ter ilusão: mas não creio que o senhor é capaz dela, pois conhece melhor que ninguém nossa história e a do continente norte-americano"¹⁰. A "questão de índios" correspondia ao conjunto de ações destinadas aos indígenas após as operações militares. Pensar e aplicar formas de recolocação dos indígenas na sociedade argentina consistia no "verdadeiro problema", baseado em sua leitura do que ocorria nos Estados Unidos. A imposição militar seria o meio de iniciar sua inserção na sociedade argentina, acabando definitivamente com seus locais de morada, os "desertos". A definitiva inserção dessas sociedades iria depender de ações posteriores e destinadas a "civilizá-los", o que não era possível apenas com o conflito:

⁹ Malarin para Roca, Paris, 19.9.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 8.

¹⁰ No original: "según el sistema que se ponga en práctica la **cuestión india** será resuelta en 20 años o durará aun siglos; y en esto no hay que hacer ilusión: pero no creo a U. capaz de ella, pues conoce mejor que nadie nuestra historia y del continente norte-americano". In Malarin para Roca, Paris, 28.1.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7.

A expedição ao deserto não vem a ser nada senão um meio de obrigar o Índio a aceitar nossos projetos e de forma alguma a resolução da parte principal. Submetidos os Pampas, é necessário dar-lhes ocupação, vesti-los, racioná-los [dar alimento, bens de consumo etc.], administrá-los, cuidar deles e manter-se em guarda para que não voltem às velhas práticas.¹¹

Sua opinião divergia de outras formas de entender a situação do Pampa, justamente pela separação feita entre a "questão de fronteira", entendida pela conquista territorial e o avanço da fronteira até o rio Negro, condensado na chamada "Campanha do Deserto" e as ações não militares, na tentativa de inserir os grupos étnicos do Pampa na "civilização", o que correspondia a "questão de índios"¹². Malarin chamava a atenção de Roca para essa diferenciação, sendo que a última era a "questão" de resolução mais difícil:

Um ponto mais sério: refiro-me à conduta que deve ser observada com os índios submetidos, entre os quais podem contar-se cerca de 5.000 velhos, conservadores e impossíveis de domesticar. À primeira vista,

¹¹ No original: "La expedición al desierto no viene a ser así sino un medio de obligar al Indio a aceptar nuestros proyectos y en manera alguna la resolución de la parte principal. Sometidos los Pampas es necesario darles ocupación, vestirlos, racionarlos, administrarlos, cuidar de ellos y mantenerse en guardia a fin de que no vuelvan a las andadas". Ibid.

¹² Álvaro Barros tem proposta similar ao diferenciar "questão de índios" da "situação de segurança", compreendida por medidas paliativas para aumentar a segurança dos povoados próximos à fronteira, que pode ser encontrado em: Álvaro Barros, AGN, FJAR, leg. 3, Buenos Aires, 15/5/1876. Mas no geral, Nicolás Avellaneda e Adolfo Alsina coincidem em não diferenciar as duas situações, tratando o avanço da fronteira como uma forma de conter e excluir os indígenas.

parecerá que ainda não é tempo de ocupar-se de uma questão dessa natureza, seguindo assim a opinião do Dr. Alsina. Mas estou convencido de que você não pensa assim e acredita que **o verdadeiro problema está no que deve ser feito com os índios**.¹³

Em sua visão, um estudo mais profundo da questão indígena nos Estados Unidos seria capaz de fornecer pistas para a resolução desse "problema": "Permitir-me-ei [...] oferecer-lhe certos dados sobre o sistema empregado nos Estados Unidos para a domesticação de 200.000 índios, muitos milhares dos quais apresentam os mesmos traços que os nossos"¹⁴. Em outras correspondências, o militar descreveu diversas ações dos norte-americanos, mostrando como estes se ocupavam de seus "desertos".

Estados Unidos e Argentina

As situações colocadas por Malarin como "questão de índios" e "questão de fronteira" foram encontradas em outros locais do globo, a exemplo dos Estados Unidos,

¹³ No original: "Un punto más serio: me refiero a la conducta que debe observarse con los Indios sometidos, entre los cuales pueden contarse con 5.000 viejos, conservadores e imposibles de domesticar. A primera vista parecerá que aún no es tiempo de ocuparse de una cuestión de esa naturaleza, y en esto se seguiría la opinión del Dr. Alsina: pero estoy convencido de que U. no piensa así, y que cree que el verdadero problema está en lo que se debe hacer de los Indios". In Malarin para Roca, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7, grifos nossos.

¹⁴ No original: "me permitire [...] ofrecer a U. ciertos datos sobre el sistema empleado en los Estados Unidos para domesticación de 200.000 Indios, muchos miles de los cuales ofrecen los mismos rasgos que los nuestros". Ibid.

que continham fronteiras étnicas e presenciavam o avanço do espaço nacional, e o conjunto documental em análise mostra uma conexão entre duas realidades históricas. Essas questões se relacionam à existência de fronteiras étnicas dentro do território considerado nacional, que permeiam outras questões como a construção identitária da nação, em que os indígenas foram excluídos dessas representações, em razão da busca utópica pela civilização de modelo ocidental.

O uso do conceito de "deserto" pelos argentinos, é semelhante a "oeste" ou "*wilderness*" para os estadunidenses. De acordo com Mary Anne Junqueira, o mito do Oeste nos Estados Unidos foi construído inicialmente por romancistas como James Fenimore Cooper, que narravam aventuras de homens que iam além da *frontier* e enfrentavam os indígenas e o próprio *wilderness*. Com a popularização desses romances, difundiu-se a ideia da *frontier*, ou da fronteira, com um significado diferente do *border*, que correspondia aos limites ou às fronteiras internacionais. A fronteira com o *wilderness* se tratava de "uma linha imaginária e móvel que foi sendo deslocada continuamente para o oeste do país até chegar ao Pacífico" (Junqueira, 2018, p. 86). A ideia da fronteira que circulava nos romances foi inserida no meio acadêmico em 1893 pelo historiador Frederick Jackson Turner, que relacionou o desenvolvimento material dos Estados Unidos com a expansão da fronteira para o Oeste, contribuindo para o fortalecimento do "mito do Oeste" e do papel central dos pioneiros que colonizaram a área para o desenvolvimento do país (Junqueira, 2018, p. 89). A centralidade da fronteira para o desenvolvimento material do país justificava ações de extrema violência contra as populações indígenas,

dentro da busca pelo progresso material (Junqueira, 2018, p. 94).

Esse entendimento do conceito era semelhante ao utilizado por Malarin. Para ele, a fronteira estava ligada à conquista do deserto e à transformação do território indígena nacional. No entanto, sua estadia nos Estados Unidos o fez entender as situações de forma separada: a "questão de fronteira" seria a etapa de conquista territorial de ordem militar ou de expansão da população pioneira sobre os territórios indígenas, diminuindo ou abolindo com os desertos. Já a "questão de índio" consistia em um projeto de destruição ou assimilação da raça indígena, em que diferentes táticas poderiam cumprir o papel de imposição da lógica da civilização sobre essas populações. Tanto o extermínio por diferentes métodos, quanto o ato de "civilizar" os índios com a imposição de novas formas de trabalho, de um novo idioma ou de distintos hábitos, cumpriam o papel de "resolver o problema".

Lidar com a "questão de índios" poderia tanto ser uma etapa posterior e complementar ao avanço da fronteira, quanto poderia ocorrer em paralelo à resolução da "questão de fronteira". No entanto, o mais importante, ao seu ver, era não acreditar que o fim dos desertos, ou seja, a finalização da etapa de conquista territorial e a ocupação efetiva do espaço "vazio" por populações integradas na lógica da civilização era o ponto final e a resolução do problema. Pelo contrário, acabar com os desertos não incluía necessariamente uma solução definitiva para as populações indígenas que habitavam esses desertos. Essa questão deveria ser lidada ou após a etapa de conquista territorial, como parecia ser a situação na Argentina, ou concomitante, como era o caso dos Estados Unidos,

pois, em sua visão, esse país realizava a destruição dos desertos com o envio de "pioneiros" e imigrantes para povoar, deixando os grupos indígenas sem seus "desertos". Paralelas à povoação do deserto estavam ações de educação ou de vigília aos grupos remanescentes, buscando a inserção destes como mão de obra, em benefício ao progresso do país.

A partir da década de 1870, assistiu-se à diminuição dos tratados diplomáticos com os indígenas e a adição de políticas cada vez mais agressivas. A possibilidade concreta de expansão territorial pode ser uma das explicações para essa mudança de tratamento, onde as designações como "nações" e a suas colocações dentro de relações diplomáticas foram substituídas por termos como "selvagens" e "bárbaros" para referenciar esses grupos étnicos (Ratto, 2015, p. 160). Somaram-se a esses entendimentos a inserção em debates de cunho científico que legitimaram as noções de inferiorização das sociedades indígenas e contribuíram para a utopia da construção da "civilização" ao combater seus elementos de "barbárie"¹⁵. Ideias de classificação das espécies oriundas das ciências biológicas foram se adaptando a ideologias que pretendiam o ordenamento social dos grupos humanos, fortalecendo crenças racistas e excludentes, o que incluía o lugar a ser ocupado pelos povos originários do continente nas construções identitárias dos Estados nacionais latino-americanos¹⁶.

¹⁵ Ver: Sarmiento (1883).

¹⁶ Para questões raciais e darwinismo social no contexto de formação do Estado e da identidade nacional, ver: Bolsanello (1996), Garcia (2008, p. 165), Maio e Santos (1996), Rodrigues (2006, p. 14), Stepan (1991) e Telles (2014, p. 17).

Nesse sentido, projetos de eliminação das populações originárias nos Estados Unidos foram analisados por personagens importantes do cenário político argentino. O imaginário positivo sobre esse país se fortaleceu após a unificação nacional na década de 1860, principalmente no que diz respeito à transformação dos "desertos" em "civilização", ou seja, nas políticas de ocupação sistematizadas dos territórios indígenas. No trecho abaixo, de Juan Bautista Alberdi, extraído de "Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina", texto que serviu de base para a constituição de 1852, a imigração de europeus é mostrada como forma de transformação dos "desertos do Oeste" dos Estados Unidos em espaços de "civilização" e em conformidade com a "raça" (Grejo, 2006, p. 3) que se pretende identificar como nacional, em detrimento da outra "raça" habitante desses "desertos", a indígena:

A glória atual dos Estados Unidos é preencher os desertos do Oeste com novos povos formados por sua raça; nossa política deve afastar da imaginação de nossas massas o quadro de nossos tempos heroicos, que representa a luta contra a Europa militar. Hoje, o país necessita de trabalhadores, homens de paz e bom senso, em vez de heróis, e de atrair a Europa, recebendo o influxo de sua civilização, ao invés de repeli-la" (Alberdi, 1852, p. 231)¹⁷.

¹⁷ No original: "La gloria actual de los Estados Unidos es llenar los desiertos del Oeste de pueblos nuevos, formados de su raza; nuestra política debe apartar de la imaginación de nuestras masas el cuadro de nuestros tiempos heroicos, que representa la lucha contra la Europa militar, hoy que necesita el país de trabajadores, de hombres de paz y de buen sentido, en lugar de héroes, y de atraer a Europa y recibir el influjo de su civilización, en vez de repelerla".

A analogia entre o "oeste" norte-americano e o "deserto" dos Pampas argentinos implícita no discurso de Alberdi em 1852 também foi verificada posteriormente na década de 1870, durante um momento político em que as fronteiras internas se tornaram prioridades. Para o presidente Nicolás Avellaneda, o país vivia condições internas e externas propícias para fazer essa uma prioridade do governo: "A questão das fronteiras é a primeira de todas, e falamos incessantemente dela, embora não a nomeemos. [...] Suprimir os índios e as fronteiras não significa outra coisa senão povoar o deserto"¹⁸ (Carta de Nicolás Avellaneda para Álvaro Barros, 1875 apud Sabato, 2012, p. 259).

Suprimir os indígenas e povoar os desertos com imigrantes foi um discurso recorrente na segunda metade do século XIX, e os Estados Unidos entraram nessa fórmula como um país a ser estudado e eventualmente seguido. A observação das políticas indigenistas do governo argentino em relação a outros contextos globais reforça que a consolidação do Estado Nacional, bem como de suas estruturas identitárias, territoriais e étnicas, não era uma questão apenas regional, mas um discurso que esteve em articulação com outras situações semelhantes. A tentativa de encontrar soluções para esses "problemas" relacionam diferentes ambientes conectados pelas mesmas perguntas.

Na visão de Malarin, as "políticas de extermínio" eram "lentas e caras" e deveriam ser substituídas pela possibilidade de o "índio

se civilizar". A questão era encarada dentro de uma lógica burocrática, considerando o que poderia ser mais dispendioso para o Estado, enquanto diferenciava a conquista militar da transculturação dos habitantes do deserto:

O deserto se combate com população, uma revolução com uma contrarrevolução, uma invasão de cristãos. O sistema de sangue e fogo [...] nunca dará outro resultado que não seja esgotar o tesouro e perpetuar a resolução do problema. Nada de exércitos nem fronteiras militares; sistema de traslado: aldeias indígenas, polícia indígena, escolas indígenas mistas, penitenciária para os índios ruins, afastar os caciques e chefes menores de suas tribos, assegurar as mulheres, dar-lhes ovelhas em vez de vacas, comprar seus cavalos e deixá-los completamente livres com um ou dois franciscanos ou jesuítas, **até que se tornem camponeses**¹⁹.

O combate ao deserto, ou seja, ao espaço habitado por diferentes grupos autóctones, mas que não fazia parte do território efetivamente ocupado pela chamada "civilização", deveria ser "combatido" com políticas combinadas que envolviam a guerra, a imigração europeia, o assentamento de famílias indígenas em missões religiosas

¹⁸ No original: "la cuestión de fronteras es la primera cuestión de todas, y hablamos incesantemente de ella aunque no la nombramos. [...] Suprimir los indios y las fronteras no implica en otros términos sino poblar el desierto".

¹⁹ No original: "**El desierto se combate con población** una revolución con una contrarrevolución, una invasión de cristianos. El sistema de sangre y fuego [...] no dará nunca otro resultado que agotar el tesoro y perpetuar la resolución del problema – Nada de ejércitos ni fronteras militares; sistema de translación; pueblos indios, policía india, colegios indios mistos, penitenciaría a los indios malos, alejar los caciques y capitanejos de sus tribus, asegurar las mujeres, darles ovejas en vez de vacas, comprarles caballos y dejarlos enteramente libres con uno o dos franciscanos o jesuitas, **hasta que se conviertan en paisanos**". In: Malarin para Roca, Washington, 5.05.1878, AGN, fondo JAR, leg. 5, grifos nossos.

e em colônias agrícolas, até que esses indígenas fossem convertidos em *paisanos* e inseridos à lógica da sociedade que suprimia sua cultura e identidade, enquanto moldava a sua própria. A transformação dos indígenas em "outros internos" (Del Rio, 2005, p. 17-18) ou em "paisanos" inseridos marginalmente em um novo contexto cultural foi um processo que deixou repercussões sociais profundas na sociedade argentina.

Formas de apropriação das ideias circulantes

Sabemos que a ideia principal de Malarin era a necessidade de se pensar em separado as "questões de índios" e as "questões de fronteiras", assim como conhecemos o fato de que essa solução não teve grande adesão na Argentina. Com base em suas observações nos Estados Unidos, Malarin acreditava que a Argentina não seguia em um rumo adequado, pois faltavam ações mais específicas voltadas à "questão de índios", que não tinha relação com o domínio militar e territorial.

Nesse sentido, Malarin deu algumas ideias de como a "questão de índios" poderia ser solucionada. A guerra e o combate direto contra os cacicados poderia ser substituído por outras medidas alternativas. No entanto, sabemos que a guerra foi o principal recurso escolhido por Roca em sua Campanha do Deserto, defendida perante a opinião pública em numerosas cartas de sua autoria publicadas em jornais, e no Congresso Nacional em 1878, na ocasião do projeto de lei que buscava disponibilizar fundos para a Campanha.

Algumas ações tomadas perante as populações indígenas após a Campanha do Deserto tiveram inspiração nos escritos de Malarin, já que se tratava das mesmas propostas. Tudo indica que Avellaneda e outros membros do governo tiveram conhecimento dessas ideias e as aproveitaram. A diferença foi que Malarin acreditava que a "questão de índios" e a "de fronteira" eram situações diferentes: não seria necessária a realização de uma guerra para acabar com a presença das populações indígenas no Pampa. Ele defendia que a inserção dessas sociedades em uma lógica civilizada não ocorreria pela imposição bélica, mas sim por outras medidas mais específicas nesse sentido. Uma vez conquistado o território, com o avanço de tropas e a instalação de fortes, por exemplo, cidades poderiam ser construídas nos "desertos", reduzindo as áreas disponíveis para os indígenas. A realização de outras ações, que não o conflito direto, poderiam ser feitas no sentido de buscar a conversão ou transculturação dos indígenas, aproveitando essa população como mão de obra. No ano de suas principais cartas, 1879, a parte da "questão de fronteira" já havia sido praticamente finalizada, com o avanço militar e o enfraquecimento dos principais cacicados. O que faltava em complemento seriam ações que buscassem cuidar da "questão de índios". Para ele, se o Pampa começasse a ser povoado com imigrantes, cercando os locais de morada dos indígenas, estes seriam absorvidos eventualmente pelo combate ao deserto. Deixando de existir os desertos, as populações indígenas ficariam ilhadas entre a civilização. Junto a isso, elas seriam vigiadas por forças de exército em pontos fortificados. Outra possibilidade era a de aplicar políticas que assistissem essas populações na sua inserção à civilização e que as acompanhassem para que não retornassem à condição original.

Roca concluiu sua guerra no Pampa em 1879 com a chegada ao Rio Negro, dispersando alguns grupos, assassinando outros e prendendo os remanescentes. Com esses prisioneiros, algumas medidas que faziam parte da "questão de índios" de Malarin foram empreendidas: a distribuição em casas de famílias, em engenhos de açúcar ou fazendas, o envio dos mais "perigosos" para prisões como a ilha de Martín García, e outros indígenas foram mandados para museus; medidas posteriores à fase militar, e não políticas de inclusão ou de combate aos desertos. Elas não tiveram a intenção direta de resolução da "questão de índios", mas foram formas de encaminhar os prisioneiros. As ideias de Malarin foram parcialmente aplicadas: apenas depois da resolução da "questão de fronteiras", medidas específicas para a "questão de índios" foram tomadas com os indígenas que sobreviveram ao conflito. A escolha por esse método de transculturação, que chamamos de distribuição, teve, muito certamente, inspiração nas ideias de Malarin, que anos antes de sua aplicação já havia demonstrado essa possibilidade em seus relatos. No entanto, o cerne de suas ideias foi preterido. Enfrentar o deserto com o estabelecimento de cidades, aumentando a população civilizada no Pampa e cercando os indígenas com elas, não era a ação perseguida pelos políticos argentinos. Apesar de haver outras opções e ideias disponíveis no momento de sua Campanha, a guerra, sim, foi a "preferida" por Roca.

Na ideia de Malarin, ao separar as "questões de índios" e "de fronteira", a chegada ao Rio Negro se tratava apenas de uma etapa: a fase territorial e não a mais importante e longa, que seria a "de índios". Malarin insistiu que mais ações deveriam ser empreendidas no sentido de promover essa integração,

já que considerava que essas populações não seriam convertidas por "inércia" apenas porque foram derrotadas. A chegada ao rio foi vista, no entanto, como a finalização da etapa de construção nacional e de resolução do "problema" indígena no Pampa. Não podemos nos esquecer que a iminência das eleições presidenciais e a construção de Roca como um candidato qualificado ajudaram no entendimento de que sua Campanha foi a parte final "do problema", atribuindo a ele os méritos de resolver uma questão de longa data. Garantir a ocupação do Pampa abriria possibilidades para a ocupação da Patagônia e para o tratado de limites com o Chile, permitindo o controle desses espaços pelos argentinos e afastando possíveis pretensões estrangeiras. Ao construir uma narrativa em que coloca Roca como um "herói" da nação, por finalizar um longo problema enfrentado na consolidação dos marcos territoriais do país, a disputa presidencial ficava praticamente encerrada e Roca aparecia como o principal nome do momento. A necessidade de lidar com a "questão de índios" foi silenciada e a Campanha do Deserto foi dada como concluída.

As cartas de Malarin e a perspectiva transnacional

As conquistas de desertos, sertões e dos "espaços vazios" – mesmo que povoados por diversas sociedades indígenas – pela chamada "civilização", eram questões comuns na segunda metade do século XIX. A Argentina realizou uma empreitada militar entre os anos de 1876 e 1885 em direção ao Pampa e a Patagônia, visando integrar as áreas

indígenas, que constituem mais da metade de seu território atual. Nos Estados Unidos, um processo semelhante ocorreu desde as décadas de 1840 até as leis Dawes, em que ações militares de enfrentamento foram combinadas com outras estratégias de submissão das populações indígenas, visando a ampliação do Estado nacional.

Apesar de poucos trabalhos sobre a Campanha do Deserto se ocuparem das cartas de Malarin, enviadas para Julio Argentino Roca entre 1877 e 1879, os argumentos e os pontos de vista apresentados por esse personagem demonstram uma percepção crítica e destoante sobre o tema, além de conectar as experiências argentinas e norte-americanas. No livro *Estado y cuestión indígena* do historiador argentino Enrique Hugo Masses (2010), a correspondência de Malarin aparece para demonstrar o interesse de Roca sobre as chamadas "questões de índios" e "questões de fronteira", antes de ocupar o cargo de ministro da Guerra e estar à frente da Campanha do Deserto. Masses argumentou que algumas das opções escolhidas pelo governo argentino na fase final da ocupação militar do Pampa podem ter origem nos debates de Roca com outros personagens, onde Malarin se enquadra. Masses também informou em nota de rodapé uma breve biografia sobre esse militar, citando Graciela Corizo como fonte das informações. Miguel Pedro Antonio Malarin, nasceu em 1858 na província argentina de Entre Ríos, entrando no Colégio Militar com 17 anos, onde logo passou às ordens de Roca, na Comandância de Fronteira em Córdoba. Com apenas 19 anos, passou a ser adido militar da legação argentina em Washington, sendo transferido para a França no final de 1879. Ao retornar à Argentina, participou ativamente do segundo governo de Roca,

com funções políticas e militares (Masses, 2010, p. 64).

Fora à alusão de Masses, o personagem caiu em ostracismo pela historiografia sobre o assunto. Possivelmente, pelo próprio reconhecimento do historiador argentino sobre as ideias de Malarin: "sugere um método alternativo e contraposto". As cartas de Malarin como fruto de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa nos mostram como esse assunto transcendia as fronteiras nacionais e como foi refletido à luz de outros acontecimentos análogos e concomitantes de outros países. Igualmente, está entre nossos objetivos refletir sobre as possibilidades disponíveis sobre os discursos de violência produzidos contra as sociedades originárias desses dois países, onde suas repercussões estão presentes atualmente.

Primeiro, esse é um estudo sobre fronteiras e territórios nacionais em construção. A definição da antropóloga colombiana, Margarita Serje (2019, p. 12-14), de "fronteiras do capitalismo" é um instrumental importante para essa pesquisa. Segundo a autora, as fronteiras surgem de uma abstração, uma "ideia que precede a experiência". As fronteiras não são objetos ou lugares concretos, mas sim ideias que se materializam a partir de um conjunto de práticas e intervenções, que carregam diferentes formas de violência. Entre os objetivos das "fronteiras interiores" ou "fronteiras do capitalismo" está a integração do novo território com circuitos comerciais regionais e globais. Apesar de parte do Pampa ter um clima seco e regiões improdutivas, o que associou a intenção de dominar essa fronteira a uma questão de segurança dos povoados e estâncias em seu arredor, as novas áreas integradas após a "conquista do deserto", o que

incluía a Patagônia, faziam parte de circuitos comerciais internacionais com a criação de bovinos e ovinos. Além desse fator material, a integração ao capitalismo também se relacionava à necessidade do Estado em dotar de "civilidade" esses "desertos" e assim fazê-los "progredir", conforme a narrativa do período. Os espaços ditos "vazios", ou seja, o vasto território indígena e fora da jurisdição concreta dos Estados, eram considerados "*res nullius*" ou áreas vazias e passíveis de ocupação. Conquistar esses espaços esteve tanto nas pretensões dos Estados recém-formados nas Américas, ainda temerosos de ocupações Europeias e de suas intenções imperialistas, quanto nas disputas limítrofes pelos Estados vizinhos.

Articular diferentes projetos em contextos análogos e sair de uma visão restritiva ao contexto nacional é auxiliada pelo viés transnacional, cujo objetivo é perceber situações de circulação, conexão e contato. Extrapolando as fronteiras nacionais, nosso viajante buscou contato com situações análogas àquelas que encontrava na Argentina, buscando novas possibilidades de lidar com aquilo que seus conterrâneos viam como um problema: a presença de inúmeras sociedades indígenas em uma vasta área que o Estado tinha a pretensão de ocupar. A perspectiva da circulação nos demonstra que os processos históricos se influenciavam mutuamente, saindo de uma visão unidirecional de uma narrativa apenas preocupada em ratificar a influência de Estados Unidos e da Europa sobre a América Latina. O viés transnacional nos ajuda a desconstruir essas narrativas, demonstrando que as fronteiras nacionais são espaços fluidos e em constante reelaboração, compostos por discursos múltiplos de identidades, que se relacionam, interagem ou se interseccionam.

A etapa de consolidação dos Estados nacionais, da qual o fechamento de suas fronteiras fez parte, passa a ser vista como uma construção social permeada pelo trânsito de ideias, pessoas e discursos, e não mais como uma metanarrativa de sentido unidirecional.

Malarin não ressaltou uma "excepcionalidade" dos Estados Unidos em seus escritos; pelo contrário, colocou esse país em uma posição semelhante à Argentina, mas que em alguns pontos, assumiu opções estratégicas que pareciam, ao seu ver, interessantes de serem utilizadas em contexto argentino. O fato de os Estados Unidos terem começado antes seu processo de expansão e ocupação de suas zonas de fronteira, colocavam esse país como um "exemplo" em termos de acertos e erros na resposta de situações consideradas como problemas.

A expulsão dos indígenas permitiu o avanço das fronteiras e dos territórios nacionais. Porém, para integrar a totalidade dos territórios indígenas e garantir a demarcação dos limites internacionais, medidas de controle e de integração dessas populações foram necessárias. A construção de uma ideia de cidadania indígena foi uma estratégia utilizada por ambos os países, de diferentes formas. Substituir as designações étnicas ou o vínculo de cada grupo a sua terra ou ao seu cacique por identidades nacionais foram maneiras encontradas para inserir os indígenas ao restante da população, sem, no entanto, garantir direitos políticos completos.

Nos Estados Unidos, a opção por uma forma militarizada de políticas em relação aos indígenas convivia com a alternativa da educação em escolas internas (Trafzer; Keller; Sisquoc, 2006, p. 9). A educação em

colégios específicos acontecia com a retirada das crianças de suas famílias, forçando-as a hábitos culturais da "civilização", em processo tão violento quanto as demais formas de destruição dos nativos. As reservas foram formas de controle e confinamento das populações, que muitas vezes foram obrigadas a viver em outros ambientes, o que diminuía suas chances de subsistência. Entre o dilema da possibilidade ou não de civilizar os grupos indígenas, engendrar um conteúdo racial responsável por separar a cultura civilizada de outras formas de existência foi um debate crescente no final do século XIX, que pautou os processos de exclusão e legitimou atos de violência pelos Estados (Rodrigues, 2006, p. 15). Na década de 1880, as leis Dawes decretavam que os indígenas podiam receber propriedades de terras individuais, com o objetivo de romper a lógica autóctone de pertencimento coletivo à terra ao mesmo tempo em que se tentava absorver as populações originárias como cidadãos norte-americanos, e não como indígenas livres (Prucha, 1981, p. 28-29; Hopkins, 2020, p.155). A educação dos indígenas em escolas públicas foi institucionalizada com o intuito de doutriná-los dentro da religiosidade cristã e do patriotismo, destruindo ao longo das décadas seu patrimônio cultural e sua herança histórica ao forçá-los ao compartilhamento dos valores nacionais impostos (Prucha, 1981, p. 31). A única possibilidade de existência deles na sociedade norte-americana seria por meio da conversão à civilização, condição única para que se tornassem cidadãos.

O interesse dos argentinos pelos Estados Unidos pode ter ocorrido por diversos fatores: ambos os países tiveram importante crescimento econômico com base na agropecuária, os dois possuíam imensas áreas

para povoar, assim como vastos territórios indígenas de difícil ocupação. Nesses países, as diferentes etnias souberam se adaptar ao cavalo e absorveram elementos táticos e armamentos dos exércitos que os combatiam com violência. O grande fluxo migratório e o desenvolvimento industrial chamavam a atenção dos argentinos, os quais tinham esses meios como chaves para alcançar o progresso da nação. No entanto, a viagem de Malarin aos Estados Unidos, assim como tantas outras experiências de argentinos nesse país, nos mostra que havia um olhar crítico ao país visitado, junto com as reflexões sobre as semelhanças e diferenças entre ambos os contextos. Mais do que uma narrativa sobre as políticas de Washington para com suas populações originárias, esse conjunto epistolar nos revela falhas e ausências na resolução das "questões de índios" e de "fronteiras" pelos próprios argentinos. Embora existissem alguns pontos positivos, como o estado de avanço na "questão de fronteira" na Argentina, sobretudo com a conquista dos territórios indígenas no Pampa em 1879, bem como maiores possibilidades de assimilação e convívio com a "raça índia" em comparação aos norte-americanos, a ausência de debates sobre ações paralelas ao enfrentamento militar preocupava Malarin. Tal visão, dissidente no cenário argentino, coloca em evidência a atenção de Roca em acelerar o extermínio dos indígenas e, terminados os conflitos, a construção de uma narrativa em que os poucos sobreviventes já estavam encaminhados pelo sistema de distribuição: sejam enviados para cidades, sejam como mão de obra nos engenhos ou em outras atividades agrícolas.

A imposição *criolla* obrigou os indígenas a ressignificarem as formas de expressar sua identidade ao terem sua existência

sociocultural confrontada (Oliveira, 1999, p. 55). A implicação da cidadania também deve ser vista a partir das opções desses atores sociais indígenas que, em outro contexto, buscaram preservar ou reconfigurar suas identidades, apesar da identidade "argentina" que foram obrigados a assumir. A imposição do projeto político que visava à homogeneidade cultural como única possibilidade para o Estado-nacional trouxe consigo medidas excludentes quando impunha categorias genéricas a seus "novos" integrantes indígenas, ao mesmo tempo em que seguia reproduzindo discursos de hierarquização de "civilização" e de "barbárie". ■

[ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU]

Pós-doutoranda em História pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora, mestre e bacharel em História pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio doutoral na University of Texas at Austin, nos Estados Unidos, com o vínculo de Visiting Research Associate no Institute of Historical Studies. Temas de pesquisa: sociedades indígenas e sociedades de fronteira, formação dos Estados nacionais na América Latina, imposição estatal aos grupos étnicos, formação de fronteiras internacionais. E-mail: anagpompeu@gmail.com

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. **El Cato Institute**, 1852. Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. 2 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. **Revista Tefros**, Rio Cuarto, v. 4, n. 2, p. 1-24, 2006.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>

DE MARCO, Miguel Ángel. **La Guerra de la Frontera**: luchas entre indios y blancos (1536-1917). Buenos Aires: Emecé, 2010.

DEL RIO, Walter Mario. **Memorias de expropiación (872-1943)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Viagens e relatos**: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018.

GARCIA, Fernando. **Identidades, etnicidades y racismo en América Latina**. Quito: Fasclo, 2008.

GREJO, Camila Bueno. Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880 – 1920). **In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, 18., Assis, 2006. **Anais [...]**. Assis: ANPUH, 2006.

HOLT, Thomas C.; WADE, Peter. **Race and Nation in modern Latin America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

HOPKINS, Benjamin. **Ruling the savage periphery**: frontier governance and the making of the modern State. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2020.

JONG, Ingrid. Las alianzas políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). **In: QUIJADA, Monica (ed.). De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX**. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900). São Paulo: Edusp, 2018.

MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MASSES, Enrique Hugo. **Estado y cuestión indígena**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

NACUZZI, Lidia. **Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.

NACUZZI, Lidia. Introducción. In: NACUZZI, Lidia; LUCAIOLI, Carina P. (org.). **Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América**. Buenos Aires: **Sociedad Argentina de Antropología**, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**: política, guerra e traição nas lutas no Sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel, writing and transculturation. 2 ed. New York: Routledge, 2008.

PRUCHA, Francis Paul. **Indian Policies in the United States**. Historical essays. University of Nebraska Press, 1981.

QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). **Revista de Indias**, Madrid, v. 62, n. 224, p. 103-142, 2002.

RATTO, Silvia. **Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873)**: crônicas de un final anunciado. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.

RODRIGUES, Julia. **Civilizing Argentina**: science, medicine and the modern state. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SABATO, Hilda. **Historia de la Argentina**: 1852-1890. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflictos y armonías de las razas en América**. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/conflicto-y-armonias-de-razas-en-america--0/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SERJE, Margarita. El Estado de frontera: Las fronteras del capitalismo en America Latina. In: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). **Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia**. São Paulo: Intermeios, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

TELLES, Edward. **Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America**. UNC Press, 2014.

TRAFZER, Clifford; KELLER, Jean; SISQUOC, Lorene. **Boarding School Blues: revisiting American Indian educational experience**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

VEZUB, Julio Esteban. **Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881)**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

ZEBALLOS, Estanislao. **A conquista de 15 mil leguas. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878)**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008.

MULHERES, POVOS INDÍGENAS E A LUTA POR DIREITOS NA CONSTITUINTE COLOMBIANA (1991)

[DOSSIÊ]

José Bento de Oliveira Camassa
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho analisa o processo de especificação de sujeitos de direito nos debates da Assembleia Constituinte colombiana de 1991. Essa noção se manifestou na inclusão, no texto da Constituição da Colômbia de 1991, de sujeitos de direito até então desprovidos de direitos específicos no ordenamento constitucional do país, como mulheres e pessoas indígenas. Por meio do escrutínio das mobilizações desses grupos, o artigo reflete sobre a inserção do processo constituinte colombiano em uma tendência transnacional de especificação de sujeitos de direito nas décadas finais do século XX.

Palavras-chave: Assembleia Constituinte Colombiana de 1991. Sujeito de direitos. Movimento feminista. Movimento indígena. Direitos humanos.

This article analyzes the specification of subjects of rights during the 1991 Colombian Constituent Assembly. This notion came to light with the inclusion in the 1991 Colombian Constitution of subjects of rights that had not previously been granted specific rights within the country's constitutional order, such as women and indigenous peoples. By focusing on the struggles led by these groups, the article reflects on how the Colombian constituent process joined a transnational trend of specifying subjects of rights in the final decades of the 20th century.

Keywords: Colombian Constituent Assembly of 1991. Subject of rights. Feminist movement. Indigenous peoples movement. Human rights.

Este trabajo analiza el proceso de especificación de sujetos de derecho en la Asamblea Constituyente colombiana de 1991. Esta noción se manifestó en la inclusión, en la Constitución de Colombia de 1991, de algunos sujetos de derecho que no habían sido dotados de derechos específicos en el ordenamiento constitucional del país, como las mujeres y los pueblos indígenas. Al centrarse en las movilizaciones de estos grupos, este artículo reflexiona sobre cómo el proceso constituyente colombiano se insertó en una tendencia transnacional de especificación de los sujetos de derecho en las últimas décadas del siglo XX.

Palabras clave: Asamblea Constituyente Colombiana de 1991. Sujeto de derechos. Movimiento feminista. Movimiento indígena. Derechos humanos.

Introdução

A promulgação da Constituição de 1991 é um dos marcos mais importantes da história recente da Colômbia. O novo texto constitucional foi redigido na esteira de um período assaz turbulento (Palacios, 2012). Grassavam diversos conflitos armados no país durante a década de 1980. Desde o pacto de revezamento de poder conhecido como *Frente Nacional* (1958-1974), as contendas não eram mais travadas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, como no Oitocentos e no tempo de *La Violencia* (1946-1957) (LaRosa; Mejía, 2014, p. 114-115, p. 137). Passaram a envolver atores múltiplos: grupos armados esquerdistas – vide o Movimiento 19 de abril (M-19) e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc) –, paramilitares de direita, narco-trafficantes e o próprio Estado, por meio do Exército e das polícias (Ibidem, p. 75).

Diante da persistência dos confrontos, bem como do malogro das negociações de paz, um Estado de Sítio foi decretado em 1984 e renovado sucessivamente. Essa medida comprometeu severamente a democracia colombiana (Lemaitre Ripoll, 2009, p. 53). A situação se agravou durante o governo de Virgilio Barco (1986-1990), quando diversos pré-candidatos presidenciais foram assassinados, como Jaime Pardo Leal, Bernardo Jaramillo, Carlos Pizarro e Luis Carlos Galán (LaRosa; Mejía, 2014, p. 224).

Em 1989, após a morte de Galán – político em ascensão no Partido Liberal e favorito para vencer as eleições presidenciais –, uma ideia ganhou a cena no debate público: o plano de se convocar uma Assembleia Constituinte para refundar a ordem jurídica

colombiana, suspender o Estado de Sítio e favorecer a busca pela paz. A pauta, que foi levantada por movimentos estudantis universitários – sobretudo, aquele conhecido como “Todavía podemos salvar a Colombia”, frase de seu manifesto (Torres Forero, 2007) –, vinha sendo cogitada por diferentes agentes políticos, como o próprio presidente Barco. Essa circunstância contribuiu para que a proposta fosse acolhida. Em 1990, um plebiscito foi realizado, saindo largamente vitoriosa a opção de se estabelecer uma Constituinte.

Naquele mesmo ano, o M-19, mediante negociações com o Estado colombiano, optou por abandonar as armas, incorporando-se à vida civil, com o objetivo de erigir uma democracia mais inclusiva (Vianna, 2015, p. 194). O antigo grupo guerrilheiro formou, junto de líderes comunitários e intelectuais, a Alianza Democrática M-19 (ADM-19). O partido obteve o segundo maior número de cadeiras nas eleições para a Assembleia Constituinte, que viria a se reunir em 1991 (Arias Trujillo, 2017, p. 249-250).

A ADM-19 era uma das novidades mais relevantes na Constituinte colombiana, mas não foi a única. Outras guerrilhas de esquerda colocaram sua participação oficial na Assembleia – mesmo que sem direito a voto no órgão – como requisito para celebrar acordos de paz, condição que foi aceita pelo governo. Ex-combatentes dos movimentos armados Quintín Lame, Ejército Popular de Liberación (EPL) e Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) foram alçados ao posto de constituintes em 1991, integrando os debates da Assembleia (Zuluaga Gil, 2017, p. 88). Malgrado o poderio do *bipartidismo* de liberais e conservadores permanecesse colossal, a Constituinte presenciou um grau inédito de pluralismo político no país (Vianna, 2015, p. 49).

Nem tudo eram flores. A Assembleia não alcançou a expectativa de resolver o conflito interno com os guerrilheiros. Os confrontos com as Farc acompanharam a eleição e os trabalhos constituintes (Arias Trujillo, 2017, p. 237). Mas não se pode negar que a Constituinte de 1991 tenha representado transformações de monta sob o prisma histórico. Entre elas, a Constituinte inovou ao especificar direitos, na seara do constitucionalismo colombiano, a grupos sociais como mulheres e indígenas.

Este trabalho analisa o processo de estabelecimento de direitos titulados por esses sujeitos à luz dos discursos proferidos na Assembleia, do texto constitucional promulgado e de outras iniciativas de especificação do sujeito de direitos no mundo em fins do Novecentos. Começaremos por analisar a forma como a Constituição colombiana de 1991 e as mobilizações durante seu processo de elaboração se relacionaram com o quadro da chamada “era dos direitos” (Bobbio, 2004). Em seguida, passa-se ao estudo das articulações e aspirações de mulheres e indígenas na Constituinte daquele ano. Por fim, à guisa de conclusão, refletiremos sobre a maneira pela qual a luta pelo reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos políticos e pela especificação de seus direitos importa sob a perspectiva da produção do Direito Positivo.

Elaborando uma Constituição na “era dos direitos”

Não foi casual o fato de a Constituição colombiana de 1991, tal como a Constituição Federal brasileira de 1988, ter se imbuído de

uma maior especificação de sujeitos de direito e ter firmado novos direitos a mulheres e indígenas. A ampliação de direitos civis, políticos e sociais por meio de constituições foi um mecanismo institucional de diversos processos de democratização no último quartel do século XX (Hirschl, 2004, p. 7-8). Foi, ainda, um expediente retórico empregado para legitimar esses processos.

O recurso à consagração de direitos na seara constitucional – isto é, em maior hierarquia normativa perante a legislação ordinária – não se explica apenas pelas mudanças políticas ocorridas nos escopos nacionais. O fenômeno do constitucionalismo costuma ser apreendido em dimensão global, pois o conhecimento sobre as experiências constituintes dos mais variados países circula e inspira, alhures, novas empreitadas de redação constitucional (Ginsburg; Halliday; Shaffer, 2019).

A luta pela especificação de novos direitos, com o intuito de incluir grupos tradicionalmente excluídos da política institucional colombiana, não dialogou apenas com o constitucionalismo. Também interpelava outra ideia-força cara ao debate político de fins do século XX: a noção de direitos humanos. Como evidenciou o historiador Samuel Moyn, nas décadas de 1970 e 1980, diversos agentes políticos se valeram da linguagem dos direitos humanos para alavancar suas agendas: da presidência estadunidense sob Jimmy Carter (1977-1981) – como meio de angariar apoio internacional para a política externa do país em meio à Guerra Fria (Moyn, 2010, p. 155) –, até as famílias de vítimas do terrorismo de Estado das ditaduras militares latino-americanas (Garza Placencia, 2017) – regimes tantas vezes instaurados por golpes patrocinados pelos Estados Unidos.

Os decênios de 1970 e 1980 também assistiram à propagação e ao fortalecimento de organizações não governamentais de alcance mundial, como a Anistia Internacional (Meirelles, 2016). A gramática dos direitos humanos passou a ser uma arma política para diversos movimentos sociais:

Dos direitos das mulheres [...] a vários outros direitos culturais, indígenas e ambientais, a história dos direitos humanos desde a década de 1970 inevitavelmente afastou a ideia das condições específicas em que ela emergiu [no pós-Segunda Guerra Mundial, 1939-1945]¹ (Moyn, 2010, p. 223, tradução própria).

A noção de direitos humanos foi mobilizada por um longo leque de grupos que vieram a canalizar suas ações políticas para a vindicação de direitos que lhes fossem próprios. Essas iniciativas almejavam um processo de especificação do sujeito de direitos. Até então, os ordenamentos jurídicos identificavam genericamente um sujeito de direitos supostamente universal, por meio das categorias de “homem” e “cidadão”, prática que não raro encobria um viés discriminatório étnico e de gênero. Em face desse fenômeno, movimentos sociais ambicionaram a criação de textos normativos que abrangessem expressamente sujeitos diversos. Tal estratégia, que visava à garantia de direitos para setores historicamente subjugados ou marginalizados, esteve por trás da celebração de diversos instrumentos do Direito Internacional

na segunda metade do século passado. Conforme apontou o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio (2004, p. 31-32),

Assim, com relação ao abstrato sujeito “homem”, que já encontrara uma primeira especificação no “cidadão” (no sentido de que podiam ser atribuídos ao cidadão novos direitos com relação ao homem em geral), fez-se valer a exigência de responder com nova especificação à seguinte questão: que homem, que cidadão? Essa especificação ocorreu com relação seja ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados excepcionais na existência humana. Com relação ao gênero, foram cada vez mais reconhecidas as diferenças específicas entre a mulher e o homem. Com relação às várias fases da vida, foram se progressivamente diferenciando os direitos da infância e da velhice, por um lado, e os do homem adulto, por outro. Com relação aos estados normais e excepcionais, fez-se valer a exigência de reconhecer direitos especiais aos doentes, aos deficientes, aos doentes mentais, etc. Basta folhear os documentos aprovados nestes últimos anos pelos organismos internacionais para perceber essa inovação. Refiro-me, por exemplo, à Declaração dos Direitos da Criança (1959), à Declaração sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher (1967), à Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971).

Essas articulações de grupos discriminados – e em favor deles – cresceram a partir da década de 1960, inclusive na América Latina, vide os movimentos negros brasileiro e colombiano (Paschel, 2016). Tal expansão também estava atrelada à afirmação de marcadores sociais de gênero e etnia próprios a esses grupos – identidades

¹ No original: “From women’s rights [...] to various other rights of culture, indigeneity, and environment, the story of human rights since the 1970s has inevitably pushed the idea away from the particular conditions in which it emerged”.

pluralizadas em comparação com marcadores tradicionalmente valorados, como o nacional, religioso ou de classe social (Hall, 2006, p. 18, 45, 86). Na segunda metade do século XX, floresceram múltiplas lutas pelo reconhecimento e pela valorização de tais identidades (Fraser, 1995). Empunhando a bandeira dos direitos humanos, diversos movimentos sociais reivindicaram, no plano jurídico, uma especificação do sujeito de direitos para que se assegurassem novos direitos a pessoas LGBT, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência – entre outros grupos minorizados –, com o propósito de inclusão social (Moyn, 2010, p. 174). Embora as forças dominantes não estivessem necessariamente mais receptivas aos clamores desses grupos, estes lançaram mão de estratégias discursivas novas e perspicazes para reivindicá-los. Com isso, lograram constranger e persuadir as antigas elites políticas a aprovar a criação de direitos.

Essas frentes de batalha se fizeram presentes na Constituinte colombiana de 1991, em virtude não apenas das pressões dos citados ativismos sobre a Assembleia como também pela presença inédita – ainda que numericamente modesta – de representantes desses movimentos como membros do órgão. Mulheres e indígenas estiveram entre os diferentes grupos sociais que se engajaram na Constituinte e ocuparam a sua tribuna.

A seguir, analisaremos a atuação de tais movimentos e os direitos que conseguiram estabelecer na Constituição colombiana de 1991. A opção metodológica pelo exame desses dois movimentos em particular se justifica pela relevância e pela amplitude de suas ações relacionadas à

Assembleia, bem como pelas muitas passagens em que a Constituição do país andino especificou faculdades próprias às mulheres e a pessoas e comunidades indígenas.

As mulheres na Constituinte e na Constituição colombianas de 1991

As lutas pela positivação de direitos das mulheres na Colômbia não se iniciaram com a Constituinte de 1991. Por exemplo, o Decreto Ley 2820 de 1974 já havia reformado o Código Civil do país andino para preconizar a igualdade civil entre os cônjuges, ensejando a igualdade no exercício do poder familiar (Ruiz Manotas, 2017, p. 122-123). Antes, em 1954, uma emenda constitucional estabeleceu o sufrágio feminino (Wills Obregón, 2005). Nada obstante, a Constituição de 1991 demarcou substancial ampliação dos direitos das mulheres na normatividade jurídica colombiana.

A Constituição elevou à sede constitucional a previsão expressa da igualdade entre homens e mulheres. Essa determinação estava de todo ausente da Constituição de 1886, que não mencionava, sequer uma vez, a palavra “mulher”. Nem mesmo o Acto Legislativo – no Direito colombiano, o equivalente a uma emenda constitucional – nº 3 de 1954, que alterou o texto constitucional para estender o direito de voto às mulheres, fez isso. A referida emenda apenas retirou a alusão a “homens” no artigo 15 da Carta Magna de 1886, que originalmente dispunha que “são cidadãos os colombianos **homens** com mais de vinte e um anos de idade que exerçam uma profissão, arte ou ofício,

ou tenham uma ocupação lícita ou, ainda, outro meio legítimo e conhecido de subsistência”² (República de Colômbia, 1886, grifo nosso e tradução própria).

Em contraste, a Constituição de 1991 disciplinou de forma mais consistente a igualdade entre homens e mulheres. Além de afirmá-la com maior explicitude, a Constituição assinalou a antijuridicidade de discriminações contra mulheres. Como consignou o artigo 43 da Constituição: “Mulheres e homens têm direitos e oportunidades iguais. As mulheres não devem ser submetidas a nenhuma espécie de discriminação” (República de Colômbia, 1991g, tradução própria)³.

A Constituição de 1991 perfilhou, de modo similar, manifesto empenho com a promoção da igualdade entre os gêneros para além do âmbito privado. Nesse sentido, a Constituição instituiu o fomento à participação de mulheres na vida política, por meio da administração pública. O artigo 40 normatizou que para efetivar o direito à participação política, “as autoridades devem garantir a participação adequada e efetiva das mulheres nas instâncias decisórias da administração pública”⁴ (Ibidem, tradução própria).

Esse alargamento dos direitos para as mulheres foi possibilitado pelo ativismo de movimentos sociais nas vésperas da

Constituinte e pela presença feminina na Assembleia. De suas 74 cadeiras, quatro eram ocupadas por mulheres eleitas: Helena Herrán de Montoya (Partido Liberal), Aída Avella Esquivel (Unión Patriótica), María Mercedes Carranza (ADM-19) e María Teresa Garcés Lloreda (ADM-19).

Somaram-se à atuação dessas representantes diversas iniciativas e campanhas de movimentos de mulheres colombianas que cresciam desde a década de 1970, no bojo da chamada “segunda onda” do feminismo (Matos; Paradis, 2013, p. 95). Essa experiência de engajamento alimentou as ações políticas feministas no período da convocação e da realização da Assembleia Constituinte de 1991 (Villareal Méndez, 1994, p. 190-191).

As reivindicações por maiores direitos das mulheres marcaram muitos dos pronunciamentos realizados na Constituinte. Tais discursos não se restringiram à discussão do conteúdo normativo dos dispositivos assecuratórios de direitos para as mulheres. Procuraram, analogamente, reivindicar e promover, na esfera pública, as mulheres como agentes políticas e como sujeitos de direitos. Dessa sorte, a afirmação do conceito **mulher** como marcador social da diferença apareceu em diversas preleções das constituintes colombianas de 1991.

A primeira fala oficial de uma pessoa eleita constituinte, no dia da abertura da Assembleia, coube a uma mulher. É significativo que sua comunicação tenha se valido da referência ao marcador identitário de gênero. Da tribuna, a constituinte Aída Avella (Unión Patriótica – UP) declarou:

Como mulher, quero saudar, daqui desta Assembleia, todas as minhas irmãs,

² No original: “[s]on ciudadanos los colombianos varones mayores de veintiún años que ejerzan profesión, arte u oficio, o tengan ocupación lícita u otro medio legítimo y conocido de subsistencia”.

³ No original: “La mujer y el hombre tienen iguales derechos y oportunidades. La mujer no podrá ser sometida a ninguna clase de discriminación”.

⁴ No original: “[l]as autoridades garantizarán la adecuada y efectiva participación de la mujer en los niveles decisorios de la Administración Pública”.

camaradas, todas as mulheres da Colômbia, conclamando-as a participarem, ombro a ombro com todos os homens de nosso país, da grande obra de transformação e de despertar nacional que se avizinha. Como filha da classe trabalhadora, com quem estou em dívida e que espero representar nesta grande Assembleia, almejo contribuir com aquilo que os trabalhadores sonham e desejam: uma vida menos dura, menos injusta, menos angustiante, uma legislação trabalhista democrática que não seja voraz com os salários dos trabalhadores [...]. **Em uma palavra, democracia!**⁵ (República de Colombia, 1991a, p. 2, grifo nosso e tradução própria).

Como o trecho revela, Avella atribuiu o fato de ter sido eleita ao seu elo com a classe trabalhadora e à sua ação política na defesa dos interesses laborais – a UP era um aguerrido partido de esquerda. No entanto, Avella não se colocou tão somente como representante dos trabalhadores. Em sua manifestação, postulou o lugar social de mulher atuante na política institucional, desafiando visões esquerdistas amarradas apenas à clivagem de classe. Em sua fala, aliás, Avella primeiro reivindicou a sua identidade de gênero e só depois abordou o seu pertencimento socioeconômico. Nesse procedimento retórico, notam-se traços

semelhantes às preocupações com as quais o conceito de interseccionalidade – formulado poucos anos antes (Crenshaw, 1989) – procurava lidar.

A bandeira da emergência das mulheres como agentes políticos e como sujeitos de direitos também foi empunhada por alguns constituintes homens, a exemplo do indígena Francisco Rojas Birry (Organización Nacional Indígena de Colombia – ONIC). Em discurso, o mandatário, da etnia emberá, prometeu assumir

também a responsabilidade de lutar para que a nova Constituição reconheça o papel fundamental que as mulheres desempenham em nossa sociedade como geradoras de vida, primeiras educadoras das crianças e fonte de desenvolvimento econômico, social e cultural. **Sem as mulheres, não há democracia**⁶ (República de Colombia, 1991b, p. 7, grifo nosso e tradução própria).

As pautas de ampliação e especificação de direitos das mulheres apareceram, na Constituinte, como resposta ao diagnóstico das inúmeras disparidades sociais, econômicas e políticas vinculadas ao gênero. Entre esses problemas, a Constituinte

⁵ No original: “Como mujer, quiero saludar desde aquí todas mis hermanas, compañeras, a todas las mujeres de Colombia, llamándolas a participar hombro a hombro con todos los hombres de nuestro país en la gran obra de transformación y despertar nacional que se avizora. Como hija de la clase obrera, a la que me debo y a la que espero representar en esta magna Asamblea, aspiro a aportar lo que sueñan y desean los trabajadores: una vida menos dura, menos injusta, menos angustiosa, una legislación laboral democrática y no rapaz contra el salario obrero [...]. ¡En una palabra, democracia!”.

⁶ No original: “también la responsabilidad de propugnar que la nueva carta Política reconozca el papel fundamental que desempeña la mujer en nuestra sociedad como generadora de vida, primera educadora de la niñez y fuente de desarrollo económico, social y cultural. Sin mujer no hay democracia”. A afirmação de que “sin mujer no hay democracia” evocava as reflexões de diversas feministas latino-americanas da década de 1980, como a chilena Julieta Kirkwood, célebre pelo lema “Não há democracia sem feminismo” (González García, 2018 tradução própria). No original: “No hay democracia sin feminismo”.

dedicou atenção a mulheres em condições especiais: a de gestante, puérpera e lactante e a de “chefe de família”. Ao fazê-lo, as e os constituintes procuraram desdobrar o processo de especificação do sujeito de direitos mulher e tutelar, com maior atenção, direitos de certas mulheres em particular. O artigo 43 da Constituição colombiana determinou que na gravidez e após o parto, a mulher “terá direito à assistência e à proteção especiais do Estado e deverá receber dele uma renda para alimentação se estiver desempregada ou desamparada. O Estado dará apoio especial às mulheres chefes de família” (República de Colombia, 1991g, tradução própria)⁷.

Entretanto, não havia um predomínio de ideias abertamente feministas. Elaborados apenas por homens, o relatório e o projeto que a Comissão Quinta da Constituinte sobre direitos das mulheres incorreram em uma representação discursiva que sacralizava a mulher em nome da maternidade⁸, imaginário que tem sido sobe-

jamente criticado pelos feminismos e pelos estudos das relações de gênero. A despeito de tal tom, o relatório e o projeto enfrentaram relevantes aspectos sociais e materiais referentes à gestação e à maternidade, como o direito ao trabalho da gestante e o direito à licença maternidade – paga pelo empregador à gestante assalariada (República de Colombia, 1991d, p. 8).

O discurso assumido pela Constituinte colombiana de inserção social das famílias monoparentais pobres se conectou, por um lado, a uma tendência do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Conforme argumenta a jurista Maíra Zapater, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um “novo paradigma do desenvolvimento econômico como ‘mito fundador’ da nova agenda pelos direitos das mulheres” (Zapater, 2017, p. 114).

Por outro lado, a edição, por parte da Constituinte colombiana, de artigo concernente à proteção das mulheres “*cabezas de familia*” não se compreende apenas por uma tendência jurídica do Direito Internacional. A norma deveu-se, sobremaneira, à atuação e às reivindicações desse grupo social em face da Assembleia. Prova disso está no fato de que o assunto mobilizou parcela da população diretamente envolvida na disputa. Conforme Jaime Benítez – relator da proposta de dispositivos constitucionais sobre direitos da família, da criança, do jovem, da mulher e

⁷ No original: “gozará de especial asistencia y protección del Estado, y recibirá de este subsidio alimentario si entonces estuviere desempleada o desamparada. El Estado apoyará de manera especial a la mujer cabeza de familia”.

⁸ O relatório dizia: “Como geradora da vida, a mulher desempenha um papel vital na espécie humana. Esse status, que durante séculos as colocou em uma posição de inferioridade – mesmo quando colocava suas vidas em risco, já que a gravidez, o parto e os problemas pós-parto são uma das principais causas de morte –, deve servir para enaltece-las. Portanto, é essencial proteger as mulheres desde a infância e fornecer-lhes os cuidados necessários para que se desenvolvam como indivíduos. [...] Assim, propõe-se que o Estado e a sociedade ofereçam proteção médica e nutricional às gestantes que não dispõem de meios para garantir o desenvolvimento adequado de seu processo de gestação” (República de Colombia, 1991d, p. 5, tradução própria). No original: “La mujer, como gestadora de vida, cumple una función vital para el género humano. Esta condición, que por siglos la colocó en una situación de inferioridad – aun cuando por esta acción pone en peligro su vida, ya que los problemas del embarazo, parto y posparto

son en alto grado causa de mortalidad – debe servirle para enaltecerla. Es indispensable, entonces, proteger a la mujer desde la infancia y prodigarle los cuidados que requiere para que pueda realizarse como individuo. [...] Así, se plantea que el Estado y la sociedad den protección médica y alimentaria a la mujer embarazada que no disponga de los medios que garantizan el buen desarrollo de su proceso de gestación”.

da terceira idade – testemunhou, em sessão de 10 de maio de 1991, a Comissão Quinta da Assembleia Constituinte recebeu muitas cobranças interpostas por mães de famílias monoparentais:

“Artigo 3, [inciso quarto], a mãe assalariada goza de licença maternidade remunerada e uma jornada de trabalho com duração especial durante o período de amamentação”, há necessidade de fazer algumas mudanças nesse trecho, porque **recebemos visitas e mensagens de muitas mães que são chefes de família pedindo que elas recebam um tratamento especial na Constituição**, porque elas são, sem dúvida (muitas pessoas não o sabem), uma porcentagem muito alta da sociedade [...]”⁹ (República de Colombia, 1991f, p. 21, grifo nosso e tradução própria).

O episódio ilustra como os trabalhos da Assembleia foram compelidos a dialogar e a prestar contas a diversos setores da sociedade civil colombiana. Não apenas as e os constituintes tiveram que redigir dispositivos constitucionais que contemplassem maior proteção social a esse grupo de mulheres, como também se viram obrigados a acolher demandas alavancadas por meio da tópica da especificação de sujeitos de direito. É a diferença que se percebe entre a primeira versão do projeto (República de Colombia, 1991d, p. 5), exposta

⁹ No original: “Artículo 3, [inciso cuarto], la madre asalariada goza de licencia remunerada por maternidad y de jornada especial durante el período de lactancia, hay allí necesidad de producir un par de cambios, pues hemos recibido la visita y el llamado de muchas madres quienes son jefes de hogar y piden que por favor se les dé un tratamiento de especial consideración dentro de la Constitución porque son indudablemente, mucha gente no lo sabe, un altísimo porcentaje de la sociedad colombiana [...]”.

para a Comissão Quinta, e a segunda versão (República de Colombia, 1991e, p. 8), apresentada para apreciação do plenário, já incorporando a tutela de direitos para mulheres de famílias monoparentais.

Indígenas na Constituinte e na Constituição colombianas de 1991

Assim como no caso das mulheres, o processo de especificação de direitos das populações indígenas na Constituinte colombiana envolveu a afirmação, por parte de lideranças dos povos originários, de seu *status* de sujeitos de direito que mereciam ser defendidos na esfera constitucional. Porém, as falas dos constituintes indígenas na Assembleia de 1991 tiveram no seu cerne o pleito por um reconhecimento que as mulheres brancas e mestiças já possuíam, mas eles ainda não: o reconhecimento como parte legítima e valiosa da sociedade colombiana. As etnias originárias ainda lutavam por essa consideração. Não à toa, os movimentos indígenas se engajaram pelo estabelecimento do status de país multiétnico e multicultural para a Colômbia.

Esse reconhecimento foi entabulado no artigo 7º da Constituição de 1991: “O Estado reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da nação colombiana” (República de Colombia, 1991g, tradução própria)¹⁰. A Constituinte deliberou pelo incremento da proteção à diversidade étnica aí referida por meio de dois dispositivos

¹⁰ No original: “El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana”.

relativos à educação e à língua. O artigo 10 normatizou que, além do Castelhana, “as línguas e os dialetos dos grupos étnicos também são oficiais em seus territórios. A educação oferecida em comunidades com tradições linguísticas próprias será bilíngüe” (Ibidem, tradução própria)¹¹. Por seu turno, o artigo 68, quanto à prestação dos serviços públicos e privados de educação, firmou que “os membros de grupos étnicos terão direito a uma educação que respeite e desenvolva sua identidade cultural” (Ibidem, tradução própria)¹².

A luta pelo reconhecimento da diversidade étnica e cultural passava pelo contraponto à visão que ainda era socialmente hegemônica da história da Colômbia. O passado colombiano era narrado e rememorado em torno das instituições erigidas pelos conquistadores espanhóis e governada, após a Independência, pela elite *criolla*, descendente de europeus. A contestação a essa concepção de história nacional foi um ponto incontornável na atuação dos movimentos indígenas na Assembleia de 1991 em função da efeméride do quinto centenário da chegada de Colombo à América, exaltada como o dito “descobrimento” do continente (Trouillot, 2016, p. 201-210). Preparavam-se grandes iniciativas estatais, privadas e estrangeiras – nos Estados Unidos, na Espanha e em nações hispano-americanas – para festejar o evento histórico (Ibidem, p. 187, p. 214). Na Colômbia, o aniversário dos 500

anos também se relacionava a um aspecto peculiar do país, a saber, o fato de seu nome homenagear o navegante genovês a serviço da Coroa Espanhola¹³.

Rojas Birry ofereceu uma compreensão alternativa à narrativa oficial laudatória do “descobrimento”, caracterizando o processo de colonização europeia como uma “invasão”, cujo legado foi altamente violento, discriminatório e destrutivo. O constituinte sustentou que a efeméride proporcionaria uma possibilidade de reexame da história colombiana. Também seria um convite à transformação do país com o fito de incluir os povos originários, superando o ocultamento simbólico e político a eles impingido:

13 Como explica o filólogo Guillermo Guitarte (1997, p. 241, 245-246, tradução própria), “[n]a América espanhola, o nome Colômbia foi introduzido por Francisco de Miranda, iniciando assim um novo estágio na história da palavra. Parece que ele o tomou da forma inglesa Columbia, que deve ter conhecido em sua primeira viagem aos Estados Unidos. [...] Durante sua atividade política, Miranda colocou a palavra Colômbia em circulação, mas não a viu criar raízes. Coube a Bolívar fazer com que ela entrasse para a história, infundindo-lhe uma vida que, apesar de um desmaio passageiro, nunca mais abandonou. Sabe-se que na Carta da Jamaica [...] [Bolívar afirma que o novo Estado independente, formado por antigas colônias espanholas no norte da América do Sul] ‘se chamaria Colômbia, como um tributo de justiça e gratidão ao Criador de nosso hemisfério’. No original: “[e]n la América Española el nombre Colombia fue introducido por Francisco de Miranda y con ello se inicia otra etapa en la historia de la palabra. Parece que la tomó de la forma inglesa Columbia, que ha de haber conocido en su primer viaje a los Estados Unidos. [...] Durante su actuación política Miranda puso en circulación la palabra Colombia, pero no llegó a verla arraigar. Correspondió a Bolívar el haberla hecho pasar a la historia, infundiéndole una vida que, pese a un pasajero desmayo, nunca más abandonó. [...] [E]s sabido que [...] [na] Carta de Jamaica [...] [Bolívar afirma que o novo Estado independente, formado por ex-colônias espanholas do norte da América do Sul] ‘se llamaría Colombia, como un tributo de justicia y gratitud al Criador de nuestro hemisferio’”.

11 No original: “las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe”.

12 No original: “las integrantes de los grupos étnicos tendrán derecho a una formación que respete y desarrolle su identidad cultural”.

Por ocasião dos 500 anos da **invasão europeia a nossas terras**, daqui desta Assembleia, queremos bradar para que a sociedade **se conscientize sobre essa história oculta e esquecida**, conhecimento que é o primeiro passo para o encontro com a nossa identidade. Nós, indígenas colombianos, com toda a raiva que acumulamos ao longo de centenas de anos, rejeitamos a “celebração”, **que se pretende fazer em 1992, da grande epopeia etnocida do Ocidente. Vocês, senhores constituintes, têm a oportunidade de saldar essa dívida secular** [com os indígenas]¹⁴ (República de Colombia, 1991b, p. 7, grifo nosso e tradução própria).

Em outro trecho do mesmo pronunciamento na Constituinte, Rojas Birry abordou a resistência contra o etnocídio perpetrado, qualificando a população indígena como “sobrevivente”. Para sobrepujar o histórico de opressão e construir um futuro inclusivo para as pessoas indígenas¹⁵, Rojas Birry defendeu o reconhecimento das singularidades culturais e identitárias de seus povos. Com esse intuito, advogou a

declaração, no texto constitucional, do caráter multiétnico e pluricultural da Colômbia. Escorou seu ponto de vista a partir de um pungente relato histórico e testemunhal:

Sou um dos 600 mil indígenas sobreviventes que ainda vivem neste país. Por trás de minha presença aqui nesta Assembleia, há séculos de dominação, discriminação, expropriação e morte. Desde muito antes que algum Papa nos concedesse o status de seres humanos até os dias de hoje, nossa existência tem sido sinônimo de resistência e anseio pela vida... **Na Colômbia, não haverá justiça enquanto a diferença que carregamos continue a ser afogada sob o manto enganoso da igualdade. Nossa principal aspiração é que a nova Constituição consagre o caráter multiétnico e pluricultural de nosso povo.** [...] Basta trazer diante de vocês o eco da ignomínia com que fomos tratados para provar-lhes a verdade do que afirmei¹⁶ (República de Colombia, 1991b, p. 6, grifo nosso e tradução própria).

Outra das estratégias discursivas utilizadas por Rojas Birry para sustentar o ideal da multiétnicidade e da pluriculturalidade foi um tocante elogio fúnebre.

¹⁴ No original: “De cara a los 500 años de la invasión europea a nuestras tierras, queremos clamar desde aquí para que tome conciencia de esa historia oculta y olvidada, primer paso hacia el encuentro de nuestra identidad. Los indígenas colombianos rechazamos con toda la rabia que durante cientos de años hemos acumulado, la ‘celebración’ que de la gran epopeya etnocida de occidente se quiere hacer en 1992. Ustedes, señores Constituyentes, tienen la oportunidad de saldar esta deuda de siglos”.

¹⁵ Tal era o intento consignado no lema do III Congresso Nacional Indígena colombiano, em junho de 1990: “do esquecimento emergimos para transmitir novas esperanças” (Díaz Uribe, 2021, p. 402, tradução própria). No original: “del olvido surgimos para transmitir nuevas esperanzas”. O encontro fora organizado pela ONIC – associação à qual Rojas Birry era filiado.

¹⁶ No original: “Soy uno de los 600 mil indios sobrevivientes que aun habitamos en este país. Detrás de mi presencia aquí han corrido siglos de dominación, discriminación, despojo y muerte. Desde antes de que algún Papa nos concediera la calidad de seres humanos hasta hoy nuestra existencia ha sido sinónimo de Resistencia y anhelo de vida... En Colombia no habrá justicia mientras se siga ahogando bajo el manto engañoso de la igualdad la diferencia de la cual somos portadores. Nuestra principal aspiración es que la nueva constitución consagre el carácter multiétnico y pluricultural de nuestro pueblo. [...] Basta traer ante ustedes el eco de la ignominia con que hemos sido tratados para probarles la verdad de lo afirmado”.

O constituinte rememorou duas figuras de proa das populações indígenas e afrodescendentes da Colômbia, que tinham sido assassinadas havia pouco tempo:

Gostaria de começar este discurso lembrando aqueles que foram vítimas da intolerância e do desejo de construir uma pátria mais justa. Lembro-me do **sacerdote indígena Alvaro Ulcue Chocue e do líder negro Eulides Blandon, recentemente falecido, conhecido por todos como Kunta Kinte**. Como eles, Bernardo Jaramillo, Carlos Pizarro, Luis Carlos Galán e tantos outros também foram sacrificados. **Em memória de todos eles** e dos milhares de mortos anônimos que, como fantasmas, nos assombram, estas palavras de **Padre Alvaro**: “Eles podem matar o corpo, mas nunca conseguirão matar as ideias”¹⁷ (República de Colombia, 1991b, p. 6, grifo nosso e tradução própria).

Com essa rememoração, Rojas Birry colocava em pé de igualdade políticos brancos de partidos influentes – como Galán – e líderes de comunidades negras e indígenas, pobres e marginalizadas na sociedade colombiana. Tanto uns como outros haviam sido recentemente vítimas de homicídio em casos de clara violência política, mas apenas as mortes das lideranças partidárias causaram

comoção midiática massiva e luto nacional. Ao fazer questão de lembrar, honrar e louvar Alvaro Ulcue Chocue/Padre Alvaro e Eulides Blandon/Kunta Kinte, Rojas Birry subverteu essa hierarquia.

Aliás, a própria forma como se referiu a esses dois indivíduos foi notável. Identificou-os, primeiramente, por seus nomes e sobrenomes civis oficiais, reconhecidos pelo Estado. Todavia, na sequência, também os chamou pelo modo com que eram reconhecidos por seus pares. Designá-los de tal maneira pode ser entendido como um ato de afirmação, pertença e orgulho desses grupos sociais, reforçando a demanda do reconhecimento da multiculturalidade e da pluriethnicidade do país andino. Ressalte-se que esse gesto foi feito em uma Constituinte, epicentro da edificação da institucionalidade política e jurídica de uma nação. Se nações podem ser entendidas como “comunidades imaginadas”, tal qual sugeriu Benedict Anderson (2008), Rojas Birry reimaginava radicalmente a comunidade nacional colombiana (Castillo Gómez, 2006, p. 8).

Outro constituinte indígena, Lorenzo Muelas Hurtado (Autoridades Indígenas de Colombia – AICO), também fez uma apologia ao “direito à diferença” dos povos originários. Em um dos discursos mais emblemáticos da Assembleia colombiana de 1991, Muelas Hurtado lançou mão de um interessante recurso retórico para atestar a diversidade étnica e cultural da Colômbia. Era mais um chamado para se reimaginar o país:

Dentro desse panorama, nós, indígenas, não apenas enfrentamos as mesmas mazelas que os colombianos, mas também sofremos discriminação por sermos

¹⁷ No original: “Quiero iniciar esta intervención evocando a quienes han caído víctimas de la intolerancia y del deseo de construir una patria más justa. Viene a mi memoria el recuerdo del sacerdote indígena Alvaro Ulcue Chocue y del recientemente desaparecido líder negro, Eulides Blandon, conocido por todos como Kunta Kinte. Como ellos, también fueron sacrificados Bernardo Jaramillo, Carlos Pizarro, Luis Carlos Galán y tantos otros. En memoria de todos ellos y de los miles de muertos anónimos que, como fantasmas nos rondan, estas palabras del Padre Alvaro: “Podrán matar el cuerpo pero a las ideas jamás podrán matarlas”.

diferentes dos outros, por falarmos de forma diferente, pensarmos de forma diferente, sentirmos de forma diferente, agirmos de forma diferente. [...] **Moype namuy wantrawa waminchap, ñimuy na maya nukucha wamindamoirun truy wam mana mersrage truguri napa y ñimpa pegueleguinnatan.** Aqui e agora falei em meu idioma. Eu poderia continuar a falar longamente, mas os senhores não me entenderiam. **Se não me entenderam, se não entenderam o que eu disse, isso prova que somos diferentes. Mas estou falando apenas em guambiano, quando aqui os senhores deveriam estar ouvindo dezenas de idiomas, mais de 60, dezenas de pensamentos e formas de ver o mundo, diferentes das seus, mastambém diferentes das minhas.** Porque isso é a Colômbia, em toda a diversidade e riqueza humana que os senhores ignoraram e talvez ainda haja alguns que queiram continuar ignorando nossa existência¹⁸ (República de Colombia, 1991c, p. 13, grifo nosso e tradução própria).

¹⁸ No original: “Dentro de este panorama estamos los indígenas que no sólo afrontamos las mismas plagas de los colombianos sino que además sufrimos la discriminación por ser distintos a los demás, porque hablamos diferente, pensamos diferente, sentimos diferente, actuamos diferente. [...] Moype namuy wantrawa waminchap, ñimuy na maya nukucha wamindamoirun truy wam mana mersrage truguri napa y ñimpa pegueleguinnatan. Aquí y ahora hablé con ustedes en mi lengua. Podría seguir hablando muy largo, pero ustedes no me entenderían. Si ustedes no me han entendido, si no me han comprendido lo que dije, eso prueba que somos diferentes. Pero estoy expresando solamente en guambiano, cuando aquí deberían estar oyéndose decenas de lenguas, más de 60, decenas de pensamientos y formas de ver el mundo, diferentes a la de ustedes, pero también diferentes a la mía. Porque eso es Colombia, en la diversidad de riqueza humana que han ignorado y quizás hay algunos que quieren seguir el mismo camino de desconocimiento de nuestra existencia”.

Muelas não se restringiu à pauta do reconhecimento da multiétnicidade e da pluriculturalidade na Constituição. Ciente das particularidades jurídicas das normas principiológicas, mais abertas, e das normas na modalidade de regra, mais taxativas, (Ávila, 2018, p. 55), o constituinte da etnia Misak – ou guambiana – asseverou que

Não basta proclamar que a Colômbia é um país multiétnico e pluricultural: os direitos dos povos indígenas e das minorias étnicas precisam estar textualmente consagrados no texto da Constituição. **Depois de 500 anos de desconhecimento [do Estado em relação aos indígenas], não podemos nos submeter ao capricho interpretativo de futuros legisladores**¹⁹ (República de Colombia, 1991c, p. 13, grifo nosso e tradução própria).

A reivindicação de Muelas Hurtado foi bem-sucedida na Assembleia Constituinte. O artigo 329 do texto constitucional colombiano garantiu explicitamente a inalienabilidade dos *resguardos* indígenas e a titulação de sua propriedade pelas próprias comunidades (República de Colombia, 1991g). De modo ainda mais proeminente, a Constituição previu nos artigos 246 e 171 a existência de uma jurisdição especial dos povos originários, bem como a reserva de vagas para representantes indígenas no Senado da Colômbia (Ibidem).

¹⁹ No original: “no basta proclamar que Colombia es un país multiétnico y pluricultural: es necesario que los derechos de los pueblos indios de las minorías étnicas queden taxativamente plasmados en el texto de la Constitución. Después de 500 años de desconocimiento no podemos someternos al capricho interpretativo de posteriores legisladores”.

Tal como os direitos das mulheres, as prerrogativas dos povos indígenas abarcadas na Constituição colombiana de 1991 foram consequência de diversas articulações na seara da sociedade civil durante a Assembleia e nos anos anteriores a ela (Caviedes, 2013, p. 10-11). Além de alianças locais, dinâmicas transnacionais também propiciaram o robustecimento do movimento indígena colombiano entre as décadas de 1980 e 1990.

Entre esses fatores, ligados a um “multiculturalismo jurídico” (Santamaría Chavarro, 2013, p. 115), estiveram: 1. a formação de redes transnacionais de ativistas pelos direitos humanos e pelo meio ambiente; 2. a adoção do Convênio 169 (1989) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconheceu as coletividades dos povos indígenas como sujeitos de direito com autodeterminação, de forma a serem consultadas previamente pelos Estados em decisões que as afetassem²⁰; e 3. a destinação de recursos de organismos financeiros, como o Banco Mundial, e organizações não-governamentais do denominado “Norte global” para estudos e projetos envolvendo comunidades indígenas na América Latina (Lemaitre Ripoll, 2009, p. 325-327).

Naquela conjuntura, os representantes dos povos indígenas possuíam um conjunto de trunfos no jogo político colombiano²¹. Sua participação também era

importante na medida em que, sob a ótica das populações urbanas brancas e mestiças, o apoio à atuação dos constituintes dos povos originários representava “uma crítica e uma penalização do sistema político tradicional. [...] A presença indígena contribuiu para legitimar a realização da ANC [Assembleia Nacional Constituinte]”²² (Díaz Uribe, 2021, p. 408, tradução própria).

Esse papel estimulou alianças frutíferas com alguns constituintes não indígenas, como Orlando Fals-Borda (ADM-19) (Santamaría Chavarro, 2013, p. 89). Mesmo assim, Muelas Hurtado relatou que houve tentativas, nos últimos dias da Assembleia, de reverter muitos dos direitos indígenas anteriormente aprovados no órgão. Essas manobras foram denunciadas pelo

a colonização espanhola, subvertendo hierarquias políticas tradicionais: “Essa relação com as autoridades espanholas lhes impôs um capital social que foi reconvertido, ao longo das gerações, em um pertencimento étnico que implicaria dominação e segregação, mas que na década de 1960 permitiria uma subversão do estigma e o advento de um capital étnico positivo. No contexto da Assembleia Constituinte, e a partir da década de 1980, esse capital étnico (positivo) tornou-se muito importante no campo político, no contexto dos direitos especiais reconhecidos aos povos indígenas pela Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (Santamaría Chavarro, 2013, p. 89). No original: “*Esta relación con las autoridades españolas les otorgó un capital social, el cual se reconvirtió, a lo largo de las generaciones, en una pertenencia étnica que implicaría dominación y segregación, pero que en los años sesenta del siglo XX permitiría una subversión del estigma, y la emergencia de un capital étnico positivo. El capital étnico (positivo) en el marco de la Constituyente, y ya desde los años ochenta, se vuelve muy importante en el campo político, en el marco de los derechos especiales reconocidos a los pueblos indígenas por el Convenio 169 de 1989 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT)*”.

²² No original: “*una crítica y sanción al sistema político tradicional. [...] [L]a presencia indígena contribuyó a legitimar la consecución de la ANC*”.

²⁰ O Convênio 169 da OIT também reconheceu as comunidades indígenas como titulares do direito a uma identidade cultural e a um sistema jurídico próprios.

²¹ Santamaría Chavarro afirma que os movimentos de indígenas na Constituinte de 1991 resignificaram o estatuto étnico que lhes havia sido atribuído desde

constituinte e acabaram derrotadas (Ibidem, p. 111). Foi a duras penas que a Assembleia Constituinte colombiana trouxe direitos preciosos para os indígenas.

Considerações finais – Colômbia, 1991: uma Constituinte e uma Constituição marcadas pela especificação dos sujeitos de direito

Na versão apresentada à Comissão Quinta da Constituinte de 1991, o relatório de exposição de motivos da proposta de catálogo de direitos da família, da criança, do jovem, da mulher e da terceira idade teceu uma arguta consideração sobre a bandeira da especificação de direitos naquela Assembleia:

O país mostrou que queria ver refletida na Constituição a população colombiana em seu conjunto **mas também separadamente** [isto é, em seus diversos grupos sociais]. O fato de a Constituição em vigor desde 1886 não mencionar nenhum desses cinco direitos e de eles terem sido contemplados apenas tangencialmente pelas reformas constitucionais nestes 105 anos talvez tenha sido o que agora incentivou a nação a tentar estabelecer os **direitos e deveres específicos** das pessoas que formam o núcleo fundamental da sociedade. **A Constituição que nos rege trata dos direitos de algumas pessoas em abstrato**, mas o que os cidadãos expressaram nas Mesas e Comissões desta Assembleia Constituinte **foi seu desejo de consagrar questões essenciais para os colombianos nas diferentes etapas de suas vidas, compartilhar atenção aos direitos específicos das pessoas em maior vulnerabilidade**, posição com a qual

a Subcomissão está totalmente de acordo²³ (República de Colombia, 1991d, p. 2, grifo nosso e tradução própria).

O trecho expressou o entendimento de que, sob o manto de pretensão universalismo, ordenamentos constitucionais – como o colombiano de 1886 – podem resultar discriminatórios, uma vez que seriam incapazes de titular direitos a inúmeros sujeitos. Por não se dedicar a disciplinar direitos de sujeitos como mulheres, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, o Direito Constitucional colombiano fundado no texto de 1886 privilegiava, ao revés, aqueles não pertencentes a esses grupos sociais. Ou seja, homens adultos e sem deficiência, perfil da maior parte dos ocupantes dos postos de poder – seja do âmbito público, seja do privado – na Colômbia de 1991 e ainda hoje na imensa maioria dos países. Constatação análoga se aplica ao silêncio da Constituição de 1886 sobre pessoas indígenas e negras. Essa omissão se deveu ao enraizamento da hegemonia das oligarquias *bipartidistas* – de políticos brancos ou mestiços –, bem como à persistência das suas concepções racistas e etnocêntricas (Arias Trujillo, 2017, p. 254).

²³ No original: “El país demostró que quería ver reflejado en la Constitución al grupo humano en su conjunto y también separadamente. El hecho que de la Constitución vigente desde 1886 no mencione ninguno de estos cinco derechos y que ellos apenas tangencialmente fueran tratados en las reformas durante los 105 años, tal vez incentivó a la Nación a busca que ahora sí se definan los derechos y deberes específicos de las personas que componen el núcleo fundamental de la sociedad. La Constitución que nos rige trata sobre los derechos de algunas de las personas en abstracto, y lo que la ciudadanía expresó en estas Mesas y Comisiones fue su deseo de que se consagren los asuntos esenciales que tienen que ver con el colombiano durante las diferentes etapas de su vida, concretamente los derechos específicos de los más vulnerables, con lo cual la Subcomisión está totalmente de acuerdo”.

Movimentos sociais fizeram da Assembleia Constituinte de 1991 uma arena para pelejar contra esse estado de coisas. Lutou-se pela especificação do sujeito de direitos, com vistas a materializar maior inclusão social de atores políticos como mulheres, indígenas e afro-colombianos. Essas iniciativas estavam conectadas a uma série de ideais e militâncias que, desde a década de 1970, giraram em torno da noção de direitos humanos e da defesa da expansão de direitos.

As batalhas feministas na Assembleia Constituinte de 1991 também abarcaram a especificação de sujeitos em condições especiais dentro do conjunto de mulheres, como gestantes, lactantes e mães de famílias monoparentais. Essas mobilizações foram imbuídas de pleitos por um reconhecimento sociocultural, sem abandonar, contudo, demandas redistributivas relacionadas à materialidade²⁴. É o que também se nota, igualmente, no exemplo da campanha pelo direito à terra de comunidades indígenas: não se tratava apenas da defesa de seus lugares de pertencimento e ancestralidade, mas também de seus espaços básicos de moradia, subsistência e produção econômica.

Tais disputas importam à luz da reflexão sobre o Direito. Como demonstram os ativismos de mulheres e pessoas indígenas

na Constituinte de 1991, a produção do ordenamento jurídico é moldada por pressões e programas políticos. Os movimentos sociais citados, vislumbrando na extensão de seus direitos uma possibilidade de melhor inserção social, brigaram por certas **utopias institucionais**, “que articulam projetos de transformação social sob a forma de um redesenho das normas que regulam e determinam a vida em sociedade” (Rodriguez, 2019, p. 17). Entre essas utopias, estiveram a titulação coletiva do direito à terra de comunidades de povos originários, o reconhecimento do caráter multiétnico da Colômbia, a representação indígena no Senado, a licença-maternidade e o fomento à participação feminina na administração pública.

Por fim, uma ressalva. Reconhecer o empenho e o êxito de grupos historicamente marginalizados no processo político da especificação de seus direitos não implica uma apologia inequívoca dessa tática ou estratégia de luta social. A opção pela via jurídico-institucional oferece tanto potencialidades como limites. Esse caminho pode, por exemplo, dificultar a concretização de horizontes radicalmente anti-institucionais e anticapitalistas. A própria noção de sujeito de direitos é objeto de profunda crítica por parte de filósofos e juristas marxistas, como Evgeni Pachukanis. O soviético reputou a forma jurídica calcada no sujeito de direitos como capitalista e alienante, dado que reproduziria a lógica das relações de troca, presidida pela forma mercadoria (Pachukanis, 2017, p. 141-150). Para essa perspectiva teórica, a especificação do sujeito de direitos se apresenta menos sedutora. Mais: é tida como problemática.

Também se deve registrar que, evidentemente, nem todas as demandas de mulheres e indígenas foram triunfantes na Constituinte

²⁴ Axel Honneth (2007, p. 91-93, grifo nosso) observa que “[a]ssim como **é impossível reduzir os movimentos de hoje inspirados por uma ‘política da identidade’ a objetivos culturais justos**, os movimentos tradicionais da resistência do final do século XIX e início do século XX também não podem ser reduzidos a meras demandas materiais ou legais. [...] [A luta por reconhecimento] representa um conflito por parte da hierarquia institucionalizada sobre valores que governam quais grupos sociais, com base no seu status e sua estima, possuem direitos legítimos para uma quantidade específica de bens materiais”.

colombiana. A militância indígena não logrou obter a reserva de assentos no Senado para comunidades afro-colombianas, com as quais Rojas Birry tinha uma forte aliança (Francisco, 2021, p. 102). Tampouco os movimentos de mulheres conseguiram legalizar o aborto de gestação, pauta que lhes era cara. A materialização dos próprios direitos constitucionais conquistados enfrentaria obstáculos econômicos e políticos após a promulgação do texto constitucional, em razão das disputas sociais subjacentes à aplicação do Direito Positivo. Da mesma maneira, a consagração de reformas econômicas liberalizantes – alinhadas ao “Consenso de Washington” – na Carta Magna de 1991 desagradou progressistas, incluindo considerável fração dos movimentos indígenas e de mulheres (Jiménez Martín, 2006, p. 155).

De todo modo, o engajamento desses grupos sociais não pode ser minimizado. Desprezá-lo seria incidir no mesmo apagamento que lhes impuseram uma antiga historiografia eurocêntrica e um Direito por séculos racista e patriarcal. As movimentações políticas de mulheres e indígenas na época da Assembleia de 1991 foram um fenômeno histórico de inegável magnitude. A atuação desses movimentos dentro e fora da Constituinte colombiana ilustra o fato de que o estabelecimento de direitos deve ser entendido não como mera concessão das elites políticas, mas como fruto dos esforços de sujeitos históricos plurais que tensionam a gênese da ordem jurídica (Rizzi, 2016, p. 489-490). Em outras palavras, o processo histórico estudado neste artigo corrobora a abordagem teórica de que “o direito deve ser entendido não como um quadro de referência [abstrato e ideal], mas como uma oportunidade política”²⁵ concreta,

dotada de limites e de potencialidades, como defende a jurista colombiana Julieta Lemaitre Ripoll (2009, p. 359, tradução própria). Bem o souberam Rojas Birry, Muelas Hurtado, Aída Avella Esquivel e as mães de famílias monoparentais que aproveitaram a oportunidade da Constituinte e se fizeram ouvir em 1991. ■

[JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA CAMASSA]

Bacharel, licenciado e mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde também desenvolve doutorado em História Social e cursa a graduação em Direito.
E-mail: jbento14@gmail.com

²⁵ No original: “el derecho sea considerado no como un marco de referencia sino como una oportunidad política”.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIAS TRUJILLO, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura: Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CASTILLO GÓMEZ, Juan Carlos. **El Estado-nación pluriétnico y multicultural colombiano**: la lucha por el territorio en la reimaginación de la nación y la reivindicación de la identidad étnica de negros e indígenas. 2006. Tese (Doutorado em Estudios Iberoamericanos) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2006.

CAVIEDES, Mauricio. O discurso político do movimento indígena da Colômbia entre 1982 e 1996. **Convergência Crítica**, Niterói, n. 4, p. 1-15, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989.

DIAZ URIBE, Mauricio Alejandro. Performatividad política y cultural: El movimiento indígena colombiano y su participación en la Asamblea Nacional Constituyente de 1990. **Jangwa Pana**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 398-417, 2021.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. O continente da blanquedad e a ascensão dos sujeitos negros no Brasil e na Colômbia. In: PRADO, Maria Ligia (org.). **Utopias latino-americanas**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 87-105.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Post-Socialist” Age. **New Left Review**, London, n. 1/212, p. 68-93, 1995.

GARZA PLACENCIA, Jacqueline. Actores y redes del movimiento por los derechos humanos en América Latina. **Boletín De Antropología**, [s. l.], v. 32, n. 53, p. 158-179, 2017.

GINSBURG, Tom; HALLIDAY, Terence; SHAFFER, Gregory (ed.). **Constitution-Making and Transnational Legal Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GONZÁLEZ GARCÍA, Mónica. “No hay democracia sin feminismo”: Julieta Kirkwood, teoría y docencia feminista para un nuevo contrato social en Chile. **Interterritórios Revista de Educação**, Caruaru, v. 4, n. 6, p. 93-107, 2018.

GUIARTE, Guillermo L. El nombre de Colombia. **Anuario de Letras. Lingüística y Filología**, [s. l.], v. 35, p. 237-251, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRSCHL, Ran. **Towards Juristocracy**: the origins and consequences of the new constitutionalism. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na orden moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

JIMÉNEZ MARTÍN, Carolina. Momentos, escenarios y sujetos de la producción constituyente. Aproximaciones críticas al proceso constitucional de los noventa. **Análisis Político**, Bogotá, n. 58, p. 132-156, 2006.

LAROSA, Michael J.; MEJÍA, Germán R. **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. Bogotá: Ministerio de Cultura, Pontificia Universidad Javeriana, Universidad del Rosario, 2014.

LEMAITRE RIPOLL, Julieta. **El derecho como conjuro**: fetichismo legal, violencia y movimientos sociales. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2009.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. **Íconos**. Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 45, p. 91-107, 2013.

MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão**: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOYN, Samuel. **The last utopia**: human rights in history. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)**. São Paulo: Sundermann, 2017.

PALACIOS, Marco. **Violencia pública en Colombia, 1958-2010**. Bogotá: FCE, 2012.

PASCHEL, Tianna S. **Becoming black political subjects**: movements and ethno-racial rights in Colombia and Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2016.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Constitución Política de la República de Colombia de 1886**. Bogotá: Colombia, 1886. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=7153>. Acesso em: 15 set. 2024.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Gaceta constitucional**, Bogotá, n. 1, 5 feb. 1991a.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Gaceta constitucional**, Bogotá, n. 18, 8 mar. 1991b.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Gaceta constitucional**, Bogotá, n. 19, 11 mar. 1991c.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Gaceta constitucional**, Bogotá, n. 52, 17 abr. 1991d.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Gaceta constitucional**, Bogotá, n. 85, 29 mayo 1991e.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente. **Informe de la sesión de la Comisión Quinta del día 10 de mayo de 1991**. Bogotá: Presidencia de la República, Centro de Información y Sistemas para la preparación de la Asamblea Nacional Constituyente, 1991f.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Constitución Política de la República de Colombia. 1991**. Bogotá: Colombia, 1991g. Disponível em: <http://www.secretariassenado.gov.co/constitucion-politica>. Acesso em 15 set. 2024.

RIZZI, Ester Gammardella. **Revolução mexicana**: o direito em tempos de transformação social. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Direito das lutas**: democracia, diversidade, multinormatividade. São Paulo: Liber Ars, 2019.

RUIZ MANOTAS, Paola Margarita. **El divorcio en Colombia y su relación con el posicionamiento social de la mujer**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidad del Norte, Barranquilla, 2017.

SANTAMARÍA CHAVARRO, Ángela. Lorenzo Muelas y el constitucionalismo indígena “desde abajo”: una retrospectiva crítica sobre el proceso constituyente de 1991. **Colombia Internacional**, [s. l.], v. 79, p. 77-120, 2013.

TORRES FORERO, César Augusto. **De las aulas a las urnas**. La Universidad del Rosario, la Séptima Papeleta y la Constituyente de 1991. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **A democracia e as armas** – a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VILLAREAL MÉNDEZ, Norma. Movimientos de mujeres y participación política en Colombia, 1930-1991. In: LUNA, Lola G.; VILLAREAL MÉNDEZ, Norma (org.). **Historia, género y política movimientos de mujeres y participación política en Colombia, 1930-1991**. Barcelona: Edición del Seminario interdisciplinar Mujeres y Sociedad – Universidad de Barcelona, 1994.

WILLS OBREGÓN, Maria Emma. Cincuenta años del sufragio femenino en Colombia 1954: Por la conquista del voto 2004: Por la ampliación de la ciudadanía de las mujeres. **Análisis Político**, Bogotá, v. 18, n. 53, p. 39-57, jan. 2005.

ZAPATER, Maíra Cardoso. **A constituição do sujeito de Direito “mulher” no Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZULUAGA GIL, Ricardo (org.). **De la expectativa al desconcierto**: el proceso constituyente de 1991 visto por sus protagonistas. Medellín: Academia Antioqueña de Historia, 2017.

A POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS

[DOSSIÊ]

Andrea Alves Pinto

Universidade Federal do ABC

Roberto da Silva

Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Ao longo dos anos a política de segurança no Brasil vem encarcerando maior número de pessoas negras, tornando as prisões um espaço destinado a um perfil populacional cada vez mais homogêneo. Para além das condições que levam pretos e pardos serem mais presos do que outras etnias, este artigo pretende identificar o acesso das pessoas negras ao direito à educação no cárcere. Nesse espaço, a educação enfrenta muitos desafios: a quantidade insuficiente de vagas oferecidas, as decisões políticas de governos, as gestões prisionais e até a própria sociedade que compreende a educação nas prisões como um privilégio (ainda que seja um direito que independe da condição de privação de liberdade do sujeito). Por meio das respostas apresentadas no questionário aplicado aos professores que atuam com educandos presos, este artigo revela os fatores que condicionam a seleção, matrícula e ocupação das vagas oferecidas nas escolas das unidades prisionais de Franco da Rocha – SP.

Palavras-chave: Racismo. Acesso à educação. Sistema prisional.

Over the years, security policies in Brazil have been incarcerating more Black people, making prisons a place for an increasingly homogeneous population profile. In addition to the conditions that lead Black and Brown people to be imprisoned more than other ethnic groups, this study aims to identify Black people's access to the right to education in prison. Education faces many challenges in this space: the insufficient number of offered places, the political decisions of governments, prison management, and even society itself, which understands education in prisons as a privilege (even though this right is independent of subjects' condition of deprivation of liberty). By the answers given to the questionnaire that was applied to teachers who work with prisoners, this study shows the factors that condition the selection, enrollment, and occupation of the places offered in the schools in the prison units of Franco da Rocha – SP.

Keywords: Racism. Access to education. Prison system.

A lo largo de los años, las políticas de seguridad en Brasil han ido encarcerando a un mayor número de personas negras, contribuyendo a que las prisiones se conviertan en un espacio para un perfil de población cada vez más homogéneo. Además de las condiciones que llevan a los negros y pardos a ser encarcerados más que otros grupos étnicos, este artículo pretende identificar el acceso de los negros al derecho a la educación en prisión. En este espacio, la educación enfrenta muchos desafíos: el número insuficiente de plazas ofertadas, las decisiones políticas de los gobiernos, de la administración

penitenciária e incluso de la propia sociedad, que entiende la educación en las prisiones como un privilegio (aunque sea un derecho independiente de la condición de privación de libertad del sujeto). A través de las respuestas presentadas en el cuestionario aplicado a los profesores que trabajan con presos, este artículo revela los factores que condicionan la selección, matriculación y ocupación de las plazas ofrecidas en las escuelas de las unidades penitenciarias de Franco da Rocha – SP.

Palabras-clave: Racismo. Acceso a la educación. Sistema penitenciário.

Introdução

Em junho de 2021, o Brasil atingiu a marca de 820.689 pessoas privadas de liberdade, de acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021). Atualmente, temos a terceira maior população carcerária do mundo, sendo duas pessoas negras(os) a cada três presos, o que representa mais de 500 mil pessoas do total de encarcerados no país. O racismo, os sistemas de segurança e justiça vêm caminhando em profunda conexão, sendo este um equipamento que favorece as desigualdades, as hierarquizações, a manutenção do racismo, e que fomenta uma política de genocídio contra a população negra no país.

A vivência de grupos e/ou movimentos sociais que adentram ao cárcere lhes permitem estar próximos de uma realidade que muitas vezes não é vista pela sociedade como um todo; a Pastoral Carcerária¹ é um desses movimentos. Caracterizada como uma pastoral social vinculada à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), tem como finalidade (para além da evangelização) zelar pela dignidade humana no sistema prisional e, ainda, estar junto e/ou à frente de pesquisas acadêmico-sociais que levem às melhorias das práticas de atendimento dos

seus agentes² e ao levantamento de dados que possibilitem intervenções, construção de políticas públicas e a garantia dos direitos humanos às pessoas encarceradas.

Foi por meio do vínculo com o trabalho pastoral que se despertou o interesse nesta pesquisa, especificamente no campo da Pedagogia Social, que na práxis da Educação Social encontra no universo prisional um valioso campo de conhecimento. O procedimento específico de investigação adotado neste trabalho foi o questionário, aplicado aos professores que atuam com educandos presos nas escolas das unidades prisionais, durante o horário de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC)³ realizado na escola vinculadora⁴ “E.E. Professor Domingos Cambiaghui” em Franco da Rocha, SP. Utilizamos o método dialético, com meios técnicos de investigação observacionais e estatísticos para a construção de uma pesquisa exploratória,

1 A Pastoral Carcerária é uma ação social e evangelizadora vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem por objetivo atender ao direito da pessoa presa ao atendimento religioso, bem como zelar pelos direitos e pela dignidade humana no sistema prisional.

2 O agente pastoral é um trabalhador voluntário que recebe formação para: auxiliar no desenvolvimento da cidadania das pessoas presas, familiares e egressos do sistema prisional; evangelizar e promover estudos bíblicos; trabalhar em defesa da garantia dos Direitos Humanos; em situações conflituosas, propor medidas de diálogo e conciliação às partes; na sociedade, atua para o aperfeiçoamento das condições do sistema prisional e na articulação de oportunidades de inserção social aos egressos; e se relaciona com outros órgãos e movimentos sociais na motivação da criação de políticas públicas.

3 ATPC é a Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo, que reúne coordenadores e professores para planejamento de aulas, discussão, análise, proposições e soluções com o objetivo de melhor atender às necessidades educacionais apresentadas na escola.

4 Resolução Conjunta SE-SJDC de 10/01/2017. Organizou o atendimento na educação, através da Unidade Escolar Vinculadora. Indicadas pela Diretoria de Ensino, sendo responsáveis pela efetivação dos registros escolares, pelo atendimento e acompanhamento pedagógico do trabalho desenvolvido nas unidades (Brasil, 2017).

com fontes de natureza bibliográfica, documental e de campo. “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (Gil, 1989, p. 14).

Considerando que ao ser ou estar preso o indivíduo se encontra na tutela do Estado, sob a condição de grave vulnerabilidade, e isto muitas vezes significa o apagamento da sua vida social no cárcere, e (inclusive) ao sair da prisão, este artigo busca compreender quais são os fatores que condicionam o acesso ao direito à educação no cárcere, de forma a responder a seguinte questão: como se dão as práticas de seleção, matrícula e ocupação das vagas nas escolas prisionais?

Desse modo, esta investigação, a partir de relato e experiências dos professores, teve como objetivo geral verificar se há e quais são as dificuldades no acesso às escolas no sistema prisional, bem como o objetivo específico de identificar se o fator racial interfere (e de que forma) no acesso ao direito à educação no cárcere. A análise das respostas dadas pelos professores revela o “lugar” que as pessoas negras (pretos e pardos) ocupam nas atividades educativas dentro das unidades prisionais, bem como os impactos positivos no acesso à educação na vida das poucas pessoas que estudam de maneira formal na prisão.

Desenvolvimento

Racismo, pobreza e o encarceramento em massa da população negra

De acordo com Silva (2019), a população prisional é formada majoritariamente por jovens, negros, em idade apropriada para estarem no mercado de trabalho, porém com baixa escolarização e sem qualificação profissional. Há um perfil sociocultural e econômico que homogeneiza os cárceres brasileiros e vem aumentando sua população a cada ano por vários motivos, como as precárias políticas de atendimento das pessoas mais pobres e o agravamento das penas punitivas relacionadas à política antidrogas⁵.

Quando falamos em população negra aprisionada, precisamos compreender que são pessoas impactadas pelo racismo no país, e que muito antes de adentrarem ao cárcere, já sofreram em sua maioria discriminação e/ou preconceito por causa da sua raça/cor, pois o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (Almeida, 2019, p. 22).

Dentro da unidade prisional as relações étnico-raciais são enviesadas por outro marcador, a instituição. Segundo

⁵ Em 2006, foi aprovada a Lei n. 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a política sobre drogas vigente.

Almeida (2019), há três concepções de racismo⁶: “individualista”, que seria uma forma patológica de conceber o racismo; “institucional”; e “estrutural”. Nas unidades prisionais, as pessoas presas e “não brancas”⁷ são possivelmente atingidas pelas três classificações.

A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia (Almeida, 2019, p. 24).

Além de fundante do sistema sociopolítico brasileiro, o racismo liga-se ao sistema capitalista de modo a converter em pobreza a população negra no país e submetê-la a condições de profunda adversidades.

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo – o racismo estrutural distinto do institucional e do individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que

se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural (Oliveira, 2021, p. 66).

Segundo Borges (2019, p. 33), “os sistemas punitivos têm em sua constituição, uma ideologia hegemônica e absolutamente ligada à sustentação de determinados grupos sociais em detrimento de outros”. O sistema carcerário compõe o sistema de justiça criminal, e nesse sentido, as mazelas desse sistema são atribuídas racialmente aos corpos de pessoas negras. De modo geral é uma realidade que dificulta a vida social de pessoas negras, ao mesmo tempo que as tornam mais vulneráveis à criminalidade e consequentemente ao cárcere.

Há mais de 500 anos o racismo acompanha o desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo importante compreendê-lo como uma ideologia que funda e transcende as transformações históricas, atravessando as instituições e as relações sociais. Mas é no universo carcerário que se aprofunda seus efeitos desumanizadores. “O sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo essa opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação” (Borges, 2019, p. 33).

Dados do censo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2014, apontam para “cor-raça” predominante no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, e revela onde e como encontramos negros e brancos:

- 84,5% dos juízes, desembargadores e ministros do Judiciário são brancos, 15,4% negros, e 0,1% indígenas; [...]
- 69,1% dos servidores do Judiciário são brancos, 28,8% são negros, 1,9% amarelos; [...]

⁶ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

⁷ Todas as etnias consideradas de cor-raça não negras e não pardas seriam principalmente as pessoas de origem europeia e de cor-raça branca.

- 67% da população prisional é negra (tanto entre homens quanto entre mulheres) (Borges, 2019, p. 58).

Para além de observarmos a homogeneidade a respeito da população negra encarcerada, Amaral e Vargas (2019, p. 115), indicam a relação cor-raça com a pobreza no país – os negros são pobres porque são negros, ou seja, existe uma relação entre a desigualdade social e o racismo no Brasil: “a ideia de que a concentração de renda em nada tem a ver com a cor da pele é mais um recurso discursivo, que converge com a ilusão da harmonia entre as raças”.

Reconhecemos que há grupos minorizados⁸ dentro do sistema prisional. Essa problemática torna-se relevante e tema central desta investigação, principalmente para que tenhamos um olhar diferenciado no campo da educação no cárcere (entre outros), o qual acaba por reproduzir a exclusão que esses grupos, em especial, as pessoas negras, vêm sendo submetidos desde sua infância.

É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado ao seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo

próximo a imposição psicológica através do medo (Gonzalez, 2022, p. 22).

Segundo Marques (2021, p. 18), “O reconhecimento dos sujeitos de direitos faz emergir a necessidade de uma nova perspectiva de educação, faz-se necessário criar fissuras na escola que é o lócus de reprodução de determinadas classes e onde novos sujeitos não estão assistidos”. Há uma ligação profunda entre o racismo que fundou a sociedade brasileira e que se protagoniza nas relações atuais, e uma política de justiça criminal que não somente atua sem considerar as circunstâncias que levam o indivíduo à criminalidade, mas que fomenta o encarceramento da população negra e pobre no país, desconsiderando que essa é a maioria do povo brasileiro.

Desafios e fatores que condicionam a seleção, matrícula e ocupação das vagas nas escolas

A Lei de Execução Penal (LEP)⁹ prevê a educação escolar no sistema prisional; portanto, a educação é dever do Estado e direito consagrado na Constituição Federal. O investimento na educação oferecido às pessoas privadas de liberdade, para além do conhecimento escolar, humaniza, diminui conflitos, promove um ambiente favorável à reinserção na vida social e possibilita antecipar o desencarceramento, pois a lei determina que 12 horas de frequência escolar equivalem a um dia a menos de pena.

⁸ [] De acordo com Sodré (2005), há características básicas de grupos que compõem as minorias sociais e estas tornam grupos vulneráveis socialmente: vulnerabilidade jurídico-social; identidade *in statu nascendi*; luta contra-hegemônica; e estratégias discursivas. Apesar disso, autores como Nildo Viana (2016) consideram que o termo “vulnerabilidade social” é uma “ilusão” sociológica e é utilizado erroneamente pelas ciências humanas. Neste artigo utilizamos o termo de modo a afirmar, segundo Lélia Gonzalez (2022), que a prisão é um dos lugares destinados à população negra e pobre, além dos hospitais psiquiátricos e favelas.

⁹ Lei n. 7.210/1984: institui a LEP, que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (Brasil, 1984).

A grande maioria dos indivíduos presos não tiveram melhores oportunidades ao longo de suas vidas, principalmente a chance de estudar para garantir um futuro melhor. Nesse sentido, o tempo que despenderá atrás das grades pode e deve ser utilizado para lhe garantir estas oportunidades que nunca teve, por meio de estudo e, paralelamente, de trabalho profissionalizante (Novo, 2021, p. 2).

O ensino oferecido a jovens e adultos nas prisões enfrenta muitos desafios estruturais, pois é um espaço de diferentes culturas e classe social, e como já vimos, pessoas das camadas mais pobres. Além das dificuldades socioculturais há questões subjetivas que aproximam ou afastam as pessoas presas da oferta à educação no cárcere, pois “quando ingressam na prisão estão com a autoestima baixa, necessitando de amparo material, psicológico, jurídico, dentre outros” (Oliveira; Araújo, 2013, p. 184).

Apesar de amparados pela lei, as dificuldades de os aprisionados acessarem às matrículas para estudarem fazem com que a educação no sistema prisional não seja priorizada, pois na maioria das vezes só observam a importância dos estudos para a diminuição da pena¹⁰, e não pelo valor do conhecimento adquirido. Dessa forma, o amparo educacional acaba sendo relegado a um segundo plano, vindo a confirmar “que o acesso à educação muitas vezes se dá por ocasião da progressão de regime por meio da remição da pena (Oliveira; Araújo, 2013, p. 184).

¹⁰ Lei n. 12.433, sancionada em 29 de junho de 2011: institui a remição da pena pelo estudo.

Ainda que a LEP normatize a educação no sistema prisional, no Brasil, segundo Lobato et al. (2020), o número de detentos inseridos em atividades educativas é pouco mais de 10% de uma superpopulação de mais de 726 mil presos (à época). Esse talvez seja o maior dos desafios dentro do sistema carcerário, o de garantir vagas nas escolas das unidades para todas as pessoas presas que desejam estudar, quantidade ínfima de vagas diante do aumento contínuo da população prisional.

De acordo com Silva (2019, p. 390), “ao se confrontar os dados de encarceramento com os da baixa escolarização, evidencia-se o predomínio dos negros”, ou seja, a condição de pretos e pobres com pouco ou nenhum acesso à educação se intersecciona no cárcere, onde, pouco conhecedores dos seus direitos, não visualizam a realidade tão comum entre eles próprios. Ainda que, enquanto aprisionado e o seu direito de ir e vir esteja suspenso, outros direitos lhe são conferidos.

Em relação ao acesso à educação, um outro desafio recorrente é que esse direito muitas vezes é visto como um privilégio dentro da prisão, e neste sentido Marques (2021, p. 35) disserta:

Considero que com a atual conjuntura nacional, faz-se premente trabalhos que reafirmem que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de bom comportamento. A educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, independentemente do meio em que se encontram e o caminho

para reintegração e diminuição da vulnerabilidade social.

De acordo com Marques (2021, p. 64), “A educação constitui um dos modos mais significativos pelos quais o Estado e a Sociedade podem promover rompimento de ciclos de repetição de miséria e marginalização”. As adversidades que ocorrem no sistema prisional inviabilizam a práxis da educação enquanto direito. Ainda assim, é dever do Estado o cumprimento da lei, o que visa ressignificar o acesso à educação, tornando-a objeto primordial na promoção da reintegração social e no reconhecimento da cidadania do encarcerado, e não utilizar a atividade educativa apenas como uma maneira de diminuir o tempo ocioso da pessoa presa, como muitas vezes é considerada.

A Educação Social e o acesso ao direito à educação no cárcere

A realização desse trabalho se deu pela intersecção da pesquisadora-aluna do Curso de Especialização Internacional em Pedagogia Social¹¹ com o universo prisional, por meio do seu trabalho como agente da Pastoral Carcerária. Atualmente, a principal atuação política dessa organização é a Agenda Nacional pelo Desencarceramento¹², e que leva em conta as consequências devastadoras na história de vida das pessoas presas. Nesse sentido,

¹¹ Curso de Especialização Internacional em Pedagogia Social, oferecido pela FEUSP (2021-2022), coordenado pelo professor livre-docente Roberto da Silva.

¹² Atualizada em 2016, e assinada por mais de 40 instituições, apresenta um programa com metas claras de desencarceramento para redução imediata e drástica da população prisional. Disponível em: <https://carceraria.org.br/agenda-nacional-pelo-desencarceramento>. Acesso em: 25 maio 2022.

Silva (1997) aponta para o interesse do campo pedagógico nos estudos desta particularidade: “A pedagogia, igualmente, não se interessa pela sistemática de aplicação das penas, pela morfologia do crime nem pela biotipologia criminosa e, muito menos, pelas implicações socioeconômicas, tão recorrentes na justificação da criminalidade (Silva, 1997, p. 183).

Ao compreendermos a dimensão da práxis de “alguns” dos agentes da pastoral carcerária, verificamos que suas atuações seguem muito além de práticas evangelizadoras; devido à sua postura e a suas atitudes no contexto prisional, identificam-se como educadores e pesquisadores sociais: “a presença continuada no interior da prisão, o acesso aos seus espaços e o diálogo com detentos e funcionários possibilitam conhecer certas dinâmicas de funcionamento, bem como traços estruturantes da experiência da punição (Godoi et al., 2020, p. 149).

Quando os agentes levam suas experiências e habilidades para o campo da pesquisa, a posição de educador social e pesquisador se legitima, conferindo-lhe tal identidade:

Temos insistido que ser Educador Social é mais uma atitude, uma postura de vida do que resultado de formação acadêmica propriamente dita. A afirmação se sustenta porque atributos como empatia, equidade, sensibilidade, alteridade, são personalísticos, próprio de cada pessoa e tem a ver com suas experiências de vida, seu olhar sobre o outro e o mundo (Silva; Souza, 2009, p. 192).

A Pedagogia Social, na práxis da Educação Social, encontra no universo

prisional um valioso campo de atuação, quando seus programas e suas ações educacionais são pautados na aplicabilidade desses fundamentos. No cárcere, essas abordagens favorecem a compreensão de que a aprendizagem escolar e a elevação dos níveis de escolaridade auxiliam na boa convivência social e no exercício individual e coletivo da cidadania, bem como no (re)conhecimento dos direitos civis e humanos.

Reconhecemos que o universo prisional possui suas especificidades no que se refere à educação, ainda que consideremos o ensino formal oferecido pelo Estado, e as particularidades dos seus alunos, pois não estamos aqui tratando de alunos “livres” e que escolhem a escola onde irão estudar, muito menos horários e/ou condições. Torna-se, portanto, campo de pesquisa da Pedagogia Social, pois é a ciência que aplica soluções pedagógicas a problemas sociais.

A Pedagogia Social é a disciplina acadêmica que reconhece a educação como parte do processo de desenvolvimento social e não como investimento individual na pessoa. Aborda as questões sociais do ponto de vista pedagógico e não o inverso. A Educação Social, por sua vez, aborda a educabilidade social do sujeito e visa sua preparação para a vida em sociedade (Marques, 2021, p.19).

De acordo com as bases teóricas dialogadas nesta pesquisa, no que tange ao racismo, ao encarceramento em massa de pessoas negras e à educação no sistema prisional, compreendemos que há uma população homogênea preta e parda a qual durante anos vem sendo lançada ao cárcere, e que nesse universo enfrenta todas as adversidades oferecidas pelo sistema, inclusive no

campo da educação. A partir dos conceitos da Pedagogia Social verificamos como os dados desta pesquisa, analisados qualitativamente, revelam os desafios sobre o acesso da população negra à educação no cárcere.

Percurso metodológico

Esta pesquisa foi realizada na E. E. Domingos Cambiaghi, escola vinculadora, que atende os educandos presos das sete unidades prisionais do município de Franco da Rocha – SP. A escola foi pioneira na cidade, inaugurada em 1930, e se vinculou ao sistema prisional no ano de 2013.

Utilizamos o horário de ATPC¹³ para entrevistar 32 professores de diversas especialidades atuantes nas unidades prisionais do município, sendo que a maioria destes lecionavam em mais de uma unidade (no total são 35 o número de professores distribuídos nas escolas prisionais). Os profissionais têm como formação (primeira) as áreas de: Educação Física (2), Pedagogia (6), História (5), Letras (9), Geografia (2), Ciências Biológicas (3), Engenharia Civil (1), Matemática (2), Enfermagem (1) e Economia (1).

A pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário, com 33 perguntas semiestruturadas abertas e fechadas, que foram lidas e dialogadas com os

¹³ Neste trabalho foi combinado com o diretor da Escola E.E. Domingos Cambiaghi que os professores presentes (em comum acordo) utilizariam desse horário para responderem ao questionário de pesquisa.

docentes antes e durante o preenchimento das respostas, com objetivo de esclarecer possíveis dúvidas. O questionário apresentou-se como uma técnica de investigação mais apropriada na busca das informações para esta pesquisa, desse modo, as questões abertas possibilitaram maior liberdade de respostas. No entanto, fizemos uso de um maior número de questões fechadas, porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas (Gil, 1989, p. 123).

De todo modo, levemos em consideração,

Pressupor que uma pergunta tem o mesmo sentido para sujeitos sociais separados pelas diferenças de cultura, associadas à origem de classe, é ignorar que as diferentes linguagens não diferem apenas pela amplitude de seu léxico ou grau de abstração, mas também pelas temáticas e problemáticas que veiculam (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2007, p. 57).

A partir das respostas obtidas no questionário, realizamos a tabulação e a interpretação qualitativa dos resultados. Para nós, do campo da Pedagogia Social, é importante compreender como se desenvolvem os fenômenos sociais, a partir do conhecimento empírico reconhecido na pesquisa, portanto, as respostas dos professores a respeito dos seus alunos (perfil), vinculadas ao campo de atuação (escola prisional).

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volta com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações,

as estruturas e as relações tornam-se significativas (Minayo; Sanches, 1993, p. 244).

Conforme orienta Poupart et al. (2012, p. 216), enquanto argumento metodológico, a entrevista de tipo qualitativo se importa como as “ferramentas de informação” são capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores”. Assim, conhecer a realidade do acesso da população negra à educação nas prisões a partir desses atores – os professores – é para nós, pesquisadores sociais, um nicho importante na construção do conhecimento científico, essencial para pensar e propor futuras pesquisas relacionadas às dinâmicas prisionais que interferem diretamente na garantia de direitos das pessoas aprisionadas.

Resultados e discussão

O público participante desta pesquisa foi em sua maioria mulheres (59%) com idade acima de 40 anos (77%). Quanto à etnia, 69% dos professores se autodeclararam pretos e pardos, 22% brancos e 9% indígenas. Dos entrevistados, 75% nasceram no estado de São Paulo, 42% são casados e 47% possuem em média de dois a três filhos (2,6%).

A partir da informação disponibilizada pela própria escola, a Tabela 1 apresenta a quantidade total de presos no complexo penitenciário de Franco da Rocha, o nível de ensino, e o total de alunos atendidos em cada unidade prisional, no período da realização deste trabalho.

[Tabela 1]
População prisional das unidades de Franco da Rocha e as matrículas atendidas pela escola vinculadora¹⁴

Unidades Prisionais	População Prisional	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total de alunos / Unidade
PI	1654 (172 PRSA)	20 alunos	125 alunos	75 alunos	220 alunos
PII	1179 (300 PRSA)	30 alunos	105 alunos	70 alunos	205 alunos
PIII	1153	0 alunos	100 alunos	50 alunos	150 alunos
CDP	683	20 alunos	40 alunos	20 alunos	80 alunos
CPP	2299	20 alunos	50 alunos	25 alunos	95 alunos
HCTP I	434	40 alunos	50 alunos	50 alunos	140 alunos
HCTP II	188	20 alunos	20 alunos	0 alunos	40 alunos
TOTAL	7597	150 alunos	490 alunos	290 alunos	930 alunos

Fonte: Elaborado pela autora.

Para conhecer os mecanismos que permitem o acesso à educação no cárcere, bem como os educandos presos, utilizamos as respostas dadas ao questionário pelos professores entrevistados. Nessa perspectiva, os docentes caracterizaram seus alunos como pessoas de baixa autoestima, desanimados, com poucos ou sem objetivos e que sofrem com preconceitos e discriminações. Na relação com os professores, são solidários, disciplinados, educados e querem adquirir conhecimentos. Segundo os entrevistados, os educandos presos são em maioria negros, pobres ou com família de baixa renda. Evadiram-se da escola quando crianças ou na adolescência, possuem déficits de aprendizagem, e alguns são usuários de drogas.¹⁴

¹⁴ Dados da população prisional computados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em 27 de maio de 2022. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/hos.html>. Acesso em: 30 mar. 2022. Dados da distribuição das matrículas

Ao passar pelo processo educativo, no período de cumprimento da pena, para além do que podemos considerar como “processo de ressocialização”, essas pessoas experenciam a emancipação por meio da educação, que, de acordo com Freire (1998) tem a ver com o processo de libertação política, cultural e social – daqueles que estão na condição de oprimidos. Portanto, acessar o espaço educativo importa na medida em que problematizamos o acesso à educação da população negra (maior grupo de encarcerados no país), “enquanto um fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação” (Freire, 1998, p. 49).

Como dito anteriormente, os professores responderam que os alunos atendidos nas unidades prisionais são em maioria pretos

nas unidades prisionais fornecidas pela Escola Estadual Domingos Cambiaghi em 1 de junho de 2022.

e pardos, o que corresponde a 78% das respostas. Percentual semelhante (79%) a uma pesquisa realizada em 2019 (Silva et al., 2020) no Presídio Odenir Guimarães, situado no município de Aparecida de Goiânia – GO. No entanto, em Franco da Rocha – SP, há diferenças desse percentual a depender da unidade prisional. Alguns professores disseram atender maior número de alunos brancos nas Unidades de Regime Semiaberto e nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP).

Em outra questão os professores “sugeriram um percentual” de “maior número” de atendimento dos alunos brancos do que pretos e pardos. Segundo suas percepções (a depender da unidade que atuam) os números se modificam. A Tabela 2 nos apresenta esses percentuais.

[Tabela 2]
População prisional das unidades de Franco da Rocha e as matrículas atendidas pela escola vinculadora

Cor-raça dos alunos	Atendimento nas escolas
Mais alunos pretos e pardos	55%
Mais alunos brancos	23%
Mesma proporção entre pretos, pardos e brancos	16%
Não responderam	6%

Fonte: Elaborado pela autora.

Vimos que a quantidade de educandos pretos e pardos superam o número de educandos brancos, e/ou (a depender da unidade) indicam certa equivalência entre negros e brancos atendidos. Quando nos referimos ao sistema prisional nacional, na opinião de 65% dos entrevistados, a disponibilidade de vagas nas escolas prisionais ocorre na mesma proporção para pessoas negras e brancas

encarceradas no sistema prisional brasileiro; já 35% deles acreditam que essa proporcionalidade não acontece. Apesar dos dados serem relevantes, não evidenciados nas respostas dadas a essa questão, marcadores raciais que afetam o acesso às vagas nas escolas prisionais.

Sobre as temáticas étnico-raciais (que devem ser desenvolvidas nas aprendizagens dos conteúdos escolares), os professores disseram que 78% dos seus educandos não têm conhecimento e consciência crítica sobre tais assuntos contra 12% que têm consciência sobre os temas relacionados. Abordamos os professores sobre as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008¹⁵. Os entrevistados disseram que “esses temas não estão sendo abordados nas escolas prisionais (69%) e/ou nas disciplinas que lecionam”. Compreendemos que:

Ao longo da história da educação no Brasil e em especial da implementação de Políticas Públicas, podemos destacar a maneira na qual essas políticas, estiveram na maioria das vezes entrelaçadas aos interesses dos setores conservadores, dificultando o acesso de grupos étnicos tidos como minoritários. Sendo assim, por meio desses privilégios os grupos elitizados se perpetuaram e comandaram o poder político, econômico, social e impuseram a sua cultura por meio da ideologia de superioridade, inferiorizando as culturas, sobretudo dos africanos, afro-brasileiros e dos povos indígenas (Campos; Tebet, 2018, p. 365).

¹⁵ Em 2003 entrou em vigor a Lei n. 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Cinco anos mais tarde, a Lei n. 11.645/2008 instituiu a obrigatoriedade do ensino indígena nos currículos do sistema de educação.

A Tabela 3 apresenta as respostas dadas pelos professores sobre os motivos que acreditam que os educandos presos frequentam a escola, e sobre como os seus alunos entendem o acesso à educação no sistema prisional.

[Tabela 3]

Os motivos pelos quais educandos presos frequentam a escola e como eles entendem o acesso à educação.

Por que os alunos frequentam a escola	Como os alunos entendem o acesso à educação
29% para receberem a remição da pena	26% para conseguirem a remição da pena
15% adquirirem conhecimento	23% é parte do processo de ressocialização
13% ter uma oportunidade de saírem do raio ¹⁶	20% uma boa oportunidade para adquirir conhecimento
13% conviverem com outras pessoas	16% é uma forma de passar o tempo
12% retomarem os estudos 9% iniciarem os estudos	15% é uma garantia de direitos

Fonte: Elaborado pela autora

Sobre as possibilidades de haver “critérios internos” (nas unidades) que “definem” o acesso à educação e ainda haver critérios que “dificultam” o acesso. Os professores responderam que sim, 49%, há critérios que

definem o acesso; 42% disseram não haver tais critérios e 9% não responderam. Sobre a existência de critérios que dificultam o acesso à educação, 48% disseram que sim, existem critérios que dificultam; 35% disseram que não; e 17% não responderam a essa questão. À frente, as respostas abertas dadas ao questionário irão revelar que de fato os critérios que dificultam e definem o acesso são relevantes e não estimulam a prática educativa no cárcere.

Dos entrevistados que responderam haver critérios internos que “definem” o acesso à educação, 54% apontaram que o “bom comportamento” é o critério mais importante e 46% citaram outros motivos, como: o levantamento da vida escolar fora da unidade (pregressa); que depende do interesse das pessoas presas; o “ato” (tipo do crime) cometido; ou ainda o próprio “perfil” de cada unidade. Daqueles que responderam não haver critérios internos que “definem” o acesso à educação, apenas um entrevistado concluiu sua resposta dizendo que acredita que há uma seleção igualitária por meio de entrevista a todos os interessados em se matricular.

Entre os critérios possíveis e que “dificultam” o acesso, citaram o espaço físico insuficiente para mais estudantes; a idade (avançada) das pessoas presas; o interesse pela escola (ou a falta de interesse); o mau comportamento no raio ou na própria cela; algumas “regras” que são “controladas” por funcionários; o “perfil” da unidade prisional; escolher entre estudar e trabalhar (caso tenham as duas oportunidades disponíveis); e a cor da pele (referindo-se ao racismo).

Os professores identificam a existência de conflitos que afetam de forma negativa

¹⁶ As unidades prisionais são divididas em raios (espaços físicos separados e de convívio) que aloca populações geralmente caracterizadas por “perfis” de aprisionados ou atividades que realizam, tais como primários, reincidentes, ou raio de trabalho e/ou educação. Um aprisionado de determinado raio não tem contato com aprisionados de outros raios. Assim, durante a realização das atividades educacionais, é possível sair do raio para frequentar a escola e ampliar a rede de relações (com funcionários e outros presos).

as atividades educacionais. São eles: a prioridade às questões de segurança (45%); as situações que envolvem medidas disciplinares – castigos – (27%); a superlotação (20%); e outros conflitos que prejudicam as atividades (8%). Quanto a esta última resposta, disseram que há questões de segurança sobre levar materiais escolares para o raio, dificuldades para dormir, o que afeta os estudos, e ainda dos educandos terem que tomar banho frio pela manhã (são obrigados) para frequentarem a escola.

Para os professores entrevistados, há muitos desafios a serem superados na educação oferecida no sistema prisional, e que os afetam diretamente. Nesse contexto, disseram que:

- Há problemas de espaço físico, ao ar livre e na quadra esportiva para prática das aulas de educação física;
- Falta de materiais didáticos e/ou “recursos extras” para utilizarem nas aulas e o pouco uso das tecnologias nas escolas;
- Convencer os estudantes sobre a importância dos estudos e auxiliá-los em relação à autoestima;
- “Fazer” com que a “segurança” (setor) enxergue os educandos como alunos e não como detentos (pelo menos em sala de aula);
- Ter uma comunicação melhor entre as Secretarias de Educação e de Segurança;
- As dificuldades em trabalhar em salas multisseriadas, principalmente quando o conhecimento do aluno é inferior ao conteúdo que está sendo apresentado;

- A (des)valorização do trabalho do professor dentro do sistema carcerário;
- Ter a educação como prioridade dentro do espaço prisional – sobrepondo às regras disciplinares das unidades, e não estar sempre no meio dos conflitos;
- A “desconfiança” por parte dos agentes de segurança para com os professores, que se sentem “controlados”;
- A falta de suporte técnico por parte da escola vinculadora.

Por fim, perguntamos aos docentes sobre as mudanças que conseguem observar na vida dos estudantes que frequentam a escola. Dos entrevistados, 94% disseram que essas mudanças ocorrem e 6% disseram que não as observam. Sobre isso, falaram que no início os educandos chegam a resistir aos estudos, mas conforme as aulas vão acontecendo, começam a se interessarem pelo conteúdo. Mudam a maneira de se comunicar, a postura, falam sobre o desejo de mudarem de vida e repensam sobre o que farão ao sair do sistema prisional.

Percebe-se o compromisso dos alunos por meio das atitudes, nas relações interativas e o interesse pelo conhecimento. Eles ampliam a visão no sentido de observar seu processo dentro e fora da prisão, dizem que farão uma história melhor, que irão cuidar da família, do filho e da esposa. Adotam um compromisso com os estudos e dizem ser os professores “visitantes”, que oferecem além dos conhecimentos das disciplinas, “esperança”.

Provavelmente, essas mudanças estão atribuídas ao reconhecimento social adquirido

no acesso à educação, à participação social e às relações que vão sendo construídas nesse processo. Freire (1987) nos aponta para o reconhecimento do educando como agente do processo educativo, bem como da inserção de educador e aluno na luta de classes entre oprimidos e opressores.

Ao fazer-se opressora, a realidade implica na existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca (Freire, 1987, p. 24).

Os educandos dizem aos professores que por estarem frequentando a escola, são mais valorizados por seus familiares e percebem que a educação pode ajudá-los a mudar de vida. Ao participarem da escola, os alunos passaram a buscar livros paradidáticos na biblioteca do presídio, a escreverem mais e ter menos dificuldades com essa habilidade. Os educandos passaram a “falar melhor” (sem usar as “gírias do sistema”), tornaram-se mais comunicativos, desenvolveram o “poder de crítica”, tornaram-se entusiasmados e melhoraram significativamente sua autoestima.

Considerações finais

Ainda que a Constituição Federal de 1988 seja nossa lei suprema e conste nela que a educação “é um direito de todos” e “dever do Estado” (Brasil, 1988, art. 205), e na condição de pessoa presa, a Lei de Execuções Penais

reafirma esse direito, acrescentando o benefício da remição da pena, compreendemos que a ideia de ressocialização é recente e se deu somente a partir da década de 1950 – e de forma mais efetiva com a implementação da Lei de Execução Penal nº 7.210/1984. Até então, a proposta era unicamente a contenção de pessoas.

Apesar da lei prever a educação escolar no sistema prisional, na realidade vimos que as condições de ensino são precárias: é ínfimo o número de vagas, há conflitos administrativos entre os setores da educação e da segurança, observa-se o tipo de crime cometido, se há bom comportamento, entre tantas outras questões que foram reveladas neste trabalho, inclusive a cor da pele.

Esta investigação nos apresenta um profundo abismo entre a universalização da educação no Brasil e o acesso a esse direito no cárcere, que vem se apresentando como um mundo à parte da sociedade, e que revela como a educação ainda é vista como privilégio e não como direito constituído - intra e extramuros – evidenciando no cenário prisional a inefetividade da lei.

Ainda que esta pesquisa demonstre que a maioria dos estudantes são negros, apresentamos as várias dificuldades que esses alunos enfrentam na educação, e um perfil de educando com déficits significativos de aprendizagem, marcados pela evasão escolar, desistências e ensino oferecido de baixa qualidade. Assim, ter baixa escolaridade e nenhuma profissionalização, não só agrava o processo de estigmatização como exclui o negro e o pardo da competição pelas oportunidades oferecidas pelo conjunto da sociedade (Silva, 1997).

A condição deste estudante na prisão reafirma a lógica social da exclusão e do lugar reservado ao negro na sociedade brasileira, como aponta Gonzalez (2022), além da obsolência e incapacidade das prisões serem instituições que reintegram (de fato) as pessoas à vida social. “A prisão funciona, portanto, ideologicamente como um local abstrato em que os indesejáveis são depositados, aliviando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem as comunidades de que os presos são retirados em números tão desproporcionais” (Davis, 2018, p. 15).

Termos uma maioria de estudantes negros (conforme vimos na pesquisa) não revela, por exemplo, o quantitativo das pessoas desse grupo sem acesso à educação na prisão simplesmente pelo fato de não terem sequer “nível de escolaridade”, já que há quantidade limitadas de vagas para cada nível educacional. Ou seja, com isso, menos pessoas negras acessam à educação porque a maioria delas teve baixo ou nenhum acesso à educação formal (fora do cárcere). Esse grupo encontra-se em um lugar que os remete à condição de profundas desigualdades sociais e econômicas: “Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados” (Gonzalez, 2022, p. 21).

Para além dos desafios aqui apresentados pelos professores que atuam na educação prisional, temos um significativo número de pessoas presas que não acessam e que provavelmente cumprirão suas penas sem participarem das atividades educativas, ainda que esse direito esteja garantido por lei, e que para esses, em sua maioria pretos e pobres, a lei ficará confinada no papel.

O investimento em programas educacionais no sistema prisional é essencial para a elevação dos níveis educacionais, além de possibilitar um retorno de um “cidadão” “mais qualificado” à sociedade, e com possibilidades de mudanças de vida.

O desafio maior é fazer com que o acesso à educação alcance a todos, mas principalmente àqueles que há muito tempo sofrem as consequências do racismo, hierarquizado nas estruturas das instituições do país. Assim, “o racismo presente na matriz colonial de poder é um arranjo institucional do capitalismo dependente que, por sua vez, se assenta sobre as transferências desiguais de valor e a superexploração do trabalho” (Oliveira, 2021, p. 195).

Se para aqueles que possuem certo grau de instrução há dificuldades de (re)inserção profissional, bem como o acesso à educação a níveis superiores, quiçá para esses, tão “atrasados” e “depositados” na mais profunda exclusão promovida por um sistema prisional cruel e racista. O que resta para essas pessoas? Como superar uma vida inteira de falta de acesso a direitos fundamentais? A reincidência ao crime? Talvez seja um caminho muitas vezes escolhido por tantas pessoas que não conseguem sequer uma oportunidade de escolarização durante a passagem pelo cárcere.

Colaborar para que as pessoas presas não adoeçam é mais um desafio que nos aponta a educação no sistema prisional. Quando há massificadamente um grupo de pessoas que não acessam a educação, podemos dizer que para além da negligência dos direitos humanos dessas pessoas à educação, há uma contrapartida cruel: o isolamento, o confinamento e o acometimento

das doenças mentais e físicas. Tornam-se mais expostas a situações conflituosas e de violências no cotidiano.

Compreendemos a necessidade de romper com a estagnação e pensar políticas públicas que impacte a realidade e a transforme, o que em lentos passos vem sendo alcançado com as ações afirmativas e as políticas de cota raciais¹⁷, ao menos fora do cárcere. Para o(a) aprisionado(a) o cumprimento de sua pena privativa de liberdade tem sido um período ocioso e de grande dano social, isso porque a lei não é cumprida na sua integralidade.

Nesse sentido, vimos que o sistema prisional está cada vez mais destinado às pessoas pretas e em vulnerabilidade econômica e que não adquiriram (anteriormente ao cárcere) o conhecimento advindo da educação. Que possamos reconhecer essas deficiências e mazelas das prisões brasileiras.

Dentro do cárcere, porém fora da escola, a população negra é duplamente condenada à miserabilidade social, e nesse sentido, a sociedade deve se tornar corresponsável pela efetiva garantia de acesso à educação no cárcere, contribuindo para o avanço do cumprimento das leis, expandindo a oferta à toda população carcerária e prioritariamente aos mais excluídos. De todo modo há de se considerar a necessidade de adotar políticas públicas efetivas e que impactem a população negra e encarcerada. ■

¹⁷ São políticas públicas ou privadas que têm o escopo de reservar percentual de vagas a um grupo de pessoas tradicionalmente excluídas por motivo étnico ou racial. É a efetivação de uma “Ação Afirmativa” que tem por objetivo corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos.

[ANDRÉA ALVES PINTO]

Mestranda em Ciências Humanas e Sociais
na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Com especialização Internacional em Pedagogia Social
pela Faculdade de Educação da Universidade de São
Paulo (FEUSP), e em Direitos Humanos e lutas sociais,
pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
da Universidade Federal de São Paulo (CAAF-/
Unifesp). Graduada em Pedagogia pela Universidade
Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

E-mail: andrea.pedagogiasocial@gmail.com

[ROBERTO DA SILVA]

in memoriam

Foi professor livre-docente do Departamento de
Administração Escolar e Economia da Educação
da Faculdade de Educação da Universidade de
São Paulo (FEUSP). Doutor e mestre em Educação
pela FEUSP e graduado em Pedagogia pela
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AMARAL, Augusto Jobim do; VARGAS, Melody Calire Schmidt. Necropolítica, Racismo e Sistema Penal Brasileiro. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 11, n. 1, p. 103-143, 2019. DOI: <https://doi.org/10.32361/20191117194>

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: Infopen e Depen, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. **Resolução Conjunta SE-SJDC, de 10 de janeiro de 2017**. Institui Escola Vinculadora. São Paulo, Secretaria da Educação, 2017. Disponível: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SE-SJDC-1%20DE%2010-1-2017.HTM?Time=21/06/2018%2023:50:48>. Acesso em: 8 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do Sociólogo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CAMPOS, Leonardo Lacerda; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Movimentos negros e o direito à educação: das lutas pelo acesso à implementação da lei 10.639/2003 no contexto escolar brasileiro. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 10, p. 355-380, 2018. Disponível: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/463/506>. Acesso em: 22 maio 2024.

DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GODOI, Rafael; CAMPOS, Marcelo da Silveira; MALLART, Fábio; CAMPELLO, Ricardo. Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 143-158, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19092/reed.v7i1.332>

GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

LOBATO, Salomy Correa; LIMA, Vera Lucia de Azevedo; CHAVES, Andréa Bitencourt Pires; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis. Avanços e desafios do direito à educação no sistema prisional brasileiro. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7583>

MARQUES, Marineila Aparecida. **Projeto Político Pedagógico das prisões – PPPprisões**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2021.

MINAYO, Maria Cecília S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo**: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>

NOVO, Benigno Núñez. A importância da educação prisional para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha. **Direito Penal**, 17 jul. 2021. Disponível: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12195/A-importancia-da-educacao-prisional-para-a-recuperacao-de-detentos-no-Brasil-e-na-Espanha>. Acesso em: 31 mar. 2022.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva; ARAÚJO, Elson Luiz. A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos. 2013. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 177-191, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14244/19827199633>.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 215-247.

SILVA, Lucas Lourenço. Juventude encarcerada no Brasil: espaços de privação de liberdade e oferta de educação escolar. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 29, n. 3, p. 385-398, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v29i3.7771>

SILVA, Lucas Lourenço; NASCIMENTO, Juvenilto Soares.; ABREU, Irene Silva de; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. O sujeito encarcerado e a materialização do seu direito à Educação Básica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 8559-8576, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-242>.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. (Série Fundamentos). São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Roberto da. **Didática no Cárcere II**. São Paulo: Giostri, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. São Paulo. Paulus, 2005.

VIANA, Nildo. O que são minorias? **Revista Posição**, Goiânia, v. 3, n. 9, p. 27-32, 2016.

COMUNICAÇÃO E ATIVISMO SOCIAL: BREVE CONTEXTO DA LUTA DE ENTIDADES QUE ATUAM NA TEMÁTICA HIV/ AIDS NO BRASIL

[DOSSIÊ]

Oséas Batista dos Santos

Universidade Federal do Maranhão

Flávia de Almeida Moura

Universidade Federal do Maranhão

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

As organizações não governamentais (ONGs) têm se destacado ao longo das últimas décadas como relevantes atores sociais, que trabalham com os grupos marginalizados socialmente e em vulnerabilidade econômica. Um desses grupos é composto pelas pessoas diagnosticadas com o vírus HIV. Considerando o desenvolvimento das ONGs com atuação na temática HIV/aids, este artigo visa refletir como a inserção das ferramentas comunicacionais pode contribuir para o crescente processo de profissionalização dessas organizações a partir da década de 1990. Conforme se verá, essas ferramentas contribuíram para o estabelecimento de uma nova perspectiva de atuação nas questões sociais no Brasil, que até a segunda metade do século XX baseava-se no assistencialismo, e a partir dessas mudanças assumiram um sentido de ativismo político, herdado das tradições de lutas sociais latino-americanas. O artigo está estruturado metodologicamente em uma abordagem qualitativa e uma revisão de literatura.

Palavras-chave: ONGs. HIV. Aids. Comunicação. Lutas sociais.

Non-Governmental Organizations have stood out over the last few decades as relevant social actors, working with marginalized groups and populations in situations of economic vulnerability such as people diagnosed with the HIV virus. Considering the development of NGOs addressing HIV/AIDS, this qualitative literature review reflects on how the use of communication tools can contribute to further professionalize these organization starting in the 1990s. As we will see, these tools helped to establish a new action perspective on social issues in Brazil, which was based on welfare until the second half of the 20th century, and from these changes assumed a sense of political activism inherited from traditional Latin American social struggles.

Keywords: NGOs. HIV. AIDS. Communication. Social struggles.

Las organizaciones no gubernamentales (ONG) se han destacado durante las últimas décadas como actores sociales relevantes, trabajando con grupos socialmente marginados y en situación de vulnerabilidad económica. Uno de estos grupos está conformado por personas diagnosticadas con el virus VIH. Considerando el desarrollo de las ONG que trabajan en el tema de VIH/sida, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo la inserción de herramientas de comunicación puede contribuir al creciente proceso de profesionalización de estas instituciones a partir de la década de 1990. Como veremos, estas herramientas contribuyeron al establecimiento de una nueva perspectiva de acción sobre las cuestiones sociales en Brasil, que hasta la segunda

mitad del siglo XX se basó en el bienestar y, a partir de estos cambios, asumió un sentido de activismo político, heredado de las tradiciones de las luchas sociales latinoamericanas. Este artículo se estructura metodológicamente en un enfoque cualitativo y una revisión de la literatura.

Palabras clave: ONG. VIH. Sida. Comunicación. Luchas sociales.

Introdução

A sociedade brasileira sempre foi marcada pela desigualdade social. Ao tentar resgatar as raízes históricas desse problema, Pedroso (2020, p. 32) aponta para o processo de colonização que o Brasil atravessou entre os séculos XVI e XIX, marcado por uma atitude de exploração dos portugueses em relação a nova terra e aos seus primeiros habitantes, os indígenas; associado aos quase quatro séculos de escravidão, que legou uma estrutura social caracterizada pelo preconceito de classe e racial. Em consequência de tais fatores, ainda destaca o autor, houve a marginalização de estratos da população que foram relegados a uma posição de segunda categoria.

Ao longo das últimas décadas, alguns grupos da sociedade civil têm se dedicado ao desenvolvimento de ações com a finalidade de minorar os efeitos da desigualdade social brasileira, atuando não apenas com foco na assistência social, mas principalmente na emancipação das pessoas em situação de vulnerabilidade e dos grupos minoritários que sofrem com outros problemas sociais, como a violência de gênero e a discriminação por razões da sorologia positiva para doenças como o HIV. Conforme aponta o estudo do UNAIDS (2019), que foi realizado com 1.784 pessoas em sete capitais brasileiras, 19,6% dos entrevistados relataram prejuízos profissionais por terem o diagnóstico de HIV e 46,3% afirmaram ter sofrido discriminação, sendo que em 46% dos casos a agressão foi feita por algum familiar.

Neste artigo, propõe-se a análise dos processos históricos e sociais que possibilitaram a emergência das organizações não

governamentais (ONGs) no cenário social brasileiro na década de 1970. Veremos como esses processos influenciaram a atuação das entidades sociais sem fins lucrativos, que a partir das décadas de 1980 e 1990 nasceram com o propósito de atuação exclusiva com a temática HIV/aids.

Nesse contexto de atuação, as ONGs não tinham o foco apenas assistencial, mas estavam imbuídas de um caráter de busca, por meio do ativismo político, da transformação da realidade de vida das pessoas com HIV e aids e da visão da sociedade em relação aos infectados; diminuindo, portanto, a visão discriminatória (Silva, 1998, p. 130).

Um dos campos de atuação dos trabalhos desenvolvidos pelo atores da sociedade civil ocorre no espaço das ONGs, cuja expressão surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em um documento da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de nomear as entidades que, apesar de terem uma atuação baseada em atividades comunitárias e filantrópicas e, portanto, com interesses públicos, não eram estatais, guardando relações com os governos da época apenas no sentido de contribuir na cooperação internacional entre os países, em uma conjuntura geopolítica do pós-guerra, caracterizada pelas ruínas sem precedentes e pelas perdas das vidas humanas em consequência do conflito bélico (Barbosa, 2006, p. 174).

Na América Latina, o conceito de ONG e suas ações práticas no campo social começaram a ter mais espaço no debate público a partir da década de 1970, em um contexto social e político baseado na luta de setores da sociedade contra as ditaduras militares que se impuseram por meio dos golpes de Estado,

sucedidos pela instauração de governos autoritários em vários países latino-americanos; a exemplo daqueles ocorridos no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Chile¹.

Isso fez com que a discussão sobre o papel das ONGs na América Latina fosse integrada à nova perspectiva teórica da noção de sociedade civil, um conceito proveniente da literatura sociológica europeia. No século XIX, esse conceito teve entre os seus principais intérpretes o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que o compreendia como a descrição do processo de constituição das relações sociais baseadas nas forças da economia, por sua vez estabelecidas na divisão do trabalho e nas instâncias estatais (Ciotta, 2007, p. 48-49).

Dentro da tradição filosófica hegeliana, Marx e Engels (1998, p. 55-56) aprofundam o entendimento conceitual da sociedade civil, descrevendo-a como o elemento social central que se constituiria no verdadeiro palco da história. De acordo com os autores, é na sociedade civil onde aconteceria a formação das classes sociais e por meio do qual poderia ser compreendido o processo do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na sociedade; culminando na interpretação dialética da história, em que luta de classes ocuparia um papel precípua na compreensão do desenvolvimento das sociedades de todas as épocas.

Em direção conceitual descritiva oposta à compreensão de Hegel e Karl Marx, o teórico italiano Antônio Gramsci concebe

a sociedade civil, conforme assinala Portelli (2007, p. 22), como um campo pertencente, acima de tudo, à esfera social da superestrutura². Ao colocá-lo nesse novo plano explicativo, Gramsci ressignifica o conceito e atribui ao termo um sentido de luta coletiva, cujos principais atores seriam “as igrejas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, instituições de caráter científico e artístico” (Coutinho 2011, p. 24-25).

A concepção gramsciana da sociedade civil foi uma forte influência para as mudanças sociais e políticas advindas com o fim das ditaduras militares na América Latina, principalmente no Brasil, onde houve, a partir da década de 1970, o surgimento dos novos movimentos sociais e a emergência das ONGs, imbricados com a presença de características – para além daquelas já delineadas e oriundas das discussões sobre a nova realidade latino-americana até aquele momento apenas teorizada – de uma diminuição crescente da intervenção estatal autoritária dos governos militares nestes movimentos e organizações (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 15).

A finalidade, desse modo, era conferir mais poder participativo à sociedade civil,

¹ Sobre os golpes militares na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 e os regimes militares que os sucederam, ver: Cordeiro et al. (2014); Fico (2008); Wasserman e Guazzelli (2004) e Rouquié (1984).

² Em seus estudos, Karl Marx desenvolve os conceitos de estrutura e superestrutura como formas de compreensão das forças sociais nas quais se assentava a sustentação do modo de produção capitalista e a organização social que possibilitava a manutenção da burguesia enquanto classe detentora dos aparatos de dominação social. Nesse sentido, Marx concebia a infraestrutura como o campo das relações econômicas e, portanto, como a força constituinte do mundo das relações do trabalho; ao contrário da infraestrutura, compreendida como a expressão dos fatores políticos, culturais, jurídicos e religiosos que serviriam como mecanismos de perpetuação do poder da classe dominante ver: Donário e Santos (2016).

que em meados da década de 1970 já se organizava em associações comunitárias e outras formas de organização popular, onde foram iniciadas as reivindicações pela abertura democrática e a restituição dos direitos políticos e civis, que em muitos casos tinham sido restringidos e em outros anulados nos anos anteriores (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 15).

Ao ser imbuído dessas perspectivas oriundas das lutas sociais de caráter reivindicatório, o novo sentido, já ressignificado e conferido às ONGs, encaminha para as mudanças nas noções acerca da condução das políticas sociais no Brasil, em que o assistencialismo – até então o padrão estabelecido em que o governo e os setores religiosos, notadamente a Igreja Católica, tinham a preponderância da atuação nessa perspectiva – começa igualmente a ser ressignificado. Em seu paralelo, surgiu um sentido de busca pela transformação social e a emancipação dos grupos populares; a exemplo, como destaca Landim (2002, p. 224), dos processos sociais desenvolvidos a partir das décadas de 1980 e 1990, quando começou a ser desenvolvido no campo da ação social prática um novo tipo de ativismo social.

O novo contexto, ainda de acordo com Landim (2002, p. 224), também foi resultado das mudanças na concepção dos modos de intervenção nos problemas sociais e na profissionalização das entidades da sociedade civil, principalmente diante das mudanças legislativas ocorridas na década de 1990³, período em que as entidades sociais

adquiriram estatuto jurídico, possibilitando a realização de parcerias com outros atores sociais como o Estado e as empresas privadas – o que levou, portanto, vários atores inseridos na sociedade civil a trabalharem em conjunto com as instituições do âmbito governamental, em um contexto democrático, e com os agentes privados sem a obrigação social estabelecida em lei, a exemplo dos empresários⁴.

Nesse contexto, a temática HIV/aids se constituiu em uma das pautas que tiveram um espaço, a partir da década de 1980, cada vez maior no campo das discussões e atuação de algumas ONGs. Em consequência, houve a criação de organizações sem fins lucrativos com trabalhos voltados unicamente para esse tema, que foram responsáveis pelo protagonismo nas reivindicações em defesa dos direitos das pessoas convivendo com o HIV, em um cenário marcado, naquele final do século XX, pela rápida expansão do número de casos da doença em vários países. Essa epidemia levou mudanças a diferentes níveis da sociedade, tornando a doença uma realidade na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, que a partir de então passaram a ter um contato direto com essa patologia, seja por contágio ou pela relação próxima com alguém que havia recebido o diagnóstico positivo (Fonseca et al., 2020; Grmek, 1995).

³ No Brasil, as Organizações da Sociedade Civil são regidas pela Lei federal n. 9.790, promulgada em 1999 e conhecida como Lei do Terceiro Setor (Brasil, 1999); grupo no qual as ONGs – apesar de alguns dirigentes

delas não partilharem da visão que as inclui no campo do Terceiro Setor – são concebidas como pertencentes.

⁴ O regime de parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil, como as ONGs, com o poder público e as empresas privadas passaram por uma nova regulamentação em 2014, por meio da Lei federal nº 13.019 (Brasil, 2014).

Conforme veremos neste artigo, a busca pela mudança da realidade social veio acompanhada do processo de profissionalização das entidades da sociedade civil, em virtude das mudanças legislativas e da crescente inserção da comunicação nessas organizações, notadamente das práticas da comunicação organizacional.

Diante disso, cabe a reflexão teórica sobre esses processos de comunicação e como eles possibilitaram a articulação política das ONGs, que foi fundamental para a estruturação das ações coletivas de reivindicações junto ao poder público, com foco na criação e, posteriormente, no aprimoramento das políticas públicas de oferta no tratamento às pessoas com HIV e o esclarecimento sobre a doença para a sociedade brasileira.

Partimos da compreensão de que toda patologia traz consigo não apenas implicações na saúde de quem ela atinge, mas também à sociedade na qual está inserido o doente. Diante disso, o artigo foi estruturado como uma pesquisa bibliográfica e se buscou articulá-la na perspectiva do entendimento do HIV enquanto fator biológico e social. Foram feitos usos de bibliografias que possibilitassem a análise dos processos históricos e sociais e também do contexto do surgimento das ONGs, inicialmente em um cenário macro – ao termos como campo a América Latina, na década de 1970 –, indo para um contexto já delimitado à sociedade brasileira, com todas as implicações políticas causadas por essas ações na década de 1980 em diante, em um cenário social em que a aids já era uma realidade a qual ninguém poderia ignorar.

O discurso da caridade cristã na atuação das questões sociais

Para a compreensão do contexto social em que as ONGs começaram a ser discutidas no cenário brasileiro a partir da década de 1970, faz-se necessária, inicialmente, uma breve reconstituição das práticas assistenciais realizadas no Brasil até aquele período, em que o assistencialismo governamental, destaca Miceli (2009), e o discurso da caridade cristã eram as concepções predominantes, cujos atores principais eram o Estado e a Igreja Católica; em que o primeiro, apesar de ter o seu papel na área social ressignificado a partir da década de 1980, teve uma atuação fundamental – e em menor dimensão alguns setores religiosos também – na condução da assistência aos pacientes com HIV.

A posição da Igreja Católica, aponta Fernando Lima (2019, p. 312), provém da visão formada durante o período medieval, cuja concepção baseou o surgimento do mundo ocidental, assentado sob bases cristãs, em que o discurso caritativo – portanto, sem as perspectivas de mudanças sociais mais profundas, como vieram a ser pensadas posteriormente por alguns setores da própria Igreja a partir da segunda metade do século XX – tinha um lugar central nos processos sociais organizativos de que dispunham as autoridades religiosas.

Foi apenas entre os séculos X e XI que se iniciou gradualmente a mudança na esfera de atuação dos trabalhos assistenciais na Europa, quando a Igreja Católica começou a perder a exclusividade nessa área. Tal processo foi intensificado com a consolidação dos Estados Nacionais no século XV, período

em que o Estado e a burguesia começaram a ter uma presença política cada vez maior na Europa, o que levou as pessoas desses grupos – principalmente os burgueses católicos não pertencentes ao clero – a disputarem espaços de poder com os grupos religiosos. Uma dessas formas de disputa ocorreu por meio do gerenciamento que a classe burguesa passou a exercer em algumas instituições de caridade, o que resultou no início da laicização das questões sociais na Europa (Correia, 1999, p. 25-32; F. Lima, 2019, p. 314).

Apesar da reconfiguração de poder na Europa, a Igreja Católica continuou a ter uma grande participação nas questões sociais. Essa presença se tornou relativamente mais forte após a chegada dos europeus no continente americano no final do século XV e o processo de colonização que começou a ser realizado nas Américas; participação que no Brasil foi exercida junto aos governos locais durante todo o período colonial e, apesar do relativo declínio, também após a independência, que foi seguida pelos governos imperiais (Reis, 2013).

A atuação da Igreja Católica no Brasil na área social seguiu, portanto, o mesmo caminho da Europa: a assistência aos pobres e o gerenciamento das instituições voltadas para esses objetivos; sendo desenvolvido, ressalta Azevedo (2004, p. 111), nos dois primeiros séculos após a chegada dos portugueses no Brasil, um modelo de cooperação mútua em algumas áreas entre o Estado e a Igreja, no qual a autoridade governamental se sobrepunha a religiosa, fazendo com que o clero estivesse subordinado à Coroa portuguesa.

Durante todo este período – mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759 e o ingresso das ideias iluministas e de cunho

racionalista no Brasil – a igreja continuou a ter espaço na condução das ações sociais, em muitos momentos tendo um papel quase monopolista na área e, portanto, sem a interferência de outros atores sociais, o que resultou na continuidade do predomínio nas questões sociais do discurso da caridade cristã sem horizontes de transformações mais profundas na sociedade (Azevedo, 2004, p. 111).

Foi apenas a partir da década de 1950 que a concepção diretiva na atuação desses temas dentro da Igreja Católica no Brasil começou a receber novas influências, baseadas em uma visão crítica em relação à realidade social brasileira (Soares, 2014, p. 11). Isso ocorreu, sobretudo, a partir dos trabalhos da pastoral e da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, que surgiu a partir do esforço dos eclesiásticos ligados à Ação Católica, que tinham acompanhado a trajetória dos militantes católicos leigos, que tinham como objetivos principais a busca pelo compromisso com os pobres e o entendimento que a divulgação do evangelho não poderia ser dissociada das reformas sociais (Soares, 2014, p. 141-142).

É importante observar, para as finalidades deste artigo, como as novas ideias difundidas entre alguns setores do clero católico na década de 1950 propiciaram as primeiras discussões e atividades práticas que vieram a ganhar mais espaço no pensamento social brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, principalmente com o advento da teologia da libertação. Essa abordagem católica, conforme apontam Silva e Baptista (2020, p. 42), surge na América Latina em um cenário social caracterizado pela pobreza que atingia um enorme número de pessoas na região, associada à dependência econômica frente aos países do chamado primeiro

mundo, que impedia o desenvolvimento dos povos latino-americanos, que a partir da segunda metade da década de 1960 começaram a sofrer com a instauração de governos autoritários, após a realização de golpes de Estado.

Diante disso, a teologia da libertação, que teve entre seus primeiros difusores o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, propunha a reflexão sobre os problemas sociais em uma perspectiva que buscasse a emancipação não apenas econômica e social, mas também humana dos povos que sofriam com a injustiça social (Silva; Baptista, 2020, p.46). Essa perspectiva é corroborada e teorizada na década de 1970 pelo teólogo brasileiro Leonardo Boff, para quem o cristão deveria não apenas ter uma atitude de resiliência em relação às injustiças, mas também assumir uma postura consciente diante das mazelas sociais, denunciando as opressões sofridas pelos mais vulneráveis (Boff, 1976, p. 91).

No processo de crescente participação política dos grupos católicos não clericais, ressalta Fernando Lima (2019, p. 316), houve o rompimento de alguns deles com o clero, levando à formação de novas linhas de militância política e ao surgimento de novas organizações, cujos integrantes tinham um histórico de atuação na Ação Católica e estavam imbuídos do sentido de reforma social.

É nesse cenário, defende Fernando Lima (2019, p. 316), que surge o embrião histórico que vai dar origem, alguns anos depois, às modernas formas de organização da sociedade civil, conhecidas como ONGs. Nesse sentido, o autor destaca o papel importante que organizações como a Ação Popular, fundada em 1962, tiveram ao possibilitar uma experiência coletiva de

militância política com o objetivo de transformar a realidade social, inicialmente ligada ao catolicismo para, em seguida ao rompimento com o clero, desenvolver uma atuação com o objetivo de alcançar o socialismo, proferindo a necessidade de não abandonar o humanismo cristão.

É importante destacar a figura do sociólogo e ativista pelos direitos humanos Herbert de Sousa, o Betinho, que iniciou a sua trajetória de militância na Ação Popular e depois se tornou um dos intelectuais de maior destaque no campo teórico e prático relativo a concepção das ONGs no Brasil, especialmente daquelas ligadas às lutas pelos direitos sociais das pessoas com HIV; grupo do qual ele fazia parte após ser infectado pelo vírus durante uma transfusão de sangue que realizava periodicamente por ser hemofílico, falecendo em 1997 por complicações relacionadas à doença (Correia, 1999).

O sociólogo propôs novas práticas de atuações sociais baseadas na reivindicação política e na formação de grupos mais conscientes dos problemas sociais com o objetivo de proporcionar à emancipação das classes dominadas. O instrumento dessa militância seria realizado a partir da criação de ONGs, fundadas com um sentido de luta contra os dilemas identificados e absorvendo o discurso da caridade cristã – até então dominante por meio da atuação da igreja Católica –, substituindo-o pelo engajamento político, contudo sem excluir os grupos religiosos (F. Lima, 2019).

Ao se contrapor a essa tradicional defesa católica da caridade, Betinho não propunha o rompimento com a religiosidade, mas sim integrá-la na nova perspectiva cidadã e do papel das ONGs que defendia. Isso pode

ser mais bem compreendido por meio da formação do sociólogo na Juventude Católica Brasileira e na Ação Popular durante a década de 1960 e das discussões que participou durante o período que esteve exilado nos anos 1970, momento em que entre outras questões era debatido o papel da religião na sociedade brasileira, naquele período de abertura política do país (F. Lima, 2019, p. 306).

A compreensão do processo histórico e das dinâmicas sociais em que estão inseridas as ONGs brasileiras a partir do final da Ditadura Militar passa necessariamente pela articulação junto aos setores religiosos – notadamente a Igreja Católica – e a transição da concepção da caridade cristã como única promotora das ações junto aos grupos marginalizados socialmente, para uma dinâmica de ativismo político e profissionalização dos membros dos setores da sociedade civil que passaram a atuar nesse novo espaço, conforme explica Landim (2002, p. 219).

As atuais ONGs, portanto, e com tem sido estudado, começam a existir em anos de regime militar. Acompanhando um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que a sociedade civil tende a se confundir, por si só, com a oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo associações da sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 1970 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 1980 e 1990.

Nesse contexto, a comunicação assume, em paralelo às novas correntes teóricas que estavam sendo difundidas em setores da esquerda católica na América Latina, uma perspectiva crítica diante dos problemas sociais e do autoritarismo militar daquele período. Berger (2010, p. 256) aponta o novo sentido conferido à pesquisa acadêmica na área comunicacional, em que pesquisadores começaram a desenvolver trabalhos na linha de uma pesquisa militante e contra-hegemônica, que compreendesse as dinâmicas sociais latino-americanas e propusesse novos caminhos, a fim de modificar a realidade social das classes populares.

O surgimento dessa linha de pesquisa comunicacional, resalta Barbero (1984), foi um resultado direto da luta pela redemocratização dos países latino-americanos. O processo, afirma o autor, pode ser compreendido em duas perspectivas: democrática e de transformação social. Em relação ao primeiro ponto, houve o alcance dos objetivos a partir do fim dos Regimes Militares na América Latina.

O segundo aspecto, referente à luta contra a desigualdade social, configura-se, conforme destaca Matta (1983), como um processo lento, baseado na introdução de políticas públicas e no fortalecimento de uma comunicação popular e alternativa. Este último tipo de comunicação, aponta Peruzzo (2024, p. 101), caracteriza-se pelas práticas comunicacionais realizadas nos movimentos sociais e organizações sem fins lucrativos, que na América Latina, em razão do seu desenvolvimento ter ocorrido década de 1970, apresentaram um caráter classista, concernente à representação no campo comunicacional da tentativa de conferir

a ampliação do espaço de ação dos grupos marginalizados socialmente; processo caracterizado, ressalta Silva (2006, p. 332), pelo novo sentido de luta na esfera política, o que resultou no afastamento gradual da concepção cristã da prática social, por meio das propostas de transformação social na América Latina.

O assistencialismo governamental e a resignificação do papel do Estado na área social

No Brasil, os primeiros resultados práticos da nova perspectiva social proposta por esses grupos foram percebidos a partir do fim da ditadura militar em 1985 e do processo político de instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, o que resultou na promulgação da nova Constituição no ano seguinte, em 1988 (Guizardi; Pinheiro, 2008, p. 110).

Durante o período dos trabalhos da Constituinte, um dos pontos de maior debate, apontam Noronha e Pereira (2013, p. 19), foi a criação do Sistema Único de Saúde, conhecido como SUS, que surgiu no âmbito do movimento de reforma sanitária, e defendia a proposta de custeio governamental das despesas dos serviços de saúde prestados à população. A criação do SUS em 1988 e sua estruturação na década seguinte foi um fator fundamental na implementação da política universalista de distribuição dos medicamentos antirretrovirais utilizados no tratamento dos pacientes diagnosticados com o vírus HIV, segundo Alves et al. (2023, p. 2).

Até aquela época, a saúde pública tinha como diretriz o atendimento, sobretudo, aos trabalhadores que tinham a

cobertura do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e substituído, durante os governos militares, pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ao restante da população era destinado os serviços de saúde mantidos por meio de recursos filantrópicos.

Na efervescência dos movimentos que lutavam contra a ditadura militar, conforme destaca Oliveira (2012, p. 39-40), surge o movimento de reforma sanitária, que tinha como propósito a democratização do acesso à saúde no Brasil, compreendendo-a não apenas no seu aspecto físico, mas também como algo que deve ser trabalhado na esfera biológica, mental, social e política.

O movimento teve maior impulso a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 no governo do então presidente da República José Sarney, tendo como um dos objetivos alinhar as discussões sobre a temática, a fim de levá-la para a Constituinte, que iniciaria no ano seguinte. A Constituinte estabeleceu a obrigação do Estado em promover políticas públicas, a fim de garantir os serviços de saúde de modo universal e gratuito para todos os cidadãos brasileiros, o que foi especificado, em seus vários níveis e atribuições para cada ente público na esfera municipal, estadual e federal, por meio da Lei orgânica federal n.8.080/1990.

Esses anos de transição e efetivação da democracia foram marcados por uma intensa participação da sociedade civil, com o objetivo de garantir a cidadania dos grupos tradicionalmente marginalizados da sociedade brasileira. Nesse sentido, a partir da década de 1990, alguns desses grupos passaram a

compreender as ONGs como espaços pertencentes do Terceiro Setor, expressão que começou a ser utilizada naquele período por acadêmicos para designar um ator social a ser utilizado – por meio dos trabalhos das organizações e entidades não governamentais – para minorar os efeitos da desigualdade social no país e lutar pela garantia da efetividade dos direitos sociais, sendo o Terceiro Setor, compreendido nessa perspectiva de atuação, “um espaço de compromisso e luta rumo à equidade e à justiça social, valorizando as potencialidades humanas e conscientizando sobre a importância de transforma-se em sujeito político, construtor e executor de práticas democráticas e cidadãs”, conforme explica Barbosa (2006, p. 175).

O ingresso da discussão, aponta Boscari e Silva (2015, p. 109-110), sobre o Terceiro Setor no debate sobre as questões sociais foi um fator fundamental para o processo de ressignificação do papel do Estado nessa área, atuação que era baseada até aquele momento em uma concepção assistencialista, cuja primeira regulamentação legal no Brasil foi em 1938, período em que ocorreu a criação do Serviço Social pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

Esse foi o primeiro organismo estatal destinado unicamente ao campo da assistência social no Brasil; seguido, em 1942, pela criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de oferecer auxílio às famílias dos pracinhas que tinham lutado na Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, os trabalhos da LBA foram estendidos para a prestação de serviços sociais voltados aos cuidados da população em situação de vulnerabilidade social (Boscari; Silva, 2015, p. 109-110).

A LBA foi extinta em 1 de janeiro de 1995, no mesmo período em que as discussões sobre o Terceiro Setor e a atuação das ONGs propunham novas formas de práticas sociais não assistencialistas. Uma dessas práticas, aponta Resende (2000, p. 6), foi a Comunidade Solidária, criada durante o governo FHC e baseada a partir da proposta de uma atuação conjunta entre o governo e a sociedade civil com objetivo de atuação na área social, sem eximir o Estado das suas responsabilidades sociais, conforme explicava a primeira-dama e responsável pela iniciativa, Ruth Cardoso.

Atuação e ativismo das Organizações da Sociedade civil

Os processos sociais abordados se integram às discussões sobre as políticas públicas relacionadas à prevenção ao HIV e o tratamento aos infectados pelo vírus. Nesse contexto, em que a aids já era compreendida como uma patologia com implicações não apenas na saúde pública, mas também na área social, as Organizações da Sociedade Civil tiveram um papel preponderante no estabelecimento de uma nova visão assentada não apenas na solidariedade, mas também no respeito à diversidade e às minorias, no contexto de uma doença que inicialmente atingiu principalmente os homens gays – historicamente vítimas do preconceito em razão da sua orientação sexual –, os usuários de drogas injetáveis, os profissionais do sexo e hemofílicos (Mann; Tarantola; Netter, 1993, p. 48).

Nesse sentido, a construção das novas práticas de intervenção social no Brasil, das quais fazem parte as organizações sociais voltadas para o público diagnosticado com o vírus HIV, coincidiu com o auge do contágio da doença e das mortes em consequência do vírus no país, conforme aponta o UNAIDS (2022). Naquele momento, a expansão avassaladora da doença pelo mundo trouxe mudanças na sociedade em vários aspectos: social, econômico, de costumes e saúde pública, mas principalmente trouxe um novo olhar sobre os direitos sociais, levando ao debate sobre a luta pelo respeito à condição humana dos pacientes infectados pelo vírus, que nos primeiros anos da doença carregavam no resultado positivo para o HIV a quase certeza da morte física.

Valle (2002, p. 181) destaca a categoria dos vínculos sociais que foram formados a partir da epidemia de HIV no Brasil, e frisa o trabalho das ONGs, dos movimentos sociais, das comunidades e demais atores da sociedade civil, que mesmo distantes geograficamente compunham o mundo social da aids. Para Valle (2002, p. 186), foi a partir do trabalho dessas organizações e movimentos que a imprensa começou, a partir do início da década de 1990, a adotar uma mudança no discurso acerca do HIV, enfatizando estudos com evidências de que não apenas os homens gays, os usuários de drogas injetáveis e outros grupos considerados de risco poderiam ser infectados; mas todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, desde que tivessem relações sexuais sem o uso de preservativos, compartilhassem seringas ou recebessem transfusões de sangue em bancos que não tivessem o correto processo de triagem.

As ONGs e demais atores sociais passaram a fazer parte do chamado “Espaço Aids”, expressão utilizada por Barros e Vieira-da-Silva (2017, p. 1) como uma forma de designar as ações dos grupos pertencentes a áreas diversas como a medicina, política, burocracia e as próprias ONGs, que atuaram de alguma maneira na formulação de políticas públicas voltadas para epidemia de HIV no Brasil. De fato, não é possível compreender a evolução histórica da doença no país sem levar em consideração o trabalho desses atores e a noção do “Espaço Aids”. Isso porque as políticas públicas voltadas para o HIV no Brasil demoraram quase duas décadas e quatro governos até serem estruturadas a nível nacional como atualmente, tendo como principal característica a universalização dos medicamentos antirretrovirais.

As transformações no Espaço Aids entre os anos 1983 e 2001, articuladas à democratização do país e aos desdobramentos da Reforma Sanitária Brasileira nesse período, resultaram na operacionalização de uma política com características consideradas exemplares, como a universalidade e a não discriminação. A implementação dessa política materializou na prática o princípio do SUS de integralidade. O protagonismo do Espaço Aids, nesse sentido, decorreu de uma mobilização específica de profissionais de saúde, militantes da Reforma Sanitária Brasileira e ativistas das ONGs/Aids cuja competente articulação com o campo jurídico e político possibilitaram a universalização do tratamento (Barros; Vieira-da-Silva, 2017, p. 125).

Diante disso, as organizações da sociedade civil voltadas para a temática HIV/aids assumiram várias funções, sendo elas: a constituição dos espaços de acolhimento

para os soropositivos, criando laços de solidariedade; a luta contra o estigma social por meio da conscientização da sociedade sobre a doença com base nas informações científicas que surgiam; e ainda as tarefas políticas, desenvolvidas no sentido de criar canais de articulação com o poder público para institucionalização dos direitos dos pacientes com HIV, como o acesso universal dos medicamentos antirretrovirais (A. Lima, 2019, p. 55).

Esse foi um dos indicativos, assinala Nascimento (2005, p. 103), identificado em meados da década de 1990 que mostraram a importância das ONGs na participação efetiva nas discussões sobre as políticas públicas voltadas para a área do HIV; somados, em 1994, ao empréstimo firmado pelo governo federal junto ao Banco Mundial, estabelecendo o Comitê de Avaliação e Seleção de Projetos. Subordinado ao Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, esse comitê visava a seleção dos projetos das ONGs e entidades da sociedade civil para receber financiamento do Ministério da Saúde.

Até aquele momento, aponta Silva (2022, p. 94), parte do financiamento para a realização das atividades das ONGs brasileiras HIV/aids vinha de organismos internacionais, como a Fundação Ford, que a partir de 1987 teve um papel importante no estabelecimento dessas entidades no cenário brasileiro e para o financiamento das pesquisas na área de ciências sociais, que proporcionassem o desenvolvimento de políticas públicas abrangentes em todos os níveis sociais afetados pela epidemia de HIV.

Uma das ONGs que se destacou nesse período foi a Associação Brasileira

Interdisciplinar de AIDS, a ABIA, fundada em 1986 pelo sociólogo Herbert de Sousa. A ABIA, ressalta Fernando Lima (2019, p. 92), se destacou por um trabalho pioneiro nas análises e estratégias de comunicação e articulação com outros atores e instituições sociais como a Igreja Católica e não apenas o governo, realizando, portanto, um novo tipo de ativismo social, marcado pelo permanente diálogo e visão estratégica da conjuntura daquele momento.

Nesse sentido, destaca-se o ativismo social enquanto instrumento de ação, conforme apontam Siedschlag e Lana (2023, p. 3), para quem essa prática se caracteriza como um mecanismo por meio do qual determinados grupos, sem acesso aos meios institucionais e midiáticos, desenvolvem atividades que confirmam visibilidade para determinados problemas sociais.

Indo na mesma direção conceitual descrita acima, Henriques (2007, p. 93) destaca que o processo que possibilita as ações desenvolvidas a partir do ativismo social e, portanto, conferindo características de mobilização social ocorre a partir de uma visão comum de valores e discursos presentes nos indivíduos pertencentes a determinados grupos. Para o autor, é a partir dessa visão conjunta sobre determinados problemas sociais que as estratégias comunicacionais vão sendo formadas no interior desses grupos.

Essa comunicação, que se constitui em uma das categorias em que se baseia o ativismo contemporâneo, é apontada por Henriques (2007, p. 94) como um canal que permite entender as novas estratégias desenvolvidas por esses grupos, cuja ação está baseada na horizontalidade

mobilizadora, ao criar um espaço de coesão entre os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo de ação; e a visibilidade da causa, na tentativa de pautar na agenda midiática as atividades realizadas e a necessidade de implementação na pauta governamental das ações requeridas.

A decisão de promover propostas alternativas por meio da formulação de políticas públicas teve o objetivo de estabelecer novos caminhos para as ações de enfrentamento ao HIV no Brasil. De tal modo, a ABIA não tinha como foco o assistencialismo, mas o propósito de realizar discussões que gerassem diagnósticos sobre o panorama do HIV no Brasil, desenvolvendo uma visão crítica e a profissionalização dos seus integrantes nas questões ligadas à área de atuação (F. Lima, 2019, p. 94).

Práticas da comunicação organizacional das ONGs

Ao analisar as novas formas de mobilização social em torno das entidades sem fins lucrativos como as ONGs, Kunsch (2007, p. 65-69) desenvolve o termo “cidadania planetária” para descrever o processo de organização de atores da sociedade civil em torno de temas sociais e de enfrentamento a um cenário de “globalização autoritária assimétrica”, que afetou vários países em desenvolvimento econômico na década de 1990, como é o caso do Brasil.

Segundo Kunsch (2007), a comunicação assume um papel importante diante do cenário contemporâneo, marcado pela

internacionalização da economia em um mundo globalizado. Para a autora, cabe ao profissional de comunicação desenvolver uma visão estratégica no sentido de promover a crescente abertura e visibilidade nos espaços públicos dos movimentos sociais e das ONGs, nas quais desenvolve o trabalho das ferramentas comunicacionais.

Na esfera de atividades realizadas pelas organizações sem fins lucrativos, o tipo de comunicação desenvolvida é de nível organizacional. De tal modo, para Kunsch (2008), a comunicação organizacional é o campo perpassado por diversas vertentes, onde a área é compreendida, inicialmente, como uma disciplina acadêmica que estuda os fenômenos comunicacionais e todas as dinâmicas e categorias relacionadas, à exemplo das organizações sejam elas de quaisquer segmentos.

Ainda segundo Kunsch (2008), na comunicação organizacional são analisados todos os sistemas, fluxos, níveis e processos que transcorrem nas organizações. Isso fará com que nessa área se busque a “construção e disputa de sentidos no âmbito das relações intersubjetivas e, por isso, os atores envolvidos desempenham vários papéis sociais e constroem identidades múltiplas” (Baldiçera, 2022, p. 53).

A centralidade dessa busca e dos processos ocorre nas organizações que vêm assumindo um papel mais decisivo nas sociedades por ser o ambiente onde esses atores desenvolvem essas relações e trocas não apenas internamente, mas também com público externo. Diante disso, cabe, inicialmente, para o entendimento de tais processos, uma abordagem sobre o conceito de organização e como ele se relaciona, nesse

contexto, à categoria da comunicação organizacional em que está inserido este artigo.

Nesse sentido, Kunsch (2003) define as organizações a partir de dois aspectos, observados com base no desenvolvimento prático e social, sendo o primeiro referente aos atos administrativos que se personificam na atuação das organizações a partir da necessidade de organizar as esferas e os setores inseridos no espectro das ações das atividades propostas. O segundo aspecto, assinalado pela autora, se refere às questões humanas que o conceito carrega, principalmente em relação ao conjunto das pessoas que, partilhando de um propósito comum, desenvolvem funções e atividades pretendendo chegar à concretização dos seus objetivos.

A partir da compreensão desses dois aspectos, é possível concluir que, inicialmente, o termo cabe às organizações do Estado, ao mercado e ao Terceiro Setor. Para além das áreas de atuação, conforme já foi apresentado, um dos aspectos que diferencia esses segmentos sociais no desenvolvimento das suas atividades, no que se refere ao campo prático do conceito de organização, é o papel da comunicação como processo mediador entre as relações dessas organizações com seus públicos interno e externo e a função que ocupa para a realização do programa organizacional delineado no campo da missão, visão e valores.

Esse programa assume um duplo papel, sendo o primeiro para nortear os membros e os funcionários sobre o percurso a ser seguido e o que se pretende conseguir organizacionalmente, e o segundo voltado para o público externo, no sentido de apresentar o que se pretende oferecer como serviços e bens para ele, que, a depender

do setor no qual a comunicação está sendo desenvolvida, poderá ser chamado de cidadão, na esfera das organizações públicas; de clientes, nas empresas privadas e de beneficiários e mantenedores, nas organizações do Terceiro Setor.

Enquanto no governo e nas empresas privadas o esquema de relação comunicacional ocorre basicamente entre dois atores: o governo e o cidadão e empresa e cliente, respectivamente; nas ONGs há três. A comunicação delineada nessa perspectiva opera, portanto, com outra proposta de valor, baseada, de acordo com Utsunomiya (2007), em causas sociais, diferenciando-se dos demais setores por não ter como objetivo o lucro financeiro, no caso das empresas privadas ou interesses políticos, como acontecem nas esferas governamentais.

É com base nessa perspectiva que a comunicação é trabalhada nas ONGs e requer uma atenção maior do pesquisador, conforme ainda destaca Utsunomiya (2007), pois o ambiente onde acontece o processo comunicacional nas organizações sem fins lucrativos é caracterizado pela complexidade em razão do sentido simbólico presente nas relações entre as organizações e o seu público externo. São essas trocas simbólicas as responsáveis pelo caráter modular das ações administrativas e de comunicação, delineadas pelos responsáveis por setores organizacionais e de comunicação das entidades sociais.

Oliveira (2022) destaca o caráter social e político das organizações e como essas características influem na absorção, por parte das organizações, das tendências culturais e econômicas circulantes na sociedade em que as atividades organizacionais se

desenvolvem. Isso faz com que se estabeleça uma relação com o público externo, aponta o autor.

É esse o cenário adentrado pela comunicação organizacional, tornando as organizações, enquanto atores sociais, “um fenômeno comunicacional contínuo e, como tal, [que] se auto-organiza graças à interação comunicativa e reconhecidas como um espaço de interações que se constrói em torno das ideias de disputas de poder, linguagem, construção de sentido” (Oliveira, 2022, p. 43).

Esse componente que a comunicação tem na área organizacional e administrativa pode proporcionar uma integração entre as partes que compõe a organização, possibilitando, assim, o equilíbrio e o encadeamento das suas funções (Torquato, 2015). Para o autor, uma organização só consegue se desenvolver e ter continuidade com obtenção dos seus objetivos a partir do sistema comunicacional por ela criado, propiciando a efetivação das suas estratégias nos sistemas políticos, entendidos nesse campo como o conjunto dos valores norteadores organizacionais e da visão estratégica do ambiente em que está inserida; o sistema econômico-industrial que, compreendendo fundamentalmente as empresas privadas, se constitui na perspectiva mercadológica e nas leis de mercado; e, por fim, o sistema do microclima interno das organizações, em que as políticas e estratégias organizacionais e comunicativas são geradas, sendo a esfera na qual ocorre as relações entre membros e coordenadores das organizações. Independentemente do segmento organizacional, o primeiro e o terceiro sistema descritos se apresentam nas organizações, com exceção do segundo, em que predominam as atividades das empresas privadas.

A comunicação assume, desse modo, uma função de análise dos ambientes interno e externo das organizações e de aplicação das estratégias responsáveis pelo direcionamento das mensagens que serão recebidas pelo público-alvo das organizações. São esses papéis da comunicação que formam a cultura organizacional do ambiente interno, destacada por César (2008), composta por quatro aspectos: o primeiro, referindo-se ao problemas de gestão organizacional, entende que cada organização apresenta uma dinâmica própria e mesmo naquelas inseridas no mesmo segmento setorial – a exemplo das entidades do Terceiro Setor – é possível analisar especificidades de gestão, oriundas a partir da forma como são conduzidas as atividades administrativas e de comunicação.

O segundo aspecto, destacado pela autora, é em relação à integração das pessoas que fazem parte das rotinas administrativas e de comunicação das organizações e como devem ser conduzidas as metas e planos de trabalho, tendo em vista formar a sinergia necessária para a concretização dos objetivos em comum.

O terceiro aspecto consiste nas crenças e valores organizacionais circulantes no ambiente interno e como, em conjunto, elas influem no direcionamento dos planos das organizações. Por fim, o quarto aspecto relaciona-se às políticas comunicacionais direcionadas para o público interno, no sentido de encaminhar mecanismos integradores para a coesão das funções desenvolvidas dentro das organizações.

Os quatro aspectos citados evidenciam como mesmo dentro do mesmo segmento é necessária uma visão diferenciada sobre os problemas e desafios que cada organização

apresenta e como a perspectiva das funções organizacionais levam a caminhos diferentes para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, seja qual for a causa em que atuam.

Considerações finais

Durante o processo de construção deste artigo buscou-se estabelecer uma linha coesa que proporcionasse um sentido lógico textual no encadeamento das categorias relacionadas ao tema e objeto da pesquisa, que foram abordados ao longo do texto, inserindo-as entre os campos da comunicação, ONGs, o HIV e das lutas sociais na América Latina.

Nesse sentido, compreendeu-se que as ONGs focadas na temática HIV/aids atuaram desde o início das suas trajetórias na década de 1980 em um relação diversa, no sentido da promoção da dignidade das pessoas infectadas pelo vírus e na formação dos vínculos sociais e identitários desses grupos, entre os quais o sociólogo Herbert de Sousa. Este participou ativamente durante o exílio dos debates sobre as novas formas de cidadania e emancipação popular frente ao autoritarismo militar e à continuidade das mazelas sociais, às quais estavam submetidas as classes subalternas na América Latina. Assim, essas discussões vieram a se integrar à luta social no contexto da epidemia de HIV no Brasil, que acabou por vitimá-lo.

Buscou-se, ao longo deste artigo, situar no panorama histórico os fatores condicionantes que levaram às transformações sociais

ocorridas na segunda metade do século XX no Brasil e como elas estão vinculadas à tradição de luta latino-americana, em que não bastava apenas uma atuação de caridade, mas era necessário realizar a militância social com maior enraizamento na sociedade, tendo em vista um novo sentido de ativismo; contudo, sem excluir os grupos religiosos, mas absorvendo o seu sentido social e conferindo-lhe uma perspectiva de atuação profissional e de emancipação popular.

Diante da não concretização da cidadania, surge a necessidade do agrupamento de indivíduos com os mesmos interesses e demandas, que por meio da mobilização social reivindicam junto ao poder público medidas no sentido de preencher as lacunas ou mesmo de complementação das ações governamentais, para que possam desenvolver ações nesse sentido.

Foi nesse contexto que se desenvolveram as entidades sem fins lucrativos no Brasil voltadas para a temática do HIV, inicialmente no sentido de acolhimento dos soropositivos e prevenção de novos casos, para depois – em conjunto com o acolhimento – atuar na assistência alimentar, jurídica, psicológica, de moradia e outras necessidades identificadas ao longo do processo de escuta desses indivíduos. ■

[OSÉAS BATISTA DOS SANTOS]

Jornalista e mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Comunicação e Mestrado
Profissional da Universidade Federal do Maranhão
(UFMA). Desenvolve pesquisas na área de
Comunicação organizacional e Terceiro Setor.
E-mail: oseas.batista@discente.ufma.br

[FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA]

Doutora em Comunicação pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Professora do Departamento de Comunicação e
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Mestrado Profissional da Universidade
Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: flavia.moura@ufma.br

Referências

ALVES, Ana Maroso et al. Para além do acesso ao medicamento: papel do SUS e perfil da assistência em HIV no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, p. 1-9, 2023.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.

BALDISSERA, Rudimar. Notas para uma epistemologia da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 49-64.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 173-186, 2006.

BARROS, Sandra Garrido de; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. A terapia antirretroviral combinada, a política de controle da Aids e as transformações do Espaço Aids no Brasil dos anos 1990. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 114-128, 2017.

BERGER, Christa. **A pesquisa em comunicação na América Latina** [Apontamentos de sala de aula]. Disciplina: Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências. [S. l.]: [s. n.], 2001. p. 241-277, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4564366/mod_resource/content/1/berger_americalatina.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, Caçador, v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco [...]. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

CÉSAR, Ana Maria Roux Valentina Coelho. Comunicação organizacional e cultural. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 25-46.

CIOTTA, Tarcílio. **O conceito de sociedade civil em Hegel e o princípio da liberdade subjetiva**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CORDEIRO, Janaína Martins et al. (org.). **À sombra das ditaduras**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

CORREIA, Fernando da S. **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx**. Lisboa: de Análise Económica de Regulação Social; Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 13-21, 2009.

FONSECA, Luciana Kelly da Silva et al. Análise da estigmatização no contexto do HIV/AIDS: Concepções de Pessoas que Vivem com HIV/AIDS. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2020.

FICO, Carlos. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GRMEK, Mirko. O enigma do aparecimento da Aids. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 229-239, 1995.

GUIZARDI, Francini Lube; PINHEIRO, Roseni. Novas práticas sociais na constituição do direito à saúde: a experiência de um movimento fitoterápico comunitário. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 24, p. 109-122, 2008.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.p. 92-104.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Sociedade civil, multidadania e comunicação social. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 59-77.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2008.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, Provence, v. 9, n. 1, p. 215-239, 2002.

LIMA, Ana Cláudia Teixeira de. **O câncer gay e o orgulho gay**: a experiência da Aids para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro (1986-1995). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Fernando. Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 306-331, 2019.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel; NETTER, Thomas W. (org.). **A AIDS no mundo**: história social da AIDS. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTA, Fernando Reys (org.). **Comunicacion y busque das democracias**. México: Illet, 1983.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. AIDS no Final do Século XX. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do (org.). **As pestes do século XX**: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 81-112.

NORONHA, José Carvalho de; PEREIRA, Telma Ruth. Princípios do sistema de saúde brasileiro. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (org.). **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica dos sistema de saúde brasileiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 19-32.

OLIVEIRA, André Luiz de. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 31-42, 2012.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. A comunicação organizacional no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling et al. (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 49-64.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 31, p. 31-54, 2020.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória, ES: Edufes, 2024.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e terra, 2007.

REIS, Elisa (org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. Rio de Janeiro: Letras, 2013.

RESENDE, Luis Fernando de Lara. **Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais**. Brasília, DF: Ipea, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. Buenos Aires: Emecé, 1984.

SIEDSCHLAG, Djeison; LANA, Jeferson. O efeito do ativismo social em organizações: uma visão integrativa da literatura. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1-14, 2022.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p. 326-351, 2006.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. ONGs/Aids, intervenções sociais e novos laços de solidariedade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, p. S129-S139, 1998.

SILVA, Sandro Coutinho da. **A resposta brasileira à AIDS: o percurso dos anos iniciais das ONGs até 2001**. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Wellington Teodoro; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, p. 1-37, 2020.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação nas organizações: empresas privadas, instituições e setor público**. São Paulo: Summus, 2015.

UNAIDS. **Estatísticas**. Brasília, DF, UNAIDS, 2022. Disponível em: <https://unaid.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

UNAIDS. **Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil**. Brasília, DF, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://unaid.org.br/2019/12/estudo-revela-como-o-estigma-e-a-discriminacao-impactam-pessoas-vivendo-com-hiv-e-aids-no-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UTSUNOMIYA, Fred Izmumi. Relações Públicas na gestão da comunicação institucional no terceiro setor. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 310-324.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, 2002.

WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

DIFUSÃO
SUSTENTÁVEL
DE CULTURAS
MARGINALIZADAS:
O REGISTRO DE
PASSO A PASSO
DA CASACA DE
BATE-BOLA

[DOSSIÊ]

Fernanda Moraes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Nilton G. Gamba Junior

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Neste artigo, apresenta-se a aplicação do método de registro passo a passo, parte da Metodologia de Design de Histórias, elaborada no Laboratório de Design de Histórias (Dhis), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em uma pesquisa de campo cujo objeto de estudo é o festejo dos Bate-Bolas, do Rio do Janeiro. Com o objetivo de mapear e divulgar o processo produtivo da casaca, peça central na indumentária confeccionada pelos brincantes, produziu-se um vídeo documentário sobre esse conteúdo. Essa foi uma estratégia de imersão no campo, para coleta de dados e posterior análise semiológica do contexto complexo no qual a casaca é criada, e aqui a documentação dos processos fabris se consolida como método relevante para a difusão sustentável sobre culturas marginalizadas.

Palavras-chave: Design. Método. Sustentabilidade social. Passo a passo. Bate-Bola.

This article presents the application of a step-by-step recording method, part of the *Metodologia de Design de Histórias* developed at the *Laboratório de Design de Histórias* (Dhis), at Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), in a field research on the celebration of Bate-Bolas, in Rio de Janeiro. Aiming to map and publicize the production process of the vest, a central piece of the costume made by celebration-goers, a documentary video was produced. This field immersion strategy allowed us to collect data for subsequent semiological analysis of the complex context in which the vest is produced. Here, the documentation of manufacturing processes emerges as a relevant method for sustainable dissemination of marginalized cultures.

Keywords: Design. Method. Social sustainability. Step by step. Bate-Bola.

En este artículo se presenta la aplicación del método de registro paso a paso, parte de la Metodología de Design de Historias, desarrollada en el *Laboratório de Design de Histórias* (Dhis) de la Pontificia Universidad Católica de Rio de Janeiro (PUC-Rio), en una investigación de campo que tiene como objeto de estudio de la celebración del Bate-Bolas de Río de Janeiro. Con el objetivo de mapear y dar a conocer el proceso de producción del chaleco, prenda central de la confección de los fiesteros, se produjo un videodocumental sobre este contenido. Esta fue una estrategia de inmersión en el campo de recolección de datos para el posterior análisis semiológico del complejo contexto en el que se crea el chaleco, y aquí la documentación de los procesos de fabricación se consolida como un método relevante para la difusión sostenible entre culturas marginadas.

Palabras clave: Diseño. Método. Sostenibilidad social. Paso a paso. Bate-Bola.

Introdução

Este artigo relata uma fase da pesquisa de doutorado de Fernanda Morais, orientada por Nilton G. Gamba Junior, no Laboratório de Design de Histórias (Dhis) do Programa de Pós-Graduação em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O projeto de pesquisa envolve a aplicação da Metodologia de Design de Histórias no trabalho com expressões da cultura popular. Destaca-se aqui o objetivo de mapear, registrar, difundir, gerar acervo de memória local e permitir a ideação de projetos em parceria com essa metodologia, que não só conduz etapas de investigação e projeção como também gera, nas fases intermediárias, produtos para o campo.

A metodologia tem ainda em perspectiva, em um âmbito maior, a responsabilidade social e política do uso da teoria e da técnica narrativa no projeto – seja na organização de suas etapas de desenvolvimento, seja no tipo de produtos gerados ou nas formas de avaliação de impacto. Essa preocupação fundamenta-se no conceito de sustentabilidade comunicacional (Gamba Junior; Sarmiento, 2019), que oferece parâmetros de atuação nos níveis de pesquisa, análise e representação de forma socialmente responsável.

Como foco desta pesquisa, introduzimos uma manifestação da cultura popular típica no carnaval dos bairros periféricos do Rio de Janeiro, os festejos dos Bate-Bolas. Essa é uma manifestação de grande impacto cultural nesses bairros, que tem laços ancestrais com outros mascarados no mundo e movimenta, hoje, uma cadeia produtiva importante, envolvendo fornecedores nacionais e internacionais e vários sistemas de serviços locais.

Ao olhar para uma expressão com a abrangência quantitativa e qualitativa dos Bate-Bolas cariocas, faz-se necessária a organização de recortes em uma amostragem ampla. Dessa forma, apresenta-se, aqui, uma pesquisa que se dedica a uma parte da indumentária desses brincantes, a casaca. Essa peça é um artefato fundamental para o rito, considerada o “coração da fantasia”, constituindo o maior painel de exposição das figurações que vão ilustrar o tema do ano. Muito ornamentada, leva nas costas ilustrações de alta complexidade, pintadas com a técnica da gliteragem. O estudo da casaca nesta pesquisa constitui, portanto, a porta de entrada para o contexto cultural no qual ela se insere, segundo a visão de seus criadores e usuários, e conhecer o seu processo produtivo é o ponto de partida para uma análise semiológica do contexto complexo no qual ela é criada.

Como descrito acima, na Metodologia de Design de Histórias, a imersão no campo e as etapas iniciais de pesquisa geram produtos intermediários que dialogam com o objetivo central do processo. Atendendo a essa demanda, a semiologia da realidade de Pasolini (1981), ao articular aspectos estéticos, sociais e políticos, favorece a análise crítica sobre contextos culturais e se apresenta, portanto, como base teórica para a investigação. A obra de Pasolini (1981; 1990) sobre o risco de desaparecimento de manifestações locais periféricas entra em diálogo com o conceito benjaminiano de intermitência, no livro *A sobrevivência dos vaga-lumes*, de Didi-Huberman (2011).

Assim, a triangulação entre as visões desses autores em diferentes contextos históricos (primeira e segunda metades do século XX e primeira metade do século XXI)

subsídia a elaboração de categorias de análise mais interdisciplinares e reitera a dimensão histórica de todo o processo.

Neste artigo, descreve-se o processo de registro e difusão, com a geração de produtos intermediários, na observação da produção das casacas dos Bate-Bolas, abordando também a justificativa e a relevância da pesquisa. A comunicação sobre a manifestação é, sem dúvida, um ponto relevante para o estudo de certos estigmas culturais que o festejo sofre.

A comunicação sobre os Bate-Bolas: estereótipos e estigmas

A manifestação dos Bate-Bolas é um festejo de mascarados que acontece durante o período do carnaval nos bairros periféricos do Rio de Janeiro e adjacências na Baixada Fluminense. Os brincantes se organizam em turmas que, anualmente, produzem fantasias extremamente complexas do ponto de vista estético, hoje elaboradas segundo critérios de luxo, beleza e inovação. Esse caráter ostentatório, no entanto, é relativamente recente, visto que, inicialmente, a brincadeira consistia no medo provocado pelo anonimato e pelo pique associado com o bater da bola no chão.

Apesar de sua tradição e força expressiva – até 2019, estimava-se a existência de 400 a 700 turmas (Silva, 2019) –, a cultura Bate-Bola é pouco conhecida pela população de outras regiões do Rio de Janeiro, por conta de sua ausência nos bairros frequentados pela elite. Assim, permanece ainda marcada por estigmas e preconceitos, predominantes

entre aqueles(as) que não têm envolvimento com o festejo, devido, especialmente, à ação da mídia hegemônica, que, constantemente, reforça sua associação com a criminalidade e a violência.

No período do carnaval, a maior parte das notícias veiculadas nos grandes jornais sobre os Bate-Bolas retrata situações de briga entre as turmas, pessoas usando máscaras e fantasias (se valendo do anonimato) na prática de crimes, e abundam as imagens de fantasias apreendidas por policiais, como se elas próprias fossem armas ou artigos ilícitos.

À parte o sensacionalismo de algumas imagens e manchetes, existem, sem dúvida, violência e criminalidade no universo dos Bate-Bolas. Entretanto, o problema é que essa seja a única face exposta pela mídia, pois assim se constrói uma imagem estereotipada, preconceituosa e estigmatizante. Se antes o caráter do medo era algo saudável e parte da brincadeira do festejo, hoje, essa ideia foi subvertida pelo aumento dos índices de violência e criminalidade e pelo estado de insegurança e vulnerabilidade instalados no cotidiano das áreas que sofrem com a desigualdade social e são negligenciadas pelo poder público. A ideia do terror, relacionado anteriormente ao festejo como um jogo, ganha, na contemporaneidade, outra dimensão.

Além dos flagrantes ataques da mídia hegemônica, há outros processos mais sutis que, igualmente, intoxicam a comunicação relativa ao festejo dos Bate-Bolas, associados ao racismo e ao preconceito cultural dirigido à população pobre brasileira. Pasolini (1990) e Jessé Souza (2009) dialogam ao expor os processos de dominação do centro sobre a periferia, pelas vias da dominação cultural, com vistas à manutenção de privilégios.

A produção estética dos Bate-Bolas é altamente referenciada em elementos da cultura de massa. Pasolini já alertava para os perigos da cultura do consumo e da padronização do desejo, sobretudo para a população pobre, que, além de se desconectar de sua identidade, termina por se frustrar pela opressão de seu desejo, em razão da falta de condições financeiras. Se os Bate-Bolas trazem esse referencial em suas fantasias, é para expressar esse desejo oprimido e porque outro referencial lhes foi negado, como parte da estratégia de dominação das elites.

Nesse sentido, Jessé Souza (2009) revela o interesse das elites na perpetuação dos discursos racistas, que têm como intenção reforçar os estigmas sobre a parcela oprimida da população, a fim de perpetuar seus privilégios econômicos e culturais e sua ação na manipulação desses discursos, resultando na constante marginalização e na opressão da população pobre. Negar reconhecimento e valor à produção cultural periférica faz parte do jogo de manipulação e sustentação do *status quo*. Assim, a produção dos Bate-Bolas será criticada porque não é do interesse da classe dominante validar qualquer tipo de produção que represente um caminho para a emancipação.

A desqualificação da cultura dos Bate-Bolas por parte das elites acontece, portanto, pelo não reconhecimento do seu valor, dado o fato de o julgamento delas se pautar no referencial da cultura de massa. Para isso, contribui, ainda, a crítica aos temas que eles trazem para as ruas, às vezes considerados politicamente incorretos, segundo a moral burguesa, sem que se levem em conta os abismos sociais e a consequente existência de uma moral alteritária. A imposição de padrões burgueses de conduta e moral constitui uma forma de opressão,

porque, se descontextualizada, só tem como efeito a invalidação da produção periférica, a desmoralização e o comprometimento da autoestima e a segregação, reforçando as desigualdades sociais e os privilégios das classes hegemônicas por meio da dominação cultural.

Enquanto a cultura Bate-Bola representa medo, violência e criminalidade para grande parte da população carioca, sobretudo a elite – que não tem contato direto com a cultura –, para os Bate-Bolas, sua própria cultura tem uma significação bem diferente. Em nossa pesquisa de campo, observamos que, para os brincantes, o festejo está associado a valores como arte, beleza, trabalho, técnica, cuidado, socialização e encantamento. Atualmente, o ápice da comemoração acontece nas saídas das turmas, momento em que os brincantes revelam para o público a fantasia produzida para aquele ano, em uma espécie de desfile performático, com corrida, música e fogos de artifício. A intenção dessa performance é levar beleza, alegria e encantamento para o público que aguarda a saída. A fantasia, portanto, é um elemento central. Há disputa entre as turmas sobre qual fantasia é a mais bonita, de acordo com seus critérios de luxo, beleza e inovação. Por isso, os Bate-Bolas dão grande importância a todo o processo de confecção, buscando sempre explorar novos recursos gráficos, materiais e técnicos.

Dada a importância e a complexidade da confecção das fantasias, há uma significativa cadeia produtiva, que gera trabalho e renda para muitos dos envolvidos com o festejo, seja na comercialização dos materiais necessários ou na prestação de serviços de desenho, estampa, pintura, costura, produção de adereços, acessórios etc. A produção das fantasias dura o ano todo, pois, para além

do período do carnaval, a cultura Bate-Bola está presente nas festas e nos eventos organizados pelas turmas para levantar fundos e na socialização que acontece nos barracões, locais onde as fantasias são produzidas de forma coletiva, às vezes envolvendo os próprios integrantes das turmas.

Em resposta à imagem negativa perpetuada pelas mídias hegemônicas e para atender às necessidades de comunicação entre os brincantes, eles próprios criam e gerenciam canais alternativos nas redes sociais, como o “Equipe Bruno Magia! Mais Carnaval! Menos Ódio”¹, produzido por Ednaldo e dedicado à documentação de saídas e eventos de diversas turmas, e o “Jhaba Conceito OFC”², no qual Bruno Jhaba ensina e demonstra diversas técnicas envolvidas na confecção das fantasias, ambos na plataforma YouTube.

Portanto, para os Bate-Bolas, o festejo é sobre alegria, beleza, encantamento, socialização e respeito. Porém, sabendo que há turmas que ainda o utilizam para gerar brigas e violência, há, de um modo geral, preocupação e cuidado com a preservação da paz e do respeito durante as festas, que contam, também, com a participação de muitas famílias e crianças.

O Dhis, há muitos anos, vem nessa direção, tentando colaborar para o que seria uma maior sustentabilidade comunicacional do evento, ou seja, para comunicar de forma menos tóxica, compreendendo haver duas questões sobrepostas: em primeiro lugar,

não há vínculo com a criminalidade por parte de muitas turmas, que se organizam em torno de famílias e amigos com objetivo de celebrar, preservar uma manifestação ancestral e ampliar as relações com seu bairro e seu entorno; em segundo lugar, não se trata de uma busca de higienização do festejo. A proximidade regional, social e política do crime é fruto do abandono histórico de um estado racista e de políticas genocidas. Logo, manifestações que emergem nesse contexto serão diretamente relacionadas a ele – não autônomas ou artificiais. Assim como o samba, a capoeira ou o funk foram historicamente estigmatizados por outros grupos sociais pela associação com o crime, os Bate-Bolas também o são e vão sobreviver, independentemente de uma assepsia pleiteada pela burguesia e pela aristocracia de outros grupos sociais.

Observa-se, assim, um descompasso entre as colocações da mídia e da memória coletiva e aquelas postas pelos representantes do movimento ao longo da pesquisa de campo. Enquanto na primeira situação as percepções estão no campo semântico do medo, da violência e da pobreza, na segunda elas se encontram no campo semântico da arte, da técnica e do cuidado. Tal discrepância, enraizada nas tensões entre centro e periferia, produz dois discursos em disputa: de um lado, o que aqui trataremos como “olhar de fora”, correspondente à percepção majoritária entre a elite desconectada do movimento da cultura, contaminada pelo estigma redutor da violência e da criminalidade; de outro, o “olhar de dentro”, correspondente à visão dos brincantes e demais envolvidos com os festejos, que desejam o reconhecimento e a valorização da sua arte e a garantia do direito de realizar seu festejo e manifestar sua cultura, independentemente do olhar da elite para a sua estrutura.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/@EdnaldoBrunomagia>. Acesso em: 7 nov. 2024.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/@jhabaconceitoofc8623>. Acesso em: 7 nov. 2024.

[Figura 1]

Saída da turma Animação, de Jacarepaguá, no carnaval de 2023.



Fonte: Acervo Dhis.

Uma proposta de comunicação socialmente responsável: a pesquisa sobre processos produtivos

Baseado nos conceitos de semiologia da realidade e pedagogia das coisas, de Pier Paolo Pasolini (1981, 1990), a responsabilidade social inclui uma ampliação da visão comunicacional, associando ensinamentos, modelos de vida e valores à ideia de produção de conhecimento. Além disso, a perspectiva de uma comunicação híbrida (diferentes veículos, técnicas e linguagens) fica explícita na noção de “coisas”. São as coisas, na amplitude do que elas indicam (formas, cores, movimentos, textos, áudios e outros estímulos), que nos ensinam quem nós somos, em que sociedade estamos.

Como enfrentamento, uma análise complexa que envolve esses múltiplos sentidos e funções – a semiologia das coisas

(da realidade). Entre a sintaxe, a semântica e a dimensão pragmática, ela envolve níveis de “realidade” que vão do texto ao movimento, passando pela arquitetura ou pela luz. Nessa perspectiva ética e política de enfrentamento, a literacia híbrida é uma responsabilidade social no recorte apontado neste texto: a sustentabilidade comunicacional – a dimensão cultural dos processos multissensoriais de produção de sentido.

Se Pasolini aponta riscos como o genocídio cultural ou a morte dos vagalumes (vagalumes, aqui, constituem uma metáfora do autor para a sutileza da cultura local), Didi-Huberman propõe um olhar menos apocalíptico e uma ideia de intermitência onde memória e experiência – conceitos benjaminianos (Benjamin, 1994) – possibilitam categorias de análise para pensar renascimentos. Com foco nessa semiopedagogia pasoliniana, a metodologia de design de histórias foca na produção de acervos culturais em cada etapa da pesquisa de campo.

Além da imersão do designer, histórias de vida, processos fabris, performances e criações inovadoras geram acervo sobre a cultura local para a cultura local.

A Metodologia de Design de Histórias aplicada: documentação do Passo a Passo da casaca de Bate-Bola

A fim de pesquisar o processo produtivo da casaca de Bate-Bola, adotamos o método de documentação de passo a passo, estratégia de pesquisa imersiva em contextos alteritários. A casaca de Bate-Bola é considerada o coração da fantasia. Trata-se de uma espécie de colete, com acabamento, geralmente, em boá de plumas. Ela pode variar, tendo apenas uma imagem nas costas e fecho na parte da frente, ou uma imagem nas costas e outra na frente, com fechos nas laterais. As casacas com fecho na frente são características das turmas de sombrinha, sendo as outras usadas pelas turmas de bola e bandeira. As imagens das casacas são as mais complexas da fantasia e sintetizam o enredo. Tradicionalmente, são pintadas à mão ou em serigrafia com aplicação de glitter. Esse processo é chamado glitteragem. No entanto, com a evolução dos materiais e dos meios de produção, hoje há imagens de casaca impressas em sublimação sobre tecido com glitter em sua composição. Essa é uma alternativa menos onerosa e mais ágil. O glitter é o material mais característico da fantasia.

Fundamentados nas teorias da semiologia da realidade (Pasolini, 1981), que traz a noção de hibridismo como ferramenta

de análise sobre contextos complexos, e da linguagem pedagógica das coisas (Pasolini, 1990), que entende o artefato como parte integrante de uma realidade que se constitui como linguagem – reconhecendo, portanto, que o objeto traz em si significações –, entendemos que um estudo sobre o artefato, entendido como expressão da produção estética da cultura Bate-Bola, nos levaria a uma melhor compreensão sobre esse contexto cultural.

O objetivo da pesquisa de campo era, assim, o de coletar dados que subsidiassem uma análise híbrida sobre o artefato, contemplando aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e sociais, entre outros. Como metodologia, optou-se por começar pela pesquisa e análise de materiais e processos, pois ela traria, também, dados para os outros níveis de análise. Em consonância com o método de Design de Histórias desenvolvido no Dhis, foi decidido produzir um documentário em vídeo sobre o passo a passo da confecção da casaca, adotando estratégias de design em parceria com dimensão colaborativa (Gamba Junior et al., 2023). Nesse sentido, os artistas Bate-Bolas participaram ativamente na roteirização e na direção do documentário, seja aprovando as propostas de roteiro e direção, seja propondo soluções diretamente. O vídeo foi publicado no YouTube com o título “Pega a visão: passo a passo da casaca de bate-bola – Turma Simpatia, 2023” (Pega a visão..., 2023). A produção teve início em 2022, quando começamos a acompanhar e registrar o processo produtivo das casacas nos barracões de duas turmas de Bate-Bola para o carnaval do ano seguinte.

Conforme anteriormente abordado, a pesquisa passo a passo diz respeito ao

registro do processo fabril e é um método que vem sendo utilizado em alguns estudos do Dhis. Trata-se de uma estratégia de imersão do pesquisador no campo da cultura em estudo, consistindo na produção de registros audiovisuais sobre uma produção local, geralmente tendo um artista ou artesão como interlocutor, que faz demonstrações de suas técnicas e dos materiais utilizados enquanto explica seus fazeres. Os registros são editados em uma sequência que reproduz todas as etapas do processo produtivo do artista. Portanto, ela objetiva a produção de acervo de memória e difusão da cultura local, constituindo um produto intermediário para outras ações. No caso da pesquisa aqui relatada, tanto o vídeo quanto o processo de produção geraram materiais para posterior análise e também material referencial para a criação de um livro infantil ilustrado. Em linhas gerais, podemos descrever o método em cinco etapas: 1. planejamento; 2. aprovação da proposta e cronograma; 3. filmagens; 4. organização dos registros; e 5. edição.

- **Planejamento:** o planejamento começa com a escolha do artista ou artesão cujo trabalho será registrado, seguido de pesquisa ou levantamento de dados, no intuito de se elaborar algum conhecimento prévio sobre sua atividade e seus processos. É importante estabelecer uma primeira relação com o artista e, em uma conversa, verificar seu interesse em participar da pesquisa. Com isso, é possível esboçar uma escaleta (roteiro de conteúdo) inicial e uma estimativa da quantidade de encontros que serão necessários para a produção dos registros. Também devem ser definidas as equipes de filmagem e edição e os equipamentos para as capturas. São necessárias, no mínimo, duas câmeras

filmando simultaneamente, o que indica que, preferencialmente, a equipe deve contar com uma ou duas pessoas responsáveis pela captura de imagem e som, para que o pesquisador possa se dedicar à observação do trabalho do artista, às anotações, às entrevistas, à direção e ao roteiro. Assim, os equipamentos necessários são, pelo menos, duas câmeras ou celulares que capturem imagens com qualidade, microfones, tripés e, havendo disponibilidade, equipamento de iluminação e estabilizadores.

- **Aprovação da proposta e cronograma:** para uma melhor compreensão da proposta por parte do artista, é possível ilustrá-la com o envio de outros vídeos de passo a passo, como referência sobre o que se pretende produzir. O planejamento deve ser apresentado, preferencialmente, em um documento, para que se estabeleça um compromisso. Nele, devem constar a quantidade de encontros previstos e o esboço da escaleta, para que o artista possa avaliar a possibilidade de fazer demonstrações e simulações do conteúdo (viabilidade técnica, disponibilidade de tempo, de material e de parceiros com quem divide o trabalho), além de expressar suas primeiras considerações sobre o conteúdo proposto. Cada etapa é explicada brevemente, em tópicos que pontuam aquilo que se pretende registrar. Na medida do possível, cabe listar os materiais necessários para as demonstrações, visando evitar esquecimentos. O artista deve tecer suas considerações sobre o material. Quando estiver aprovado e ajustado, o planejamento servirá como escaleta final. O artista também necessita ter ciência de que a gravação demanda

algum tempo dedicado exclusivamente a essa atividade, pois é difícil conciliar as necessidades desse processo com o seu fluxo de trabalho normal. Portanto, para que ele se engaje no projeto, é importante que perceba uma contrapartida, seja ela simbólica ou material. Devem ser definidos, ainda, os locais das filmagens, avaliando-se sua infraestrutura e as condições de luminosidade e acessibilidade. Também, se possível, devem ser estabelecidas datas para os encontros, observando o cronograma de produção do artista, para conciliar com os registros, considerando, sempre, a possibilidade de imprevistos.

- **Filmagens:** antes de cada sessão de filmagem, recomenda-se repassar com o artista o conteúdo que deverá ser gravado e os materiais necessários, para que ele possa se organizar e preparar previamente o local para a filmagem, sobretudo se for seu próprio atelier ou espaço de trabalho. Conforme mencionado anteriormente, deve-se contar, preferencialmente, com uma equipe para auxiliar nas filmagens, com uma ou duas pessoas para operar câmeras e equipamentos de som, para que não haja sobrecarga de funções. É importante considerar que, durante a filmagem, além de cumprir funções de direção e roteiro, o pesquisador está também em um momento de aprendizagem e deve estar preparado para observar o que está acontecendo, fazer perguntas e improvisar roteiro e direção. Deve ter em mãos a escaleta e, se necessário, organizar listas de perguntas sobre os materiais, métodos e processos e fazer entrevistas para auxiliar na compreensão e no levantamento de conteúdo.

As filmagens devem ser feitas em dois tipos de enquadramento: plano americano, com a câmera posicionada em tripé, para a visão geral do artista, sua atividade e o contexto, e closes de detalhes das ações e materiais com a câmera na mão. É desejável, também, produzir registros do ambiente e do contexto em que se dá o trabalho. O artista deve usar microfone de lapela sem fio, para que suas explicações sejam gravadas enquanto ele trabalha.

- **Organização dos registros:** é necessário avaliar os registros, levantar os conteúdos registrados, organizá-los por categorias e produzir uma escaleta de edição, baseada nas etapas de produção documentadas. Esse processo deve ser feito por alguém que tenha acompanhado as filmagens.
- **Edição:** o conteúdo é organizado em sequência, o roteiro é ajustado e, então, o editor faz a edição final de vídeo e áudio. Ajustes de roteiro são discutidos sobre as propostas apresentadas pelo editor.

Notas sobre o campo

Para a produção do documentário, optamos por trabalhar com Bate-Bolas da categoria sombrinha, que tendem a produzir fantasias mais sofisticadas do ponto de vista técnico e estético. Escolhemos duas turmas, a Animação Original e a Simpatia.

A turma Animação é conhecida pela excelência de seu trabalho. Luciano Guimarães é o cabeça da turma e seu principal artista encarregado, já tendo colaborado com outras pesquisas do Dhis. Seu trabalho se destaca pelo domínio da pintura,

pela precisão e pela riqueza de detalhes. Com impressionante domínio sobre a produção das paletas cromáticas, suas pinturas, hoje, ultrapassam 150 cores, uma marca impressionante, levando-se em conta a dificuldade da execução.

Luciano se diz criador da técnica da pintura com agulha. Em lugar do pincel, usa agulhas de crochê e outros materiais para pintar com mais precisão. Ele é, provavelmente, quem inaugurou o “estilo realista” nos Bate-Bolas, que se caracteriza pela representação de figuras humanas usando muitos tons de pele para produzir efeitos de luz e sombra e redução do uso do contorno preto para separar figura e fundo. Luciano é muito influente na cultura Bate-Bola, sendo o “estilo realista”, atualmente, apreciado e cobiçado por outras turmas, que tentam replicá-lo. Acreditamos que a projeção do seu estilo vem contribuindo para a crescente obsolescência dos temas de personagens de desenho animado, histórias em quadrinhos e videogames. Vale destacar que ele valoriza o trabalho artesanal e não renuncia a essas técnicas em seu processo de produção das casacas. Além das fantasias da Turma Animação, também produz pinturas para outras turmas, por encomenda.

Luciano inaugurou a turma Animação Original em 2006, quando fez o primeiro Bate-Bola, motivado pela falta de recursos para comprar um pronto. A turma é do bairro de Curicica, na região de Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Via de regra, as turmas de Bate-Bola são movimentos bairristas, o que significa que as saídas da Turma Animação acontecem pelas ruas de Curicica, geralmente nas imediações do número 3.300 da

Estrada dos Bandeirantes, próximo à Rua Caungula. O local de concentração dos brincantes pode variar, dependendo da organização da festa a cada ano. Não há integrantes fixos, exceto o próprio Luciano e Marcos Vinícius, os cabeças de turma e principais artistas, responsáveis pela produção das fantasias. Ao longo do tempo em que acompanhamos a turma, observamos que os componentes variam de ano para ano, em uma média de 16 brincantes. Luciano se destaca na cultura Bate-Bola pelo pioneirismo técnico e estético, e isso lhe garante um status social que, por vezes, extrapola o universo dos Bate-Bolas. Em suas palavras, na turma há *“policiais e bandidos, mas, no carnaval, todo mundo respeita o Bate-Bola”*. Em muitas ocasiões, Luciano falou das dificuldades enfrentadas em sua localidade, relativas às guerras entre tráfico, polícia e milícia, que, frequentemente, restringem a mobilidade da população nas regiões afetadas. No entanto, o respeito que as pessoas têm pela sua arte lhe garante maior facilidade de circulação. Sua turma é cobiçada e respeitada.

A turma Simpatia foi fundada em 2007 por Glauber Silva, ainda hoje o artista responsável pela produção das fantasias. Conhecemos seu trabalho por meio de publicações no Instagram, e foi neste projeto que inauguramos o contato.

A turma é de Guapimirim, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, vizinho de Teresópolis, Petrópolis, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Magé. As saídas acontecem no centro da cidade de Guapimirim, atualmente na Beira Linha, contando com um total de 30 componentes, que se revezam a cada ano, dependendo da

disponibilidade de cada um deles para participar. Além das saídas no carnaval, a turma Simpatia organiza, anualmente, a Feijoada de São Jorge e a Festa das Crianças, em outubro, além de outras ações sociais, como cursos de capacitação sobre as técnicas de confecção da fantasia, objetivando a instrumentalização e a inserção dos jovens nas atividades econômicas ligadas ao carnaval, e ações de incentivo às crianças pelo bom desempenho nas escolas.

Entre os amigos, Glauber é apelidado de “rei do degradê”, pois o diferencial do seu trabalho é o uso de muitos tons para uma mesma cor e a produção de muitos efeitos em degradê, mesmo na reprodução de personagens de desenhos animados e quadri-nhos, originalmente produzidos em cores chapadas. A fantasia de 2023 foi a primeira que produziu no estilo realista. Os últimos enredos foram Smurfs, Turma do Arrepio e Ursinhos Gummi. Sua relação com as artes e a pintura vem de muito tempo. Ele acredita que sua experiência anterior como pintor de azulejo contribuiu para o desenvolvimento de sua técnica. Hoje, Glauber atua como arquiteto e urbanista, é empreendedor e seu escritório está em crescimento. Presta serviços para a prefeitura de sua cidade e é bem relacionado no local. Considera que a associação de sua imagem com os Bate-Bolas é benéfica para o festejo, porque colabora com a dissolução dos estigmas.

Acompanhar duas turmas foi uma estratégia adotada para contornar dificuldades que se apresentaram no campo. A princípio, acompanharíamos somente Luciano, mas, em razão dos obstáculos que se impuseram ao longo da produção dos registros e da perspectiva de

comprometimento do trabalho, recorremos também a Glauber, para documentar seu passo a passo. Por fim, ao acompanhar os dois artistas, tivemos a oportunidade de observar dois processos diferentes: a gliteragem com pintura à mão, técnica adotada por Luciano, e a gliteragem com serigrafia, a praticada por Glauber.

O planejamento das sessões de filmagem foi pautado em conhecimento prévio sobre o processo de gliteragem, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, sobretudo trabalhos produzidos anteriormente no Dhis. Estimou-se a necessidade de seis encontros para cobrir todas as etapas de produção da casaca com Luciano, que aconteceriam no decorrer do ano, conforme o fluxo de trabalho em seu barracão.

Infelizmente, só conseguimos realizar quatro encontros, de modo que não registramos as últimas etapas da pintura e a montagem das casacas. Em razão da escassez de tempo e da proximidade da data do Carnaval, com Glauber fizemos um planejamento emergencial de dois encontros, que foram suficientes para documentar todo o trabalho. O processo de gliteragem com serigrafia é mais mecânico e, portanto, seu registro é mais simples. Além disso, Glauber usa vetorização digital e, por isso, ele pôde produzir esse conteúdo para a filmagem de forma independente, gravando a tela de seu computador, enquanto demonstrava a etapa de vetorização e planejamento das telas de serigrafia. Assim, optamos por editar somente os registros sobre o trabalho de Glauber, pois os de Luciano estavam incompletos.

Avaliamos que uma das maiores dificuldades na pesquisa de campo com

Luciano foi a extensão do projeto. No caso, era inevitável a tomada de um tempo alargado, porque o agendamento das sessões dependia do andamento de seu trabalho no barracão, que se estende por muitos meses, em função do tempo dedicado à pintura manual. A possibilidade de concentrar o registro do trabalho de Glauber em apenas duas sessões foi um importante facilitador no processo.

Somado a isso, a pouca disponibilidade e os compromissos do artista também foram determinantes no impedimento da conclusão dos registros. Tivemos muitas dificuldades para realizar os encontros – a cada sessão, ele oferecia material relativo a desenhos diferentes, comprometendo a continuidade na edição. Por fim, não conseguimos agendar sessões para registrar as últimas etapas de pintura e montagem das casacas, o que comprometeu o trabalho.

Compreendemos, no entanto, que a sucessão de imprevistos foi também parte do problema. Com Luciano, passamos pela impossibilidade de agendamento de sessões, por conta de situações de violência em sua localidade e também pela ocorrência de chuvas intensas, com risco de enchentes. Da mesma forma, imprevistos impactaram a qualidade do material gravado, como, por exemplo, a interferência

de ruídos externos durante as gravações. Em algumas situações, gravamos suas explicações em áudios separados, para que fossem usados na edição cobertos com imagens das atividades.

Ainda a respeito da qualidade dos registros, outro problema foi a indefinição da equipe, que dificultou a produção dos registros do trabalho de Luciano e gerou inconsistências estéticas, em razão de disparidades relativas ao conhecimento técnico e escolhas de cada membro da equipe que atuou nas sessões. Não tivemos esse problema com os registros de Glauber, pois contamos com a ajuda de um mesmo estudante de iniciação científica responsável pelos registros e pelas configurações dos equipamentos.

Resultados

O trabalho de campo desenvolvido junto a Luciano e Glauber possibilitou obter referências e conhecimentos fundamentais para a pesquisa, como se pode observar no Quadro 1, que resume algumas especificidades dos processos desses artistas analisadas comparativamente.

[Quadro 1]

Comparação entre os processos de Luciano e Glauber para o carnaval de 2023

	LUCIANO	GLAUBER
Enredo	Amor de mãe	Tempo
Interpretação do enredo	Homenagem à figura materna. Contempla etnias, classes sociais, avós, pessoas que assumem o papel de mãe e Nossa Senhora	Uma reflexão sobre o envelhecimento humano e a negação desse processo natural que por vezes leva o indivíduo à rejeição de sua aparência física

Quadro 1 - Continuação

	LUCIANO	GLAUBER
Linguagem	Realismo (7 anos consecutivos)	Realismo (1º ano)
Referências visuais	Fotografias; obras de arte	Signos icônicos
Contratações	Ilustrador de confiança	Profissional alheio à cultura Bate-Bola
Especialização	Gliteragem	Gliteragem
Atuação na criação da casaca	Direção criativa, gerenciamento, pré-produção e gliteragem	Direção criativa, gerenciamento, pré-produção e gliteragem
Técnicas usadas	Gliteragem com pintura manual sobre brim	Gliteragem com serigrafia sobre nylon dublado
Ferramentas usadas na pré-produção	Papel vegetal, lápis, canetas, tela de serigrafia, tinta à base d'água, rodo	Programa de edição de imagem vetorial
Ferramentas e materiais usados na gliteragem	Tinta à base d'água, aplicadores, pincel, lápis, agulha, glitter.	Tinta à base d'água, telas de serigrafia, rodo, fita adesiva, glitter
Variações da casaca	Três	Uma
Inovações	Aprimoramento da técnica, maior precisão nos detalhes, 18 tons de pele, paleta completa com mais de 150 cores	Superação pessoal, inserção da turma na nova tendência, buscar estilo novo (com ilustrador de fora do circuito)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como resultado, produzimos o documentário intitulado “Pega a visão: passo a passo da casaca de bate-bola – Turma Simpatia, 2023”, disponível no YouTube, conforme citado anteriormente (Pega a visão..., 2023). Produzimos também um *teaser* sobre o documentário, um subproduto utilizado para a divulgação do trabalho tanto por nós quanto por Glauber. A proposta de produção do documentário como método de pesquisa sobre o campo cumpriu seu objetivo e o produto gerado servirá para a elaboração da análise híbrida, para a criação do livro infantil e como referencial em outras pesquisas, além de distintas funções que não podemos prever, característica do Método de Design de Histórias.

A necessidade de roteirizar o documentário estimulou uma melhor compreensão sobre as etapas dos processos produtivos dos Bate-Bolas. Esse conhecimento foi elaborado junto com os artistas com quem trabalhamos, que, apesar de terem o domínio sobre os fazeres, tinham seus métodos pouco estruturados e formalizados. A partir das conversas mantidas com eles, da observação de seu trabalho e da parceria na construção do roteiro, chegamos à proposta de estruturação das etapas para confecção de casaca de Bate-Bola apresentada no Quadro 2. O esquema contempla a produção de casaca para turmas de sombrinha com pintura gliterada. Não abrange a produção com materiais e técnicas diferenciadas, como apliques, bordados, esculturas etc.

[Quadro 2]
Descrição das etapas de produção de casaca de Bate-Bola.

ETAPA	DESCRIÇÃO
Escolha do enredo	Os integrantes observam as tendências relativas ao enredo e estilo entre outras turmas, seja a adequação ou a oportunidade de propor inovações. Os cabeças das turmas escolhem um enredo geralmente inspirado em temas cotidianos, podendo variar entre elementos da cultura de massa, filmes, homenagens a personalidades, temas religiosos, fatos históricos ou questões sociais. Os artistas, então, buscam um aprofundamento sobre o enredo por meio de pesquisas, para acumular informações e referências visuais.
Criação do desenho	O desenho pode ser feito pelo próprio cabeça da turma ou encomendado a algum artista especializado, alguns deles reconhecidos entre os Bate-Bolas. Em caso de encomenda, o formato do briefing pode variar, desde esboços a lápis a pedidos mais ou menos abertos à interpretação do artista sobre o tema, depois da discussão sobre algumas ideias. Os estudos de composição da ilustração são feitos no molde da casaca com traços a lápis, colagens digitais ou outras ferramentas, dependendo do artista. Os ilustradores entregam um desenho original ou reprodução (física ou digital). Os desenhos, geralmente, são feitos com lápis de cor e marcadores ou são imagens digitais vetorizadas a partir de colagens.
Arte final	Os degradês do desenho são reinterpretados em cores chapadas e as áreas de cada cor são traçadas. Esse processo pode ser feito manualmente com lápis e papel vegetal sobre o desenho original (nesse caso, as áreas são separadas com linhas) ou digitalmente, com programas de edição de imagens vetoriais (nesse caso, as áreas são separadas em formas sólidas). O processo manual é adequado para a glitteragem com pintura manual, porque as linhas são necessárias para a pintura, e o processo digital é adequado para a glitteragem com serigrafia, porque as formas sólidas são gravadas separadamente em diversas telas para a impressão das cores. Nessa etapa, os últimos ajustes podem ser feitos no desenho, caso não esteja ajustado ao formato do molde da casaca.
Preparação para a glitteragem	Os tecidos onde serão feitas as ilustrações das casacas são cortados e fixados em placas de madeira. O processo que antecede a glitteragem em pintura manual é a impressão das linhas em serigrafia. Deve-se utilizar uma tinta de cor clara, para que as linhas sejam cobertas posteriormente na pintura sem deixar sombras. Para a glitteragem em serigrafia, o processo de preparação consiste na gravação das telas com a marcação das cores.
Glitteragem	Primeiramente, o artista define a paleta cromática. Cada cor é composta por uma base de tinta e uma camada de glitter sobre ela. Há muitos tipos de glitter, em várias cores, e eles reagem de forma diferente sobre as tintas, produzindo efeitos diversos, podendo realçar ou alterar as cores. O gabarito da paleta contém informações sobre a composição das tintas e o tipo de glitter aplicado sobre ela. A glitteragem é feita em série: a mesma cor é aplicada em todas as casacas por vez. Seja na pintura manual ou na serigrafia, o tecido recebe a tinta e, antes que seque, o glitter é aplicado em abundância sobre ela. Não é necessário misturar cola, pois a tinta úmida garante a aderência necessária. Ao cobrir a área de tinta com glitter, deve-se inclinar a placa de madeira e bater por baixo, para que o glitter excedente caia, preferencialmente dentro de um recipiente, para evitar desperdício. É muito importante que a tinta glitterada seque antes que se aplique uma nova cor em outra área do desenho. Caso contrário, o glitter excedente de uma cor pode aderir à outra e comprometer o trabalho. O uso de secadores com ar quente pode agilizar o processo.
Montagem da casaca	Os coletes são montados com a costura das partes da frente, das costas e dos fechos. A pintura é anexada e, por último, o boá é costurado nas bordas, dando acabamento à peça.

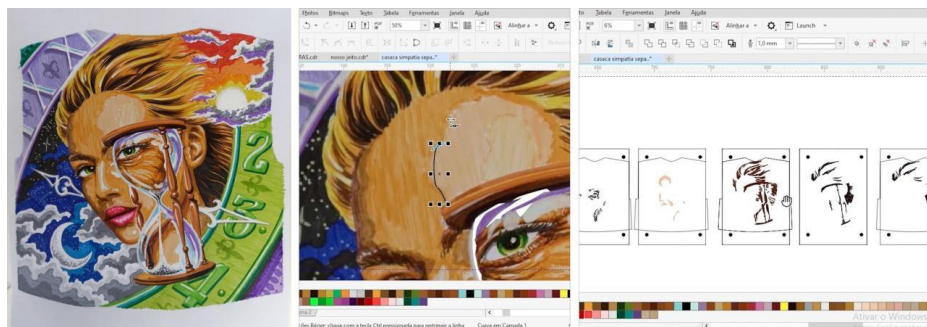
Fonte: Elaborado pelos autores.

Passo a passo da criação das casacas da turma Simpatia para o carnaval de 2023³

[Figura 2]

Desenho e processo de separação de cores.

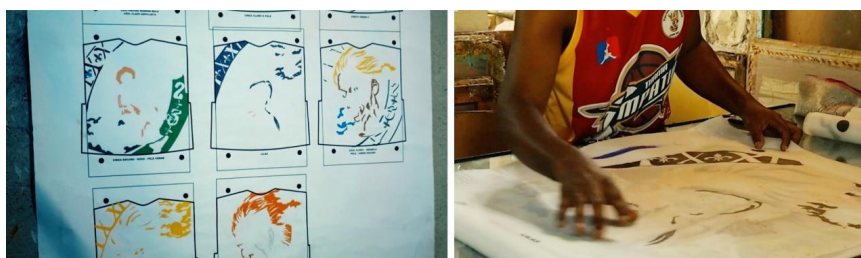
Legenda: À esquerda, desenho feito com lápis de cor e marcadores, entregue em arquivo digital, para as casacas da turma Simpatia. À esquerda, processo de separação das cores e criação das telas de serigrafia em programa de edição de imagem vetorial.



Fonte: Acervo dos autores.

[Figura 3]

Preparação para a glitteragem em serigrafia.

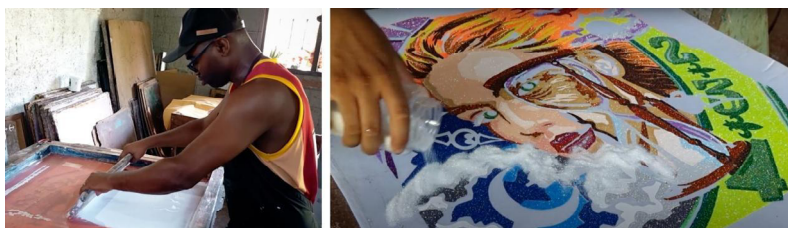


Legenda: À esquerda, mapa das telas de serigrafia com as cores correspondentes. À direita, fotolitos para a gravação das telas.

Fonte: Acervo dos autores.

[Figura 4]

Glitteragem em serigrafia.



Fonte: Acervo dos autores.

³ O passo a passo está registrado no documentário gravado e editado como parte desta pesquisa (Pega a visão..., 2023).

[Figura 5]

Montagem das casacas da turma Simpatia com as ilustrações prontas.



Fonte: Acervo dos autores.

[Figura 6]

Fantasia da turma Simpatia para o Carnaval de 2023.



Fonte: Acervo dos autores.

Concluído o trabalho, avaliamos algumas dificuldades e desafios que enfrentamos durante o processo, que servem de referencial para o planejamento de projetos futuros, visando mitigar eventuais problemas:

- **Disponibilidade do artista:** a produção dos registros depende da disponibilidade do artista para colaborar, pois ele precisa explicar as tarefas, participar da construção dos roteiros, simular,

representar e refazer cenas, a fim de atender às necessidades da filmagem. Não há como realizar as filmagens enquanto o artista trabalha em seu ritmo habitual. O compromisso com o cronograma, o agendamento dos encontros e a responsabilidade para oferecer a estrutura necessária para o registro das etapas deve vir de ambas as partes.

- **Imprevistos:** sobretudo, ao lidar com artistas em condições periféricas, em localidades de infraestrutura precária e vulneráveis em relação à violência, criminalidade, adversidades decorrentes de condições climáticas e toda sorte de intervenções externas, é necessário ter em conta a maior probabilidade de ocorrência de imprevistos que atrapalhem as filmagens.
- **Adaptabilidade e improviso:** considerando que o momento das filmagens é ainda de aprendizado e compreensão sobre o passo a passo, é natural que a escaleta inicial seja superficial, incompleta ou até equivocada em relação ao processo real, pois é pautada em um conhecimento ainda em construção. Portanto, deve-se contar sempre com a possibilidade de ajustes, adaptações e improvisos na escaleta de filmagem. Por esse motivo, a organização e o controle sobre o conteúdo que está sendo filmado são fundamentais. O uso de uma planilha em branco para listar os conteúdos filmados (previstos e não previstos), a hora da filmagem e o equipamento utilizado podem ser úteis para a fase de organização dos registros.
- **Preparação da equipe:** a equipe deve contar com integrantes comprometidos

com o projeto, apesar das dificuldades, e com uma distribuição de tarefas bem definida. Preferencialmente, deve haver dois integrantes, além do pesquisador, para auxiliar nas filmagens e na captura de áudio. Caso contrário, a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções irão dificultar o trabalho, visto que o pesquisador deve se concentrar na compreensão e na produção do conteúdo, no roteiro e na direção.

- **Domínio de técnicas de produção audiovisual:** a falta de conhecimento sobre equipamentos e condições de filmagem (avaliação da iluminação e do som) pode comprometer a produtividade da sessão de filmagem ou, ainda, a qualidade do material captado, gerando descartes e perda de conteúdos às vezes irre recuperáveis. Já a insegurança em relação à qualidade dos registros que estão sendo produzidos e a falta de técnica em relação ao controle sobre o roteiro de filmagem podem causar um volume excessivo de material gravado, o que também pode ocasionar problemas nas etapas de organização do conteúdo e edição.
- **Extensão do projeto:** a quantidade excessiva de sessões e grandes intervalos de tempo entre elas podem dificultar o trabalho, porque aumentam as chances de mudanças nas condições de trabalho, de ocorrência de imprevistos, desgaste, dispersão e desinteresse do artista, por conta da inconstância no ritmo das atividades.

Apesar dos desafios, avaliamos alguns fatores que facilitaram ou potencializaram o desenvolvimento da pesquisa. Podemos citar a facilidade do contato direto com os

artistas e a ausência de barreiras burocráticas institucionais; a receptividade deles e a vontade de colaborar com a pesquisa e com a construção da memória da cultura Bate-Bola; e o seu interesse na produção do documentário, por diferentes motivações – pessoais, registro e memória, divulgação da cultura, divulgação da própria turma etc. – que estimulam a colaboração.

A pesquisa sobre as casacas, embora objetivasse primariamente o levantamento de dados sobre materiais e processos de confecção, possibilitou ainda a coleta de informações relativas ao contexto social e cultural no qual ela é criada, tal como prevíamos, ao tomar a semiologia da realidade (Pasolini, 1981) como embasamento para a abordagem ao campo. Essas informações serão processadas, a fim de embasar a análise sobre o contexto em outras dimensões, que não serão aqui focalizadas, pois fogem do escopo do artigo. No entanto, apontamos os seguintes dados:

1. Sobre relações de trabalho:

- Relações informais de trabalho. Relações de trabalho e amizade se confundem.
- O espaço de trabalho (barracões) é também espaço de socialização e construção da cultura Bate-Bola.
- Ambiente predominantemente machista, onde as mulheres ocupam lugar secundário no processo de criação e confecção das fantasias. São raros os casos em que estão envolvidas na pintura ou na tomada de decisões a respeito da produção das casacas ou outras peças. Elas podem, entretanto, ocupar papéis mais centrais quando são fornecedoras dentro da cadeia de produção, como, por exemplo, as costureiras de meias de lycra, que fornecem serviços para muitas turmas.

2. Sobre economia:

- Movimentação de um mercado específico de produtos e serviços voltado para a produção de fantasias.
- Muitos artistas, embora estejam vinculados a determinadas turmas, prestam serviços para outras. Carnaval é fonte de renda para muitas famílias. Não conseguimos detectar se há pessoas que tenham como fonte de renda exclusivamente o carnaval.

3. Sobre valores:

- Meritocracia. Os resultados vêm exclusivamente do esforço pessoal.
- O trabalho é dignificante.
- Inovação, ineditismo, originalidade, criatividade, capacidade de resolver problemas por meio de processos mentais, conhecimento pela prática e experiência, superação, competição entre as turmas pelo reconhecimento de ser o mais bonito, luxo, arte, alegria, paz, orgulho do bairro, pertencimento, colaboração coletiva.
- Ações sociais com a finalidade de oferecer um retorno para a comunidade (organização de oficinas de capacitação, incentivo para as crianças se dedicarem aos estudos).

4. Sobre cultura:

- Transmissão de saberes pela oralidade.
- Aprendizado pela experiência.
- Influência do carnaval das escolas de samba.

A pesquisa de passo a passo, portanto, se comprova como um método de pesquisa e análise sustentável, capaz de levantar informações indispensáveis para a posterior produção de comunicações socialmente comprometidas com o campo.

Considerações finais

A produção do documentário aqui relatada se insere em uma pesquisa mais ampla, que tem como perspectiva, ainda, o cumprimento de outros objetivos. No entanto, enquanto etapa intermediária, já oferece resultados. Conforme mencionado, tratou-se de uma estratégia de imersão no campo, para coletar informações sobre o contexto cultural produtor do artefato estudado. A pesquisa pretende uma análise mais ampla sobre os Bate-Bolas e sua produção estética: referências culturais, relações sociais envolvidas no festejo e na produção, valores simbólicos associados etc., que será elaborada com as informações sobre o campo levantadas.

A Metodologia do Design de Histórias, focada na documentação de registros de História de Vida e de Passo a Passo, aqui aplicada na pesquisa de materiais e processos de confecção da casaca, conduziu a investigação sobre o artefato com responsabilidade social e política porque, conforme previsto, convocou o interlocutor do campo para participar da construção da narrativa sobre o artefato e validar o documentário, produto final dessa etapa. Com isso, obtivemos dados fidedignos e relevantes para a realidade dos Bate-Bolas (conforme levantados por eles mesmos), que serão fundamentais para o desenrolar da pesquisa e para a criação de um produto comunicacional sustentável e relevante para o contexto. Além disso, o próprio documentário, produto intermediário, já configura um retorno útil ao campo, porque contribui para mapear, registrar, difundir e gerar acervo de memória local sobre o festejo.

Não há como precisar o impacto do documentário sobre o campo, porque não

se pode prever nem rastrear o seu uso, pois está publicado de forma aberta na plataforma YouTube. No entanto, a expressiva contagem de acessos (mais de 2.900 visualizações em um ano de publicação) revela sua relevância para o campo, o que aponta um impacto positivo. Acreditamos, ainda, que as ações entre universidade e campo, quando elaboradas dentro de parâmetros decoloniais, como é o caso desse estudo, contribuem para a autoestima dos artistas, que se sentem valorizados. Depois de inaugurada a parceria entre a Turma Simpatia e o Laboratório Dhis, Glauber Silva vem ampliando seu engajamento no carnaval, tendo realizado o evento Bate-Bola Work, um workshop com vários artistas convidados voltado para os Bate-Bolas, dedicado ao ensino das técnicas de confecção e pintura das fantasias, além de ter começado a prestar serviços para outras turmas e instituições relacionadas ao tema.

Do ponto de vista da contribuição da ação para a pesquisa, percebemos que roteirizar e dirigir as cenas contribuiu para uma melhor compreensão das etapas de produção da casaca. Na medida em que era necessário produzir conteúdo para atender a um roteiro, o envolvimento foi mais aprofundado que o proporcionado por uma observação passiva sobre o processo. Para melhor compreender e comunicar o passo a passo no documentário, estivemos mais atentos a detalhes que poderiam passar despercebidos. Mas o roteiro e a direção das cenas, muitas vezes, foram pensados em conjunto com o artista que estava sendo filmado, mediante discussões e trocas de saberes em uma relação horizontalizada. Daí a dimensão colaborativa do design em parceria, onde a atuação conjunta na prática de campo configura troca de saberes entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. ■

[FERNANDA MORAIS]

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisadora no Laboratório de Design de Histórias (Dhis) e colaboradora no grupo ID+ Research Institute for Design, Media and Culture (Portugal), mestre em Design pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), especialista em Ilustração pelo Centre Universitari de Disseny i Art da Universitat Autònoma de Barcelona (EINA/UAB).
E-mail: fernandamoraismachado@gmail.com

[NILTON G. GAMBA JUNIOR]

Coordenador do Laboratório de Design de Histórias (Dhis) do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor adjunto na mesma universidade. Coordena dois grupos de pesquisa do diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): GANDHIS e Rede Motirô. Graduado em Design pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), mestre em Design pela PUC-Rio e doutor em Psicologia pela mesma universidade.
E-mail: gambajunior@puc-rio.br

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. 2a ed. v.1. (Obras Escolhidas). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GAMBA JUNIOR, Nilton; SARMENTO, Pedro. Sustentabilidade comunicacional: a realidade pós-editada. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 66-90, 2019.

GAMBA JUNIOR, Nilton; ALMEIDA, Desirée Bastos de; SODRÉ, Ana Claudia; SANTOS, Jocineia; MORAIS, Fernanda. Métodos de parceria no Design. In: MXRIO DESIGN CONFERENCE, 10., 2023, Cidade do México. **Anais** [...]. São Paulo: Blucher, 2023. p. 433-446.

SILVA, Monique Bezerra da. As espacialidades de pertencimento e existência das turmas de fantasia no carnaval da periferia carioca. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., Vitória, ES, 2019. **Anais** [...]. Vitória (ES): Ufes, 2019.

SOUZA, Jessé. **A rale brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PASOLINI, Pier Paolo. **Empirismo herege**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1981.

PASOLINI, Pier Paolo. **Os jovens infelizes, antologia de ensaios corsários**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PEGA A VISÃO: Passo a passo da casaca de bate-bola – Turma Simpatia, 2023. [S. l]: [s. n.], 2023. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Dhis Laboratório de Design de Histórias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E3rKGs_uL3Y. Acesso em: 7 nov. 2024.

DIREITOS CULTURAIS TERRITORIAIS: MÍNIMO EXISTENCIAL E TERRITORIALIDADES

[DOSSIÊ]

Marjorie Prado Junqueira de Faria

Universidade Federal do ABC

Silvia Helena Passarelli

Universidade Federal do ABC

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo busca acrescentar ao debate sobre princípio do mínimo existencial reflexões sobre os conceitos cultura e território, tais como diversidade e identidade, como parte essencial à vida, assim como a materialidade. Intenta-se colaborar para um pensamento crítico sobre a relevância da cultura na existência material e imaterial dos territórios latino-americanos, como contribuição para um pensamento jurídico contemporâneo que se debruce sobre um direito cultural territorial que trata das diferenças arraigadas nos arranjos espaciais comuns, constituídos por uma diversidade étnico-racial, mas comumente atingida pelos extratos de pobreza e exclusão dos espaços simbólicos institucionais e materiais da terra. A construção do texto se deu pela metodologia de revisão bibliográfica à luz da legislação existente. Por fim, baseou-se na questão: em que medida o simbólico não é essencial à vida humana, além da materialidade dos direitos básicos sociais?

Palavras-chave: Direitos culturais. Território. Mínimo existencial. Identidades culturais. Territorialidades.

This article adds to the debate on the existential minimum principle reflections on the concepts of culture and territory, such as diversity and identity, as an essential part of life and materiality. It seeks to contribute to critical thinking about the relevance of culture in the material and immaterial existence of Latin American territories in a contemporary legal thinking that focuses on territorial cultural law, which addresses differences rooted in common spatial arrangements constituted by ethnic-racial diversity but commonly affected by poverty and exclusion from the symbolic institutional and material spaces of the earth. Inquiring to what extent is the symbolic not essential to human life, beyond the materiality of basic social rights, the text conducts a bibliographic review of existing the legislation?

Keywords: Cultural rights. Territory. Existential minimum. Cultural identities. Territorialities.

Este artículo busca contribuir al debate sobre el principio del mínimo existencial con reflexiones sobre los conceptos de cultura y territorio, como el de diversidad e identidad como parte esencial de la vida, así como el de la materialidad. El objetivo es contribuir al pensamiento crítico sobre la relevancia de la cultura en la existencia material e inmaterial de los territorios latinoamericanos como un aporte al pensamiento jurídico contemporáneo que se centra en el derecho cultural territorial al abordar diferencias arraigadas en arreglos espaciales comunes, constituidos por grupos étnicos y raciales,

pero comúnmente afectada por la pobreza y la exclusión de los espacios simbólicos institucionales y materiales de la tierra. La construcción del texto se realizó mediante la metodología de revisión bibliográfica a la luz de la legislación vigente. Finalmente, se centra en la siguiente cuestión: ¿Hasta qué punto lo simbólico no es esencial para la vida humana, más allá de la materialidad de los derechos sociales básicos?

Palabras clave: Derechos culturales. Territorio. Mínimo existencial. Identidades culturales. Territorialidades.

Introdução

O artigo pretende contribuir para o debate sobre a importância dos estudos territoriais e culturais para a ciência jurídica, provocando um campo de reflexões que atravessa conceitos da antropologia, sociologia e geografia, entretecidos a temas de direitos fundamentais.

Por meio de uma revisão bibliográfica transversal a diferentes áreas das ciências humanas, buscou-se tecer provocações sobre novas formas de se pensar o Direito vocacionado para uma hermenêutica que se debruce sobre a diversidade e a coletividade no entrelaçamento do material e simbólico no território. Entre as principais referências do arcabouço teórico, nas discussões sobre cultura e identidade cultural, utilizou-se Geertz (2008) e Hall (2006); sobre territorialidades, Haesbaert (2007) e Saquet (2008); sobre o princípio do mínimo existencial, Sarmento (2016); e autores de relevância para novas epistemologias que atravessam a discussão sobre território e direito como Kopenawa e Albert (2015), Krenak (2019), Santos (2023), Tupinambá (2023) e Gonzalez (2020).

Se a vida humana se dá na coletividade, pode, então, o conhecimento interdisciplinar introduzir novos debates para se pensar modelos ultrapassados de sociabilidades, assim como as instituições que os conservam. Nesse sentido, ao se falar de território e direitos fundamentais, o princípio do mínimo existencial debatido no âmbito jurídico destaca os mínimos materiais para a dignidade da pessoa humana em diferentes perspectivas de autores. Todavia, para além da materialidade espacial, territórios surgem

do encontro de diferentes indivíduos com suas expressões culturais, os quais o processo histórico latino-americano se sucedeu pelas violências simbólicas constitutivas de estruturas racistas que perpetuam as desigualdades de forma latente e refinada por discursos e instituições.

Dessa forma, chega-se à reflexão dos direitos culturais identificados com os direitos territoriais, para além do campo da materialidade da sobrevivência, já que o Ser, com sua identidade e referências culturais, não tem assegurada sua existência plena na estrutura social do capital neoliberal, que reduz as vivências e corpos a meras mercadorias, por isso, acredita-se que o mínimo existencial demanda o acolhimento das diferenças no axioma jurídico com suas normas para ressoar igualdade nas territorialidades, conjuntamente, com o acesso a recursos materiais assegurados pelo Estado.

Identidade cultural e territorialidades

Os atores sociais, quando grupo coeso, organizam-se por traços comuns, ou seja, pela cultura. São inúmeros conceitos de que tratam o entendimento de cultura. Para além de uma análise da funcionalidade imposta no território por determinado ator, a investigação destaca os padrões culturais que atores projetam no território, o qual anuncia o simbólico, entendimento relevante para entender a análise de territorialidade e identidade cultural. De acordo com Geertz (2008), caso o ser humano não fosse dirigido por padrões culturais – que seriam

sistemas organizados de símbolos significantes –, o comportamento do ser humano seria incontrollável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. Como exemplo de sistemas de símbolos significantes, há a linguagem, a arte, o mito e o ritual (Geertz, 2008).

Com isso, é perceptível que esses traços comuns, ao serem transmitidos, criam a associação entre indivíduos e padrões valorativos que formam a ideia de identidade cultural. Na concepção sociológica clássica, identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade (Hall, 2006). O sujeito tem sua essência, mas está em um contínuo diálogo com os mundos culturais exteriores. É a troca entre o mundo pessoal e o público.

No decorrer do tempo, os atores se modificam e a identidade cultural jamais se conserva estática. Uma vez que signos culturais são diferenciadores, surge a dicotomização, a ideia de “Nós” e “Eles” (Poutignat; Streiff-Fenart, 2011), surge a problemática do conflito dos grupos nos territórios que se sobrepõem. O território é estruturado em camadas históricas estabelecidas entre diferentes grupos, por vezes na lógica do encontro, outras na contenda. A estruturação destas camadas se dá pelo ator vencedor do embate “Nós” e “Eles”, projetando seus valores e marcas no arranjo espacial, homogeneizando a cultura local.

O “Nós” no território traz a concepção de rede, enquanto o “Outro”, a sujeição a um poder. Nesse sentido, Saquet (2008) sustenta que a territorialidade se efetiva em distintas escalas espaciais e varia no tempo por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação,

das identidades, entre outras relações sociais estabelecidas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente.

Há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes. Há redes nos territórios e territórios em redes, bem como movimento do território e das redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. Pela nossa concepção, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento do e no território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza. Unidade que se traduz, sucintamente, na vida, na atuação e na territorialização dos homens (Saquet, 2008, p. 86-87).

Tal movimento consubstancia o embate de forças, a manifestação do poder e a espacialização destas relações. O poder se dá também pela alternância e sobreposições. Contudo, o substrato espacial, ainda que permanente, é testemunha das variações, e também constitui um redesenho elaborado pelos diferentes grupos. O território e a territorialidade devem ser compreendidos também como um *continuum* dentro do processo de dominação e/ou apropriação. Percebe-se que a territorialidade tem a ver com seus atores, pois deve-se distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam indivíduos ou grupos sociais – Estado, Igreja, empresa, instituições no geral.

Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (Haesbaert, 2007, p. 20).

Segundo o mesmo autor, “não há território sem alguma identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (Haesbaert, 2007, p. 37). Não existe território que não carregue uma valoração simbólica, visto que a construção identitária é inerente à realidade espacial. Haesbaert e Araújo (2007, p. 43) citam Strauss, para quem

A luta para afirmar as diferentes identidades tem consequências e condições materiais [...] uma das bases, portanto, que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico na construção identitária, diz respeito a referenciais espaciais, materiais (no presente e no passado) aos quais a identidade faz referência.

Haesbaert e Araújo (2007, p. 44) entendem que as identidades territoriais constroem e se reconstróem na dinâmica

dos espaços e tempos, geografias e histórias, de modo que os habitantes de um determinado território se reconheçam, de alguma forma, como participantes do espaço e de uma sociedade comuns.

Cultura e território são conceitos indissociáveis, é no espaço que se desenvolve as trocas simbólicas construindo no processo histórico as territorialidades. Haesbaert (2007) traz importante contribuição à geografia cultural, conectando conceitos da Antropologia, Sociologia e Sociologia ao dar enfoque a importância das identidades culturais no vivido espacial, a territorialidade, que não escapa das relações de poder que emanam as instituições.

Direitos culturais territoriais

A noção de cultura, assim como território, é ampla e diversa, abarcando conteúdos simbólicos de cada indivíduo inserido na sua coletividade. A de cultura se dá na multiplicidade e a diversidade de acepções do mundo e da vida. Nesse sentido, é árdua a tarefa de definir cultura em um enunciado normativo, o que não afasta a imperatividade de fazê-lo, haja vista a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1990), em seus artigos 215 e 216¹. Tomando a definição ampla de

1 Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

cultura à luz do direito constitucional mais ampla, que identifica a cultura como uma realidade complexa, enraizada em grupos sociais, agregados populacionais ou comunidades políticas, que conjuga nomeadamente elementos de ordem histórica, filosófica, antropológica, sociológica, ou mesmo psicológica, aglutinados de acordo com três vectores orientadores, a saber: tradição, inovação e pluralismo (Haberle, 2002 apud Silva, 2007).

Ainda nesse entendimento, consideramos a necessidade de estabelecer esta tripla dimensão (tradição, inovação, pluralismo) dos fenômenos culturais (em sentido amplo) como horizonte orientador dogmático de qualquer dogmática à volta do Direito Constitucional Cultural, assim como qualquer Teoria da Constituição como a Ciência da Cultura (Haberle, 2002 apud Silva, 2007).

§ 2º – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

* § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...].

Cunha Filho (2018) entende que Direitos Culturais, em sentido diverso aos apresentados, pressupõem, como visto, a especificação, se não de um rol, ao menos categorias de direitos relacionados com a cultura, compreendida a partir de núcleos concretos formadores de sua sustância, como artes, a memória coletiva e o fluxo dos saberes.

O autor faz relevante distinção entre direito à cultura e direitos culturais. Considera direito à cultura como aspectos abstratos e genéricos da convivência humana, cuja prerrogativa é participar na vida cultural da comunidade. “O direito à cultura contextualiza-se os direitos culturais como uma de suas principais manifestações, e os direitos culturais, por seu turno, nos direitos humanos” (Pedro, 2001, p. 34 apud Cunha Filho, 2018).

De outra parte, direito da cultura, segundo Cunha Filho (2018, p. 35), “permite vislumbrar ‘o’ direito que rege relações específicas e tangíveis, a partir de elementos de um universo cultural”, destacando as políticas públicas como fundamentais, considerando a oferta de serviços públicos culturais, ação estatal de polícia cultural e com o impulsionamento das políticas culturais, intensifica-se os fluxos e litígios, demandando parâmetros e estruturas a solução.

Nesses parâmetros e estruturas, na modelação do ordenamento jurídico constitucional, princípios e normas consubstanciam a positividade de direitos. À luz do território brasileiro, Cunha Filho (2018) disserta sobre os desafios de evidenciar (1) seus principais dogmas; (2) em relações a estes, as atribuições do Estado e seus poderes; e (3) os procedimentos determinados constitucionalmente no sentido de que se materializem na realidade.

Ainda nessa esteira, o autor encorpa a discussão elencando dogmas culturais constitucionais,

1) Diversidade cultural com resguardo de elementos identitários; 2) liberdade criativa e de expressão com responsabilidades pessoais; 3) abrangência meta-individual do patrimônio cultural como reconhecimento de grupos e indivíduos; e 4) reconhecimento da propriedade intelectual em equilíbrio com sua função social e sua natureza cultural (Cunha Filho, 2018, p. 135).

Diversidade cultural e seus elementos identitários, patrimônio cultural como reconhecimento e a valorização da propriedade intelectual são conceituações que abarcam os direitos culturais no seu nascedouro, assim como sustentação jurídica.

Dessa feita, ao passo que cultura se dá na terra, há que se falar em direito territorial em articulação com as expressões culturais essenciais à vida humana.

Falar em direitos territoriais, no contexto do debate acadêmico contemporâneo, remete-nos à ideia de Direitos culturais, uma vez que tais direitos também expressam as formas de vida, nos seus modos de “criar, fazer e viver” (Art. 216, II, CF/1988). Extraí-se um primeiro sentido, o de que, a expressão cultural, territorialmente manifestada assume um papel constituinte e fundamental nas coletividades dos povos originários e tradicionais (Chagas, 2017, p. 185).

Chagas traz importante debate sobre a relação entre direito territorial e identidade e pertencimento, conectando aos direitos culturais, em um chamado epistemológico

ao qual geógrafos como Haesbaert enunciam na relação intrínseca do fazer cultural no território. Vida e território são indissociáveis.

A recepção de todo este debate deflagra assim, pela América Latina e projeta nos Estados nacionais uma discussão que se propõe a conferir o status de fundamentalidade a estes direitos territoriais e culturais. Busca-se, para tanto, o reconhecimento e sua observância como imperativo da clivagem constitucional. Trata-se de um novo paradigma, proposto como um referencial questionador das próprias políticas de Estado. No caso do Equador (Constituição de 2008) e da Bolívia (Constituição de 2009), a consagração desta abordagem configura-se nos conceitos ontogênicos do “Sumak kawsay” (buen vivir), “Pacha Mama” (Mãe Terra), “Terra y Territorio”, enfim. É neste contexto que envolve a dimensão de aplicabilidade deste direito, seu sentido e alcance, que se tratará adiante, ao se abordar o tema da judicialização (Chagas, 2017, p. 189).

Percebe-se que países latino-americanos já se debruçam em conceitos arrojados em seus enunciados normativos que interconectam os direitos culturais com os direitos territoriais. Dentro na esteira de fundamentos abarcados nas discussões sobre direito constitucional, que expressam cada vez mais a efetividade da aplicação de normas de proteção aos territórios, percebe-se a importância de se repensar paradigmas sobre a normatividade estabelecida, seja jurídica ou social, repensando paradigmas onde se separa a vida humana, com a linguagem simbólica que se projeta no comum, e a terra sob o entendimento mercantil sob a lógica da financeirização e empresariamento.

Nas provocações de Chagas (2017), para além dos povos originários, entende-se a discussão para outros grupos étnico-raciais, como população negra, ciganos, ribeirinhos e tantos outros, e coloca-se nesta discussão o conceito de **direitos culturais territoriais** de forma a acentuar a vocação da cultura e território como indissociáveis.

Ainda que se compreenda que cultura esteja contida na elaboração conceitual territorial, aglutina-se ambos os conceitos de direitos culturais e direitos territoriais de modo a evidenciar o cerne do debate que se insere na relação interdisciplinar dos estudos territoriais e culturais à luz do Direito.

Princípio do mínimo existencial

É bastante relevante a percepção de que no âmbito do desenho institucional acerca dos interesses da sociedade, os indivíduos partilham seus recursos e reelaboram o arranjo espacial que compõe toda organização num ordenamento jurídico estabelecido por um contrato social. E, nesta conjuntura, que sempre se verifica a desigualdade, é bastante possível verificar e projetar as consequências no estado temporal e espacial, imamente das coisas, por isso, no sopesamento de decisões sobre recursos, há que surgir a solidariedade no dissecar das desigualdades e nos mínimos essenciais à vida. Assim, surgem no plano desta discussão, os princípios de forma a concatenar interesses coletivos transtemporais.

Importante ressaltar que o princípio do mínimo existencial não há previsão

constitucional no Brasil. Existe enquanto princípio norteador comum ao rizoma de obrigações jurisdicionais do Estado de Direito diante dos cidadãos.

Barroso e Barcellos destacam que regras são proposições normativas aplicáveis sob a forma de tudo ou nada (*"all or nothing"*). Por isso, ocorrendo os fatos que estão previstos por esta, a regra deve incidir, de modo direto e automático, produzindo seus efeitos. Dessa forma, destaca-se que uma regra somente deixará de incidir sobre a hipótese de fato que contempla se for inválida, se houver outra mais específica ou se não estiver em vigor. Sua aplicação se dá, predominantemente, mediante subsunção. "Princípios contêm, normalmente, uma maior carga valorativa, um fundamento ético, uma decisão política relevante, e indicam uma determinada direção a seguir" (Barroso; Barcellos, 2003, p. 151).

A origem do princípio do mínimo existencial vem na toada na discussão alemã sobre a prestação jurisdicional estatal, o qual segundo Sarlet e Zockun, na ausência expressa da previsão sobre os direitos sociais típicos de cunho prestacional no texto alemão, a discussão sobre a garantia do mínimo existencial ganhou destaque na doutrina e na jurisprudência, tendo em vista ser um direito fundamental que assegura condições materiais mínimas para uma vida com dignidade (Sarlet; Zockun, 2016 apud Bussi; Leão Junior; Moraes, 2020).

Os debates sobre este princípio aventam na sua essência o reconhecimento do Estado em proteger a dignidade da pessoa humana, reconhecendo a obrigação em fornecer prestações materiais. Essa discussão remonta à Constituição da República

de Weimar, na Alemanha, em 1919, e se estende ao âmbito internacional, como evidenciado pelo artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que atribuiu a todas as pessoas o direito ao mínimo existencial, ou seja, o direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde, o seu bem-estar e o de sua família (Bussi; Leão Junior; Moraes, 2020).

Atualmente, as reflexões sobre o mínimo existencial transpassaram fronteiras em diferentes países, inclusive, latino-americanos como o Brasil. Sarmento (2016), um dos juristas constitucionais que mais aprofunda as questões atinentes ao mínimo existencial, destaca que já havia debate no Brasil sobre o princípio do mínimo existencial, por meio do jurista Pontes de Miranda:

Como direito público subjetivo, a subsistência realiza, no terreno da alimentação, das vestes e da habitação, o standard of living segundo três números, variáveis para maior indefinidamente e para menor até o limite, limite que é dado, respectivamente, pelo indispensável à vida quanto à nutrição, ao resguardo do corpo e à instalação. É o mínimo vital absoluto. Sempre, porém, que nos referirmos ao mínimo vital, deve-se entender o mínimo vital relativo, aquele que, atentando-se às circunstâncias de lugar e de tempo, se fixou para cada zona em determinado período [...]. O mínimo vital relativo tem de ser igual ou maior que o absoluto. O direito à subsistência torna sem razão de ser a caridade, a esmola, a humilhação do homem ante o homem. [...] Não se peça a outrem, porque falte; exija-se do Estado, porque este deve. Em vez da súplica, o direito (Pontes de Miranda, 1933, p. 28-30 apud Sarmento, 2016, p. 1646).

Em seu artigo intitulado “O mínimo existencial”, o autor embrenha-se no princípio em epígrafe, entretecendo debates sobre a garantia constitucional do mínimo existencial,

sobre a efetividade da Constituição, também neste particular, deixa muitíssimo a desejar [...] já que há abismo entre as suas promessas generosas e a realidade da vida, de vastos segmentos da população brasileira, que sobrevivem em condições francamente indignas (Sarmento, 2016, p. 1647).

Além do exposto, o autor investiga, minuciosamente, os fundamentos filosóficos para o mínimo existencial, relacionando-o com “mínimo existencial e liberdade”, “mínimo existencial e democracia”, “mínimo existencial, necessidades básicas e justiça: fundamentação independente” e “o mínimo existencial fragiliza os direitos sociais?”.

No que concerne à fragilização dos direitos sociais, Sarmento (2016) expõe que o princípio não define as prestações materiais que devem ser asseguradas pelo Estado a cada indivíduo em condição de vulnerabilidade, mas apenas estabelece um piso, abaixo do qual não se pode descer. Além do que, o autor sustenta que mesmo no plano constitucional, o mínimo existencial não pode ser empregado para justificar genericamente a denegação de prestações materiais previstas na própria Lei Fundamental, mas que nele não se insiram.

Ainda que não seja cabível aprofundar, neste artigo, o debate sobre todos os fundamentos destacados por Sarmento (2016, p. 1657, grifo nosso), há que se frisar

O primeiro ponto que deve ser esclarecido é que o mínimo não pode se limitar

às condições necessárias à sobrevivência física. **Ele tem de ser mais amplo para abarcar as condições básicas para uma vida digna, abrangendo também o chamado “mínimo sociocultural”.** Prestações materiais que não se afigurem indispensáveis para a sobrevivência física, mas sejam condições elementares para a vida digna, como, por exemplo, o acesso à educação básica, também devem estar abarcadas.

Aqui, é relevante fazer um destacamento conceitual proposto por Sarmiento (2016) sobre o entendimento de que o essencial ao indivíduo não se limita à prestação material. Neste ponto, os estudos culturais contribuem na oferta de conceitos da essencialidade das identidades culturais serem protegidas na lógica do espaço comum de sociabilidade.

O mínimo existencial e os direitos culturais territoriais

O território é parte essencial à vida dos seres, é o mínimo existencial que possibilita uma série de socialidades que ensejam o desenho institucional jurídico no desenho do arranjo espacial à luz dos valores culturais dos indivíduos. A vida se dá na terra. O processo histórico da humanidade se dá no espaço natural.

Do mesmo modo, verifica-se que a relação de espaço e tempo é observável na configuração territorial, pois, no começo da história do ser humano, tal configuração se constitui simplesmente do conjunto de complexos naturais. A medida em que a

história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens, por exemplo, as cidades. A configuração territorial é resultado de uma produção histórica e tende a negar a natureza natural (Santos, 2006, p. 39).

Antes do Império Romano até as colônias na América Latina, a supremacia de um povo se dava pela supressão de suas crenças, práticas religiosas e experiências culturais. Isso é evidente na influência dominante da cultura eurocêntrica nas Américas, que não apenas erradicou os valores simbólicos de diversas etnias, mas também consolidou estruturas institucionais para promover uma ideologia de dominação transmutada inúmeras vezes pelas instituições vigentes até os dias de hoje. A normatividade não é neutra.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever no terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. **Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carrega consigo. Soberania significa ocupação, e a ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre**

o estatuto de sujeito e objeto (Mbembe, 2018, p. 39, grifo nosso).

Nota-se que, em sendo a diversidade e identidade culturais extremamente voláteis, assim como as acepções de cultura, um texto normativo não poderá ser perene, de modo a se tornar obsoleto rapidamente, de pouca aplicabilidade prática, além de correr o risco de incorrer em distorções interpretativas.

Os direitos culturais são direitos humanos, haja vista que, independentemente de quais sejam os direitos culturais, assim como seus conceitos, todos evocam valores de liberdade de expressão, solidariedade e igualdade como fonte animadora das normas no ordenamento jurídico de um território com suas múltiplas territorialidades.

Assim, de modo a aprofundar o debate, além das conquistas inigualáveis acerca de enunciados normativos que protegem estes direitos, invoca-se aqui um acréscimo da reflexão, tomando emprestado do direito constitucional, o princípio do mínimo existencial.

A diversidade e as identidades são inerentes à vida coletiva. Muitas violências são cometidas no espaço comum, sejam raciais e de gênero; por exemplo, o racismo, machismo, transfobia e homofobia são violências que se projetam no espaço da necropolítica, onde há “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2017 p. 11) num sistema capitalista incrustado no campo da ideologia. Violências em territórios como terreiros e terras indígenas é sobre racismo que atinge a materialidade na invasão da terra, mas também suprime aspectos simbólicos daqueles que vivenciam tais espaços.

A cidade é diferente de acordo com a corporeidade. Não se aprofundando aqui nas questões raciais e de gênero, que são essenciais ao debate das identidades, o espaço comum – público é o comum institucionalizado, consoante Garcia Canclini (XIII Seminário..., 2024) – é o local onde corpos se encontram e se expressam. As reservas indígenas, os quilombos, as comunidades ribeirinhas, as praças públicas com diferentes grupos, as festas de rua, carnaval, baile funk no fluxo da rua, cortejos, procissões, todas são formas de relação do simbólico com o espaço, que convivem com a lógica de rede sobrepostas em um modelo de predação de produção urbana de “empresariamento do espaço” (Hall, 1988). Território carrega em si suas multiterritorialidades, segundo Haesbaert (2007), e carrega suas diferenças.

Se o território é compreendido numa lógica de mercadoria, vide a financeirização do espaço, descola-se o Ser do território. Esta desconexão da experiência da identidade cultural do entendimento do território emoldura um quadro dissonante na contemporaneidade, onde a objetificação de corpos acentua os modelos de mercantilização da terra. A separatividade do simbólico na interpretação da terra fragiliza suas formas de proteção, o direito trata de forma apartada formas únicas de relação de identidades com territórios, o que atinge principalmente, as comunidades tradicionais. A demarcação de terras indígenas possibilita a vivência e a relação dos povos originários com a ancestralidade da terra, os direitos territoriais são culturais.

Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos

nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza. Na verdade, estão invocando novas formas de os velhos manjados humanos coexistirem com aquela metáfora da natureza que eles mesmos criaram para consumo próprio. Todos os humanos que não somos nós estão fora, agente pode comê-los, socá-los, fraturá-los, despachá-los para outro lugar do espaço. O estado de mundo que vivemos hoje é exatamente o mesmo que os nossos antepassados recentes encomendaram para nós (Krenak, 2019, p. 67).

O direito constitucional é o direito que estrutura a sociedade a partir de princípios e normas. Em se ocupando da prestação jurisdicional estatal, os direitos fundamentais são de relevância para garantir ao indivíduo e coletividade a existência digna dentro de uma sociedade. Há a obrigação do Estado zelar pelo bem comum e, no estado de desigualdade, inquestionável a imperatividade de se tutelar pelo mínimo existencial.

O princípio é o começo. E o começo é inexplorado, com distintos caminhos a se percorrer. Um princípio jurídico não se sobrepõe à norma, por isso o mínimo existencial no debate que se correlacione com os direitos culturais é uma possível forma de hermenêutica e aplicabilidade da normativa de proteção às multiterritorialidades.

Percebe-se que os embates identitários são incontáveis a partir de uma análise mais acurada entre o conflito entre grupos e dentro deste próprio grupo nos territórios, abrindo um campo de reflexão sobre a condição imanente de “orientação à dominância social” (Sidanius et al., 2004) nas relações interpessoais e na constituição das divergências das diferentes relações e territorialidades.

Na perspectiva do pensamento plural no espaço comum, a convivência, ainda que inerente à linguagem e à cultura, é forma de socialidade e construção da vida material. Assim, o território no encontro das diferenças vai muito além da condição material, é nele que a vida se expressa.

Consoante Sodré (2019, p. 62-63),

a questão do contraditório, do múltiplo, do diverso adquire uma grande fecundidade para o pensamento contemporâneo, quando se considera a persistência da dificuldade para consciência ocidental, mesmo mais esclarecida, de lidar na prática com as diferenças. [...] No entanto, para deixar o diferente aproximar-se é preciso, de algum modo, conceber ou vivenciar um ponto comum, alguma totalidade (embora não hegemônica, sem síntese dialética dos contrários) nas diferenças. Um pensamento não-racista surge da perspectiva de um solo comum com o Outro, pois o espaço real de uma nação consiste no processamento de diferenças sem perda de sua totalidade. Apenas a totalidade não se cria “por um todo” imposto à força (das armas ou razão) nem por uma “cultura nacional” (que só existe como monopólio oficial de ideias), mas pela aceitação de um jogo pluralista heterocultural, em que se afronta sempre o Destino.

A Constituição Federal assegura proteção a diversidade cultural com resguardo de elementos identitários como menciona Cunha Filho (2018), mas a interpretação do enunciado normativo por vezes confere, a depender da posição que ocupa o hermeneuta, distorções de que a diversidade é descolada da vivência territorial, que se trata de manifestações culturais, assim como a própria territorialidade.

A lição do terreiro é o convívio de diferença sem a perda da perspectiva de fundo comum. Foi assim que a diversidade política africana não impediu que se divisasse, na diáspora, uma totalidade na diferença com o Ocidente europeu. Existem atitudes – ainda que os conteúdos sociorritualísticos difiram entre si – comuns à maioria dos povos da África, que permite falar, com extrema cautela, de um “homem africano”, isto é, do sujeito de um paradigma civilizatório não prometeico, não dissociado de uma ordem cósmica, não criadora de oposições radicais entre sujeito e o objeto, mas francamente territorializante. Em outras palavras, um paradigma que inscreve no corpo das regras culturais o imperativo do limite (Sodré, 2019, p. 63).

No espaço comum ideal de convivência, as diferenças se encontram e são tratadas de forma igualitária. As desigualdades aperfeiçoadas por grupos privilegiados aos longos dos séculos pelos mecanismos institucionais, não conseguem dar cabo às inúmeras formas de existência. A subalternidade arraigada na estrutura social quando não erradica a pluralidade de visões de mundo, as distorce. Será que o Direito consegue abraçar igualmente as diferenças e oportunizar uma construção de espaço comum na diversidade?

A maioria das terras das comunidades tradicionais no Brasil são consideradas espólios, pois ninguém faz escritura. Mas se hoje em dia nós fazemos, porque nos é imposto, há algo mais grave implicado. Para fazer o título é preciso ter laudo antropológico – mesmo que a lei diga que ser quilombola é autodeclaratório – e um laudo agrônomo. Um relatório técnico de identificação de demarcação – é a mais sofisticada

utilização da inteligência do Estado para identificar o perfil de resistência. Por que precisaríamos de um antropólogo para nos diagnosticar, ler nossos costumes, as nossas tradições, a cultura? Porque quem mais ameaça hoje o sistema são os povos e comunidades tradicionais, pois somos donos de um saber transmitido espontaneamente pela oralidade, sem cobrar nada por isso (Santos, 2023, p. 9).

Veja que Antonio Bispo dos Santos (2023) em sua fala torna inquestionável as distorções jurídicas, por meio de mecanismos legais, onde o Estado cria a institucionalização da segmentação do direito ao território e a cultura, exigindo das comunidades tradicionais a adequação às demandas do aparelho tecnocrático.

Assim, discutir a regularização das terras pela escrita não significa concordar com isso, mas significa que adotamos uma arma do inimigo para transformá-la em defesa. Porque quem vai dizer se somos quilombolas-ou não- não é o documento da terra, é a forma como vamos nos relacionar com ela. E nesse momento nós e os indígenas confluímos. **Confluímos nos territórios, porque o nosso território não é apenas a terra, são todos os elementos** (Santos, 2023, p. 15, grifo nosso).

Na subalternidade, o mínimo existencial se impõe, o que é contraditório, já que o Estado ratificou em muitas instâncias a desigualdade nos territórios no decorrer do processo histórico de colonização das Américas. Mas há que garantir a dignidade existencial para que *todes* tenham a oportunidade de ter acesso aos espaços físicos e simbólicos para questionar e modificar as instituições.

Vida é o direito primeiro na ponderação de princípios fundamentais. Corpos vivos máquinas ou corpos vivos que se deslocam e se expressam, criam e recriam suas realidades na terra? Como destaca Almeida (2021), o processo da modernidade operou uma separação entre razão e desejo, sujeito e objeto e ser e dever-ser, a fim de conter as energias pulsionais. Ainda neste sentido, nem tudo poderia ser reificado, transformado em objeto de cálculo e, consequentemente, em mercadoria. Algumas fantasias e desejos deveriam ser sublimados em nome de um determinado projeto civilizador (Mbembe, 2018 apud Almeida, 2021).

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam

guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 32-33).

No entanto, é muito comum os homens mais velhos apenas discorrerem com sabedoria, sem dar nenhuma instrução. Nesse caso falam somente para que seus ouvintes possam ganhar conhecimento. Assim, quando um grande homem acorda, antes de amanhecer, na hora do orvalho, pode enumerar em hereamuu as antigas florestas onde seus avós viveram, descendo aos poucos das terras altas. Evoca o lugar onde nasceu e queles onde cresceu.

Já os xamãs, em seus discursos de hereamuu, falam sobretudo do tempo dos antepassados animais yarori. Costumam iniciar assim: “No primeiro tempo, nossos ancestrais viraram outros, transformaram-se em veados, antas, macacos e papagaios”. Prosseguem então com o relato das desventuras de alguns deles e narram como metamorfosearam. Contam também como uma mulher menstruada sentada no chão da floresta virou um rochedo e de que modo os macacos-aranha lhe arrancaram o braço tentando colocá-la de pé (Kopenawa; Albert, 2015, p. 382).

Artistas indígenas, negros, quilombolas, refugiados ocupam instituições culturais, exposições e Bienais. “O que se passará depois das Artes?”, como assinala Garcia Canclini (XIII Seminário..., 2024).

Ainda que os pós modernos abandonem a noção de ruptura-fundamental nas estéticas modernas -e usa imagens de outras

épocas em seu discurso artístico, seu modo de fragmentá-las e diz configurá-las, as leituras deslocadas ou paródica das tradições, restabelecem um caráter insular e auto referido do mundo da arte. **A cultura moderna se construiu negando as tradições dos territórios.** Seu impulso ainda vigora nos museus que procuram novos públicos, nas experiências itinerantes, nos artistas que usam espaços urbanos isentos de conotações culturais, que produzem fora de seus países e descontextualizam os objetos (Garcia Canclini, 2015, p. 49, grifo nosso).

Glicéria Tupinambá, artista selecionada na Bienal de Veneza de 2024, no Pavilhão Hãhãwpuá, fala

Hoje fui colocada no lugar de artista, mas a única coisa que eu realmente sei fazer é lutar pelo território. Nós somos pessoas que sonham o território, e o território sonha com a gente. Se ele se sente ameaçado, se se sente agredido, ele vai falar conosco e todos na aldeia vão ter o mesmo sonho (Tupinambá, 2023, p. 187).

Os direitos culturais territoriais devem ser considerados como mínimos essenciais à existência plena de indivíduos na sua experiência coletiva. O princípio do mínimo existencial, assim como direitos culturais em suas acepções, foram debatidos em Estados europeus. Na realidade latino-americana, a diversidade e a desigualdade são costuradas à identidade territorial de diversos povos.

A inovação não anda só com as inteligências artificiais polvorosas. É premente a inovação de conceitos, escutando a ancestralidade de povos anteriores ao entendimento do conceito de direito contemporâneo.

Considerações finais

Sem a pretensão de exaurir o extenso debate sobre temas transversais aos direitos culturais territoriais, o artigo cuidou de provocar uma discussão inicial sobre os desafios da linguagem institucionalizada, a do Direito, em frente a tantos termos fundamentais sobre a descolonização do pensamento latino-americano.

Fica evidente que a sobrevivência do ser humano dependente de recursos materiais e o partilhamento sob a égide do Estado. E na desigualdade estruturante que se elabora o espaço comum, território mercadoria, seres humanos são desprovidos do mínimo para sua existência, cabendo ao Estado assistir aos cidadãos à essencialidade da vida, na materialidade, no bojo de direitos à habitação, à saúde, à segurança e à alimentação, assim como na esteira da reflexão de Sarmiento (2016), no âmbito além da materialidade, como direito à educação e, aqui, neste artigo, direito ao território cultural, com suas territorialidades e ancestralidades.

Na colonização, os processos de extermínio se dão nos corpos e nas suas formas de expressão. Do capitalismo mercantil ao neoliberalismo. As visões de mundo são extirpadas dos grupos dominados e toda uma construção simbólica institucional se costura na cultura hegemônica. A descolonização do pensamento se dá a entender que a separatividade do pensamento, tão presente na cultura ocidental, não se dá em outras culturas que fazem a América Latina. Dos africanos da diáspora forçada aos povos originários, muitos saberes foram apropriados para sustentar um modelo econômico, outros apagados. Na construção de um modelo

desenvolvimentista racista, as instituições, tais como os poderes que sustentam o Estado de Direito, amparam uma visão não plural de mundo, ainda que as normas estabelecidas em âmbito constitucional e infraconstitucional cuidem de proteger a diversidade.

Nessa perspectiva, não podemos ignorar o importante papel dos movimentos étnicos como movimentos sociais. Por um lado, o movimento indígena, cada vez mais forte na América do sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador) e a América central (Guatemala, Panamá e Nicarágua, como já vimos), não apenas propõem novas discussões sobre estruturas sociais tradicionais mas busca reconstrução de sua identidade ameríndia e o resgate de sua própria história. Por outro lado, o movimento negro – e vamos falar sobre o caso brasileiro, esclarecendo a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder – desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado que considera “natural” o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra são mantidos presos em uma espécie de cinto socioeconômico que “lhes oferece a oportunidade” de trabalho manual e não qualificado. Desnecessário dizer que, para o mesmo trabalho realizado por brancos, os rendimentos são sempre mais baixos para trabalhadores negros de qualquer categoria profissional (especialmente aqueles que exigem qualificações mais altas). Enquanto isso, a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira (transfigurada em brasileira nacional e etc) também é vista “como natural” (Gonzalez, 2020, p. 147).

Será que a relação do simbólico com o território não é essencial à vida humana? A produção e apropriação do espaço, vide a massiva concentração no espaço urbano,

modos de produção do trabalho, é uma interpretação de mundo, cujo hermeneuta está à baila da produção simbólica que anuncia a vida e sua relação com a mercadoria.

O mínimo existencial é basal no Estado de Direito, que serve, em sua operação, uma distorção no anteparo das desigualdades. O que se pode aprender com o saber dos povos tradicionais com sua cosmovisão para mirar possíveis formas de coletividade e comum?

A crise ambiental na urgência climática, com suas tragédias já vividas em âmbito global, anuncia a demanda por quebra de paradigmas éticos sobre o plural do global ao local, políticas públicas transversais e um direito que dê cabo às distintas demandas no território, que não são possíveis de inserção em compartimentos epistemológicos. A vida se dá na terra e a despeito das fronteiras simbólicas, todos seres vivos convivem no mesmo espaço.

A floresta está viva, e é daí que vem sua beleza. Ela parece sempre nova e úmida, não é? Se não fosse assim, suas árvores não seriam cobertas de folhas. Não poderiam mais crescer, nem dar aos humanos e aos animais de caça os frutos de que se alimentam. Nada poderia nascer em nossas roças. Não haveria nenhuma umidade na Terra, tudo ficaria seco e murcho, pois a água também está viva. É verdade. **Se a floresta estivesse morta, nós também estaríamos, tanto quanto ela! Ao contrário, está bem viva. Os brancos talvez não ouçam seus lamentos, mas ela sentedor, como os humanos.** Suas grandes árvores gemem quando caem e ela chora de sofrimento quando é queimada. Ela só morre quando todas as suas árvores são derrubadas e queimadas. Então restam dela apenas troncos calcinados, desmoronado sobre uma

Terra ressecada. Não cresce mais nada ali
anão ser um pouco de Capim (Kopenawa;
Albert, 2015, p. 468, grifo nosso).

Os direitos culturais territoriais são
uma provocação conceitual para se repensar
a transversalidade de saberes das diferentes
identidades que constituem o espaço comum
à vida, à coletividade e à igualdade. As territo-
rialidades são distintas, assim como os arranjos
espaciais e institucionais e, no cenário latino-
americano, territorialidades pensadas na
categoria de **amefricanidade** (Gonzalez, 2020).

Já na época escravista, ela se manifes-
tava nas revoltas, na elaboração de estratégias
de resistência cultural, no desenvolvimento
de formas alternativas de organização social
livre, cuja expressão concreta se encontra nos
quilombos, cimarrones, cumbes, palenques,
marronages, maroom societies, espreiadas
pelas mais diferentes paragens de todo o
continente. [...] Reconhecê-la é, em última
instância, reconhecer um gigantesco trabalho
de dinâmica cultural que não nos leva para o
lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos
transforma no que somos hoje: amefricanos
(Gonzalez, 2020, p. 138).

O lugar comum às identidades é o
território, onde todos pisam, a costura
pelo comum e diversidade é a igualdade
na diferença – em oposição à necropolítica
(Mbembe, 2018) – onde há normas de con-
vivência onde, hoje, falamos no mínimo,
mas no sonho comum, no cotidiano sem
necessidade de atuação da coerção norma-
tiva. *América Ladina* (Gonzalez, 2020) é
marcada pela luta e sonhos históricos pelo
acesso ao viver territorial em sua plenitude
de expressão simbólica no espaço comum,
um mínimo existencial como norma jurídica
e um todo existencial inerente ao Ser. ■

[MARJORIE PRADO JUNQUEIRA DE FARIA]

Doutoranda e mestre em Planejamento e Gestão
do Território pela Universidade Federal do ABC,
seguindo linha de pesquisa em Estado, Políticas
e Instrumentos em Planejamento e Gestão
do Território com foco em estudos culturais.
Pós-graduada pela Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
e pela Facultad de Ciencias Económicas da
Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)
em Gestão de Projetos Culturais. Graduada
pela Faculdade de Direito da Fundação
Armando Álvares Penteado. É pesquisadora,
gestora de projetos culturais e advogada.
E-mail: marjorie.prado@ufabc.edu.br

[SILVIA HELENA PASSARELLI]

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade de São Paulo (USP), fez mestrado
e doutorado pela mesma Instituição e
pós-doutorado pela Universidade Metodista de
São Paulo (Umesp). É docente permanente do
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
e Gestão do Território da Universidade Federal
do ABC desde 2011. Atua nos seguintes temas:
patrimônio cultural, história da cidade, regulação
urbana, projeto urbano, licenciamento ambiental.
E-mail: silvia.passarelli@ufabc.edu.br

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/>. Acesso em: 30 maio 2024.

BARROSO, Luis Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 232, p. 141-176, 2003. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v232.2003.45690>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUSSI, Simone Loncarovich; LEÃO JUNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa; MORAES, Julia Thais de Assis. O mínimo existencial, liberdade e justiça social. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 25-44, 2020.

CUNHA FILHO, Humberto. **Teoria dos direitos culturais e finalidades**. São Paulo: Sesc, 2018.

CHAGAS, Afonso Maria. Direitos territoriais: identidades, pertencimentos e reconhecimento. **Revista Abya Yala sobre Justiça e Acesso nas Américas**, Brasília, DF, v. 1, n. 001, p. 182-201, 2017.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HALL, Peter. A cidade do empreendimento. In: HALL, Peter (org.). **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 407-430.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Mbembe, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PEDRO, Jesus. A la cultura e industriales culturales. In: ECONOMIA Y CULTURA: LA TERCERA CARA DE LA MODENA, 16-18 mayo 2000, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: Convenio Andres Bello, 2001.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da Terra. In: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu; Belo Horizonte: Piseagrama, 2023. p. 7-17.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 73-94.

SARMENTO, Daniel. O mínimo existencial. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 1644-1689, 2016.

SIDANIUS, Jim; PRATTO, Felicia; VAN LAAR, Collete; LEVIN, Shana. **Political Psychology**, Hoboken, v. 25, n. 6, p. 845-880, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00401.x>.

SILVA, Vasco Pereira da. **A cultura que tenho direito. Direitos fundamentais e cultura**. Coimbra: Almedina, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O território sonha. **In:** CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (org.). **Terra:** antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu; Belo Horizonte: Piseagrama, 2023. p. 179-191.

XIII SEMINÁRIO Internacional de Políticas Culturais. [**S. l.: s. n.**], 2024. 1 vídeo (123 min). Publicado pelo canal Casa Rui Barbosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mLón4pnWuzc>. Acesso em: 20 maio 2024.

ECONOMISTAS E EDUCAÇÃO NO BANCO MUNDIAL: PRIMÓRDIOS DE UMA RELAÇÃO DURADOURA NO BRASIL

[DOSSIÊ]

Hivy Damasio Araújo Mello¹

Doutora pela Universidade Estadual de Campinas

¹ Algumas das ideias aqui apresentadas foram originalmente discutidas em Mello (2012). Pesquisa original contou com financiamento do CNPq, a quem a autora agradece.

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O Banco Mundial (BM) começou a financiar projetos educacionais na América Latina e no Brasil nos anos 1970. Antes disso, o Banco desenvolveu missões técnicas e estudos de setores e países. O artigo destaca que, desde cedo, o BM tinha interlocutores privilegiados no Brasil, agentes que, junto dele, disseminavam ideias e um modo de olhar o setor educacional brasileiro (e latino-americano) a partir de uma concepção econômica da educação. Na análise de material referente às primeiras missões técnicas, aos estudos e aos financiamentos, complementados por entrevistas, chamam a atenção a circulação de ideias, os temas que surgem e o perfil dos interlocutores, o que nos dá pistas dos processos de legitimação e consagração de diagnósticos e recomendações para a educação no país. Algumas dessas ideias ganharam centralidade nos anos 1990, auge da convergência entre o BM e o governo brasileiro, com a chegada de um grupo de intelectuais/*policymakers* ao poder e a implementação de uma reforma gerencial na educação; mas, como o texto explora, a construção dos vínculos é anterior.

Palavras-chave: Banco Mundial. Educação no Brasil. Circulação de ideias. *Policymakers*. Convergências.

The World Bank started financing educational projects in Latin America and Brazil in the 1970s. Before, the Bank had developed technical missions and sector studies in the region. This paper highlights that, since the beginning, the World Bank had privileged partnerships in Brazil, internal agents who influenced educational policies through an economic concept of education. The analysis of materials from the first technical missions, studies and financing, complemented by interviews, stands out the circulation of ideas, alongside the emergent topics and the partner's profiles, which gives us clues about the legitimation and consecration processes of diagnosis and recommendations for education in Brazil. Some of the shared ideas gained centrality in the 1990s, when the convergence between the World Bank and the Brazilian government peaked, thanks to the arrival of a group of intellectuals/*policymakers* to State power and the implementation of a managerial reform in education, but their roots were established earlier.

Keywords: World Bank. Education in Brazil. Circulation of ideas. *Policymakers*. Convergences.

El Banco Mundial (BM) empezó a financiar proyectos educativos en los países de América Latina y en Brasil en los años 1970. Pero antes el Banco desarrolló misiones técnicas y estudios de sectores y países. Este artículo destaca que, desde una etapa temprana, el BM tuvo interlocutores privilegiados en Brasil, agentes que, junto con él,

influyeron con ideas y un modo de mirar al sector educativo brasileño (y latinoamericano) desde una concepción económica de la educación. El análisis de estas primeras misiones técnicas, estudios y financiamientos, complementado con entrevistas, llama la atención para la circulación de ideas, de temas que surgen y del perfil de los interlocutores, lo que nos da pistas de los procesos de legitimación y consagración de diagnósticos y recomendaciones para la educación en Brasil. Algunas de las ideas ganaron relevancia en la década de 1990, el apogeo de la convergencia entre el BM y el Gobierno brasileño, con la llegada de una intelectualidad (con perfil de formulador de políticas) al poder y la implementación de una reforma de la gestión en educación, pero, como explora este texto, la construcción de vínculos es previa.

Palabras clave: Banco Mundial. Educación en Brasil. Circulación de ideas. Formuladores de políticas. Convergencias.

Introdução

O Banco Mundial (BM)¹ é um dos organismos criados no contexto do pós-guerra que atua intensamente no que se constitui como campo da cooperação internacional para o desenvolvimento (Salles, 2010). Nele, o BM começa a financiar projetos em educação nos países chamados “em desenvolvimento”² – na América Latina e, em especial, no Brasil nos anos 1970 – e, a partir de uma posição central, dissemina ideias e influencia os debates e as ações em torno das políticas educacionais. Ao longo de décadas de atuação nesse setor, tem como pressuposto que a educação e a economia são e devem ser conectadas (Jones, 2007). Em diálogo com as teorias do capital humano³, promovidas sobretudo por economistas da educação gradativamente incorporados ao

seu quadro (Heyneman, 2003; Mello, 2012; Mundy, 2002), a educação é tratada pelo BM como elemento propulsor do desenvolvimento no sentido econômico (na formação de mão de obra, no combate à pobreza ou ao comunismo, no controle demográfico, no crescimento econômico dos países ou, mais recentemente, na promoção da sociedade do conhecimento e na integração em uma economia global) – e raramente como um direito. Assim, no campo internacional (Pronko, 2014), o Banco torna-se ator-chave no processo de disseminação e legitimação de um modo de olhar a educação (e diagnosticar problemas educacionais) a partir de uma concepção econômica, além de defensor da importância do setor privado (e dos seus mecanismos) nas políticas educacionais, consagrando, aí, um conjunto de temas, diagnósticos e recomendações (Mello, 2012; Vior; Cerruti, 2014).

O Banco se torna, em 1995, a maior fonte de financiamentos externos em educação para países em desenvolvimento, provendo cerca de ¼ de todos os recursos para esses fins no mundo (World Bank, 1995, p.145). Com o dinheiro – que, por vezes, requer contrapartida⁴ – esses países seguem os aconselhamentos (a assistência técnica, no vocábulo do BM) que ajudam a definir as áreas e as práticas a serem financiadas e privilegiadas. Assim, o Banco Mundial – devido ao seu poder econômico, mas também político e intelectual (Pereira, 2010) –, torna-se importante disseminador e financiador de políticas transnacionais na segunda metade do século XX, com posição

1 Com “Banco Mundial” ou “Banco” ou BM nos referimos: ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que faz empréstimos a governos de países em desenvolvimento com renda per capita média, como o Brasil, ou países de baixa renda solventes; e à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que faz doações e empréstimos a governos de países mais pobres do mundo. O Grupo Banco Mundial inclui, além dessas, outras cinco agências (Pereira, 2018).

2 Os termos usados pelo BM mudam ao longo dos anos: “regiões atrasadas”, países “subdesenvolvidos”, depois “em desenvolvimento”, entre os quais alguns são denominados “emergentes”, como é o caso do Brasil (Toussaint, 2007, p. 123, nota 1).

3 Na teoria do capital humano, economistas analisam como investimento em treinamento e educação são responsáveis pelas diferenças de renda dos países (Schultz, 1961; Becker, 1964). A disseminação e legitimação dessa teoria, e da percepção da educação como um **investimento**, e não um custo (jogando a perspectiva para o futuro, e possibilitando, portanto, esperar – e calcular – que desses investimentos haveria um retorno) são uma mudança importante na história das ideias. (Heyneman, 2003; Mello, 2012).

4 Em países que obtêm financiamento do BIRD, como o Brasil, é necessária a contrapartida nacional nos financiamentos.

de destaque entre os discursos disponíveis sobre as políticas educacionais, influenciando governos, ONGs, universidades, centros de pesquisa e mídia, nas mais diversas regiões do mundo.

Apesar disso, quando da aprovação de financiamentos propriamente ditos, o Banco Mundial precisa negociar com cada governo (nacional ou subnacional) interessado nos seus recursos e nas suas ideias. Isto é, como abordado em Mello (2012), ao mesmo tempo em que o BM vai se tornando uma presença constante, em várias áreas, nos debates sobre políticas públicas, no que busca inserir elementos reformadores nos Estados Nacionais (Nogueira, 1998), as suas negociações se dão com diferentes governos dentro de cada período e contexto histórico, e os resultados que alcança em cada região/setor são distintos. Assim, se, por um lado, o Banco funciona como uma espécie de vetor a sinalizar a direção das mudanças necessárias, a partir do seu ponto de vista, além de buscar mecanismos para viabilizá-las, combinando elementos **coercitivos** com **persuasão**, os resultados das suas investidas variam conforme as relações que consegue estabelecer com cada país ao longo dos anos. Quer dizer, a par com os constrangimentos e dissimetrias que as relações entre o BM e os países possam conter (que não são poucos), tal organismo não atua sozinho (Pereira, 2018).

No Brasil, um dos maiores clientes históricos do BM, os financiamentos para a educação realizados com os governos, via BIRD, foram contínuos e relevantes entre 1970 e 1990, quando então começam

a ser alvo de maior escrutínio e críticas⁵. Em um contexto de políticas de ajuste estrutural, onde o neoliberalismo dá o tom, e o processo de globalização econômica avança, análises do período enfatizam a capacidade do Banco e sua instituição irmã, o Fundo Monetário Internacional (FMI), de impor políticas e receitas à América Latina, inclusive aí o Brasil. As análises sobre o BM em educação⁶, que surgem naquele período, têm importância ímpar, sobretudo política, ao denunciar as dimensões coercitivas da sua atuação e os problemas dessa modalidade de “co-financiamento” (Fonseca, 1995) (i.e. custos, arbitrariedades, condicionalidades). Contudo, apesar da concentração de poder e influência do BM, processos de circulação, transmissão e apropriação⁷ internacional de ideias e políticas são bastante complexos, e envolvem uma série de mecanismos, agentes e redes em conexão (Pereira, 2018). Seguindo pistas deixadas por Bourdieu (2002), a compreensão de processos dessa natureza demanda a análise das condições sociais dessa circulação internacional de ideias, ou da importação-exportação

⁵ Estudos importantes mas esparsos começam a criticar o BM por sua ingerência nos assuntos domésticos dos países e ligação ao imperialismo norte-americano (Hayter, 1971). Na América Latina, Ianni (1974) analisa a atuação da tecnocracia internacional na manutenção das relações de dependência (com ênfase no papel dos economistas, do FMI, e do BM). Nos anos 1980/1990, as críticas ao BM aumentam, de várias frentes. Ver, sobre o assunto: Maranhão (2009), Mello (2012), Pereira (2010) e Toussaint (2008).

⁶ Ver, por exemplo, trabalhos pioneiros de Fonseca (1992; 1995; 1996); Tommasi, Warde e Haddad (1996).

⁷ O termo apropriação sugere o desnível de poder entre os agentes envolvidos nas trocas/circulação de práticas e ideários e a flexibilidade necessária no caso de ideários. Ideias são traduzidas, apropriadas e moldadas em cada contexto (Mello, 2012).

intelectual. Tais processos envolvem hierarquias, hegemonias e dominação, mas não são unilaterais (Mello, 2012). Vale assim considerar outra dimensão mais à sombra no debate, como propomos aqui: desde cedo, as ideias e políticas do Banco encontram interlocutores privilegiados no Brasil, entre pessoas e instituições, que também têm papel central na construção da sua legitimidade no setor da educação.

Isso importa, pois, como também indicam Dezalay e Garth (2000), a relevância que ideias e práticas ganham em um dado contexto depende de como elas são recebidas dentro dele, incluso aí o papel de grupos sociais ou partes da elite. Para eles, uma chave importante para compreender as mudanças institucionais, e a institucionalização das mudanças, seria o que chamaram de “paralelismo estrutural” entre processos nos países exportadores e importadores, ou melhor, a similaridade estrutural na posição de atores – no que diz respeito aos poderes econômico e político – tanto ao sul quanto ao norte do globo. Nessa linha, exportações simbólicas tendem a ser mais bem-sucedidas quando há homologias estruturais entre o sul e o norte:

[...] quando as estruturas se encaixam particularmente bem, as exportações não são nem mesmo vistas como exportações. Isso não se deve apenas ao fato de que todos os lados acreditam nos mesmos referenciais gerais e nas mesmas formas de resolver os problemas [...] O que é especialmente relevante é o fato de que suas estratégias os levam a fazer o trabalho de seus parceiros internacionalizados. Da mesma forma, noções de dominância ou dependência tornam-se invisíveis e naturalizadas (Dezalay; Garth, 2000, p. 165).

Essas considerações estimulam novas análises sobre as relações entre o BM e o Brasil nos períodos em tela, tendo em conta, também, as confluências e convergências entre as partes, e não apenas imposições (Mello, 2012; 2014). A partir daí, o estudo das relações entre o BM e a educação no país podem ganhar um novo enfoque. Como similarmente propôs Cunha (2002, p. 110),

[...] A análise da elaboração e da implementação das políticas educacionais deve partir da identificação dos grupos envolvidos. [...] os grupos que têm interesse material e/ou simbólico nas políticas em questão e seus oponentes. Devem ser identificados grupos concretos com interesses concretos [...] Mais do que conexão lógica, é preciso buscar conexão sociológica.

Em diálogo com esses autores (Bourdieu, 2002; Cunha, 2002; Dezalay; Garth, 2000, 2002), o objetivo deste artigo é o de refletir, a partir de uma perspectiva sociológica, sobre a circulação de ideias entre o Banco Mundial e o Brasil a partir do tema da educação, identificando agentes (pessoas e instituições) que foram interlocutores nacionais na área, a partir de uma gênese desse processo. Ao analisar documentação do BM pouco conhecida (sobretudo estudos de país e de setor, publicações do BM e de seus interlocutores) e também entrevistas, ganham destaque as trocas, os temas que surgem, e o perfil dos agentes – mormente ligados à economia da educação – o que nos dá pistas dos processos de legitimação e consagração de diagnósticos e recomendações para a educação no país, que influenciaram as políticas educacionais no período. Eles iluminam os caminhos da circulação de ideias e práticas que foram sendo compartilhadas e consagradas, e os

processos de convergência de agendas (Mello, 2012).

Quanto ao perfil desses interlocutores, ênfase é dada ao papel que um grupo de acadêmicos-especialistas teve na circulação de ideias. Dito de outro modo, trata-se de analisar o papel de partes da tecnocracia e de *policymakers*, de uma *intelligentsia*⁸, como chamamos (Mello, 2012), com passagem por universidades, na circulação e apropriação de ideias, políticas e práticas que, se defendidas pelo BM, eram igualmente compartilhadas por aqueles interlocutores no/do país. Em comum, eles compartilham também uma **visão do mundo** e uma **visão de educação**. Seu perfil é de *policymakers*, consultores, muitos deles economistas (mas não apenas), em diálogo direto com os *technopols* analisados por Dezalay e Garth (2000, 2002).

No período analisado, a partir de meados dos anos 1960, mas, especialmente, a partir de 1970, há uma gradativa circulação de ideias (e pessoas) entre algumas instituições de ensino e/ou pesquisa, esferas do governo brasileiro e organismos internacionais, que irá se intensificar mais à frente, nos anos 1990 (Dezalay e Garth, 2000; Almeida; Bittencourt, 2012). No caso do Brasil, o período da passagem dos anos 1980 a 1990 coincide, também, com o fim da ditadura militar, início do processo de redemocratização, contexto de intensas mudanças políticas e abertura econômica, com a chegada de novos grupos ao poder,

no qual o Estado precisa de uma tecnocracia (Oliveira, 1988). Para Dezalay e Garth (2000, p.163), nesse período, a maior parte dos países latino-americanos seria, no final do século XX, “governada por ‘técnico-políticos’ que combinam conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política”, *technopols*, sendo seus maiores exemplos Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Domingo Cavallo na Argentina, Alejandro Foxley no Chile e Pedro Aspe no México, e os seus exemplos paradigmáticos os economistas⁹. Os autores evidenciam o papel de alguns indivíduos, agora com perfil de “políticos tecnocráticos”, nas mudanças que ocorreram nos Estados latino-americanos (de desenvolvimentistas a neoliberais) ampliando, assim, a compreensão do Estado: de algo mais abstrato, passa-se a considerar, na análise, as pessoas e o conhecimento que produzem e que impulsionam esses processos. A proposta aqui é similar, mas a partir da temática educacional, e das relações com o BM, no que se destacam também os economistas, mas os ligados à educação. Tal análise nos ajuda a compreender a convergência de posições e crenças entre o Banco Mundial e o governo brasileiro no setor educacional que começa a chamar a atenção dos estudiosos sobretudo a partir de meados da década de 1990 (Mello, 2014), mas cujos processos de circulação de ideias nos remetem a décadas anteriores. A passagem dessa *intelligentsia* por algumas instituições também chama a

8 Ver Gramsci (1968) e Mannheim (1956, 1982, 1986, 2008). Em Mannheim (1982), *intelligentsia* é traduzido como “grupo dos intelectuais” ou “intelectual”. Sobre intelectuais e Estado no Brasil, ver Oliveira (1988), Martins (1987), Pécaut (1989), Miceli (2001), Ridenti, Bastos e Roland (2006).

9 “Técnico-políticos” substituíram “políticos-bacharéis”, que antes ocupavam, no Estado, “posições dominantes e cujo conhecimento generalista foi atacado e desacreditado pelos técnicos-políticos” (Dezalay; Garth, 2000, p. 164); sobre *technopols*, ver Dominguez (1997); sobre economistas no Brasil, ver Loureiro (1997; 1998); e legitimação de economistas na educação, ver Almeida (2008).

atenção para o papel delas no fornecimento privilegiado de interlocutores para o Banco Mundial no Brasil, lembrando ser o BM, em geral, bastante seletivo nas suas relações (Mello, 2012).

Gênese das relações entre o BM e os especialistas em educação no Brasil: ideias em circulação

Em meados dos anos 1960, contexto de ditadura militar, e mesmo diante da proeminência do vínculo entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (conhecidos como acordos MEC/USAID) no campo educacional brasileiro (Nogueira, 1998), várias relações, que se mostraram duradouras, entre o Banco Mundial e interlocutores no país começam a ser plantadas. Como analisou Martins (1988, p.47), já nesse período “as formulações teóricas da ‘economia da educação’ influenciavam o pensamento educacional brasileiro”. Para o autor,

[...] ao pressupor que a instrução e o progresso no conhecimento constituem importantes fatores de crescimento econômico, que um país em desenvolvimento deve superar sua escassez de ‘capital humano’, estavam antecipando um estilo de pensamento e o discurso educacional que seria amplamente consagrado e colocado em prática depois do golpe de 64 (Martins, 1988, p. 47).

Desde então se firma, no país, um solo receptivo a ideias e políticas que também

são compartilhadas pelo Banco Mundial. Para Martins (1988, p. 55), o caráter autoritário do novo modelo político brasileiro instaurado em 1964, além das medidas desmobilizadoras adotadas pelo governo no plano educacional, evidenciam a colocação de problemas educacionais (sobretudo os ligados a universidades) como objeto de estudo, planejamento e execução de um círculo bastante restrito de “auto-proclamados especialistas”. Se, no período anterior, de tendência nacional-desenvolvimentista, o pensamento educacional estava ligado à construção de uma nação mais autônoma, tendo, para o autor, como figura chave o educador na produção de projetos de reformulação ou na participação de debates sobre a reconstrução da universidade brasileira, por exemplo, a participação docente teria sido amputada com o golpe de 64, e em especial com o Ato Institucional n. 5 (AI-5). É então que “o ‘problema educacional’ passa a ser assumido pelo Estado como um problema técnico, centralizando as decisões sobre a educação num pequeno círculo de supostos especialistas” (Martins, 1988, p. 48). E no que se refere às relações entre o Brasil e o BM na área educacional, e a articulação entre especialistas dos dois lados ao longo dos anos, há um processo de construção de convergências e alinhamentos, e não apenas divergências ou consentimentos (Mello, 2012).

Apesar de terem uma importância ainda pequena no período, é a partir da década de 1960, mas sobretudo de 1970, que o Banco Mundial começa, também no Brasil, a fazer os primeiros financiamentos para o setor social. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para a educação brasileira iniciam, mais pontualmente, em 1971, seis anos após a aprovação do primeiro

projeto educacional na América Latina com o governo chileno¹⁰. Os investimentos nesse setor constituem, então, uma novidade no portfólio do organismo¹¹. Nas palavras de Fonseca (2001, p. 15), tal fato “decorreu dos prognósticos internacionais sobre o crescimento acelerado da pobreza no Terceiro Mundo, considerado como fator direto de transtornos sociais locais, com sérias consequências para a estabilidade dos países desenvolvidos”. O comunismo, como se sabe, é considerado, à época, uma ameaça latente (Mello, 2012). Tanto o BM quanto outros organismos internacionais destinam recursos a educação, saúde e desenvolvimento rural, para “atingir predominantemente determinados segmentos populacionais que se encontravam fora dos limites aceitáveis de pobreza, denominados grupos emergenciais ou de risco” (Fonseca, 2001, p. 15). E a educação começa a ser, cada vez mais, relacionada ao crescimento econômico dos países, para a formação de mão-de-obra qualificada e aumento de produtividade, em diálogo, como mencionado, com a teoria do capital humano, no que encontra já adeptos e interlocutores no país. Ainda, a educação, para o BM, é vinculada ao controle populacional, bem de acordo com o receituário para regiões em “desenvolvimento”¹². Amparado

no discurso mais amplo de combate à pobreza – mas com várias preocupações envolvidas – é nesse período que o organismo começa a financiar políticas educacionais em várias regiões do mundo.

Os projetos financiados são as partes mais estudadas dessas relações entre o BM e o Brasil. Para além do volume de recursos propriamente dito, tais projetos em educação são, como em outras áreas, uma porta de entrada privilegiada das ideias do Banco Mundial no Brasil em vários sentidos. Servem, sobretudo, como via de disseminação de valores e crenças, além de práticas, pois a negociação e a aprovação de um financiamento pode se prolongar por anos, e a sua implementação por muitos outros. Além disso, a participação do BM em projetos do e no país garante, como nos lembrou um dos funcionários do Banco, um acesso bastante restrito: um assento nas mesas de decisões estratégicas do governo no Brasil¹³. Esse é um dos espaços centrais para apresentação das ideias do Banco e remete à dimensão **persuasiva** dessas relações. Neles, os funcionários do BM não apenas participam de decisões governamentais, onde exercem influência, mas promovem a circulação de ideias, práticas e saberes, que envolvem detalhes de formulação, planejamento, implantação e até avaliação de políticas públicas, incluindo decisões sobre a manutenção ou alterações delas. Ainda, como muito do funcionamento do Banco Mundial gira em torno da viabilização, negociação e, finalmente, implementação dos projetos (em andamento ou em prospecção), é em torno deles que se mobilizam

¹⁰ Sobre os financiamentos do BM para a educação chilena, ver Astudillo (2007). O Chile, como se sabe, é considerado o laboratório das políticas neoliberais na América Latina. Ver, também, Dezalay e Garth (2002, em especial capítulo 7).

¹¹ Conforme a estratégia do BM, até meados de 1970 a maior parte dos empréstimos iam para infra-estrutura. Os setores de energia e transportes eram os carros-chefes, depois indústria, alinhados aos objetivos de modernização e industrialização correntes no país.

¹² Parcela importante dos recursos foi direcionada nesse período, e em especial nos anos 1980, ao setor agrícola. Ver Pereira (2010).

¹³ Entrevista realizada pela autora com funcionário do BM em 11/05/2009 (Mello, 2012).

as missões técnicas, há a contratação de consultores especialistas e são produzidas dezenas de estudos sobre os países e setores, além da promoção de eventos, cursos e até mesmo viagens de gestores públicos para aprenderem práticas *in loco* com outros gestores (*study tours*)¹⁴. Ao analisar esse material, complementado pelas entrevistas e depoimentos, pode-se observar melhor como o BM não atua sozinho e mobiliza vários interlocutores nacionais para alcançar seus objetivos, lhes emprestar a necessária legitimidade nacional ao projeto, que se soma à própria influência do organismo.

Logo, antes de aprovar os financiamentos para a educação no Brasil, como parte dos seus procedimentos internos, o BM já havia mobilizado uma série de missões técnicas¹⁵ e realizado estudos, em geral publicados em inglês e menos conhecidos, sobre o país. Aliás, a escolha da palavra missão, parte do glossário do Banco, já nos dá algumas pistas sobre o olhar “colonizador/conquistador” que ele tinha sobre os países em desenvolvimento, ou de “terceiro mundo”. Como analisou Carnoy (1974), a mesma mistura de motivos humanitários e de lucro que estimulariam a intervenção norte-americana na educação do sul por meio século após a Guerra Civil, também embasaria a assistência norte-americana para o desenvolvimento econômico e social um século depois (para o hoje chamado Sul Global).

¹⁴ Entrevista realizada pela autora com funcionária do BM em 12/10/2010 (Mello, 2012). Gravada e transcrita.

¹⁵ A primeira missão técnica ao Brasil ocorreu em 1947 e, em 1949, o Brasil teve o seu primeiro financiamento aprovado (World Bank, 2024). Nessas missões, em geral, técnicos do Banco viajam para as regiões alvo dessas missões.

Haveria, naquele contexto, um sentimento generalizado de que os Estados Unidos – um país rico – deveria devotar parte dos seus recursos (tanto públicos quanto privados) para auxiliar que os pobres alcançassem níveis mais elevados de vida (Carnoy, 1974, p. 309). O objetivo das missões técnicas do Banco era recolher dados e informações sobre os países para pensar ações que, parte dos projetos financiados, possibilitariam criar nos países em desenvolvimento as “benesses” e “qualidades” dos países desenvolvidos. Assim também as recomendações do Banco, calcadas em políticas e estratégias globais (além de dialogarem com amplos interesses geopolíticos), quando da aterrissagem em terras nacionais, eram remodeladas com base em um certo tipo de conhecimento do contexto local.

Ainda, desde o início das suas atividades, era tido como necessário ao Banco conhecer minimamente a economia dos países que lhe interessava financiar, para definir estratégias, setores, e, sobretudo, **medir os riscos** dos empréstimos que seriam aprovados nos anos seguintes. Em alguns desses países, poucos dados e análises estavam já organizados sobre o funcionamento da sua economia e dos diferentes setores, como solicitava o BM. De modo que o Banco mergulhou com força, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina (e do mundo), colhendo e organizando dados, fazendo interpretações, propondo políticas e buscando interlocutores nacionais. Desde o fim dos anos 1940, o BM enviava missões técnicas e produzia um grande volume de dados sobre os países e seus setores econômicos, como sobre o Brasil e outros países da América Latina¹⁶.

¹⁶ Na sua nomenclatura, *Country Studies* e *Sector Studies*.

Mesmo com o foco na reconstrução dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial nesse período, há de se lembrar que, nos primórdios do BIRD, e sem a existência da AID (criado em 1960), por um lado, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, de 1959), por outro, os países da América Latina constituem quase 50% dos países membros do BM no período e já recebem financiamento desde 1948. Apesar da capacidade de pesquisa e produção de estudos do BM nos seus primeiros anos não poder ser comparada ao volume e complexidade atual, chama a atenção que dois anos após o início das suas atividades, já há estudos sobre Honduras, Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia México, Costa Rica, região do Caribe. Os primeiros empréstimos para a região vieram no mesmo período: dois primeiros para o Chile, em 1948, seguidos de projetos no México, Brasil, Colômbia e El Salvador em 1949. No caso do Brasil, tais estudos – a maioria publicada em inglês – foram intensos desde os anos 1948¹⁷ e ilus-

tram, ao citar dados e nomes, o acesso que o Banco tinha a várias instâncias no país (Mello, 2012, p. 242-243).

Acompanhando o recente interesse do BM no tema, *Brazil – Current economic position and prospects, Volume VIII Education*, de 1965, parece ser o primeiro relatório específico sobre a educação brasileira produzido pelo organismo. Alinhado às diretrizes do Banco, ele aponta ser preciso “engrenar os recursos disponíveis para a educação mais próxima das reais necessidades da economia” (World Bank, 1965, p. iii)¹⁸, sendo a educação técnica, formadora de mão de obra, que possibilitará o crescimento econômico. Um ponto do relatório indica que o investimento no nível secundário de educação deve ser prioritário para o financiamento externo, o que norteia os primeiros projetos aprovados do Banco no país. O relatório apresenta também, ao final, a lista de pessoas consultadas, passando por diferentes esferas do governo nacional e estadual, membros

¹⁷ Sem pretender esgotar o tema, pois nossa pesquisa se restringe aos documentos que o BM disponibiliza (ver Mello, 2012, nota etnográfica de pesquisa), mas para exemplificar: antes da aprovação do primeiro empréstimo em 1949, o BM já tinha empreendido, ao menos dois estudos sobre o país: “Brazil Country Study” (1948), e “Direct foreign investments in Brazil” (1948). E antes mesmo de terminar aquele primeiro projeto, mas com outros quatro sendo financiados em paralelo (três na área de energia e um da recuperação da ferrovia Central do Brasil), três outros relatórios foram publicados: “Brazil – Current economic conditions and prospects” (1953), “Brazil – notes on recent economic developments” (1953) e, com o mesmo nome do primeiro, “Brazil – Current economic conditions and prospects” (1954). Encontramos mais dois relatórios específicos sobre o país em 1958: “Brazil – Current economic position and prospects” (1958) e “Brazil – recent financial developments” (1958), afora o estudo “The coffee problem”, que dedica um capítulo ao país (1958). Estudos mais amplos, com projeções e comparações de países, começaram a incluir o Brasil, como o

“World economic growth, 1955-1962: estimates based on existing projections” (1958), “External public debt: estimated service and principal amounts. Belgium, Brazil, Chile, Republic of Congo, Honduras, Japan, Luxemburg, Mexico, Panama, Paraguay, and Ruanda-Urundi” (1960), “International movements of private long-term capital”, e “External public debt: estimated service and principal amounts. Australia, Austria, Brazil, India, Israel, Italy, Yugoslavia” (1963). A partir de 1965, os relatórios do BM sobre o Brasil ganharam periodicidade (praticamente anual entre 1965-2008, faltando apenas os anos de 1972, 1976, 1978, 1984), além de contemplarem um número maior de áreas de interesse. Em geral esses relatórios, classificados como *Economic reports*, continham múltiplos volumes (Mello, 2012).

¹⁸ O BM tinha diretrizes gerais, mas não documentos específicos para o setor educacional, o que ocorre após 1971. (i.e. World Bank, 1971, 1974, 1980, 1995, 1999, 2005, 2011).

de universidades e fundações, e representantes do setor privado. Ainda, sem muita experiência no setor de educação, o Banco obteve auxílio da USAID, mais experiente em projetos no país, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que lhe era próxima no período e acabara de realizar uma missão técnica ao Brasil, e da Fundação Ford.

Apesar disso, o Banco ainda carece de um interlocutor mais direto no país, sobretudo para fornecer as informações econômicas do sistema escolar brasileiro. O relatório em tela enfatiza o pouco controle no nível nacional sobre os gastos realizados em educação, sendo impossível à missão obter dados confiáveis e discriminados das despesas no setor (World Bank, 1965, p. 4). Mostrando o trânsito do Banco e o empenho do governo, menciona-se que, mesmo os técnicos do Ministério do Planejamento e das Finanças, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – antes, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) buscam informações mais precisas, sem sucesso. Ainda, o Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) não têm condições, em termos de pessoal qualificado e recursos, de estabelecer, reforçar e controlar a execução da política nacional, sem contato suficiente com outras agências do governo e do setor privado. De modo que vem daí uma das recomendações: aperfeiçoar a gestão da educação, tema considerado favorável à assistência externa. Nesse sentido, sugere-se ainda que o planejamento geral fique a cargo de um órgão responsável pela formulação

de políticas, mas com representação de outros ministérios (i.e. do Ministério do Planejamento). Sem nenhum financiamento ter saído entre esse primeiro relatório e o de 1967 (World Bank, 1967), nesse, de que trato a seguir, há uma novidade.

Ipea: primeira linha de chegada do BM no Brasil e receptáculo dos economistas da educação

O recém-criado Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) – na época Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea) –, ligado ao Ministério do Planejamento, foi criado seis meses após o golpe militar de março de 1964 (Cunha, 2012). Como a história mostrou, os militares ficariam duas décadas no poder. Uma espécie de parceria começa a surgir entre o IPEA e Banco Mundial em várias áreas, visto que, devido às suas atribuições, ele era a contrapartida brasileira nas relações com o organismo (Cunha, 2012, p. 25). Conforme discutido em outro lugar (Mello, 2012, p. 293), a proximidade do Ipea com o Banco Mundial pode ser observada em várias frentes: mas, em especial, aquele é um dos centros receptores de alguns dos primeiros recém-chegados doutores em economia, muitos provindos das instituições norte-americanas, mas também de cursos da própria Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Ainda, essa proximidade começa a ser ainda maior quando da criação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Inpes) dentro do Ipea, proposta de

Aníbal Villela¹⁹, ex-chefe de divisão do próprio Banco Mundial. Villela é convidado pelo então presidente da instituição, João Paulo dos Reis Velloso²⁰, para assumir a diretoria executiva do Ipea, mas então sugere a criação de um órgão separado. Para Claudio de Moura Castro que, como veremos em análise posterior, é um desses interlocutores próximos do BM em educação, a intenção era compor

[...] um grupo que tivesse uma vocação clara para análise de políticas públicas. Seu objetivo único e simples era fazer *policy analysis*. Ou seja, era pesquisa sobre políticas públicas e não pesquisa acadêmica. Começa naquele momento uma linha que dá o tom mais permanente e marcante da presença do IPEA, de 1970 para cá (Castro, 2005, p. 105).

Como afirma Castro, naquela época funcionário do Ipea/Inpes, esse instituto era a “primeira linha de chegada no Banco” no Brasil: “o IPEA era o *think tank* do governo, e portanto era a interface intelectual com o Banco. Os ministérios eram muito fracos. Aliás, continuam. Mas muito menos do que eram. Quem conversava com o Banco era o IPEA. Que era o grande núcleo de gente que, entre outras coisas, **falava inglês**” (grifo nosso)²¹.

¹⁹ Conforme Maria Rita Loureiro (1997, p. 59), Aníbal Villela era economista pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, com curso de pós-graduação em economia na Suécia e na Inglaterra, e teria participado do Grupo Misto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – CEPAL em 1953.

²⁰ Velloso era o ministro do Planejamento do governo Geisel.

²¹ Entrevista concedida à autora por Claudio de Moura Castro em 16/12/2011. Citando Fonseca “os think-tanks têm a função de elaborar certas ideias

Mais ainda, nas palavras de Castro (2005, p. 109 apud Mello, 2012), o Ipea funcionava como uma “espécie de consciência crítica do governo, mas inspirada no modelo do próprio BM”, sua equipe se expressou de forma apropriada:

[...] O IPEA sempre foi hipercrítico em relação ao Brasil, mas sempre mostrou isso de forma sóbria: não fazia proselitismo, não fazia discurso de vereador, não dava declaração a jornais, não praticava a demagogia. A casa tinha uma maneira semiacadêmica de se manifestar. A fórmula foi desenvolvida de forma deliberada. O IPEA interpretava as informações e dizia tudo o que tinha para dizer, mas sem grandes adjetivações. Era uma fórmula próxima e algo inspirada no modelo Banco Mundial. De fato, esse modelo teve uma influência enorme na constituição do perfil do INPES, pois Aníbal Villela havia sido chefe de divisão do Banco. O Banco Mundial sempre foi particularmente competente para dizer as coisas de uma forma correta e precisa, sem botar panos quentes, mas sem ser agressivo na crítica. Foi um bom modelo. Funcionou para o INPES, que se tornou um crítico severo das políticas de governo, sem entrar em choque com praticamente ninguém (Castro, 2005, p. 109).

No relatório do BM de 1967 (World Bank, 1967), além de outros dados, apresenta-se um esboço do “Programa de Educação do Ipea para os próximos 10 anos”,

estratégicas e influenciar sua inculcação em determinados grupos. Transitam da academia aos meios de comunicação, sempre com objetivos muito bem definidos” (Fonseca, 2005, p.59 apud Maranhão, 2009, p. 18, nota 14).

base para as análises do organismo. Além de interlocutor do BM nos assuntos educacionais, o Ipea se tornará receptor e fornecedor dos primeiros especialistas em educação com um olhar econômico, visto que começa a atrair um perfil de funcionário próximo ao do próprio Banco: com formação “de ponta” na **área econômica**, certo conhecimento da bibliografia, das técnicas e teorias em voga em nível internacional, passagem por renomadas universidades (em geral, norte-americanas, mas também latino-americanas), além do valorizado e distinto domínio do **inglês**. Em outras palavras, há um espelhamento de práticas e saberes entre o BM e o Ipea. Por atrair os recém-doutores em economia, muitos deles antes orientandos dos seus futuros chefes no instituto, o Ipea também começa a servir de fornecedor de técnicos que são incorporados pelos organismos internacionais. Entre eles, estão os economistas recém-doutores nos Estados Unidos, de fato, os mais alinhados às ideias do BM e que contribuem com estudos e dados no início dos projetos em educação. Surge, pois, um grupo de tecnocratas (Oliveira, 1988) que se consolida como interlocutor direto do BM no Brasil – e até do próprio Estado, como veremos –, com destaque para Claudio de Moura Castro (CMC) nas temáticas educacionais. Castro se tornou não só influente economista da educação, ajudando a consagrar vários temas e um modo de ver a educação no debate brasileiro, com passagem por várias posições em esferas do governo, universidades do Brasil e no exterior, na mídia (foi colunista da revista *Veja*), chegando a ser consultor e, depois, funcionário do BM e do BID nos anos 1990. Alguns elementos do seu itinerário, incluindo passagens por instituições, dão pistas valiosas dos caminhos de circulação e legitimação de ideias, e do perfil de interlocutor valorizado

pelo BM no Brasil, e por isso o analisaremos a seguir como caso exemplar.

Circulação e legitimação de especialistas em educação com olhar econômico: análise de um caso exemplar

Castro é economista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parte de uma geração de estudantes tidos como promissores na instituição – além dele, Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, Paulo Haddad, Vilmar Faria e o Edmar Bacha (este, autor de um dos primeiros memorandos sobre o BM no Brasil, – Bacha, 1986) – e que, anos mais tarde, se destacam como *policymakers*, atuando como membros da tecnocracia do Estado em diversas ocasiões ao longo da carreira.

Terminada a graduação (1962), e após passagem pelo curso de especialização da FGV (1963), como outros da sua geração, Castro vai para o exterior. Apesar de fazê-lo em meio à ditadura, sua saída nada tinha a ver com o golpe ou necessidade de exílio, visto que ele não parece ter tido problemas com os militares. Ao contrário, após seu retorno, ainda durante os anos de chumbo, assumiu postos de poder no Estado. O lugar que escolhe é os Estados Unidos da América. Faz seu mestrado na Universidade de Yale (1964) e cursos em Harvard (1965); e no doutorado passa pela Universidade da Califórnia, Berkeley (1965), onde não se adapta à intensa movimentação estudantil (*free speech movement*) – parte do movimento da contracultura e rejeição à Guerra do Vietnã que repercute

na rotina universitária. Mas a passagem por Berkeley lhe deixa um legado: lá, faz curso com Amartya Sen (mais tarde Prêmio Nobel em economia e também referência no Banco Mundial e Nações Unidas, cf. Maranhão, 2009) sobre desenvolvimento econômico, no qual frequenta algumas aulas sobre economia da educação que o incentivam a estudar o assunto. De lá vai para a Universidade de Vanderbilt, onde um dos professores interessados em economia da educação o manda à Chicago conversar com Theodore Schultz (Castro, 2002), expoente da teoria do capital humano, que mais à frente também se torna Prêmio Nobel (quando suas ideias são mais assimiladas no Banco Mundial).

Em 1970, recém-chegado dos Estados Unidos, Castro vai trabalhar no Ipea (a convite de Anibal Vilella), ao mesmo tempo em que se torna professor na FGV-RJ (a convite de Mario Henrique Simonsen) – outra instituição já interlocutora do Banco Mundial e acionada nas missões técnicas. A partir da FGV, mas então mais ligado ao Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae), e ao mesmo tempo em que era professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)²², Castro coordena, com Felipe Herrera, um projeto internacional financiado pelo BID no Brasil – antes, o projeto era dirigido na *Brookings Institution*, em Washington, D.C. O Projeto de Pesquisa do Estudos de Integração Econômica Latino-americana (ECIEL), entre 1974-1979, envolve estudos sobre pesquisa comparativa de

custos e eficiência educacional nas escolas de alguns países.

Ainda nesse período, Castro se interessa pela questão da avaliação, antecipando questões ainda não previstas pelo Banco. Em 1974, propõe ao organismo um projeto de avaliação de rendimento escolar, que não é aceito²³; mas por diferentes frentes a sua relação com o BM continua. Em 1978, Castro se torna membro de um grupo de trabalho que avalia o setor educacional brasileiro, e já no relatório do Banco de 1979 ele aparece como consultor do organismo e seus estudos são citados como material para as análises do BM (World Bank, 1979), o que se intensifica nos anos 1980. Castro vai se consolidando como interlocutor corrente do BM e do BID; compartilha posições, tem a formação desejada e a crença em pressupostos comuns da economia da educação. Ele tem o mesmo vocabulário, a mesma formação técnica e questões similares: preocupações com taxa de retorno, eficiência, custos, desempenho, produtividade e outras que afloram na economia da educação, sobretudo na bibliografia em inglês, aliás, idioma no qual publica seus textos. Ainda, nos primórdios dos financiamentos do BM em educação no Brasil, Castro partilha um interesse comum e produz estudos em educação técnica e vocacional, e formação de mão de obra, carros-chefes do organismo no período, o que aumenta a sua aderência e interlocução (Castro, 1971, 1972, 1974; Castro; Mello e Souza, 1976).

No que se refere à avaliação, Castro pode cumprir o seu objetivo sem o apoio do BM em local mais relevante nacionalmente:

²² Nos cursos de graduação em educação na PUC-RJ (1970-1979) e na FGV (1971-1979), lecionou a disciplina de economia da educação. Foi também professor visitante na Universidade de Brasília (UnB).

²³ Entrevista à autora em 16/12/2011. Gravada e transcrita.

na CAPES, onde foi Diretor-Geral (1979-1982) no governo de João Figueiredo, quando Eduardo Portela está no MEC (Castro, 2002). Nesse período, os debates sobre avaliação engatinham no país (Mello, 2004). O seu antecessor dá alguns passos, com certo controle qualitativo, comitês assessores, notas de cursos e estímulo à criação de pró-reitorias, mas Castro (2002, p. 91) inicia o que se tornou o alicerce do sistema de avaliação da pós-graduação que se tem, hoje, no Brasil, no intuito de “formar uma elite de pesquisadores” baseados na meritocracia.

Após ser demitido da CAPES, Castro vai para a secretaria executiva (1982-1985) do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), outra instituição fundada durante a ditadura militar dentro do Ipea, em 1968, e que produz análises nas áreas de saúde, educação e emprego. Na área de educação, desde os seus primórdios o CNRH incorpora a suas análises o conceito de capital humano e começa a se destacar nas atividades desenvolvidas junto ao MEC e ao Ministério do Trabalho, atuando diretamente na elaboração do orçamento e das políticas públicas dos ministérios setoriais, o que causa reação dentro dos Ministérios (D'Araújo; Farias; Hippolito, 2004, p. 443). Criada por um grupo liderado por Arlindo Lopes Correa²⁴ e Edson Machado²⁵, essa é a

“primeira grande revolução realizada no âmbito da economia da educação”, que não teria passado nem por Castro, nem por Langoni que seria “economista demais para a temática do centro e tinha uma relação muito periférica com educação [...] Junto ao CNRH ficou Samuel Levy, um israelense voltado para a economia da educação” (Castro, 2005, p. 107).

Durante os anos em que trabalha nessas instituições – IPEA/INPES, FGV, PUC/RJ, UnB, CAPES, CNRH, e em universidades no exterior (em 1973 foi professor visitante no Centro Comparativo de Educação, da Escola de Chicago) e fundações internacionais (teria ainda participado de vários comitês da Fundação Ford, 1971 a 1978, e da Fulbright, 1979 a 1986)²⁶, Castro acumula experiência e contatos que lhe possibilitam uma posição mais avançada na rede de organismos internacionais, como especialista, justamente, em economia da educação. Sua ascensão pelos organismos internacionais se dá em meados dos anos 1980, passando pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Banco Mundial e BID, até se tornar consultor autônomo dessas e de outras instituições.

De 1986 a 1992, trabalha na OIT, em Genebra, como chefe de políticas de treinamento, assunto que também lhe era caro, e sobre o qual contém vasta publicação. Nesse período, também, atua, como professor

²⁴ Arlindo Lopes Correa foi citado na missão técnica ao Banco Mundial ao Brasil em 1964. Na criação do CNRH, era muito ligado ao Ministro Mario Henrique Simonsen, e dirige a instituição. Após conflitos com o ministro Velloso (1971/1972), deixa o Ipea e torna-se Secretário Executivo do Mobral, a convite de Simonsen, presidente da instituição. Edson Machado assume a direção do CNRH.

²⁵ Edson Machado, citado por Eunice Durham (2012) como um dos únicos *experts* em educação no final dos anos 1980, foi Chefe de Gabinete do Paulo Renato

Souza no MEC (1995 a 2001), onde tinha uma longa carreira, em diferentes cargos. Matemático, ao sair do MEC, torna-se diretor geral adjunto do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

²⁶ Dados retirados do currículo pessoal de Castro, à época disponível em seu site: www.claudimouracastro.com.br/. Acesso em: 10 maio 2011.

visitante, no instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Genebra, e pelo Institut de Recherche sur l'Education (IREDU) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) na Universidade da Borgonha, Dijon (1989). À época, Castro é citado em um dos documentos de política sobre educação superior do BM para a região da América Latina, *Higher Education in Latin America: issues of efficiency and equity* (Winkler, 1990)²⁷. E, em 1991, aparece como referência legítima – no meio de uma lista longa de autores, claro – em um documento de estratégia de nível mundial, mas na área de especialidade de Castro: *Vocational and technical education and training* (World Bank, 1991). Nessa publicação, percebemos a importância das publicações em inglês em revistas internacionais consagradas e pela OIT para que Castro seja tomado como referência em um documento de estratégia educacional mais geral. Todas as referências são de textos em inglês²⁸. Entre as citações,

dão destaque à análise que ele e seu parceiro em vários textos, João Batista Araújo e Oliveira²⁹, fazem do SENAI – instituição sempre admirada pelo BM como modelo devido à participação do setor privado na educação técnica (Cunha, 2002).

Castro veio a ser funcionário do BM como Economista Sênior de Recursos Humanos, ligado à divisão técnica da Europa, região média do Leste e Norte da África (1992-95). Sua função era dar suporte “técnico” para essas regiões na área educacional, sendo grande parte do seu trabalho avaliar sistemas de treinamento, propondo intervenções concretas nas diretrizes políticas³⁰. É interessante observar como a crença compartilhada entre o BM e Castro na dimensão técnica da economia e nos instrumentos de medição de eficiência dos sistemas educacionais possibilitou que ele produzisse relatórios – com condições de influenciar políticas públicas – sobre países tão diferentes quanto a Argélia, Marrocos,

²⁷ Nesse documento, o autor, Donald Winkler (1990), agradece as “contribuições anteriores escritas sobre o assunto” e nomeia Castro; seus textos são citados na bibliografia: dele com M. Edirlene M. Costa, “Quanto Custa uma Pesquisa nas Universidades Brasileiras?” Brasília, IPEA, s./d.; dele com Candido Mendes, Qualidade, Expansão, e Financiamento do Ensino Superior Privado (e desse livro ainda cita textos de João Batista Araújo e Oliveira e Roger Boyd Walker; de Raulino Tramontin e Ronald Braga; e de Lauro Zimmer).

²⁸ São citados de Castro: “Academic Education versus Technical Education: Which Is More General?” In T. J. LaBella, ed., *Educational Alternatives in Latin America: Social Change and Social Stratification*. Los Angeles: University of California, Latin American Center for Publication, 1975; “Vocational Education and Training: Industrial Labour in Brazil”. *International Labour Review* 118(5):617-29, 1979; “The Soul of Vocational Schools: Training as a Religious Experience!” *International Review of Education* 34:195-206, 1988; “Understanding the Mosaic of Vocational and Technical Education Institutions?” ILO, Geneva, 1989;

“Is Training Very Expensive?” ILO, Geneva, 1989; e com João Batista Araújo e Oliveira, “Individualized learning systems for vocational technical training: the SENAI System” para o BM (Economic Development Institute, Washington, D.C. Processed, 1988).

²⁹ João Batista Araújo e Oliveira, psicólogo pela Universidade Católica de Minas Gerais, fez doutorado em Pesquisa Educacional na *Florida State University*. Também foi funcionário do BM em Washington (de 1986 a 1995, salvo entre 1989-1992, quando esteve na OIT, Genebra) e trabalhou no IPEA (Diretor do IPEA/CENDEC, 1985-1996). Foi Coordenador de Programas em Desenvolvimento de C&T, FINEP (1980-1994), e no governo Fernando Henrique Cardoso foi Secretário Executivo do MEC (1995). Com Castro, buscou influenciar a reforma do ensino técnico (Cunha, 2002). Em embate com Eunice Durham (gestão Paulo Renato Souza), saiu do cargo.

³⁰ Dados retirados do currículo pessoal de Castro, à época disponível em seu site: www.claudiomouracastro.com.br/. Acesso em: 10 maio 2011.

Irã, Rússia e Tunísia³¹. Mais ainda, fica claro que, nessa crença, as questões históricas, sociais, culturais e mesmo políticas ou econômicas específicas podem ser menos relevantes que soluções comuns entre os países, a partir de pressupostos da economia da educação.

No período em que Castro é funcionário do BM, apesar de não estar vinculado à América Latina, ele tem participação especial em um projeto no Brasil que vale destacar: o Pró-qualidade (ou *Basic Education Quality Improvement Project*), financiado com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (1994 a 2002), mas formulado durante a gestão de Walfrido dos Mares Guia³². Foram liberados US\$ 150 milhões pelo Banco, mais a contrapartida nacional (total de US\$ 302 milhões) para a elaboração de um amplo sistema de gestão e avaliação de alunos, estudos operacionais para promover informações para a tomada de decisões, melhoria do planejamento escolar, avaliação da intervenção em sala de aula, oferecimento de livros, avaliação de rendimento entre outros. Castro cita o projeto para ilustrar porque um financiamento do BM promove mudanças institucionais que não seriam possíveis sem ele³³:

³¹ Dados retirados do currículo pessoal de Castro, à época disponível em seu site: www.claudimouracastro.com.br/. Acesso em: 10 maio 2011.

³² Walfrido dos Mares Guia foi um dos fundadores e proprietário da Faculdade Pitágoras (embrião da Kroton, hoje Cogna Educação), antes pré-vestibular Pitágoras (Castro é presidente do conselho consultivo da Faculdade). Foi Secretário da Educação e vice-governador de Minas Gerais, deputado federal, e chegou a Ministro do Turismo e Ministro das Relações Institucionais.

³³ Entrevista concedida à autora em 16/12/2011. Gravada e transcrita.

[...] Eu era consultor. Eu estava no Banco Mundial e era um consultor emprestado do departamento de mundo Árabe e Europa Oriental para [o departamento da] América Latina para dar uns palpites nesse projeto. E além disso amigo do Walfrido [dos Mares Guia]. Então esse projeto é um caso clássico de um projeto que você fez uma reforma, foi uma reforma extremamente bem sucedida, e quando acabou a gestão do Walfrido o projeto ainda não reembolsava... E para que servia o projeto do BIRD, não é? Alto lá. Heraldo Marelim Vianna, número 1 da avaliação, Guiomar [Namo de Mello], mulher que entende da pedagogia, o Sérgio Costa Ribeiro, e eu mesmo. Você tinha um time de consultor que ninguém mais tinha no Brasil. Pegou os melhores caras do Brasil. O Governo de Minas [Gerais] não podia fazer isso, a Secretaria de Educação mal manda uma passagem, e assim mesmo manda passagem via PNUD. Entendeu? O cérebro foi feito com as migalhas de dinheiro que saem depois que o projeto é aprovado, mas muito antes de começar a desembolsar. [...] O projeto deu ordenação lógica, deu dado, deu peso... Quer dizer, como é que... [...] Se alguém oferecesse de graça pro Walfrido a consultoria, não emplacava. Porque ele mesmo não conseguiria fazer as mudanças institucionais que o dinheiro permite fazer. Essa é uma coisa muito importante no Banco, quer dizer, é o poder do dinheiro. O poder de sedução, [...] no bom sentido do dinheiro. [...] esse dinheiro lubrifica a máquina administrativa. Torna... É uma vaselina, de fazer com que essas mudanças sejam possíveis. Então isso é parte da lógica.

Além do tom hiperbólico no auto-elogio do grupo – “os melhores caras do Brasil” – o depoimento chama a atenção para várias dimensões fundamentais que diferenciam o BM de outras agências da área de educação. Os recursos que financiam os projetos possibilitam a contratação de especialistas, já alinhados ao que se quer promover, que assumirão posições-chave dentro de governos, terão acesso a pessoas, dados, informações, e planejarão a estrutura para impulsionar as mudanças e reformas nas políticas públicas. Isto é, os recursos do BM servem nesse sentido: pagam consultores, estudos, e dão a base para planejar, formular e legitimar as reformas, promovendo, ainda, o trânsito e a circulação de pessoas, práticas e ideias. Assim, no BM, os recursos servem sobretudo para mover ideias para a promoção de mudanças e reformas almejadas (Kapur, 2006; Pereira, 2010). Ou, como assinala Kapur, um dos estudiosos da história do BM,

[...] **ideias** sempre foram uma característica **central** do Banco. Com efeito, se o Banco fosse simplesmente um intermediário financeiro, precisaria apenas de um décimo de seu pessoal. O dinheiro foi visto como o **lubrificante para mover o produto principal - ideias sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazê-lo e para quem** (Kapur 2006, p. 159 apud Mello, 2012, p. 26).

Cláudio de Moura Castro passa pelo BM em um período de intensas disputas internas, percebido por alguns funcionários como de quase “revolução” no setor educacional (Heyneman, 2003). George Psacharopoulos, especialista em economia da educação e funcionário do BM

(com grande visibilidade nos anos 1980)³⁴, segundo Castro, tinha então muito poder político, e a sua agenda única, em prol da educação primária (apesar das controvérsias) dominava no Banco. Ora, defensor da educação técnica, Castro³⁵ conta que saiu do BM nesse período, em embate direto com Psacharopoulos. Vai direto para o BID como Chefe de Divisão do Programa Social (1995/1998), justamente no início do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e de lá não apenas apoia Paulo Renato Souza, que já está no MEC, como também serve como uma espécie de conselheiro do ministro³⁶. Nessa posição, Castro, ao lado de outro consultor que passara pelo BM – João Batista Araújo e Oliveira, tem uma grande influência na discussão sobre a reforma do ensino técnico (Cunha, 2002). Paulo Renato Souza, então Ministro da Educação mas também ex-funcionário do BID onde agora trabalha o seu conselheiro (Castro), e Claudio de Moura Castro, que, sem maiores reservas, cumpre a dupla função de assessorar o ministro e ser o representante do banco que faz o financiamento ao governo (BID), ocupando os dois lados do balcão ao

³⁴ Uma das suas recomendações ganhará grande reverberação no Brasil após indicada em World Bank (1986). Nesse relatório, um importante texto de Psacharopoulos é citado: “Returns to Education: a further international update and implications”. Nele, o autor analisa quais investimentos em educação trariam maiores taxas de retorno, conclui que a educação primária tem as maiores taxas, e sugere a redução dos investimentos na educação superior, com menor taxa de retorno. Para ele, os recursos economizados no ensino superior (onde os alunos podem pagar) devem ser investidos em educação primária. Sobre Psacharopoulos e as políticas do BM para a educação, ver Mello (2012, Parte II) e Heyneman (2003).

³⁵ Conforme entrevista concedida à autora em 16/12/2011. Gravada e transcrita.

³⁶ Para uma análise nossa mais detida deste período e a atuação desse grupo no poder, ver Mello (2014).

mesmo tempo, confirmam, mais uma vez, a intensificação da circulação entre as esferas, numa troca de funções que dificulta interpretações apenas na linha da imposição. Ou, para lembrar mais uma vez Dezalay e Garth (2002), vê-se que as “estruturas” se encaixam tão bem, “os lados acreditam nos mesmos referenciais gerais e nas mesmas formas de resolver os problemas”, “que noções de dominância ou dependência tornam-se naturalizadas”, talvez borradas. No que chama a atenção o paralelismo, as convergências, o espelhamento. Nas palavras de Castro³⁷:

[...] Eu tive uma experiência bem interessante, com o projeto da educação técnica do MEC, que aí eu estava no BID... e estava também ajudando o [Ministro] Paulo Renato [Souza]. Quer dizer, eu estava até numa posição um pouco complicada porque eu estava um pouco dos dois lados – do Paulo Renato ministro. E aí eu negociava. Quer dizer, então você tinha o quê? Uma situação totalmente atípica. Porque o Paulo Renato já tinha sido diretor do BID, então conhecia o BID, conhecia a Nancy [Birdsall]. Eu tava meio de assessor dele, e era do BID. Então, a negociação era uma negociação muito direta, em que o Paulo Renato disse: “é isso que você quer”. E eu: “é”. Ele dizia: “Eu concordo, mas eu não posso fazer, está bem? Agora, isso você quer? Isso dá para fazer. Isso aqui dá para fazer. Isso aqui não dá para fazer

mas vamos ver se a gente acha uma outra solução”. Aí, quando enguiçava, ele dizia claramente: “não posso, não posso fazer isso. Não tenho condições de fazer... não tenho poder prá [sic] fazer isso. Eu concordo com você”. Então, no fundo, a discussão do funcionário do BID, esse é um ponto fundamental, a discussão do funcionário do BID com o ministro, é uma discussão surrealista. Por que? O funcionário do Banco, ele vai dizer o que precisa ser feito no país. Ele sabe, ele sabe. Então, é um estrangeiro dizendo pro ministro o que que o país deve fazer. E o Ministro, basicamente dizendo, “isso aqui, politicamente tem um custo muito alto”, “isso aqui dá para fazer”, “isso aqui não dá para fazer”. Quer dizer, então você tem o estrangeiro defendendo o interesse do país. E o ministro defendendo o seu emprego. Porque se é um ministro honesto, e que tem uma boa relação com o funcionário do Banco, ele diz, “eu concordo com você, mas eu não quero perder o meu emprego. E agora, o que que a gente faz?” Entendeu? [...] Porque às vezes a barreira é política, e não institucional.

Como relata Pereira (2018), os gestores nacionais também se utilizam da imagem do Banco para colocar pautas impopulares. Por outro lado, como analisa Cunha (2002, p. 111-112, grifo nosso): “durante 20 anos, Castro desenvolveu sua **pregação** no Brasil e nos organismos internacionais onde passou. A candidatura de Fernando Henrique Cardoso teria criado condições para a sua influência no ensino técnico brasileiro” e, acrescento, nos outros segmentos também. A partir do final de 1996, até pelo menos 2010, ao assinar uma coluna na revista *Veja*, Castro mostra-se ainda mais livre das amarras científicas e acadêmicas para

³⁷ Conforme entrevista concedida à autora em 16/12/2011. Gravada e transcrita. Nancy Birdsall era vice-presidente do BID entre 1993 e 1998, durante o primeiro mandato de FHC. Antes disso, também trabalhou por 14 anos no Banco Mundial, em diversas posições (entre elas como Diretora do Departamento de Pesquisa).

a divulgação das suas crenças. Exercitando seu tom quase sempre polêmico, lança, em um espaço de ampla divulgação no Brasil, as suas ideias sobre a educação de forma mais livre e afirmativa. Ali Castro se destaca, para alguns, entre “os apologistas do setor privado”, sobretudo por ser o representante mais ideologicamente comprometido com a defesa dos mecanismos de mercado como mais eficientes do que os do Estado na solução dos problemas da educação. Entre as suas teses mais polêmicas, pode-se citar uma defendida não apenas por ele, mas que, na sua pena, ganhou ampla repercussão: a tese do elitismo econômico dos alunos das universidades públicas (Almeida, 2019). Esse argumento é repetido incessantemente nos anos 1990, e não apenas por Claudio de Moura Castro. Na esteira de que a universidade seria um lugar privilegiado, Castro pregava a sua ineficiência, seu alto custo, a sua responsabilidade pela má formação de professores, seus vieses ideológicos de esquerda – sobretudo nos cursos de pedagogia, responsáveis pela má qualidade da educação no país. Ainda nessa linha, escreve vários textos contra o que chama de corporativismo do setor público, e outros muitos disseminando que melhorias salariais aos professores não melhorariam a qualidade da educação. Além disso, é defensor da avaliação como solução para os problemas da educação, e da transferência de vários serviços educacionais para o setor privado³⁸ (Almeida, 2019; Mello, 2012).

38 Carlos Roberto Jamil Cury também apresenta uma análise da posição de Castro na defesa do uso de apostilas (chamadas de “material didático”) produzidas pelas redes de ensino privado que preencheriam um vácuo ao operarem como se fossem uma Secretaria da Educação, indicando os benefícios e os resultados (i.e. IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação

Vários desses argumentos ressoarão nos discursos dos outros membros da *intelligentsia* no Brasil, e, igualmente, nos do BM. Mesmo que às vezes apresentados de forma mais cautelosa ou pretensamente mais científica, há, como demonstrei em outro texto (Mello, 2014), uma *visão de mundo* e uma série de pressupostos são compartilhados, entre Claudio de Moura Castro e outros *policymakers*, em período auge das convergências entre o Banco Mundial e o governo brasileiro, com a chegada de um grupo de intelectuais, de uma *intelligentsia*, ao poder na esfera federal, o que trará uma série de consequências políticas para a educação no país.³⁹

Apontamentos finais

O objetivo deste artigo foi o de refletir, a partir de uma perspectiva sociológica e em diálogo com alguns autores (Bourdieu, 2002; Cunha, 2002; Dezalay; Garth, 2000, 2002), sobre a circulação de ideias entre o Banco Mundial e o Brasil a partir do tema da educação, identificando agentes (pessoas e instituições) que foram interlocutores na área, a partir de uma gênese desse processo. Ao analisar documentação do BM ainda

Básica) na substituição dos livros nas escolas (Cury, 2008, p. 21-22).

39 Por exemplo, além do próprio ministro Paulo Renato Souza, pessoas que participaram da elaboração do programa de governo na área de educação, do processo de transição e/ou assumiram cargos no governo, tais como: Eunice Durham, Maria Helena Guimarães de Castro, Gilda Portugal Gouvêa, Abílio Baeta Neves, Vilmar Farias e Simon Schwartzman.

pouco escrutinada – e por muitos anos indisponível – e entrevistas com alguns importantes agentes no período analisado, o texto chama a atenção para a circulação das ideias, os temas que surgem e o perfil dos agentes – mormente ligados à economia da educação –, buscando reconstruir partes desse processo de legitimação e consagração de diagnósticos e recomendações para a educação no país, que influenciaram as políticas educacionais no período.

Pode-se identificar, a partir do material analisado, o surgimento de um grupo de pessoas – com perfil de acadêmicos especialistas, que se tornam consultores, *policymakers*, com passagens pelo governo, fundações, universidades e organismos internacionais, sendo o caso exemplar economistas, especialmente economistas da educação –, isto é, de uma *intelligentsia*, que teve papel central na circulação e apropriação de ideias e práticas que, se sugeridas pelo Banco, não pareciam estranhas a esse grupo de interlocutores nacionais, coautores e também propositores de ideias nas temáticas educacionais (Cunha, 2002). A análise identificou o perfil de instituições e pessoas que dialogam com o Banco. Destaque é dado para um perfil com formação “de ponta” na **área econômica**, certo conhecimento da bibliografia, das técnicas e teorias em voga em nível internacional, passagem por renomadas universidades (em geral, norte-americanas, mas também latino-americanas) e instituições, especialmente organismos internacionais, além do valorizado e distinto domínio do **inglês**.

A análise de um caso exemplar, a partir do itinerário de Claudio de Moura Castro, de suas publicações e ideias, além da

passagem dele por diversas instituições, busca trazer elementos materiais para embasar os argumentos apresentados. Castro possui o mesmo vocabulário, a mesma formação técnica e questões similares: preocupações com taxa de retorno, eficiência, custos, desempenho, produtividade, e outras que afloram na economia da educação, além de circular por instituições de prestígio na área de economia e publicar em inglês. Tais interlocutores, argumenta-se, muitas vezes convergem e reforçam argumentos, e, outras, até antecipam alguns aspectos, diagnósticos, valores e crenças disseminados nos discursos desse organismo internacional.

Dialogando com Mannheim, argumentamos que há o compartilhamento de uma **visão de mundo** e uma **visão de educação**, um modo de olhar o tema e seus problemas. Dentro de determinada concepção econômica da educação, ganham destaque temas como eficiência, desempenho, gestão, avaliação, e maior participação e/ou transferência de atividades educacionais ao setor privado, em detrimento da atuação do Estado. As práticas gerenciais de mercado são simbolicamente mais valorizadas. Essas convergências começam a chamar mais atenção na medida em que um dado grupo vai ganhando legitimidade política e social, e chega ao poder, sobretudo a partir de meados dos anos 1990, contribuindo para consagrar suas ideias em um certo espaço de discussão pública sobre os rumos das políticas educacionais no país (Mello, 2012; 2014). Porém, como demonstrado aqui, por meio da análise de documentos do BM e entrevistas, a construção dessas relações e alinhamentos tem origem algumas décadas antes. ■

[HIVY DAMASIO ARAÚJO MELLO]

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou seu pós-doutorado em Sociologia pela Unicamp, com estágio no Departamento de Ciências Sociais e no Laboratoire Institutions et Dynamiques Historiques de l'Économie et de la Société (IDHES), da École Normale Supérieure Paris-Saclay, em Paris, França. E-mail: hivy_mello@hotmail.com

Referências

ALMEIDA, Ana Maria F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p.163-178, 2008.

ALMEIDA, Ana Maria F.; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. Anísio Teixeira, Paulo Renato Souza e a produção dos dirigentes da educação. In: CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afranio; TOMIZAKI, Kimi. (org.). **Estratégias educativas das elites nacionais no mundo globalizado**. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 97-105.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Sobre o fim da gratuidade do ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n.173, p.10-26, 2019.

ASTUDILLO, Gustavo. La Banque Mondiale et le financement des réformes de l'éducation au Chili. In : VINOKUR, Annie. **Pouvoirs et financement en éducation. Qui paye décide?** Paris: L'Harmattan, 2007. p.155-175.

BACHA, Edmar Lisboa, MENDOZA, Miguel Rodrigues (org.). **Recessão ou crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherché en sciences sociales**, [s. l.], n.145, p.3-8, 2002.

CARNOY, Martin. **Education as cultural imperialism**. New York: Longman, 1974.

CASTRO, Claudio de Moura. Investimento em educação no Brasil: comparação de três estudos. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.141-152, 1971.

CASTRO, Claudio de Moura. Investimento em educação no Brasil: uma réplica. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 393-401, 1971.

CASTRO, Claudio de Moura. **Eficiência e custo das escolas de nível médio: um estudo-piloto na Guanabara**. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 1971.

CASTRO, Claudio de Moura. Pesquisas em economia da educação: uma agenda. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 381-410, 1974.

CASTRO, Claudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Fename/MEC, 1976.

CASTRO, Claudio de Moura. 1974-1989: a institucionalização da pós-graduação no Brasil. [Depoimentos de Darcy Closs, Claudio de Moura Castro; Edson Machado de Souza]. In:

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **CAPES 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; Brasília, DF: CAPES, 2002. p. 84-103.

CASTRO, Claudio de Moura. O Ipea Social [Depoimento de Claudio de Moura Castro]. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPOLITO, Lucia (org.). **IPEA - 40 anos apontando caminhos**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2005. p.105-109.

CASTRO, Claudio de Moura. **Learning an occupation**: practices and policies. Berlin: Klaus Schwarz Verlag, 2011.

CASTRO, Claudio de Moura; MELLO E SOUZA, Alberto de. **Mão-de-obra industrial no Brasil**: mobilidade, treinamento e produtividade. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

CUNHA, Luiz Antonio. As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: a crítica da crítica. In: ZIBAS, Dagmar et al. (org.) **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília, DF: Plano Editora, 2002. p. 103-134.

CUNHA, Márcia Pereira. **Do Planejamento à ação focalizada**: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Um novo movimento da educação privada. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (orgs.) **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 17-25.

D'ARAÚJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPOLITO, Lucia (org.). **IPEA - 40 anos apontando caminhos**. Depoimentos ao CPDOC. Brasília, DF: Ipea, 2004.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 163-176, 2000.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. **The internationalization of palace wars**: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Memória e crítica por uma veterana dos estudos do ensino superior. [Entrevista cedida a] Renato Pedrosa e Ricardo Muniz. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 5, p. 89-98, 2012.

FONSECA, Marília. **La Banque Mondiale et l'éducation au Brésil (1971-1990)**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências da educação) – Université de Paris V, Paris, 1992.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 169-195.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 229-251.

FONSECA, Marília. A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAYTER, Tereza. **Aid as imperialism**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

Heyneman, Stephen P. The history and problems in the making of education policy at the World Bank 1960–2000. **International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 23, p.315-337, 2003.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

JONES, Phillip W. **World Bank financing of education: lending, learning and development**. London; New York: Routledge, 2007.

KAPUR, Devesh. The Knowledge Bank. In: BIRDSALL, Nancy (ed.). **Rescuing the World Bank**. Washington, DC: Center for Global Development, 2006. p.159-70.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: FGV-EAESP, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. **Actes de la recherche em sciences sociales**, [s. l.], n. 121-122, p. 42-51, 1998.

MANNHEIM, Karl. **Essays on the sociology of culture**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

MANNHEIM, Karl; FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza**: do Consenso de Washington ao consenso de oportunidades. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 65-87, 1987.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. **Comercialismo e regulação estatal na educação superior brasileira**: o caso do Provão. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. **O Banco Mundial e a educação no Brasil**: convergências em torno de uma agenda global. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p. 153-179.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUNDY, Karen. Retrospect and prospect: education in a reforming World Bank. **International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 22, n. 5, p.483-508, 2002.

NOGUEIRA, Francis M. Guimarães. **A ajuda externa para a educação brasileira na produção do mito do desenvolvimento da USAID ao BIRD**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988. p. 282-295.

PÉCAUT, Daniel. **Entre le peuple et la nation**: les intellectuels et la politique au Brésil. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2187-2196, 2018.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional de educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p. 89-112.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Élide Rugai; ROLAND, Denis (org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SALLES, Fernanda Cimini. **O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e o papel do Banco Mundial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

TOUSSAINT, Eric. **The World Bank**: a never-ending coup d'état. The hidden agenda of Washington Consensus. Mumbai: Vikas, 2007.

TOUSSAINT, Eric. **The World Bank**: a critical primer. London: Pluto Press, 2008.

WINKLER, Donald R. **Higher education in Latin America**: issues of efficiency and equity. Washington, DC: World Bank, 1990.

WORLD BANK. **Current economic position and prospects of Brazil**. Vol. VIII Education, Relatório WH-146a. Washington, DC: BIRD/IDA, 1965.

WORLD BANK. **Economic growth of Brazil**: problems and prospects. Vol. VI, Relatório WH-173. Washington, DC: World Bank, 1967.

WORLD BANK. **Education Sector Working Paper**. Washington, DC: World Bank, 1971.

WORLD BANK. **Education Sector Working Paper**. Washington, DC: World Bank, 1974.

WORLD BANK. **Brazil, Human Resources special report**. Annex III: Health, nutrition and education, relatório no. 2604-BR. Washington, DC: World Bank, 1979.

WORLD BANK. **Education Sector Policy Paper**. Washington, DC: World Bank, 1980.

WORLD BANK. **Brazil**: finance of primary education. Report PUB6120. Washington, DC: World Bank, 1986.

WORLD BANK. **Primary Education**. A World Bank Policy Paper. Washington, DC: World Bank, 1990.

WORLD BANK. **Vocational and technical education and training**. A World Bank Policy Paper. Washington, DC: World Bank, 1991.

WORLD BANK. **Priorities and strategies for education**: a World Bank Review. Washington, DC: World Bank, 1995

WORLD BANK. **Education Sector Strategy**. Washington, DC: World Bank, 1999.

VIOR, Susana; CERRUTI, Maria Betania Oreja. O Banco Mundial e a sua influencia na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012). In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p. 113-151.

A COMUNICAÇÃO EM REDE DOS POVOS INDÍGENAS E OS DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA ETNOMÍDIA NO BRASIL

[ENTREVISTA COM ANÁPUÀKA MUNIZ TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃÊ]

Deyse Alini de Moura

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Conquistar e manter espaço para expor suas pautas e instigar debates invisibilizados pela mídia tradicional sempre foi um desafio para os povos originários do Brasil. A prática da etnomídia indígena, que vem crescendo nos últimos anos, foi a forma encontrada para que, por meio da apropriação dos meios, essas populações criassem redes de comunicação que não apenas permitam sua presença, mas que lhes garantam o protagonismo na denúncia da quebra de direitos, na disseminação do conhecimento tradicional e no fortalecimento de seus valores ancestrais. Nesta conversa, Anápuàka Tupinambá, criador do conceito “etnomídia indígena” e fundador da Rádio Yandê, conta sua trajetória e fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas para se comunicar no país.

Palavras-chave: Etnomídia indígena. Rádio Yandê. Mídia sonora. Entrevista.

Conquering and maintaining spaces to expose their agendas and instigate debates made invisible by traditional media has always been a challenge for the Indigenous peoples of Brazil. The practice of Indigenous ethnomedia, which has been growing in recent years, was the way, by appropriating means of communication, for these populations to create communication networks that ensured their presence and guaranteed them a leading role in denouncing non-compliance with rights, disseminating traditional knowledge and strengthening their ancestral values. In this conversation, Anápuàka Tupinambá, creator of the concept of Indigenous ethnomedia and founder of Yandê Radio, tells his story and talks about the difficulties Indigenous peoples face when communicating in Brazil.

Keywords: Indigenous ethnomedia. Radio Yandê. Sound Media. Interview.

Conquistar y mantener espacios para exponer sus agendas e instigar debates invisibilizados por los medios tradicionales siempre ha sido un desafío para los pueblos indígenas de Brasil. La práctica de la etnomedia indígena, que ha ido creciendo en los últimos años, fue el camino encontrado para que, a través de la apropiación de los medios de comunicación, estas poblaciones crearan redes de comunicación que no sólo permitan su presencia, sino que les garanticen un papel protagónico en la denuncia del incumplimiento de derechos, la difusión de conocimientos tradicionales y el fortalecimiento de sus valores ancestrales. En esta conversación, Anápuàka Tupinambá, creador del concepto de etnomedia indígena y fundador de la Radio Yandê, cuenta su historia y habla de las dificultades que enfrentan los pueblos indígenas a la hora de comunicarse en el país.

Palabras clave: Etnomedios indígenas. Radio Yandê. Medios sonoros. Entrevista.

De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena no país conta com 1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% do total de habitantes (Funai, 2023). Ocupar espaço para a discussão das demandas e para a expressão das diversas vozes que compõem essa parcela da população brasileira – afinal, são mais de 305 povos e a maior diversidade linguística do mundo, com mais de 270 línguas – sempre foi um dos principais desafios enfrentados por eles.

Segundo Milhomens (2022), passado o período inicial de consolidação dos movimentos indígenas organizados, no final do século passado, os anos 2000 têm sido de grande experimentação comunicacional e tecnológica, com a ampliação da discussão sobre formas alternativas de produção e divulgação das pautas indígenas, sobretudo nas redes digitais. É no espaço comunicacional que indígenas vêm encontrando formas para contar suas próprias narrativas sobre os fatos e registrar o mundo conforme suas cosmovisões, uma vez que as mídias tradicionais, em boa parte, tendem a reproduzir estereótipos, diminuindo a visibilidade de informações sobre os povos indígenas nos meios de comunicação de massa ou as trabalhando sem profundidade (Demarchi; Gomes, 2022).

Assim, em contraponto à atuação da mídia hegemônica, segundo Carneiro (2019), o cidadão indígena contemporâneo manifesta sua identidade étnica nas ambiências cênicas e nas operações externas que os sujeitos realizam uns com os outros. A etnomídia está inserida em uma rede complexa de conceitos e práticas, que conecta o indígena ao mundo ocidental ao mesmo tempo em que ele se apropria dos aparatos

tecnológicos para reforçar sua identidade, resistência e existência. “Uma comunicação capaz de atravessar fronteiras na defesa dos saberes tradicionais, de fabular o cotidiano, de salvaguardar suas memórias e, principalmente, de sobreviver ao extermínio causado pelo Estado e por ruralistas” (Souza; Costa, 2021, p. 440).

Anápuaka Muniz Tupinambá, ao perceber que poderia produzir informações por meio de diferentes ferramentas comunicacionais, fora da lógica dos processos mercadológicos da comunicação, funda a Rádio Yandê¹, primeira rádio on-line indígena do Brasil (EBC, 2016). A plataforma conta com correspondentes em todo o território nacional em uma programação que dura 24 horas, sete dias por semana, e ainda conta com colunas sobre turismo indígena, tecnologias, saúde e bem-estar, saberes e conhecimento, meio ambiente e sustentabilidade.

Nesta entrevista, ele conta um pouco de sua trajetória e fala sobre os desafios para se fazer comunicação indígena no Brasil, sem auxílios e com muitas provações. Para o comunicador, a etnomídia indígena é adotada para trazer reconhecimento, visibilidade aos direitos, respeito, notícias de interesse desse público, resgate cultural, e consiste, principalmente, em uma forma de quebrar antigos preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada nos principais veículos de comunicação sobre a população indígena.

¹ Disponível em: <https://radioyande.com/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

Deyse Moura: Anápuàka, para começar, eu gostaria de pedir para você se apresentar: seu nome completo, de que povo você é, e falar um pouquinho sobre sua atuação.

Anápuàka Tupinambá: Vamos lá. Eu sou Anápuàka Muniz Tupinambá Hã hã Hãe. Sou da etnia Tupinambá de Pau Brasil, sul da Bahia. Atuo na área de comunicação e empreendedorismo indígena no Brasil. Como prioridade, sou pai, avô, ancião – uma das coisas que faço questão de citar sempre é essa fase em que estou. Me dá uma certa chancela de já poder estragar a vida de alguém e, ao mesmo tempo, de ajudar a melhorar a vida de alguém. O avô para poder ser aquele que estraga, mas o ancião aquele que, de alguma forma, vem para ajudar, orientar o jovem para ter o pensamento a partir da experiência. Essa é uma das coisas mais bacanas de ser, então, eu posso dizer que essa é a melhor apresentação que eu posso dizer sobre mim.

[Figura 1]

Anápuàka Muniz Tupinambá é comunicador e cunhou o conceito “etnomídia indígena”



Foto: Acervo pessoal.

Deyse Moura: Conta um pouco da sua história e sua relação com a comunicação, sua atuação na área. Como foi que começou, quando começou?

Anápuàka Tupinambá: A comunicação na minha vida começa bem jovem, bem cedo. Acho que abaixo da faixa etária de muitas pessoas, com objetivo, né? Comunicação por si só a gente começa quando chora para comer. Mas o princípio, com objetivo estratégico, começa aos seis anos de idade. Isso, consciente do que eu queria da vida. Aos seis anos de idade eu vi o Programa de Índio na Rádio USP², com dezenas de outros parentes indígenas, na década de 1980. Faço 50 anos agora [dia 6 de abril]. Minha vida nesses 44 anos foi viver todo o processo da vida comunicacional com intensidade. Então, com seis anos eu pergunto a mim mesmo e ao meu pai, o Seu Dário Francisco Luiz, tupinambá que mora lá na aldeia até hoje: por que nós indígenas não temos a nossa própria mídia?

Isso a partir da experiência de ouvir o programa e depois de ter participado de um debate sobre povos indígenas na Comissão Pro-Índio³ com o Ailton Krenak, chegar na escola e todo mundo ter me visto no Jornal Nacional daquela época, na década de 1980. E ter a compreensão daquele bate-papo, já falando sobre o princípio do debate da Constituição, das “Diretas Já”, que já tinha a presença indígena, eu tive um pequeno insight – com a maturidade você passa a

² Disponível em: <http://ikore.com.br/programa-de-indio/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

³ Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 30 maio 2024.

entender que aquilo foi um insight – sobre essa força que é a comunicação.

Mas o que a gente tinha realmente? Nada. Nada, porque o Programa de Índio, apesar de ser uma ação importante sobre o debate dos povos indígenas, não era um plano estratégico sobre o poder e a luta a partir da comunicação. Assim como o Movimento Nacional Indígena, até os dias de hoje não tem plano de comunicação, não tem plano estratégico comunicacional. Tem apropriação institucional, mas não tem plano estratégico nacional. Ficou muito individualizado, isso é bom, mas também não tem plano coletivo, com estratégia de poder. Quando falo de poder, é o poder mesmo, é o poder de estar, fazer, construir política pública, a nossa reparação histórica, porque todos que estão no país são descendentes de imigrantes, de alguma forma. E a gente sempre ficou de escanteio para construir qualquer coisa. Até a nossa história, durante um bom tempo, sempre foi contada pelo outro sobre nós. Nós éramos coadjuvantes até da nossa própria história. E a comunicação sempre teve essa força.

Eu retorno para a aldeia e venho para o Rio de Janeiro no fim da década de 1980, em 1988. De 1987 para 1988, a Constituição entra em vigor. Já morava aqui no Rio de Janeiro, comecei a ter experiências como DJ, locutor de carro de som, rádio AM, rádio FM, rádios comunitárias. Logo em seguida, na década de 1990, há um boom, pelo menos no Rio de Janeiro – em São Paulo já acontecia as rádios comunitárias, as rádios-piratas, aquelas que eram móveis dentro de Kombi; na década de 1980 já acontecia, mas aqui no Rio de Janeiro elas só viriam a ter esse boom a partir dos anos 1990. A experiência de estar observando

as outras culturas, as outras personas, se empoderando de ferramenta, foi me trazendo uma questão, acho que quase que uma obsessão, um desejo de poder também me ferramentar disso, aprender e poder replicar isso.

Deyse Moura: Então já naquele momento você viu a possibilidade de empreender na comunicação.

Anápuàka Tupinambá: Hoje eu posso dizer, com narrativas contemporâneas, que eu já pensava em coisas que pudessem ser replicáveis, escaláveis, conceito quase de startup, coisas que poderiam funcionar para outros povos. Os anos 1990 surgem na minha vida junto com essas mídias, jornais impressos, rádio comunitária. Fui trabalhar em jornais alternativos, como pauteiro. Mesmo sem formação no jornalismo acadêmico, eu sempre estive nesses locais da comunicação, como um desesperado que desejava comunicar e aprender, e ter esse local como uma escola. Trabalhei também em jornais de grande circulação no Brasil como gravador, pauteiro. Em 1995, a internet é implantada com força. Eu até brinco que minha primeira conexão foi o CD da UOL, de R\$ 1,00. Me conecto a partir dali. Depois à AOL⁴. Tenho acesso ao meu primeiro computador e procuro os indígenas na internet. Foi decepcionante, depressivo, porque a gente só estava ali a partir do que era escrito pela academia, pela antropologia, em um viés muito seco, rígido e, ao mesmo tempo, que não tinha nada a ver com a nossa realidade, com

⁴ AOL, ou America Online, foi uma das empresas provedoras de internet e portal web pioneiras nos anos 90.

o que a gente dizia. Era o outro dizendo sobre nós. “Ele quis dizer, eu digo que ele é e é assim que eles são”. Mas não era nada daquilo que eu estava vendo, ainda mais que eu encontrei coisas falando do meu povo. Certo, mas se a gente não se apropria da ferramenta, a gente não consegue avançar. E eu comecei a me autoprovoocar, lembrando-me da pergunta: por que nós não tínhamos a nossa própria mídia?

O fator de ir aprendendo sobre o uso de ferramentas, tecnologias, métodos, metodologias e narrativas foi me trazendo uma outra provocação: já que eu não consegui achar nada que nos enquadrasse ou que fosse feito por nós, comecei a pensar a possibilidade de construir uma narrativa midiática. Em 2005, na USP, participei de um evento que era sobre mídias nativas, da Eliette Pereira junto com o Massimo Di Filice, pessoal da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA), do grupo ATOPOS, e fui ler sobre aquilo. Falava de mídias nativas, de povos indígenas, mas ainda continuava sendo uma versão sobre nós.

E aí eu falei: sabe de uma coisa? Agora vou focar, vou parar de questionar e vou ser propositivo. E lá escrevi um termo que foi **etnomídia indígena**, no insight de uma tag que veio, palavra-chave, e em cima disso eu fui construir o conceito, pensá-lo a partir de reflexões coletivas indígenas, principalmente.

Somos 305 povos indígenas, 274 línguas. Como construir mídia indígena para um quantitativo tão grande, tão poderoso, que fizesse sentido para todos? Mas, ao mesmo tempo, não poderia mais seguir a ideia do conceito de mídia de massa. Isso não faz sentido quando se tem uma diversidade

tão grande e você não é simplesmente uma raça, você é uma nação. Então, somos 305 nações com formas sociais, políticas, culturais, jurídicas, econômicas, narrativas – é uma sociedade complexa. Povos indígenas são isso: são nações dentro desse negócio chamado Brasil. Você é uma nação e tem seus processos próprios, culturais.

A cultura é baseada em uma coisa que é flexível e mutável, não é estática. As culturas indígenas também não. A comunicação indígena se baseia no processo da diversidade étnica cultural. A partir do momento que essas culturas são flexíveis e mutáveis, a comunicação e a linguagem seguem o mesmo parâmetro para atender as necessidades daquela sociedade, para se fortalecer internamente e depois expor externamente para a sociedade não indígena. Saber quem nós somos, fixar a nossa história a partir de ferramentas comunicacionais, sejam analógicas ou digitais.

Então, a verdade sobre isso é que eu não estava construindo uma linguagem; era muito mais uma ideia para cada grupo construir sua própria comunicação, para se fortalecer como sociedade, como nação, de forma interna, para depois externalizar. Ele não tinha que estar copiando William Bonner produzindo um audiovisual. Ele não tinha que pensar numa narrativa da *Folha*, de *O Globo*, sei lá, de qualquer outra mídia impressa, para construir sua própria mídia também escrita. Ele não precisaria ser o Podpah para construir seu podcast. Ele só segue as suas experiências comunicacionais e linguagens já presentes, apropriando-se de ferramentas.

Quando eu consegui juntar tudo isso, essa ideia, essa narrativa, faltou uma

questão que era colocar isso em prática. Durante um projeto chamado Vidas Paralelas Indígenas, da Universidade de Brasília (UnB), eu fui convidado para ensinar alguns indígenas em Baía da Traição, na Paraíba, território Potiguara, e falar sobre comunicação. Só que, ao chegar lá, eles me pediram para ensinar o pessoal a usar equipamento. Eu falei “gente, eu não ensino a usar equipamento. Equipamento é a coisa menos importante no processo da comunicação primária. Você tem que ter o conceito e linguagem e um objetivo para se apropriar e construir sua narrativa. Porque equipamento pode ser qualquer coisa. É fácil. O que nós queremos é narrativa e linguagem”. Aí meu contrato foi rompido naquele momento. Eu tinha mais alguns dias para ficar em Baía da Traição, chato para caramba, na beira da praia, lugar quente, fantástico. Eu passo pelo ritual da Jurema com os Potiguara, no Dia do Potiguara, e eu voltei para o Rio de Janeiro ouvindo a voz falar: faz você sua própria mídia. Eu vim no avião com o efeito da Jurema na cabeça, volto com aquela mensagem, com aquela fala, ouvindo tudo amplificado. Chego ao Rio, na zona oeste, em Santa Cruz, olho para minha companheira e falo: vou criar a primeira empresa de comunicação indígena desse país. Focado mesmo. Já tem um conceito, agora tem que gerar aplicabilidade dele. Eu tenho que fazer meu teste, é um beta-teste e vai funcionar. Já que na proposta que eu fiz para a galera da UnB, do Projeto Vidas Paralelas, eles não tiveram interesse, então vamos botar à frente.

Agora, detalhe, vai criar uma rádio web? Eu tinha experiência de construir mídias já, lidava com WordPress,

programação, PHP⁵, entendia de *streamer*. Eu precisava só juntar todo o conhecimento de uma vida inteira. As experiências não só midiáticas, mas também de comunicações étnicas, indígenas, que eu sempre tive acesso. Dos 305 povos, eu tive acesso a mais de 180 na minha vida inteira, crescendo nesse local. E não sendo um visitante, mas uma pessoa que circula e visita esse local, como um parente mesmo, de conviver. Então eu fui entendendo que narrativas e linguagens são experiências diferentes nesse local, cada um constrói a sua.

Deyse Moura: Dá um exemplo dessa aplicação para a gente.

Anápuàka Tupinambá: Por exemplo: um Ticuna, quando morre, leva sete dias para você poder citar o nome da pessoa. Quando você vai citar isso numa matéria jornalística, a notícia só pode sair depois de sete dias. No jornalismo convencional isso não existe. Ele vai desrespeitar, ele vai violar esse sagrado, porque não tem acesso a essa informação. Então, quando as culturas se apropriam da sua própria inteligência de linguagem, ele consegue respeitar, mas, ao mesmo tempo, consegue construir sua comunicação, porque compreende. A cultura e a comunicação têm uma fusão muito grande nesse local, é necessária e, ao mesmo tempo, está em constante mudança.

5 O PHP é uma linguagem de programação utilizada para desenvolver aplicações web e sites. É uma linguagem de código aberto, o que significa que o código-fonte fica disponível para o público, permitindo que os desenvolvedores o utilizem como desejarem. Essa natureza de código aberto incentiva a colaboração da comunidade para o constante aperfeiçoamento da linguagem.

Ela não é um manual da Rádio Yandê de Comunicação, não é um manual da Jovem Pan, não é um manual de jornalismo da *Folha*, de *O Globo*, que você tem que seguir à risca aquelas normativas, que são didáticas – apesar de ter mudado bastante, mas algumas regras ainda continuam. Nessa comunicação, o importante é como você comunica, como você entrega, como há interação e como chega. Então, ela segue um processo de *hub* comunicacional na interação, que ela multiplica esse local. Pensando em Pierre Lévy, que fala sobre a questão das redes, a comunicação indígena é uma comunicação de rede o tempo inteiro. Ela não tem um ponto específico quando é dentro desse local, mas, ao mesmo tempo, ela está o tempo todo em expansão.

[Figura 2]

Denilson Baniwa, Renata Machado e Anápuaka Tupinambá, fundadores da Yandê



Foto: Boc Boc. Acervo Rádio Yandê.

Eu posso fazer um comparativo que muitas pessoas acham até absurdo, mas é como se fossem células autônomas da Al-Qaeda, da igreja Universal. Ela é tratada dessa forma. Quando você pensa em uma comunicação que tem autonomia de célula, ela pode ser rompida num canto, mas tem continuidade no outro porque tem

autonomia de narrativa. A comunicação da etnomídia indígena segue esses parâmetros o tempo inteiro porque ela tem essa liberdade. O protocolo dela é comunicar, comunicar sempre, baseado nesse respeito.

Então, volto para o Rio, em 2012, eu tenho esse insight e falo, “vou fazer”. E aí eu procuro duas pessoas indígenas, a Renata Machado, na época ainda estudante de jornalismo, e o Denilson Baniwa. Os dois pelo fator de terem contato com aldeias indígenas. O Denilson, indígena de aldeia. Renata, não. Autodeclarada, mas conhecia os pontos de aldeia e não aldeia. Então, tinha que ter gente que conhecesse tal local. Não poderia trazer uma pessoa que fosse autodeclarada, somente. “Ah, eu sou descendente de indígena”. Tinha que ter uma pessoa que fosse da aldeia também, para a gente juntar esses dois mundos, que é conflituoso quando se pensa nas ativas ideias: você fica muito tempo fora da aldeia, para ela você não é mais indígena; se você está há muito tempo fora da aldeia, na cidade você não é indígena. A gente até brinca que se adquire poderes de não estar em lugar nenhum. Mas, como deboche nisso tudo, a gente também foi construindo linguagem.

Deyse Moura: E é nesse momento que nasce a Yandê?

Anápuaka Tupinambá: Em 13 de novembro de 2013 colocamos a rádio on-line, pegamos nossos conteúdos, começamos a pensar como é que seria a estrutura da própria rádio. Eu trago experiência de outras mídias para modelar, já que não teríamos publicidade nem apoio – já não tínhamos mesmo e acabamos não tendo nesses dez anos –, então podíamos ter o tempo que quiséssemos. Podíamos falar do Ailton Krenak

durante três horas, ele falava à vontade, e sem entrar uma vinheta de patrocínio. Nunca precisamos disso, porque detínhamos a própria mídia, nós somos donos dela, então colocamos quanto tempo quisermos. Às vezes você vai ter lá três, quatro horas de música indígena sem uma vinheta de Rádio Yandê, até porque podemos, não estamos presos no sistema econômico da agência de publicidade, governo, nem nada. Temos autonomia e protagonismo, falamos o que queremos para quem queremos, quando queremos, e isso é uma coisa muito relevante pensando em mídia no país. Em mídia indígena, muito mais.

Porque depois surgem outras mídias, só que de alguma forma elas acabam seguindo os modelos das convencionais não indígenas, ou institucionais. A Mídia Índia, atualmente Mídia Indígena⁶, é uma mídia institucional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), então ela atende às necessidades da organização; se não for essa necessidade, ela não segue. A Rede Wayuri⁷, fizemos a formação dos comunicadores para o podcast deles, e nessa formação tiramos alguns vícios que eram de mídia institucional, para eles terem liberdade de produção, mesmo tendo o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Tem que ter autonomia comunicacional para não ficar preso

nas pautas institucionais, ou políticas, ou partidárias.

E aí, ensinar essa coisa foi algo que aprendemos vivendo. Hoje temos mais de dez anos, vai fazer 11 anos agora em novembro, que temos a experiência de lidar com o cotidiano midiático indígena, mas, ao mesmo tempo, não buscando ser “quem está dando a primeira notícia”, “quem está dando o furo”. A Yandê nem se preocupa com isso, a gente está pouco se lixando quem é que vai dar a primeira notícia. A gente se preocupa com a qualidade; com a apuração da notícia; se aquilo tem relevância mesmo; se é um fato que aconteceu; se não faz parte de uma estratégia de uma liderança indígena ou senão de um indigenista ou de um grupo externo ou ONG que queira influenciar a notícia acontecer – existe isso. A gente toma esses cuidados, então é importante ser validado como notícia. Até temos colaboradores dentro das aldeias que nos dizem se aquilo é verdade ou mentira. Então não é prioridade entrar nessa disputa de quem é que dá a notícia. É menos relevante. O mais relevante é a história contada de quem disse.

Outro fator que é muito importante para nós: se queremos notícia sobre educação indígena, por exemplo, a gente quer falar com o professor que está dentro da sala de aula. Eu tenho um amigo que é fantástico, que é o Daniel Munduruku, *pós-doc.* em educação. O cara constitui políticas educacionais pelo país, além de escrever livros. Mas ele, para mim, não é importante na hora que eu quero saber sobre educação indígena. Eu quero que eles constituam um conteúdo, como um colunista, a partir do viés de quem tem a necessidade, de quem é que passa pelo problema.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/midia-indigena>. Acesso em: 16 jun. 2024.

⁷ Disponível em: <https://foirn.org.br/rede-de-comunicadores-indigenas-do-rio-negro/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

Então todos os nossos especialistas indígenas são pessoas que fazem. Não são pessoas que estudam o que fazem. São pessoas que fazem isso no cotidiano. É o que sabe o que é resultado. É o cientista do dia a dia. E eu posso dizer que essa experiência deveria ser colocada também nas culturas não indígenas. Eu sei que a sistematização, as narrativas, construir artigos, vêm do processo academicista, mas ao mesmo tempo quem faz a validação disso não é a academia; a verdadeira validação é o campo, é o *in loco*, é o que está ali.

Eu tenho discutido até muito isso sobre como lidar com essas personas e dar realmente o devido mérito aos profissionais qualificados dessas culturas, mestres, parteiros, agricultores indígenas. A “agroecologia” que se dane, não existe isso, é academicista. A gente está falando de roçado, de broca, de algo que já existe há séculos, e depois foi pasteurizado e virou agroecologia. E a maior parte do pessoal da agroecologia nem é indígena, nem é preto; são pessoas que detêm dinheiro e têm suas terras e vão botar esses métodos ali.

Então, quando queremos falar sobre isso, procuramos realmente quem faz. Como princípio é ter esse tipo de profissional, é ter esse tipo de lugar. Nosso modelo cai nesse local. As músicas indígenas são uma seleção que as pessoas mandam para nós. “Ah, mas o que a música tem a ver?”. A etnomídia indígena criou o mercado da música indígena, criou o mercado da arte, do pensamento, da literatura, porque as pessoas não tinham acesso. Quem são essas pessoas indígenas, se não são essas mídias indígenas? A Yandê saiu prospectando mesmo, geral, a gente quer falar de todo mundo, quem é que faz o quê. E cada um foi se expandindo.

Tinha gente conhecida. O Daniel [Munduruku] sempre foi conhecido, o Ailton Krenak sempre foi conhecido, mas o resto não era. Sem ser eles, e o [Cacique] Raoni, que sempre foram icônicos no país, todos os outros nomes e grupos surgiram depois desse processo midiático. Até a própria ministra [Sônia Guajajara] não era ninguém. Ela teve que ter um boom de escalada midiática digital para ser conhecida. E mesmo assim, se pensar em muitas pessoas que fizeram alguma coisa no país e quem está no poder, a maior parte de quem está no poder nunca fez nada de verdade.

As pessoas de base, de formação, da luta, como o Acampamento Terra Livre (ATL)⁸, que fez 20 anos agora. Tem muita gente que vendia suas galinhas, vendia tudo que era seu para poder chegar nesse local. A gente tinha que cobrir muito mais a experiência do vovozinho indígena que saía lá da aldeia dele, que vinha arrastando barco pelo Acre, descendo para poder chegar a Brasília para querer ser ouvido, e chegando, não era ouvido pelas mídias. *El País* queria falar com Sônia [Guajajara]; o *Le Figaro* queria falar com Célia Xakriabá; o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* queria falar, sei lá, com Ailton [Krenak], com Davi Kopenawa. Beleza, é icônico. Mas quem tem narrativas e histórias para contar é quem sofre o dia a dia. Do mesmo jeito que dentro da favela acontece, dentro do processo de aldeamento das aldeias, das vilas, das comunidades indígenas, tem pessoas que saem para tentar contar a sua história e não são ouvidas, e nós como mídia indígena, como Yandê, eram essas pessoas que sempre buscamos.

8 Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2024/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

A história de quem realmente realiza e faz esse país indígena movimentar.

Então, como modelagem, entendemos que tínhamos: a tecnologia, que foi criada na nuvem; buscar colunistas e pessoas especiais, especialistas, que não faziam parte do métier narrativo de destaque, mas faziam o destaque e a narrativa acontecerem; autonomia econômica e social, porque descobrimos o racismo estrutural publicitário, quando muitas mídias falaram “por que eu tenho que anunciar numa rádio indígena se indígena não consome nada nesse país?”. Eu ouvi isso de várias agências levando o mídia kit, o portfólio. Descobri da pior forma e nunca tivemos patrocínio na Rádio Yandê. A gente teve que descobrir um novo modelo de economia para poder se manter, que é com consultoria, palestras, ser o melhor profissional nessa área para falar sobre povos indígenas e ter como pagar as contas.

[Figura 3]

Com 11 anos de existência, a Yandê nunca contou com patrocínio



Foto: Acervo Rádio Yandê.

Como processo de audiência, a gente chegou ao patamar de mais de três milhões de ouvintes. Num dia, pensando o mundo inteiro. Por ser rádio web, a gente nunca

precisar de concessão, pedir autorização para ninguém, isso foi um fator extremamente alto e positivo, porque eu não sou amigo de nenhum deputado, nenhum ministro para conseguir uma concessão. É esse local que consegue no país. Uma concessão pública depende muito de uma ação privada para você acessar um direito, que é o direito comunicacional. Fazer uma mídia digital era o mais importante, ainda continua sendo para a gente, além de ter oralidade como um dos princípios para contar nossa história e nossa memória.

Deyse Moura: Oralidade que é uma característica ancestral dos povos indígenas, né?

Anápuàka Tupinambá: A gente se fundamenta em uma ancestralidade real, que não é baseada em uma palavra, *tag*, chave aleatória que as pessoas usam sem saber sua própria história ancestral de verdade. “Ah, meus ancestrais”, mas quem? Porque eu, pessoalmente, sei até a minha décima geração. Ainda debocho dos meus netos e falo “vocês estão ferrados, eu me sacrifiquei para aprender dez, vocês vão ter que aprender doze, e os seus vão ter que aprender mais”. Então, quando eu falo de ancestralidade nesse local, é algo real. Ela não vem de uma palavra vazia, baseada em algo coletivo, que você não sabe o fundamento. Quando a gente cai nesse local do quantitativo, da informação, a gente pensa nisso.

Mas, voltando para os dados, a gente teve mais de três milhões [de ouvintes]. O nosso público-alvo, durante um bom tempo – e está variando agora –, era mais de 50% de mulheres acima de 35 anos, com nível superior e na área de educação. Isso é legal porque, por mais que o nosso

público-alvo fosse indígena, a gente dificilmente alcançou esse público-alvo ou nos fatores políticos do próprio país.

Ficamos felizes, porque eram mulheres acadêmicas que estavam na área de educação. Faz parte desse cenário pessoas que ouviram a Rádio Yandê fazendo questão até de provocar para a gente pautar, ter temas. Nossa equipe sempre foi indígena, acho que a primeira não indígena está entrando agora, a Raquel Carneiro, que está ajudando a coordenar os novos colunistas. O pessoal já está escrevendo seus artigos, então a gente vai ter um boom mensal de artigos com 11 escritores, 11 colunistas indígenas com diferentes missões nas próprias vidas. Cada um tem desejos de contar histórias a partir desse local. Então, isso é bom, o numerário. O Brasil sempre está entre 10^a e a 15^a posição no número de ouvintes. Normalmente, em primeiro lugar, sempre tem uma variável entre Rússia, Estados Unidos, Alemanha e Croácia.

Então rola muito essas variações de quem nos ouve e tem interesse sobre os povos indígenas, entender essa etnomídia indígena como concepção. É interessante o quanto a cosmovisão indígena sonora faz as pessoas entenderem e sentirem a história e a memória indígena. Você não precisa falar a língua indígena para ouvir uma música indígena. É sentir.

Deyse Moura: E o que significa Yandê?

Anápuàka Tupinambá: “Nós, nosso”, em tupi. Pessoalmente, eu digo que a Yandê foi minha durante um dia. Foi minha posse pessoal, egoísta, durante um dia. Depois realmente se transformou do mundo e virou referência mundial e brasileira de

mídia indígena. Todas do Brasil nascem a partir da Rádio Yandê. Não existe outro caminho sobre esse local. Porque nós fizemos, fomos o *beta-tester*. Eu abri o Indígena Live com a experiência de usar o Facebook e o streaming diretamente. O StreamYard, a gente já era *beta-tester* dele antes de haver a pandemia. E na pandemia colocamos ele para funcionar. Para a gente, foram 32 programas em 31 dias, todos os dias, mais de cinco horas de conteúdo por dia, só com povos indígenas. Foi numa situação que o próprio governo, na época, a Apib e o pessoal do ATL não sabiam o que fazer, porque, pandemicamente, você não podia sair. E criamos o Abril Indígena Live. Sim, conseguimos assumir esse local: não nos encontramos presencialmente, mas pela internet. Então o fato de ser testador de tecnologia também colocou a população indígena durante o momento pandêmico em conexão, fazendo os podcasts, as lives, não só com as ferramentas convencionais, mas mais bem estruturadas.

Hoje a Yandê está em uma nova fase, que eu digo que é a fase mais laboratorial. É o que a gente quer. Não quer mais correr atrás das notícias como prioridade mesmo, mas a gente quer falar sobre coisas e pautar coisas. É pensar agora as novas concepções, tecnologias. Eu penso muito em tecnologia de segurança. Hoje, a validação das notícias com blockchain é um dos meus caminhos de implementar na plataforma da Yandê. Vamos colocar assim: mesmo que seja uma notícia que venha da aldeia, de uma plataforma indígena, ela vai ser validada, vai ser questionada. Se não tiver jeito de dizer que ela é verdadeira ou não, ela será possivelmente falsa. Porque isso já acontece nos movimentos comunicacionais. Tem gente que planta a notícia, é assim que funcionam

as coisas, as fake news, as notícias falsas. A gente está desenvolvendo a tecnologia para fazer validação desse tipo de notícia, para a gente não cair no que sempre caiu no último governo e ainda continua acontecendo nos grupos de WhatsApp, Signal, Telegram. Mas se ela já chegar com carimbo, possivelmente falsa ou verdadeira, a partir de um sistema autônomo que valide isso – eu falo autônomo não é pela inteligência artificial, mas sim por personas que certifiquem –, a gente consegue fazer entrega de melhores conteúdos e informações, e que venham a partir do nosso próprio povo. ■

[DEYSE ALINI DE MOURA]

Jornalista, doutora em Média-Arte Digital pela Universidade Aberta de Portugal e pós-doutoranda no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sendo bolsista pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento.
E-mail: deysemoura@usp.br

[ANÁPUÀKA MUNIZ TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE]

Filho de Pindorama, Nação Tupinambá, ancião e avô. Comunicador e empresário que atua com a cultura digital indígena no Brasil. Curador, artista indígena orgânico e virtual, criador do conceito da etnomídia indígena. CEO e produtor executivo da Rádio Yandê e do YBY Festival de Música Indígena. Estudante de jornalismo na Faculdade Católica Paulista e conselheiro (Ênois Laboratório de Jornalismo, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, e Museu Nacional dos Povos Indígenas).
E-mail: anapuaka@radioyande.com

Referências

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais**: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

DEMARCHI, André Luís Campanha; GOMES, Débora dos Santos. Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2022.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC. **Conheça a Yandê, a primeira indígena rádio online do Brasil**. Brasília, DF, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/edicao/2016-04/conheca-yande-primeira-radio-indigena-online-do-brasil>. Acesso em: 9 jun. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI. **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas**. Brasília, DF, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 30 maio 2024.

MILHOMENS, Lucas. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: luta e resistência. In: MILHOMENS, Lucas. (ed.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**. Manaus: EDUA, 2022. p. 17-37.

SOUZA, Vinícius Guedes Pereira de; COSTA, Raylson Costa. Etnomídia Indígena como narrativa das resistências. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 438-451, 2021.

ESCRITO POR
JORNALISTAS
LATINO-
-AMERICANOS,
REMOLINOS
SURPREENDE AO
EXPERIMENTAR
NARRATIVAS
JORNALÍSTICAS
SOBRE MIGRAÇÃO
E REFÚGIO

[RESENHA]

Luciano Victor Barros Maluly

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Remolinos: histórias de migrantes latino-americanos na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá é uma coletânea de sete reportagens de autoria de jornalistas e pesquisadores migrantes. A obra, com histórias de migração e refúgio, tem o mérito de relatar esses deslocamentos e avançar para além deles, narrando como o migrante latino-americano vive, sobrevive e reinventa-se em países do Norte global. Publicado em 2024 e organizado pelo jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) Enio Moraes Júnior, o livro tem apoio institucional do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc-USP).

Palavras-chave: Jornalismo de migração. América Latina. Refúgio.

Remolinos: stories of Latin American migrants in Europe, the United States and Canada is a collection of seven essays written by migrant journalists and researchers. The stories of migration and refuge have the merit of reporting on these displacements and beyond, telling how Latin American migrants live, survive and reinvent themselves in countries of the global North. Published in 2024 and organized by journalist and PhD in Communication Sciences from the University of São Paulo Enio Moraes Júnior, the book has institutional support from the Center for Latin American Studies on Culture and Communication (Celacc-USP).

Keywords: Migration journalism. Latin America. Refuge.

Remolinos: historias de migrantes latinoamericanos en Europa, Estados Unidos y Canadá es una colección de siete informes escritos por periodistas e investigadores migrantes. La obra, con historias de migración y refugio, busca informar sobre estos desplazamientos y superarlos narrando cómo los migrantes latinoamericanos viven, sobreviven y se reinventan en los países del Norte global. Publicado en 2024 y organizado por el periodista y doctor en Ciencias de la Comunicación de la Universidad de São Paulo Enio Moraes Júnior, el libro cuenta con el apoyo institucional del Centro de Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Comunicación (Celacc-USP).

Palabras clave: Periodismo migratorio. América Latina. Refugio.

[Figura 1]

Organizado por Enio Moraes Júnior (esq. p/ dir.), em parceria com Adriana Navarro Manfredini e Liliana Tinoco Bäckret, os três também autores de capítulos, o livro traz reportagens de Renato Essenfelder, Sandra Beltrán Baeza, Clavel Rangel Jiménez, Daniel Ladeira de Araújo e Sandra Nodari



Fonte: divulgação

“Em algum país do mundo, cada um de nós, autoras e autores, segue nos redemoinhos, *remolinos* que assustam e encantam” (Moraes Júnior, 2024, p. 222), pontuam os jornalistas em um texto coletivo que encerra a obra, resumindo o quão surpreendente pode ser a leitura do livro. Quando me incumbi da tarefa de escrever esta resenha, imaginei que iria analisar uma obra cheia de lamentações. Em vez disso, deparei-me com pessoas que derrubaram muros e vivem além da conta. Enquanto avançava na leitura, fui percebendo que essas pessoas não eram apenas os cidadãos cujos perfis constituíam as reportagens, mas também os próprios autores dos relatos.

Nos sete capítulos que compõem *Remolinos: histórias de migrantes latino-*

-americanos na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá (Editora Casa Flutuante, São Paulo, 2024), identifiquei muito da minha família de imigrantes sírio-libaneses e portugueses buscando refúgio no Brasil na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, identifiquei muito de mim mesmo, seja como jornalista, seja como alguém que se sensibiliza com histórias de pessoas que migram, de gente que chega e de gente que vai embora.

Assim como os jornalistas latino-americanos que escrevem as reportagens, todos migrantes, meus avós e meus pais contavam situações semelhantes de êxito e preconceito, algumas engraçadas e outras angustiantes. Ouvir todos aqueles relatos sempre me fez refletir sobre como aquelas

gerações da minha família haviam sobrevivido. *Remolinos*, por sua vez, me fez entender que migrar é um fenômeno que leva a um lugar situado muito além de um pouso ou recôndito em que se pode simplesmente viver. É uma experiência transformadora não só para quem vai, mas também para quem fica e para quem já está lá.

Fiquei emocionado quando li as histórias de André, Lesllie, Daniel, Carmen, Jan, Alejandra, Tiago, Sônia, Ernani, Eliana e Daniela, personagens originários do Brasil, da Colômbia, do Chile e da Venezuela com destino à Europa, aos Estados Unidos e ao Canadá. Parece que passei por Porto, Navarra, Londres, Berlim, Chicago, Seattle e Quebec e encontrei toda essa gente. Fiquei apaixonado por essas pessoas e seus redemoinhos – ou *remolinos*, em espanhol, como os autores escrevem, referindo-se às muitas reinvenções de si mesmos que marcam a vida de muitos migrantes.

Quero conversar com esses cidadãos, abraçá-los, cozinhar e sorrir com eles. Quero analisar e entender, a partir da fusão da perspectiva deles com a minha, a América Latina e os países em que residem agora. Gostaria de revelar faces escondidas de todos eles e do mundo que habilitam. Com certeza, existe mais dor e muito mais amor.

Do tamanho do mundo

Recém-lançado, o livro conta com o apoio institucional do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc). No prefácio, não

sem motivo intitulado “Olhares latino-americanos”, assinado pelos professores Dennis de Oliveira e Alexandre Barbosa, revela-se a importância da obra e sua vinculação ao Centro:

Para além da cultura, da comunicação e do jornalismo regional, povos originários e comunidades indígenas, negros e latino-africanidades, mulheres e minorias, lutas por direitos humanos nos países latinos e para os cidadãos da região, onde quer que eles estejam, são objetos caros aos nossos estudos. Portanto, ao tratar dos desafios da vida de imigrantes latino-americanos no Norte global, buscando iluminar o assunto, o presente livro coaduna-se com o que são os fundamentos do Celacc. (Moraes Júnior, 2004, p. 14).

A introdução é escrita pelo jornalista Enio Moraes Júnior, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor) e também do Celacc, ambos os núcleos ligados à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). No breve texto, intitulado “Existir em Outro Lugar”, surge o tom do que o leitor vai encontrar nas páginas a seguir:

[...] Voam milhas, dirigem quilômetros, navegam mares adentro, caminham léguas. Às vezes abandonam, em um piscar de olhos, uma vida inteira, por causa de novos projetos ou outros amores, em nome de promessas ou sonhos que habitam outros endereços. Ainda assim, muitas vezes, ao chegar, resolvem voltar para onde vieram ou viver em outro lugar. Migrar é do tamanho do mundo! (Moraes Júnior, 2024, pp. 17-18).

Enio é doutor em Ciências da Comunicação pela USP e pesquisador vinculado à instituição desde os anos 2000, quando eu o conheci, migrante recém-chegado de alguns lugares. Ao ler as linhas citadas, lembrei que um dia estávamos conversando e ele externou o desejo de se mudar para a Alemanha. Imediatamente, eu respondi: “Faz parte da sua história”. Ele se foi, aprendeu a falar alemão e ficou no país que já fez o mundo tremer com uma guerra que dizimou povos e que hoje acolhe diversas nacionalidades.

Acostumado a migrar desde que deixou o interior de Alagoas em algum momento da adolescência, ele mora em Berlim desde 2017. De tempos em tempos, retorna ao Brasil para rever amigos e parentes e parte de volta como um foguete. Diz que tem muito o que fazer por lá. Assim como Enio, os outros autores do livro – Adriana Navarro Manfredini, Daniel Ladeira de Araújo e Renato Essenfelder (esses três egressos de cursos da USP), Liliana Tinoco Bäckert, Sandra Nodari, Sandra Beltrán Baeza e Clavel Rangel Jiménez – também devem ter muito o que fazer na terra onde escolheram viver ou, quem sabe, no lugar que os escolheu.

Fugir da zona de conforto

Os amigos e as famílias que ficaram, suponho, queriam muito resgatá-los, trazê-los de volta, mas o *Remolino* que eles prepararam mostra que talvez isso seja impossível. Migrar, eles mostram

no livro, é um caminho sem retorno, mesmo que se retorne. É um sentimento. E quando esse sentimento se inflama com a missão jornalística, sempre disposta a fugir da zona de conforto, tudo parece ainda mais intenso. O fato é que, ao experimentar modelos de narrativas sobre migração e refúgio, o grupo faz uma celebração à liberdade, ao direito de ir e vir e, especialmente, aos desafios de buscar um novo caminho.

Nos capítulos que se sucedem, os autores retratam o universo de migrantes, no qual, à estrutura de perfis jornalísticos, somam-se estatísticas sobre migração e referências acadêmicas, visitando nomes como Darcy Ribeiro, Eric Hobsbawm, Judith Butler e Vilém Flusser. Se, por um lado, as histórias descrevem personagens, por outro, os próprios autores – conscientemente ou não – fundem-se a eles. No fim das contas, parece que todos, tanto autores quanto personagens, “fogem da zona de conforto”, como insinua a introdução do livro (Moraes Júnior, 2024).

Linhas e linhas se sucedem entre gastronomia e música, livros e poesia, experiências e riscos. Entre idas e voltas, lutas e luto, respeito e preconceito. Nesse percurso, o livro revela-se uma surpresa ao elaborar um olhar jornalístico para a migração que, ultrapassando as fronteiras dos países e suas burocracias, mergulha no mais íntimo do migrante, no seu coração, e em seu universo físico, na cidade e no país onde ele agora se mistura. Uma proposta de jornalismo ainda em formação e certamente com um longo percurso de estudos pela frente, *Remolinos* – que também dá nome ao grupo de pesquisa que integra o

Celacc¹ – é uma carta aberta aos cidadãos do mundo sobre os deslocamentos.

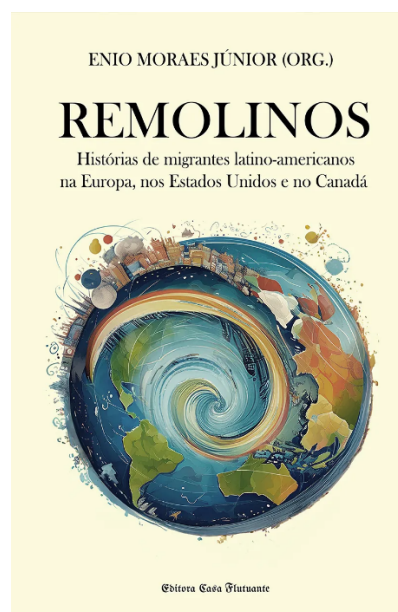
Ao experimentar um modelo de narrativa jornalística que possa subsidiar a cobertura de temas relacionados à migração e ao refúgio, o grupo parece tocar a “alma” dos deslocamentos latino-americanos. A literatura regional, a cumbia chilena, o rap mexicano e os aromas e sabores da gastronomia local, mas também os conflitos políticos, os cartéis e uma democracia ainda por se completar estão todos no livro, acompanhando o migrante na Europa ou na América do Norte, chocando-se com outras formas de compreensão da cultura e da vida pública. É exatamente nesse “confronto” que os autores acertam ao apostar em um registro que foge das oposições entre lugares de origem e de chegada, deixando ao migrante a dor e a beleza de processar o significado disso tudo.

O livro é surpreendente, mas o grupo fica devendo o fruto maior do experimento que os autores esboçam. Talvez um próximo passo, a partir do olhar privilegiado que eles têm do mundo e de seu recorte latino-americano da condição de migrantes, seja ocupar espaços em eventos acadêmicos nacionais e regionais, apresentando argumentos que ajudem a construir formas alternativas de noticiar e relatar a migração da América Latina, indo mais fundo em sua “alma”. Ao mesmo tempo, é importante que continuem a contar histórias de gente daqui que vive do lado de lá. Certamente há ainda muito a fazer nessa área e *Remolinos*

é só um começo. A obra está disponível gratuitamente na plataforma do Celacc e no site da editora Casa Flutuante.

[Figura 2]

Pautando comida, cultura, preconceitos, alegrias e tristezas, o livro olha para a migração ultrapassando os continentes e as fronteiras entre os países



Fonte: divulgação ■

¹ Remolinos – Rede de Estudos de Jornalismo de Migração e Refúgio em Contextos Latino-americanos.

[LUCIANO VICTOR BARROS MALULY]

Professor do curso de graduação em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), é doutor em Ciências da Comunicação e coordenador do Grupo de Pesquisas de Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor), ambos vinculados à ECA-USP.

Referências

MORAES JUNIOR, Enio (org.). **Remolinos**: histórias de migrantes latino-americanos na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. São Paulo: Casa Flutuante, 2024.

ESCLARECENDO 22 QUESTÕES QUE CONFUNDEM AS NARRATIVAS SOBRE MIGRAÇÃO

[RESENHA]

Enio Moraes Júnior
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Migração é um tema controverso, geralmente tratado de forma equivocada e oportunista nos discursos políticos. Por isso, é importante relativizar as abordagens a respeito do tema. Este é o ponto de partida de Hein de Haas, estudioso do assunto há mais de três décadas, em *Como funciona realmente a migração: um guia factual sobre a questão que mais divide a política*. Ao apresentar argumentos que problematizam 22 mitos envolvendo migração e refúgio, o autor permite enxergar a questão de forma crítica com base em pesquisas e estudos científicos.

Palavras-chave: Migração. Jornalismo. Política. Discursos.

Migration is a controversial issue, often wrongly and opportunistically addressed in political discourse. It is therefore important to introduce nuance in the approaches to the topic. This is the starting point that Hein de Haas, a researcher on the subject for more than three decades, adopts in *Como Funciona Realmente a Migração: um guia factual sobre a questão que mais divide a política*. By presenting arguments that problematize 22 myths surrounding migration and refugee issues, the author allows for a critical examination of the issue based on scientific research and studies.

Keywords: Migration. Journalism. Politics. Discourses.

La migración es un tema controvertido, que a menudo se aborda de forma errónea y oportunista en el discurso político. Por eso, es importante relativizar los enfoques del tema. Este es el punto de partida de Hein de Haas, investigador del tema desde hace más de tres décadas, en *Como Funciona Realmente a Migração: um guia factual sobre a questão que mais divide a política*. Presentando argumentos que problematizan 22 mitos en torno a la migración y al refugio, el autor examina la cuestión de forma crítica basándose en investigaciones y estudios científicos.

Palabras clave: Migración. Periodismo. Política. Discursos.

Migração e refúgio, temas recorrentes em pleitos eleitorais, na imprensa e no debate acadêmico, são sistematicamente alvo de análises reducionistas, distorcidas e imprecisas. Essa é uma das conclusões a que se chega ao ler *Como funciona realmente a migração: um guia factual sobre a questão que mais divide a política*, trabalho recém-lançado pelo sociólogo e geógrafo holandês Hein de Haas (2024).

Na obra, o autor revê e desfaz 22 mitos sobre o tema. Primeiro, apresentando e contextualizando cada um deles. Em seguida, oferecendo argumentos que os põem em xeque e explicitando as artimanhas ideológicas que os sustentam nos discursos políticos, empresariais e no âmbito de organizações não governamentais. O autor também chama atenção para o fato de que, em muitos casos, a maquiagem ideológica conta com apoio de grandes corporações de mídia e de boa parte do jornalismo. Referindo-se especialmente à maneira como são vistos os migrantes do Sul Global, ele escreve:

O modo como políticos e meios de comunicação social retratam a migração de países pobres é movido, com frequência, por estereótipos sobre a pobreza e o sofrimento do 'Terceiro Mundo'. As provas contrariam o estereótipo de que a migração de países em desenvolvimento se baseia em geral em miragens irracionais sobre a vida no estrangeiro. Embora muitos migrantes passem por dificuldades consideráveis, sejam explorados e alguns fiquem desiludidos, para a maioria partir ainda continua a ser uma opção muito melhor do que ficar no país de origem. [...] Logo, é uma ilusão pensar que as campanhas de informação irão

dissuadir as pessoas de migrar (Haas, 2024, p. 147).

Nem sempre migrantes internacionais são pessoas desesperadas. Ao contrário, muitos deles sabem que esse é um passo que exige planejamento e, sobretudo, investimento, reconhece Haas. Exatamente por isso, em uma de suas análises, o pesquisador diz que não faz sentido que críticos da migração difundam que nunca se migrou tanto quanto hoje e falem em uma “crise migratória”, como se os números atuais fossem algo sem precedentes. Com base em estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e em estudos qualitativos, ele argumenta que desde os anos 1960 o número de migrantes que cruzam fronteiras se mantém em torno dos 3% da população mundial.

Em outra parte da obra, o autor afirma que é descabido pressupor que a sociedade atual experimenta um grau de diversidade jamais visto e que isso estaria associado aos deslocamentos humanos. Embora esse seja um pensamento recorrente entre entusiastas da migração, Haas pontua e explica que o encontro de diferentes culturas nas metrópoles mundiais tem mais padronizado as experiências humanas do que estabelecido celeiros de diversidade. Ideologias, globalização e mídia, por exemplo, teriam tornado as sociedades mais homogêneas do que nunca.

Migração e refúgio são temas controversos, mas que sensibilizam a opinião pública – isso é o que Haas faz questão de ressaltar ao longo do livro. Entretanto, o pesquisador alerta que são a busca por votos, por maior audiência ou interesses financeiros que, às vezes, os fazem ganhar

contornos que fogem da realidade e assumir feições polarizadas e radicais tanto nos discursos políticos de direita como nos de esquerda.

Dinâmicas e conflitos

Ainda que seu lugar de fala seja a academia europeia, a abrangência do trabalho de Haas vai além do Velho Continente. Ao propor uma reflexão contundente e crítica sobre uma pauta tão pulsante da geopolítica atual, o autor sabe que poucos assuntos podem ser mais apropriados do que este para pôr em questão as dinâmicas e os conflitos do mundo contemporâneo. Mas ele adverte que é preciso compreender o tema da migração de forma idônea para, a partir daí, colocá-lo em discussão:

Ao longo de 30 anos, os debates sobre imigração foram ficando cada vez mais reféns da extrema-direita, à medida que esta foi conseguindo que os políticos das correntes dominantes temessem parecer 'brandos' em relação à imigração. Isto fez com que cada vez mais tivessem mais medo de dizer a verdade sobre ela e de serem honestos sobre os dilemas difíceis que suscita. Em vez disso, entregam-se a ataques e contra-ataques, mas isso não é um debate. Podemos – e deveríamos – fazer muito melhor (Haas, 2024, p. 363).

Leitura importante para quem se debruça sobre essa pauta, *Como funciona realmente a migração* pode ser um aliado contra os riscos de coberturas jornalísticas com ressonâncias racistas, xenófobos

ou aporofóbicas, seja em contextos da América Latina ou de outras regiões do planeta. Afinal, em uma época em que discursos políticos, sobretudo as narrativas de ódio da extrema-direita mundial, minam a percepção dos eleitores sobre quem migra, é importante realçar – como Haas o faz – que migrantes e pessoas em situação de refúgio, em vez de “roubarem” postos de trabalho, criam empregos e fortalecem a economia do local aonde chegam.

A vitalidade com que cada um dos capítulos se desenvolve está alicerçada em argumentos de quem sabe o que está falando. Palestrante contumaz sobre o tema, com mais de 30 anos de experiência em pesquisas na área de migração e tendo desenvolvido parte de seus estudos com populações do Marrocos, Haas é atualmente professor da Universidade de Amsterdã, na Holanda, depois de ter trabalhado por alguns anos como docente e pesquisador na Universidade de Oxford, no Reino Unido.

O livro foi publicado originalmente em inglês, em 2023, pela editora Penguin Books. A primeira edição da obra em português foi lançada em 2024 pela editora Temas e Debates, com tradução de Artur Lopes Cardoso. O estudo também está publicado em outros idiomas, como espanhol, francês e alemão. ■

[ENIO MORAES JÚNIOR]

Jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Na USP, é pesquisador do Grupo de Estudos de Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor) e coordena a Rede de Estudos de Jornalismo de Migração e Refúgio em Contextos Latino-americanos (Remolinos), coletivo que reúne pesquisadores internacionais, vinculado ao Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc).
E-mail: eniomoraesj@gmail.com

Referência

HAAS, Hein de. **Como funciona realmente a migração**: um guia factual sobre a questão que mais divide a política. Tradução de Artur Lopes Cardoso. Lisboa: Temas e Debates, 2024.